

**PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI):
SATISFAÇÃO, EXPECTATIVA, EVASÃO E PERMANÊNCIA DE BOLSITAS EM
UMA FACULDADE PARTICULAR DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP**

MÁRCIO DONIZETTI CORRÊA

**PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI):
SATISFAÇÃO, EXPECTATIVA, EVASÃO E PERMANÊNCIA DE BOLSITAS EM
UMA FACULDADE PARTICULAR DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP**

MÁRCIO DONIZETTI CORRÊA

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Instituição Educacional e Formação do Educador.

Orientador:
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho

378
C824p

Corrêa, Márcio Donizetti.

Programa Universidade para Todos (PROUNI):
satisfação, expectativa, evasão e permanência de
bolsistas em uma faculdade particular de Presidente
Prudente-SP / Márcio Donizetti Corrêa. – Presidente
Prudente, 2014.

208 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) -
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste,
Presidente Prudente, SP, 2014.

Bibliografia.

Orientador: José Camilo dos Santos Filho

1. Prouni. 2. Acesso ao ensino superior. 3.
Ação afirmativa. 4. Expansão do ensino superior. 5.
Democratização do ensino superior. I. Título.

MÁRCIO DONIZETTI CORRÊA

**PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI):
SATISFAÇÃO, EXPECTATIVA, EVASÃO E PERMANÊNCIA DE BOLSITAS EM
UMA FACULDADE PARTICULAR DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP**

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Instituição Educacional e Formação do Educador.

Presidente Prudente, 26 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente - SP

Banca: Prof. Dr. Carlos da Fonseca Brandão
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Assis - SP

Banca: Prof^a. Dr^a. Erika Porceli Alaniz
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente - SP

Dedicatória

*Dedico ao meu pai, eternamente, a minha mãe e a minha esposa, às que mais me apoiaram
nessa etapa tão importante.*

Agradecimentos

Em primeiríssimo lugar a Deus, pelas pessoas que colocou no meu caminho e pela própria vida que têm me ofertado.

Aos meus pais, Alíssia e Otávio Corrêa (in memoriam), pois com simplicidade, humildade e dificuldade me ensinaram o conceito de família e não mediram esforços para que eu estudasse.

A minha especial esposa Francilene, a mais presente em todas as horas, com muito amor, companheirismo, incentivo, tolerância.

Meus sogros, Francelino e Mercedes Magalhães, quem têm me acolhido como filho.

Ao meu orientador José Camilo dos Santos Filho, a quem respeito por sua sabedoria, disciplina, dedicação e paciência demonstrada desde o início do mestrado.

Aos professores da comissão examinadora, Dra. Erika Porceli Alaniz, Dra. Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri e Dr. Carlos da Fonseca Brandão pelas relevantes contribuições.

A cada um dos professores do Programa de Mestrado em Educação pelas valiosas experiências.

Aos colaboradores da Unoeste, em especial: Ina Oliveira e sua equipe, Jakeline Ortega, Adalberto, pela presteza com o qual sempre me atenderam.

Aos alunos do programa de mestrado de 2012, aos mais afastados e aos mais próximos, pela harmoniosa convivência, em especial à Regina, Delza, Lucilene e Cidinha.

Aos amigos de trabalho: coordenadores, professores e funcionários da faculdade que me auxiliaram, representados por Anita, Edilene, Fernanda Bârcaro, Dayane Oliveira, Maria de Lourdes, Geraldo Ninelo, Daniele, Silvia e aos estudantes pesquisados pela colaboração.

Em especial: Dr. Mário Edgar Amato, Dona Maria Helena de Carvalho e Silva Bueno e, Sr. Joseney Spréa pelo incentivo.

É por fim, agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Educação pela oportunidade.

Não basta saber que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com o trabalho – Paulo Freire.

O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele – Immanuel Kant

RESUMO

Programa Universidade para Todos (Prouni): Satisfação, expectativa, evasão e permanência de bolsistas em uma faculdade particular de Presidente Prudente (SP)

O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar o Programa Universidade para Todos (Prouni) em uma faculdade particular situada no Município de Presidente Prudente (SP), em relação à satisfação, às expectativas, à evasão e à permanência dos bolsistas no curso escolhido. Os objetivos específicos foram: (1) caracterizar o perfil dos estudantes bolsistas Prouni de uma faculdade particular de Presidente Prudente (SP); (2) identificar o grau de satisfação e as expectativas desses estudantes bolsistas com relação ao curso escolhido; (3) identificar os fatores de evasão desses estudantes bolsistas, segundo a ótica da faculdade; e (4) avaliar a eficácia das ações implementadas pela faculdade para apoiar a permanência de seus estudantes bolsistas. O estudo, de natureza quanti-qualitativa, compreendeu uma amostra de 86 estudantes bolsistas selecionados casualmente nos seis cursos da faculdade com mais estudantes bolsistas. Para a coleta dos dados, foi aplicado um questionário à amostra de estudantes e realizada uma entrevista semiestruturada com doze estudantes dessa amostra e com a coordenadora de projetos sociais da faculdade. Os dados quantitativos foram analisados mediante estatística básica e os qualitativos por meio da técnica de análise de conteúdo. Quanto ao perfil dos bolsistas Prouni, a pesquisa revelou que estes, em sua maioria absoluta, são do sexo feminino (76%), classificados na faixa etária de 18 a 24 anos (55%), solteiros (71%), residentes em Presidente Prudente (SP) (54%), trabalhadores (80%) e detentores de bolsa integral (77%). Esse perfil mostra que as bolsas estão sendo efetivamente concedidas a estudantes de baixa renda. Em relação ao grau de satisfação com o Prouni, o que mais agrada a 53% dos estudantes é a bolsa recebida e o que mais desagradou a 47% deles é a estrutura da faculdade. A qualidade da formação recebida pelo bolsista Prouni parece ficar em parte comprometida pelas limitações estrutural-institucionais da Faculdade receptora desses estudantes. Ao lado da manifestação de satisfação com o curso por parte de parcela considerável de bolsistas, houve também expressões de frustrações de outros com o curso, especialmente quanto à qualidade da educação oferecida. Quanto às expectativas dos bolsistas, 54% pretendem realizar concurso na área e sonham ter crescimento profissional. A pesquisa revelou que o bolsista espera uma realização pessoal e profissional mais elevada mediante um diploma universitário. Para 90% dos bolsistas, não houve risco de desistência do curso, para 35% o valor da bolsa é plenamente suficiente e para 27%, parcialmente suficiente. O índice de bolsistas evadidos é baixo e o risco maior de evasão ou desistência se dá entre os estudantes com bolsa parcial. Segundo a coordenação de projetos sociais, tem havido uma queda de bolsistas e uma adesão maior ao FIES, por orientação da própria instituição por razões não esclarecidas aos interessados, o que mostra certa fragilidade do Prouni que deixa os bolsistas vulneráveis à pressão e a interesses extrínsecos aos Prouni. Ações complementares de suporte financeiro aos bolsistas, especialmente aos de bolsa parcial, parecem necessárias para apoiá-los em seus custos de manutenção, moradia e transporte.

Palavras-chave: Prouni; acesso ao ensino superior; ação afirmativa; expansão do ensino superior; democratização do ensino superior.

ABSTRACT

Program University for All (Prouni): Satisfaction, expectations, evasion, and permanence of scholarship students in a private College at Presidente Prudente (SP)

The purpose of this study was to evaluate the Program University for All (Prouni) in a private College situated in the Municipality of Presidente Prudente (SP), regarding the satisfaction, the expectations, the evasion, and the permanence of scholarship holders in the chosen course. The specific objectives were: (1) to characterize the profile of Prouni scholarship holders of a private College of Presidente Prudente (SP); (2) to identify the satisfaction degree and the expectations of these students in relation to the chosen course (3) to identify the evasion factors of these students, according to the view of the College; and (4) to evaluate the efficacy of the actions implemented by the College to support the permanence of its scholarship holders. The study, of a quanti-qualitative nature, comprised a sample of 86 scholarship holders randomly selected from the six courses with more scholarship holders. For the data collection, a questionnaire was applied to the sample of students and a semi-structured interview was done with twelve students from the sample and with the coordinator of social projects of the College. The quantitative data were analyzed through basic statistics and the qualitative ones through the technique of content analysis. As for the Prouni scholarship holders, the study revealed that they, in their absolute majority, are women (76%), classified in the 18-24 age group (54%), single (71%), residents at Presidente Prudente (SP) (54%), workers (80%), and with full scholarship (77%). This profile shows that the scholarships have been effectively given to students of low income. Regarding the degree of satisfaction with Prouni, what satisfied 53% of the students were the opportunity and the benefits of the scholarship and what dissatisfied 47% of them was the College structure. The quality of the education received by the Prouni scholarship holder seems to become partially compromised by the institutional-structural limitations of the receiving College of these students. While there was a manifestation of satisfaction with the course from a considerable portion of scholarship holders, there were expressions of frustrations with course from others, especially in relation to the quality of the education provided. Concerning the expectations of the scholarship holders, 54% of them pretend to conquer a public employment in their field of competency and dream to have professional growth. The study revealed that the scholarship holders hopes a more elevated personal and professional realization through the college diploma. To 90% of the scholarship students, there was no risk of course desistance, to 35% the value of the scholarship is fully adequate and to 27%, partially adequate. The index of evaded scholarship holders is low and the major risk of evasion or desistance occurs among students with partial scholarship. According to the coordinator of social projects, there was a reduction of scholarship holders and a greater adherence to FIES, through guidance by the institution for reasons not explained to the interested parts, what show some fragility of Prouni which leaves the scholarship holders vulnerable to pressures and to interests extrinsic to Prouni. Complementary actions of financial support to scholarship holders, especially to those with partial scholarship, seem needed to support them in their costs of maintenance, housing and transportation

Keywords: Prouni; access to higher education; affirmative action; expansion of higher education; democratization of higher education.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Expansão do Prouni de 2005 a 2012	74
GRÁFICO 2 - Bolsas integrais e parciais ofertadas por ano e por tipo de bolsa (2005-2012)	75
GRÁFICO 3 - Quantidade e tipo de bolsas ofertadas no 1º e 2º semestre (2005-2012)	75
GRÁFICO 4 - Ofertas de bolsas por modalidade de ensino	76
GRÁFICO 5 - Bolsistas Prouni por turno em cursos presenciais	76
GRÁFICO 6 - Bolsistas por tipo de bolsa	77
GRÁFICO 7 - Bolsistas por raça	77
GRÁFICO 8 - Bolsistas por Região	78
GRÁFICO 9 - Bolsistas da Região Sudeste	78
GRÁFICO 10 - Crescimento do número de alunos do grupo institucional pesquisado (1999 a 2012)	94
GRÁFICO 11 - Gênero dos bolsistas Prouni.....	105
GRÁFICO 12 - Faixa-etária dos bolsistas Prouni.....	106
GRÁFICO 13 - Estado civil dos bolsistas Prouni	106
GRÁFICO 14 - Residência dos bolsistas Prouni	107
GRÁFICO 15 - Tipo de bolsa recebida pelos bolsistas Prouni	108
GRÁFICO 16 - Forma de ingresso dos bolsistas Prouni	108
GRÁFICO 17 - Distância da residência ou do trabalho do bolsista para a faculdade (KM)	109
GRÁFICO 18 - Bolsistas Prouni que estão trabalhando	110
GRÁFICO 19 - Jornada de trabalho dos bolsistas Prouni	110
GRÁFICO 20 - Fonte de renda dos bolsistas Prouni	111
GRÁFICO 21 - Renda pessoal dos bolsistas Prouni	111
GRÁFICO 22 - Renda familiar dos bolsistas Prouni	112
GRÁFICO 23 - Aprovação da família dos bolsistas Prouni	113
GRÁFICO 24 - Origem escolar dos bolsistas Prouni	114
GRÁFICO 25 - Primeiro membro a fazer faculdade na família	114

GRÁFICO 26 - Satisfação dos bolsistas com o curso escolhido	116
GRÁFICO 27 - Razão da opção dos bolsistas pelo curso escolhido	117
GRÁFICO 28 - O que mais agrada os bolsistas em relação ao curso	118
GRÁFICO 29 - O que desagrada os bolsistas em relação ao curso	118
GRÁFICO 30 - O que o curso possibilitou aos bolsistas	119
GRÁFICO 31 - Objetivo dos bolsistas com relação ao curso	127
GRÁFICO 32 - Possibilidade de desistência do curso pelos bolsistas	134
GRÁFICO 33 - Razão para continuidade no curso	135
GRÁFICO 34 - Suficiência do valor da bolsa	136
GRÁFICO 35 - Complemento da bolsa Prouni (50% restante)	136
GRÁFICO 36 - Reconhecimento da escolha do Prouni	137
GRÁFICO 37 - Avaliação da faculdade pelos bolsistas	138

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Síntese dos argumentos favoráveis ao Prouni	38
QUADRO 2 - Síntese dos argumentos contrários ao Prouni	46
QUADRO 3 - Expressões de satisfação e/ou insatisfação dos bolsistas	121
QUADRO 4 - Síntese das expressões de satisfação e insatisfação dos bolsistas entrevistados	125
QUADRO 5 - Expressões de expectativas ou de falta de expectativa dos bolsistas	129
QUADRO 6 - Síntese das manifestações de expectativas dos bolsistas entrevistados	132
QUADRO 7 - Fatores de evasão e de permanência dos bolsistas Prouni	139
QUADRO 8 - Risco de evasão, suficiência da bolsa e permanência dos bolsistas no curso.....	143

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Matrículas, bolsas ofertadas, preenchidas e ociosas (2005 a 2010)..	34
TABELA 2 - Síntese dos dados sobre o acesso por matrículas e por tipo de instituições	53
TABELA 3 - Número de instituições de ensino superior público e privado (2000 e 2004)	54
TABELA 4 - Número e percentual de matrículas em instituições públicas e particulares de ensino superior (2000 e 2004).....	55
TABELA 5 - Financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis (2011).....	58
TABELA 6 - Número de instituições de educação superior público e privado (2005 a 2011)	61
TABELA 7 - Número de matrículas (2005 a 2011)	61
TABELA 8 - Síntese da evolução do número de ingressos pelo vestibular	64
TABELA 9 - Graduação presencial e a distância (2011)	66
TABELA 10 - Número de Instituições e de matrículas por categoria administrativa dos tipos de instituições (2011)	66
TABELA 11 - Evolução quantitativa no ensino superior no Brasil (2005 a 2011)....	67
TABELA 12 - <i>Ranking</i> das instituições por matrículas (2007)	72
TABELA 13 - Bolsas ofertadas em Pres. Prudente e em todos os municípios brasileiros (2009 a 2013)	79
TABELA 14 - Taxa de evasão anual no ensino superior (2001 a 2010)	90
TABELA 15 - Número de bolsistas participantes da pesquisa (população e amostra)	95
TABELA 16 - Número de bolsas Prouni de 2009 a 2013	103
TABELA 17 - Número de bolsistas ingressantes, concluintes, evadidos e em curso	104

LISTA DE SIGLAS

AA	-	Ação Afirmativa
ANDIFES	-	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Cadin	-	Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cefets	-	Centro federal de Educação Tecnológica
CF	-	Constituição Federal
CIEE	-	Centro de Integração Empresa-Escola
COFINS	-	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
CPF	-	Cadastro de Pessoa Física
CRA-SP	-	Conselho Regional de Administração de São Paulo
CSLL	-	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
EAD	-	Ensino a Distância
Enade	-	Exame Nacional de Desempenho de Estudante
Enem	-	Exame Nacional do Ensino Médio
ESPM	-	Escola Superior de Propaganda e Marketing
FEBRABAN	-	Federação Brasileira de Bancos
FGEDUC	-	Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
FGV	-	Fundação Getúlio Vargas
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
FIES	-	Fundo de Financiamento do Ensino Superior
FUNAI	-	Fundação Nacional do Índio
GESAC	-	Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibmec	-	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IES	-	Instituição de Ensino Superior
Ifes	-	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do E. Santo
IFET	-	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Inep	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPTU	-	Imposto Predial e Territorial Urbano

IRPJ	- Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	- Imposto Sobre Serviços (de qualquer natureza)
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	- Ministério da Administração e Reforma do Estado
MBA	- <i>Master in Business Administration</i> (Mestre em Administração de Negócios)
MEC	- Ministério da Educação
MP	- Medida Provisória
PIS	- Programa de Integração Social
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	- Plano Nacional de Educação
Prouni	- Programa Universidade Para Todos
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
Reuni	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Seade	- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Sinaes	- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sisprouni	- Sistema do Prouni
TCU	- Tribunal de Contas da União
UAB	- Universidade Aberta do Brasil
UFPA	- Universidade Federal do Pará
ULBRA	- Universidade Luterana do Brasil
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UNESA	- Universidade Estácio de Sá
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UNIBAN	- Universidade Bandeirante de São Paulo
Unifesp	- Universidade Federal de São Paulo
UNINOVE	- Universidade Nove de Julho
UNIP	- Universidade Paulista
UNIPAC	- Universidade Presidente Antônio Carlos
UNIVERSO	- Universidade Salgado de Oliveira
UNIVILA	- Faculdade de Vila Velha
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Contexto do problema	17
1.2 O problema e objetivos	20
1.3 Justificativa	21
1.4 Organização dos capítulos	21
2 REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1 Políticas do Prouni	23
2.2 Argumentos favoráveis e contrários ao Prouni	29
2.2.1 Argumentos favoráveis ao Prouni	35
2.2.2 Argumentos contrários ao Prouni	39
2.3 Acesso ao ensino superior	48
2.3.1 Acesso antes da criação do Prouni	48
2.3.2 Acesso após a criação do Prouni	56
2.4 Expansão do ensino superior	62
2.4.1 Expansão antes da criação do Prouni	62
2.4.2 Expansão após a criação do Prouni	65
2.4.3 Expansão do ensino superior privado	71
2.4.4 Expansão do ensino por intermédio do Prouni	74
2.5 Satisfação e expectativas do estudante Prouni	79
2.6 Permanência do estudante Prouni	84
2.7 Evasão do estudante Prouni	85
3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	93
3.1 Abordagem e locus da Pesquisa	93
3.2 Sujeitos da pesquisa	94
3.3 Instrumentos	96
3.3.1 Pesquisa documental	96
3.3.2 Questionário para os estudantes bolsistas	96
3.3.3 Entrevista semiestruturada	97
3.4 Coleta de Dados	98
3.5 Análise de Dados	100

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	103
4.1 Perfil dos estudantes Prouni dos cursos selecionados	105
4.2 Satisfação dos estudantes Prouni dos cursos selecionados	116
4.3 Expectativas dos estudantes Prouni dos cursos selecionados	127
4.4 Permanência e evasão dos estudantes Prouni dos cursos selecionados	134
4.5 Ações da faculdade para a permanência dos estudantes Prouni no curso	145
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	155
ANEXO	170
Anexo A – Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005	171
APÊNDICES	177
Apêndice A - Termo de Consentimento livre e esclarecido para aplicação do questionário com os bolsistas	178
Apêndice A1 - Caderno de Questionário	179
Apêndice A2 - Respostas da questão aberta do questionário por curso	183
Apêndice B - Termo de Consentimento livre e esclarecido - Entrevistas com os bolsistas e roteiro de perguntas	189
Apêndice B1 - Perguntas e respostas das entrevistas por curso	191
Apêndice C - Termo de Consentimento livre e esclarecido - Entrevista com a coordenadora de projetos	202
Apêndice C1 - Perguntas e respostas da entrevista com a coordenadora de projetos	203
Apêndice D - Outros gráficos do questionário	205

1 INTRODUÇÃO

Em 2007, concluí o curso de especialização em Gestão Educacional oferecido pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), *campus* de Presidente Prudente-SP. Na oportunidade, apresentei a monografia cuja temática visava mostrar a trajetória acadêmica de estudantes do curso de Administração em uma faculdade privada na cidade de Presidente Prudente-SP, revelando já, naquela época, o interesse pelo estudo do perfil do estudante quanto à sua procura pelo curso superior, à sua trajetória acadêmica e às suas condições socioeconômicas.

Hoje, o exercício da profissão de administrador, de coordenador de curso e docente na mesma Faculdade, permitiu-me observar diferenças substanciais no perfil de estudante que ingressam na faculdade.

Essas observações alimentaram uma inquietante busca sobre algumas características de formação e de predisposição do estudante que ingressa no curso superior. Mesmo considerando as diferentes faixas etárias e as condições econômicas e sociais desse estudante, julguei ser pertinente eleger um grupo seletivo deles para aplicar o estudo e ampliar as observações a fim de delinear seu perfil socioeconômico sua estrutura familiar, sua satisfação e expectativas no ensino superior.

1.1 Contexto do Problema

Para adentrar nesse cenário, levou-se primeiramente em consideração o registro do aumento do número de instituições e de vagas no ensino superior, resultante de políticas educacionais adotadas pelo governo e de iniciativas tomadas por ele as quais propiciaram a ampliação do acesso e a inclusão de um alunado tradicionalmente excluído dessa oportunidade educacional. Dentre os principais programas de inclusão educacional, esta pesquisa elegeu para análise o Programa Universidade para Todos (Prouni). Criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, (Anexo A), o “Programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior” (BRASIL, 2008, s/p). Entende-se por bolsa integral (100%), aquela oferecida para estudantes que

possuam renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio e bolsa parcial (50%) para os estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos (BRASIL, 2012a, s/p).

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), apresentados pelo Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em 1980 foram 1.377.286 matrículas na graduação; em 1990, esse número subiu para 1.540.080 e em 1998 para 2.125.958 (BRASIL, 2000). Em 2009, foram 5.115.896 matrículas, representando um salto quantitativo ao longo de quase 30 anos. Atualmente, como exemplo, só no curso de Administração, são cerca de 1.170.000 graduandos para atender aproximadamente 25 milhões de empresas no Brasil. Em 2010, as matrículas entre públicas e privadas foram 6.379.299 (BRASIL, 2013c). Esses números continuaram crescendo, motivados por políticas educacionais pautadas em programas sociais introduzidos pelo Governo Federal nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), respectivamente. Em 1990 havia 918 instituições públicas e privadas e em 2011 já eram 2.365, sendo 2081 instituições privadas e 284 públicas (BRASIL, 2013c).

Embora esses dados apontem crescimento do ensino superior em vários segmentos, a pergunta que se faz é: Todos os candidatos ao ensino superior possuem realmente as mesmas oportunidades de formação educacional e profissional face aos discursos das políticas educacionais de acesso?

A eficiência e a efetividade da política de educação superior, a partir da análise da satisfação, expectativa, evasão e permanência de bolsistas do Programa Universidade para Todos, requer um estudo mais aprofundado. Assim, esse Programa foi eleito para a pesquisa, porque foi o responsável pelo acesso ao ensino superior de muitos jovens carentes em uma faculdade particular localizada no município de Presidente Prudente-SP.

Considerando o contexto geográfico dessa pesquisa, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade/SP), revelam que o Município de Presidente Prudente-SP possui 207.610 habitantes, dados de 2012. A média de anos de estudo de sua população é de 8,35 anos, com rendimento médio dos empregados economicamente ativos de R\$ 1.789,81; o valor do rendimento médio mensal do trabalho das pessoas ocupadas de 18 ou 19 anos é de R\$ 615,79 e entre 20 e 24

anos, de R\$ 886,47. Pode-se observar que o município apresenta baixo índice de escolaridade, e o rendimento nessa faixa etária está um pouco acima do salário mínimo de R\$ 768,00, conforme Decreto nº 7.872/2012, (Brasil, 2012b). A taxa de analfabetismo registrada no município foi de 3,91% em 2010 e em 2012 havia 52.407 pessoas com ensino médio completo e superior incompleto (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

Outro dado do IBGE (2012) revela que 68,54% da população entre 18 e 24 anos, em Presidente Prudente-SP, possuem ensino médio completo, o que se pode considerar uma população que não teve acesso ao ensino superior ou que de certa forma, torna-se um público potencial para o ensino superior. Embora o município de Presidente Prudente-SP, quanto ao nível de instrução, registre 27.351 pessoas com formação superior completa, é ainda grande o número de pessoas com pouca instrução ou com ensino fundamental incompleto.

A política neoliberal desencadeia ações de privatização, e o Estado passa parte da responsabilidade da educação para a iniciativa privada e sua responsabilidade se restringe a assegurar a qualidade do ensino para que a educação não se torne mercadoria sem qualidade ou de qualidade enganosa nas mãos de “empresários da educação”. A esse respeito, Welter, Lima e Canan (2006, p. 7) escreveram:

[...] temos sofrido a incidência das políticas neoliberais que tem determinado fortemente as políticas educacionais no Brasil, como em outros países. Em razão disso, vivenciamos um quadro um tanto desolador uma vez que o grande mote apresentado por esse sistema é o da privatização do ensino e da exclusão cada vez mais rápida do Estado de suas obrigações com a Educação e seu financiamento.

É nesse quadro que os Governos Federal, Estaduais e Municipais desenvolvem projetos que possibilitam o acesso ao ensino superior. No entanto, torna-se necessário apurar se esses programas têm realmente atingido suas finalidades proclamadas.

Três aspectos caracterizam a educação superior contemporânea. O primeiro deles é a massificação do ensino superior sem a qualidade necessária para atender a demanda e as exigências do mercado de trabalho; o segundo refere-se à utilização do dinheiro público para a promoção dos benefícios a instituições privadas; e o terceiro, consiste na falta de estrutura suficiente nos órgãos de

educação do governo para garantir não só o acesso ao ensino superior, mas também a qualidade desse ensino.

1.2 Problema e objetivos

Em meio ao cenário apresentado, coube indagar como o Programa de política de educação superior do governo federal, o Prouni, tem levado efetivamente à ampliação do acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, revelado manifestações de satisfação ou insatisfação e de expectativas desejadas pelos bolsistas e assegurado permanência deles no curso escolhido. Mais especificamente, buscou-se caracterizar o perfil desse estudante em uma faculdade de ensino superior, identificar suas expressões de satisfação ou insatisfação e de expectativas com relação ao curso, levantar as contingências ou riscos de evasão, bem como identificar que fatores têm contribuído para a sua permanência no curso.

As limitações da pesquisa se devem à falta de oportunidade para a ampliação do campo de pesquisa para outra(s) faculdade(s), bem como a própria dificuldade em convencer o estudante a participar da pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa foi verificar se o Programa Universidade para Todos (Prouni), para a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais destinadas a possibilitar o ingresso de estudantes em cursos de graduação em uma faculdade particular, situada no Município de Presidente Prudente-SP, tem sido uma política de educação eficaz no que se refere à satisfação, às expectativas dos bolsistas e aos fatores de evasão e de permanência no curso.

Foram objetivos específicos desta pesquisa:

- (1) Caracterizar o perfil dos estudantes bolsistas Prouni de uma faculdade particular de Presidente Prudente-SP;
- (2) Identificar o grau de satisfação e as expectativas dos estudantes bolsistas Prouni com relação ao curso escolhido numa faculdade particular do município de Presidente Prudente-SP;
- (3) Identificar os fatores de evasão de estudantes bolsistas do Prouni, segundo a ótica da faculdade.

- (4) Avaliar a eficácia das ações implementadas pela faculdade particular para assegurar a permanência de seus estudantes bolsistas do Prouni.

1.3 Justificativa

O Prouni é reconhecido como um programa de política educacional promovida por iniciativa do governo federal, a fim de possibilitar o acesso de pessoas de classes sociais menos favorecidas ao ensino superior. Esse Programa tem a preocupação, também, de garantir a permanência do bolsista no curso até sua conclusão. Dada sua relevância e custo para a sociedade brasileira, esta política precisa ser avaliada quanto à sua eficácia.

Pesquisas sobre estudantes Prouni são necessárias para se verificar se eles estão sendo efetivamente acolhidos e para apurar seu grau de satisfação e suas expectativas com relação ao curso escolhido. Esta pesquisa pretende fornecer informações relevantes, a partir do próprio beneficiário, sobre sua satisfação e expectativas em relação ao curso escolhido. É também importante para o sucesso da política governamental sobre este Programa, tomar conhecimento dos possíveis fatores de evasão e das iniciativas da instituição receptora do estudante para assegurar sua permanência no curso.

Considerando-se que a finalidade do Prouni é oferecer a oportunidade de acesso ao ensino superior mediante a concessão de bolsa de estudo a estudantes de baixa renda, torna-se importante caracterizar o perfil desses bolsistas e verificar se o Programa está sendo suficiente para mantê-los no curso e criar as condições necessárias e suficientes para garantir a sua formação pessoal e profissional.

Espera-se, finalmente, que os resultados dessa pesquisa possam contribuir para avaliar a efetividade do Prouni, como uma política governamental de acesso ao ensino superior, e oferecer subsídios para aprimorá-lo.

1.4 Organização dos Capítulos

O capítulo 2 apresenta a revisão da literatura na qual trata dos temas da política e do funcionamento do Prouni, das críticas favoráveis e contrárias ao

Programa, do acesso e da expansão do ensino superior no período anterior e posterior à sua implantação e da satisfação, expectativa, evasão e permanência do estudante Prouni no curso.

No capítulo 3 se descreve a metodologia utilizada na pesquisa. Nele foram descritos a abordagem da pesquisa, o *locus* da pesquisa, os sujeitos, os instrumentos de coleta dos dados e os procedimentos de coleta e de análise dos dados.

No capítulo 4 são apresentados os resultados e a discussão dos achados da pesquisa em relação aos objetivos.

Nas considerações finais, em base aos achados da pesquisa foram extraídas conclusões sobre satisfação, expectativa, evasão e permanência de bolsistas do Prouni e propostos temas de pesquisa para se aprofundar no estudo da eficácia dessa política.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo discorre sobre as políticas do Programa Universidade para Todos, seus objetivos e sua funcionalidade, discute os argumentos favoráveis e contrários ao Programa, analisa o problema do acesso e da expansão do ensino superior antes e depois do Prouni e, finalmente, levanta o estado da arte sobre a satisfação, expectativa, permanência e evasão do bolsista Prouni.

2.1 Políticas do Prouni

O Prouni adveio da Medida Provisória (MP) nº 213, de 10 de setembro de 2004, e foi institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, que estabelece como finalidade do Programa “a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior” (BRASIL, 2005b, s/p). O site do MEC acrescenta que o Governo Federal oferecerá, em contrapartida, isenção de alguns tributos às instituições que aderirem ao Programa (BRASIL, 2012a).

A adesão das instituições ao Prouni as isenta de quatro tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Essa adesão ao Programa se dá mediante dois critérios; o educacional e o fiscal, ou seja, para aderir ao Prouni, as instituições deverão estar regularmente autorizadas perante o MEC e os seus cursos devidamente cadastrados junto ao Inep, atendendo assim aos critérios educacionais. No campo fiscal, “as instituições devem apresentar regularidade fiscal aferida pelo MEC mediante consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (Cadin), previamente à autorização para adesão” (BRASIL, 2013j, s/p).

O portal do MEC define as primeiras regras para a participação do aluno ao Prouni:

A bolsa integral é oferecida a estudantes oriundos de famílias que tenham renda bruta mensal por pessoa de até 1,5 salários mínimo (R\$ 1.017 a partir deste mês). A bolsa parcial é destinada àquele que comprove renda mensal por pessoa da família de até três salários mínimos (R\$ 2.034). (BRASIL, 2012a, s/p).

A renda familiar auferida pelo aluno participante tem necessariamente que seguir critérios específicos definidos pelo Programa, estabelecendo o seguinte:

A renda familiar por pessoa é calculada somando-se a renda bruta dos componentes do grupo familiar e dividindo-se pelo número de pessoas que formam este grupo familiar. Se o resultado for até um salário mínimo e meio, o estudante poderá concorrer a uma bolsa integral. Se o resultado for maior que um salário mínimo e meio e menor ou igual a três salários mínimos, o estudante poderá concorrer a uma bolsa parcial de 50%. (BRASIL, 2013f, s/p).

Ainda de acordo com o portal Prouni, o Programa conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, transparente e seguro (BRASIL, 2012a).

Para candidatar-se à bolsa Prouni é importante a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), fazendo prevalecer o mérito do estudante com o melhor desempenho acadêmico (BRASIL, 2012a). Por essa razão, torna-se importante o candidato obter uma nota satisfatória nesse exame, pois isso viabiliza a sua classificação para uma vaga na instituição de ensino pleiteada.

O Enem foi criado pelo MEC, em 1998, com o objetivo de avaliar estudantes das redes públicas e particulares do ensino médio. A prova do Enem é dividida em duas partes: uma redação e a outra composta de questões de múltipla escolha. A nota obtida pelo aluno passou a servir como critério para o processo de seleção nas universidades públicas e privadas. O Prouni a utiliza como critério desde a sua criação, em 2004. Cabe ressaltar que para concorrer a uma bolsa, o aluno deve também atender às condições estabelecidas pelo Programa. Conforme Brasil, (2013j, s/p), a saber:

- Ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública; ou - ter cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição; ou - ter cursado todo o ensino parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituições privadas, na condição de bolsista integral na instituição privada; ou - ser pessoa com deficiência; ou - ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrado o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia.

Observa-se, a preocupação do Programa em atender alunos oriundos de escolas públicas ou mesmo das particulares, desde que tivessem recebido bolsa no ensino médio. As condições estabelecidas pelo Programa não definem com clareza quais são os tipos e o grau de deficiência, contudo, o texto demonstra a

preocupação do Programa em promover a inclusão de alunos que sofreram deficiência. No último critério, nota-se a preocupação do Programa em atender os professores da rede pública que não tiveram oportunidade de cursar uma faculdade em nível de licenciatura. Esse critério visa corrigir uma inadequação do próprio sistema de ensino para aqueles que desempenham atividades no ensino básico, sem a devida formação. Segundo o portal, esse benefício do Prouni se enquadrará segundo a exigência: “os professores deverão estar no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrando o quadro de pessoal de instituição pública” (BRASIL, 2013j, s/p).

Estes critérios, desde que devidamente comprovados, definem os benefícios concedidos das bolsas integrais ou parciais. Assim, o aluno que não tenha conseguido a bolsa integral e caso necessite de um complemento, pode, por meio de outros mecanismos, ter essa necessidade atendida.

O Prouni possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e ainda o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. (BRASIL, 2013i, s/p).

Segundo o portal Prouni, o Programa reúne uma série de exigências para que o aluno interessado possa concorrer às bolsas disponíveis. As inscrições são efetuadas exclusivamente pela internet. Desse modo, a instituição que aderir ao Programa deverá oferecer acesso gratuito ao interessado (BRASIL, 2013i). Outras redes de parceiros do Prouni foram criadas para facilitar o acesso à inscrição, entre as quais está a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) distribuída nas Administrações Executivas Regionais, nos Centros de Integração Empresa-Escola (CIEE) e pelos pontos de presença do Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC).

A seleção do candidato ao Prouni é estabelecida por três fases distintas, a saber: inscrição e pré-seleção; conferência dos dados pela instituição escolhida; e eventual exame seletivo pela instituição indicada. Na primeira fase, para a inscrição e pré-seleção do MEC, é o aluno quem escolhe dentre as modalidades oferecidas pelo Programa (instituição; curso; habilitações ou turnos), conforme a sua renda familiar por pessoa e as adequações exigidas pelo Programa.

O Sistema do Prouni (Sisprouni) é responsável por classificar os estudantes, de acordo com essas informações declaradas com os cruzamentos das

suas notas obtidas no Enem (resultado do exame no ano imediatamente anterior). A nota que valerá para o Prouni será aquela obtida por meio da média aritmética das notas das provas de redação e de conhecimentos gerais do Enem, informação reforçada no portal “Só pode se candidatar ao Prouni, o estudante que tenha participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)” (BRASIL, 2013k, s/p). Em 2012, o Programa sofreu alteração em relação à pontuação para a prova do Enem, com isso, a nota mínima passou de 400 para 450 pontos. Ainda segundo o portal: “Os resultados do Enem são usados como critério para a distribuição das bolsas de estudos, isto é, as bolsas são distribuídas conforme as notas obtidas pelos estudantes no Enem” (BRASIL, 2013k, s/p). A compilação de dados gera uma listagem em caráter público daqueles estudantes pré-selecionados em cada curso de cada instituição. O Candidato não pode ter diploma de ensino superior nem estar regularmente matriculado em instituição pública e gratuita de ensino superior (BRASIL, 2013g).

Na segunda fase, cada instituição fará a conferência (aferição) dos dados fornecidos pelos candidatos optantes por ela, fazendo-se valer dos documentos comprobatórios das informações prestadas e da ficha de inscrição definida pelo MEC e regulamentada para cada processo seletivo.

Na terceira fase, as instituições poderão, eventualmente, submeter os alunos a processos seletivos próprios (isso caso ocorra empate entre candidatos para a vaga no mesmo curso). Após sua aprovação, será emitido um termo de concessão de bolsa, de acordo com o seu aproveitamento (integral de 100% ou parcial de 50%).

A aferição das informações é feita pelo coordenador do Prouni designado por cada instituição. Segundo o portal MEC, a instituição credenciada poderá solicitar qualquer outra documentação que julgar necessária para sua matrícula (BRASIL, 2013j). Ainda segundo o portal, a fase de comprovação das informações é necessária para se preservar a transparência, a justiça e a lisura do processo de seleção do Programa para que o seu real objetivo de conceder bolsas aos candidatos comprovadamente necessitados seja alcançado (BRASIL, 2013j).

Para o preenchimento das bolsas haverá uma pré-seleção, em primeira chamada, para os estudantes classificados de imediato, conforme suas avaliações no Enem e suas opções descritas quando da inscrição no Programa. No entanto,

poderá haver uma segunda chamada para alunos pré-selecionados para as bolsas que por ventura não forem preenchidas (em virtude de eventuais reprovações ou não conformidade de informações na aferição de candidatos na primeira chamada). Ainda poderá ser necessária uma terceira chamada para as vagas remanescentes (não preenchidas durante todo o processo regular). Isso significa que podem ser preenchidas pela própria instituição a partir dos mesmos critérios do Prouni, atendendo a dois outros critérios:

- (1) alunos de turmas iniciais, conforme a classificação no vestibular da instituição;
- (2) alunos de outros períodos letivos, conforme a classificação de seu desempenho acadêmico na instituição.

Em quaisquer das situações, terão prioridade em receber as bolsas remanescentes, aqueles professores da rede pública de ensino, regularmente matriculados em cursos de licenciatura, Normal, Superior ou Pedagogia, conforme os critérios estabelecidos pelo Programa. Ainda assim se houver vagas não preenchidas, elas poderão ser ofertadas num próximo processo seletivo desse mesmo Programa segundo sua legislação.

É prevista ainda uma reserva de vagas para “pretos, pardos e índios”, além daquelas garantias destinadas aos portadores de deficiência, mencionadas anteriormente:

O percentual de bolsas destinadas aos cotistas é igual àquele de cidadãos pretos, pardos e índios, por unidade da federação, segundo o último censo do IBGE. O candidato cotista também deve se enquadrar nos demais critérios de seleção do programa. (BRASIL, 2013j, s/p).

O Prouni disponibiliza os resultados do processo seletivo na *internet* por intermédio de seu portal e pelo telefone ou ainda nas instituições participantes. O portal do Prouni trata ainda da bolsa-permanência, concedida para o custeio de despesas educacionais, Essa bolsa,

É um benefício, de até R\$ 300,00 mensais, concedido a estudantes com bolsa integral em utilização, matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e cuja carga horária média seja superior ou igual a seis horas diárias de aula. (BRASIL, 2013j, s/p).

Segundo o portal, a bolsa permanência é concedida automaticamente em virtude do sistema informatizado do Prouni, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira do MEC. Sua concessão é realizada mensalmente, no primeiro dia de cada mês. O Programa define os critérios para os cálculos das horas necessárias para o estudante bolsista obter o benefício da sua bolsa permanência.

A referida carga horária média é calculada pela divisão entre a carga horária mínima total do curso, em horas, e o resultado da multiplicação do respectivo prazo mínimo em anos para integralização do curso e o número de dias do ano letivo, sendo este fixado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em 200 dias letivos. O cálculo da carga horária média é efetuado com base nos dados constantes no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores do Ministério da Educação. O valor da Bolsa Permanência é definido em edital publicado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. (BRASIL, 2013e, s/p).

Esse incentivo visa à permanência do aluno no Programa, mas para isso não será preciso reivindicar o benefício. Segundo o portal do Prouni,

A Bolsa Permanência é um benefício com o valor máximo equivalente ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica, destinada exclusivamente ao custeio das despesas educacionais de beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos – PROUNI. (BRASIL, 2013e, s/p).

Cabe a cada instituição atualizar mensalmente a relação de bolsistas beneficiados pela bolsa-permanência e o MEC alerta que não haverá pagamento retroativo de bolsa provocado pelo não cumprimento das exigências legais estipuladas pelo Programa. O Prouni estabelece que o benefício da bolsa-permanência poderá sofrer suspensão ou encerramento na seguinte condição:

A Bolsa Permanência será concedida aos bolsistas do Prouni beneficiários de bolsas integrais em utilização, cessando seu recebimento em caso de suspensão, pelo período em que esta persistir, em caso de encerramento de tal benefício, ou se o curso deixar de atender aos critérios estabelecidos quanto à carga horária. (BRASIL, 2013e, s/p).

Essa bolsa também poderá ser encerrada nos seguintes casos:

- encerramento da bolsa do Prouni;
- transferência do usufruto da bolsa para curso que não se enquadre nos critérios de concessão da Bolsa Permanência;

- utilização dos recursos recebidos pelo estudante para outra destinação que não o custeio de suas despesas educacionais;
- constatação de inidoneidade de documento apresentado ou falsidade de informação prestada pelo estudante;
- solicitação do estudante beneficiado.

O Programa têm critérios estabelecidos, mas que necessitam de controle efetivo não somente do MEC como também das Instituições.

O interesse pelas políticas do Prouni, bem como os seus efeitos, levaram Felicetti, Rossoni e Gomes (2011) a pesquisar o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 2007 e 2011. Eles encontraram e analisaram 21 teses relacionadas à temática Prouni. Desse material, vale destacar os estudos de Oliveira (2009), Faceira (2009), Simões (2011) Carvalho (2011) e Felicetti (2011). Em síntese, os autores descrevem que há pontos fortes e fracos no Prouni e apontaram, sob a ótica dos bolsistas, a dificuldade de permanecer no Programa em razão da carência financeira para custear os gastos do ensino superior. Copilando alguns dos autores descritos na pesquisa, foi possível recolher subsídios para descrever as próximas seções.

2.2 Argumentos Favoráveis e Contrários ao Prouni

O Prouni, desde que foi instituído tem propiciado discussões acirradas sobre seus efeitos para a educação superior. A polêmica em torno do assunto se dá quanto à sua finalidade de garantir o acesso à educação superior às camadas mais carentes da sociedade contrapondo-a com o favorecimento de instituições privadas no que tange a isenção de impostos.

Nessa seção pretende-se contextualizar o Programa abrindo a discussão sobre os argumentos favoráveis e contrários à sua criação, posteriormente, nas subseções seguintes esses argumentos serão tratados separadamente à luz das pesquisas acadêmicas e de posições dos autores que se propuseram investiga-lo.

Luiz Marinho, em virtude da sua condição de presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores – (CUT) em 2005, quando enalteceu a possibilidade dada ao acesso ao ensino superior por meio deste Programa. Marinho

dizia que aquele era o momento de os menos favorecidos terem a oportunidade de acessar o ensino superior.

Algumas figuras públicas, tais como cantores e sindicalistas, cuja imagem está associada ao "homem do povo", realizaram propagandas em jornais, revistas e em canais televisivos em prol da importância e do papel de democratização do PROUNI. Vale ressaltar que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), um dos principais aliados do atual governo, por meio de seu presidente, mostrou-se simpatizante ao programa em manifestação nos meios de comunicação, alegando ter, afinal, chegado a hora de o trabalhador ter acesso ao ensino superior (CARVALHO, 2006a, p. 987).

O Prouni havia acabado de ser instituído e, no comentário, Marinho destacou o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sindicato ligado ao governo Lula. Prova contundente dessa ligação está no fato de que, nos primeiros anos do Prouni, o ensino superior apresentou demanda elevada nas cidades do ABCD paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), municípios conhecidos como reduto político de Lula em razão do grande número de trabalhadores sindicalizados filiados à CUT. Nesses municípios houve abertura de vagas e a criação de uma Universidade Federal. Nesse período a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) abriu uma unidade em Diadema e outra em Guarulhos (CARVALHO, 2006a).

De acordo com Carvalho (2005), Marinho associava o sucesso do Programa às iniciativas do governo do Presidente Lula na primeira fase de seu governo. Em uma publicação do *Jornal Folha de S. Paulo*, em 28 de Fevereiro de 2005, Marinho ressaltou o esforço do Governo Federal na área da educação:

[...] é preciso enxergar também neste momento, o mérito do Prouni (Programa Universidade para Todos), lançado pelo Governo Federal. Por meio dele, quase 113 mil jovens carentes de todo o país, estão a partir deste ano cursando uma faculdade. (MARINHO, 2005, p. 1).

Na publicação Marinho argumenta que pela primeira vez depois de décadas, a educação superior foi colocada em pauta embora a polêmica da reforma não fosse tirar o mérito deste avanço na Educação do país, e que esse Programa devia ser encarado como ação emergencial. A esse respeito Marinho (2005, p. 1) assinala: “falo isso por experiência própria, porque fui um dos milhões de brasileiros cujo acesso à escola foi negado pela política de desmonte e de elitização da educação pública em nosso país”.

Em 2007, Dilvo Ristoff então responsável pela avaliação do ensino superior do MEC após constatar que os estudantes do Prouni haviam tido melhor desempenho nas provas do Enade, escreveu que os jovens do Prouni estavam fora do ensino superior não por estarem despreparados de forma geral, mas por serem pobres. Fazendo essa referência com relação a outros estudantes, Ristoff defende que a questão de democratizar o acesso à educação superior não significaria piorar a qualidade do ensino. Segundo Ristoff, os estudantes beneficiados pelo Prouni obtiveram resultado melhor em 11 dentre das 14 áreas. Essa circunstância poderia estar associada ao fato de que esses estudantes haviam entrado no ensino superior por meio da prova do Enem. Favorável à democratização do acesso ao ensino superior, Ristoff acredita que o Prouni não seria o responsável pela expansão em massa da educação superior, mas pelo controle efetivo da renúncia fiscal praticada pelo Estado.

Em 2010, Ellis Wayne Brown, vice-reitor da UNIBAN Brasil (Universidade Bandeirante de São Paulo) – adquirida pelo grupo Anhanguera - fez críticas às políticas públicas de ensino superior, por entender que elas trazem “efeitos colaterais nocivos e restritivos em outras frentes” (BROWN, 2010, p. 1). Segundo o autor, o Programa é excelente, mas ainda limitado em função da demanda. Sua análise é justificada pela meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 (Lei nº 10.172/2001)¹ não atingida, na qual previa inserir no ensino superior 30% de alunos entre 18 e 24 anos até 2010 e que, no entanto, atingiu menos da metade desse percentual (13,7%). Para o autor, no campo da educação, “o ensino superior público poderia ser pago, como na maioria dos países, deixando de privilegiar os que não precisam, gerando com esses recursos um fundo de bolsas para os que carecem de meios de custear estudos” (BROWN, 2010, p. 1).

Como anteriormente descrito, o Prouni não é unanimidade como política pública de educação. O Programa havia acabado de ser instituído e já era assunto para produção de pesquisas que servem como referência para essa análise. A Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) manifestou-se contra a compra de vagas em instituições privadas utilizando o dinheiro público, (MARTINS, 2011). A Associação é composta de

¹ O primeiro PNE foi elaborado em 1996 para vigorar de 2001 a 2010. A cada dez anos um novo projeto de lei é enviado pelo governo federal ao Congresso (COSTA; BARBOSA; GOTO, 2010).

reitores de universidades federais que consideram o Prouni um ônus aos cofres públicos e que concede vantagem ao setor privado da educação (PINTO, 2009).

Segundo Martins (2011), no ano de 2004 a *Folha de S. Paulo* publicou críticas ao Prouni proferidas por Ivan Valente, na época Deputado Federal e por Otaviano Helene, ex-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp). Segundo a autora, no processo da votação do Prouni no Congresso, a *Folha*, no caderno Opinião, publicou o texto de Valente e Helene que, entre outros comentários, assinalaram que:

O Prouni tem apelo popular e parece combater a exclusão. Mas a proposta é, na verdade, um equívoco e fere pontos defendidos há décadas pelos educadores [...] O que o Prouni faz é aumentar as isenções fiscais para IES privadas, que, com poucas exceções, não prestam contas de como as usam, remuneram de forma ilegal seus sócios, não têm transparência na concessão de bolsas e maquiam balanços (MARTINS, 2011, p. 20).

Essa seção e suas subseções trazem uma análise do ponto de vista de alguns autores com argumentos favoráveis e outros contrários ao Prouni, visando identificar os argumentos mais oportunos a partir de 2005 quando o Programa foi institucionalizado. Para abrir a discussão foram eleitos Silva (2007), Santana (2009) e Pinto (2009), uma vez que suas falas exprimem os pontos positivos e negativos do Programa. Silva (2007) contribui com o artigo “Responsabilidade social *versus* responsabilidade fiscal: duas vertentes do PROUNI”, na qual enfatiza a necessidade de se refletir sob quatro pontos centrais:

- (1) a institucionalização do mercado da educação superior;
- (2) a transferência das responsabilidades estatais para o mercado;
- (3) o fortalecimento da livre iniciativa; e
- (4) a hegemonia de políticas educacionais de corte neoliberal.

Sendo assim, uma das vertentes pela qual o Prouni foi concebido, segundo o autor, converge para a responsabilidade social, atrelada à defesa de ideais humanísticos, com base em princípios de solidariedade, dignidade, equidade social e respeito à diversidade. Essa vertente tem como base a inserção social de pessoas desprovidas de recursos no ensino superior. Entretanto, a outra vertente define o Prouni como “uma política pública estabelecida estritamente para instituições privadas com finalidade lucrativa, que aproveitaram melhor todos os tributos

concedidos em isenção” (SILVA, 2007, p. 3). Nesse caso o autor alerta para que o governo não faça do Prouni uma bandeira pautada somente na responsabilidade social, desconsiderando a responsabilidade de gestão pública na aplicação devida dos recursos.

Sobre a polêmica, Santana (2009) aponta duas correntes de pensamento a respeito do Programa e em meio a esse debate ideológico, percebe o Prouni como um instrumento de democratização do ensino superior:

No debate sobre a democratização do ensino superior existem aqueles defensores da ampliação do número de vagas por meio de instituições privadas. Nesse grupo identificam-se aqueles que defendem o Prouni como programa que tem potencial de democratizar a educação superior, ao possibilitar que o aluno de baixa renda tenha maiores chances de ingressar no ensino superior. Assim a incapacidade da rede pública de atender toda a demanda acaba por dar força ao movimento de democratização via iniciativa privada. (SANTANA, 2009, p. 30).

Embora concorde com o êxito do Prouni, Santana (2009, p. 34) alerta que o Programa não assegura a permanência do estudante no curso de sua escolha, pois, “promove apenas uma política de acesso e não de permanência”. A autora salienta ainda que os estudantes de baixa renda não dispõem de recursos para se manter no curso. Para a autora não existe consenso sobre o mesmo.

De acordo com Pinto (2009, p. 3), “posições favoráveis e críticas são evidentes. Entre os argumentos mais desfavoráveis está o que prevê a queda da qualidade da educação superior porque os programas de inclusão social ferem o princípio da meritocracia”, além de ser duvidosa a qualidade do ensino oferecido por essas instituições, pois muitas delas carecem de tradição educacional. Acrescenta-se ainda o pouco ou inexistente controle público dessas instituições.

Costa (2013) pesquisou o Prouni no contexto da isenção fiscal, do custo-aluno no Programa e da ociosidade de bolsas. Para a autora, R\$ 3.329.825.189,00 foi o valor da isenção fiscal com relação ao Prouni. Em 2012, com 284.622 bolsas ofertadas, a isenção fiscal foi de R\$ 514.452.425,00 e o resultado custo-aluno foi de R\$ 1.807,48 no mês. Entretanto, o número das bolsas efetivamente ocupadas foi de 152.697, perfazendo 36,71% de vagas ociosas (COSTA, 2013).

Com base na pesquisa de Costa (2013) a Tabela 1 apresenta a relação existente entre as matrículas nas instituições privadas, as bolsas ofertadas e preenchidas e os percentuais de bolsas Prouni efetivas ociosas entre 2005 e 2010.

É possível observar que o percentual de bolsas Prouni com relação às matrículas variou entre 2,70% e 3,64% nesse período, contudo, o percentual mais alto de vagas ociosas atingiu 44,62% em 2008. A autora se embasou no levantamento realizado em 2009, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou o *Relatório de Auditoria Operacional*. A auditoria analisou o Prouni e o FIES, contudo, especificamente sobre o Prouni, o TCU apontou irregularidades no controle efetivo do MEC, pois o Sisprouni não realiza cruzamento de informações com outros bancos de dados, assim: (a) mais de 1.700 bolsistas possuíam carros registrados com ano de fabricação de 2005 a 2008; (b) 3.561 bolsistas ativos do Prouni possuíam grau de instrução superior completo conforme Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/2004); (c) 2.143 bolsistas ativos do Prouni estavam matriculados em instituições públicas e gratuitas de ensino superior; e (d) os mecanismos para auxiliar na permanência do bolsista atingiram pequeno percentual de estudantes (BRASIL, 2009).

TABELA 1 - Matrículas, bolsas ofertadas, preenchidas e ociosas (2005 a 2010)

Ano	Matrículas nas instituições privadas	Bolsas Prouni ofertadas	Bolsas Prouni preenchidas	% de bolsas com relação às matrículas	% de vagas Prouni ociosas
2005	3.321.094	112.275	95.565	2,88%	14,88%
2006	3.632.487	138.668	109.009	3,00%	21,38%
2007	3.914.970	163.854	105.546	2,70%	35,58%
2008	4.255.064	225.005	124.601	2,93%	44,62%
2009	4.430.157	247.643	161.354	3,64%	34,84%
2010	4.736.001	241.273	152.697	3,22%	36,71%

Fonte: Costa (2013)

Segundo o relatório do TCU, o fato gerador da isenção ao invés de ser a adesão ao Programa, deveria ser o número de bolsas efetivamente ocupadas. Segundo o Tribunal, “o benefício fiscal oferecido às instituições participantes deveria ser proporcional ao número de bolsistas efetivos nos programas” (BRASIL, 2009, p.70). Conclui o relatório que, “os programas ainda necessitam de diversos aprimoramentos que auxiliarão tanto gestores, como IES e beneficiários a alcançarem seus objetivos de forma mais eficiente, eficaz, efetiva e econômica para os cofres públicos” (BRASIL, 2009, p.108). Em resposta, o MEC se pronunciou

alegando não possuir meios para acompanhar *in loco* e que possui número reduzido de servidores atuando na operacionalização do Prouni.

Exposta a discussão sobre o Programa, segue-se para a investigação de argumentos favoráveis e contrários a esse Programa. Assim, a partir das duas subseções seguintes, será apresentada uma análise desses argumentos. Como critério para apresentação dessas subseções, adotou-se a cronologia das referências a partir de 2005, com a intenção de demonstrar ao longo dos anos de existência do Programa os estudos de maior destaque entre os estudos acadêmicos dos autores que se dispuseram a pesquisar sobre o Prouni. Ao adotar a imparcialidade e a equidade, objetivou-se fazer os apontamentos mais pertinentes, pois se entende que não cabe nesse momento adotar posição tendenciosa em função de julgar uma ou outra posição em relação ao Programa.

2.2.1 Argumentos favoráveis ao Prouni

Com um argumento favorável ao Prouni, Carvalho (2007) apresenta em sua tese: “O Prouni como política de inclusão: estudo de campo sobre as dimensões institucionais da inclusão universitária, junto a 400 bolsistas no biênio 2005-2006”. Para o autor, “O debate sobre as Ações Afirmativas² (AA) é extremamente antagônico e complexo” (CARVALHO, 2007, p. 01). Segundo ele, alguns autores a consideram medidas como compensatórias, enquanto outros, reconhecerem nessas ações a possibilidade de políticas de inclusão social. Nesse contexto, Carvalho destaca as discussões que transforma o Prouni em Programa polêmico. A pesquisa de Carvalho ressalta duas dimensões: melhor controle do MEC do uso dos recursos decorrentes da renúncia fiscal e adoção do Enem como critério seletivo, ou seja, o mérito para a conquista da bolsa. Segundo o autor,

Uma das divergências apontadas pelo referencial teórico desse debate refere-se à ruptura do princípio do mérito individualista, no sentido de que as ações afirmativas privilegiam de forma positiva os grupos desprivilegiados, constituindo uma nova forma de discriminação positiva, ferindo o princípio da equidade e de individualidade. (CARVALHO, 2007, p. 1-2).

² Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (REIS; TENÓRIO, 2009, p. 47).

Para o autor o MEC, ao adotar o Enem como processo seletivo para as vagas do Prouni, define duas estratégias políticas: o padrão mínimo de qualidade e a seletividade e meritocracia.

Na sua análise do Prouni, Carvalho considera cinco aspectos:

- (1) o Prouni como política de acesso ao ensino superior;
- (2) o Prouni como instrumento de inclusão social;
- (3) o Prouni como política pública que cria vagas nas IES privadas, com riscos de ampliar a privatização do ensino superior;
- (4) o Enem como processo de seleção dos candidatos ao Prouni;
- (5) os impactos do Prouni na política de bolsas sociais.

Carvalho (2007, p. 6) considera o Prouni “uma política de inclusão de ação afirmativa do governo federal em prol da inclusão no ensino superior privado de grupos sociais deles antes excluídos”. O autor aponta para os efeitos positivos em decorrência de o MEC controlar melhor o uso dos recursos correspondentes à renúncia fiscal da União e adotar o Enem como critério seletivo para a alocação de vagas.

Passados cinco anos da criação do Programa, Pereira e Silva (2010, p. 12) escreveram que a formulação de políticas públicas é “um campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo colocar o governo em ação e ou analisar essa ação”, e acrescentaram que a elaboração de uma política pública é resultado de várias áreas do conhecimento, como a sociologia e a economia. Segundo Pereira e Silva (2010, p. 12), “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Democratizar no sentido de redistribuir está na pauta das sociedades contemporâneas. Em tais sociedades, “uma das principais características das políticas públicas é o seu caráter redistributivo, tendo em vista que as mesmas pretendem produzir oportunidades iguais para atores sociais desiguais” (PEREIRA; SILVA 2010, p. 13). As oportunidades destacadas pelas autoras reforçam suas posições favoráveis ao Prouni quando se trata de distribuição de bolsas para os atores sociais em condições de desigualdade.

Costa (2010) compreende a oferta de oportunidade educacional numa perspectiva muito mais ampla, na qual se permita não somente oferecer vagas de estudos, mas também dar condições para que o bolsista possa enfim usufruir do seu benefício. Por isso, afirma:

Não estamos falando somente de disponibilidade de vagas, mas a garantia de fato do acesso através de políticas que permitam a manutenção do jovem na escola e na universidade [...] abordar a educação como política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla [...] as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado (COSTA, 2010, p. 59-60).

Como defensora do Prouni, Costa, que em 2003 foi eleita vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), teve desde então a oportunidade de acompanhar de perto as mudanças decorrentes das políticas educacionais, sobretudo em função do mandato do presidente Lula. Antônio Chizzotti, no prefácio do livro de Costa (2010), salienta que a autora emergiu no campo das políticas de inclusão em meio a controvérsias, polêmicas e fragorosos debates. Para Chizzotti:

O trabalho da autora teve a coragem de ferir uma questão de grande atualidade e poderá, com a publicação desse livro, favorecer o debate sobre um problema que afeta muitos jovens candidatos à universidade e outros que lutam para alcançar sua formação universitária (COSTA, 2010, p. 16).

Costa (2010) se posiciona favorável ao Programa, entretanto, ressalta a importância da permanência dos estudantes beneficiários no ensino superior bem como a reformulação por parte do Estado quando a sociedade necessitar de ajustes nas suas políticas.

Ao pesquisar os beneficiários do Prouni, a autora concluiu que os estudantes reconhecem a importância do Programa e que o fato de serem bolsistas não os exclui por causa de sua classe social. O ingresso no ensino superior representa uma nova perspectiva de conhecimento e ascensão social. Para a autora, o Programa surge como mudança significativa e o poder público é quem deve formar e promover a formação dos jovens e inseri-los na sociedade.

Morais (2011) destaca que o Presidente Lula promoveu uma série de medidas em prol da democratização do ensino público. Observa Moraes que a criação do Prouni como política de ação afirmativa atendeu aos interesses:

- (a) do governo, pois não aumentou diretamente os gastos públicos;
- (b) dos empresários da educação, que receberam isenção de impostos federais; e
- (c) da população que teve a oportunidade de sonhar ingressar no ensino superior.

Para o autor, “Diante da nossa realidade atual, tendo em vista a escassez de recursos públicos, é impossível pensar em apenas o ensino estatal como ideal” (MORAIS, 2011, p. 4). Defensor do Prouni, o autor argumenta que o Programa foi o primeiro a oferecer oportunidade à população indígena de ingressar no ensino superior.

Morais (2011) reitera a notável importância do Prouni dentro do contexto de criação de novas oportunidades de estudo no processo de promoção da inclusão social, possibilitando a oportunidade de mudança de realidade para os estudantes ao propiciar trabalho, melhoria de renda e resgate da cidadania. Entretanto, adverte para algumas deficiências do Programa, como a ausência de uma política mais eficiente para permanência do estudante no curso superior. Por essa razão o autor sugere o aprimoramento do Programa pelo governo com o intuito de estimular o acompanhamento e assistência aos bolsistas. E conclui: “O Prouni precisa amadurecer para realmente realizar a democratização pretendida” (MORAIS, 2011, p. 10). O Quadro 1 sintetiza os pontos relevantes dos argumentos dos autores favoráveis ao Prouni.

QUADRO 1 - Síntese dos argumentos favoráveis ao Prouni

Autores	Ano	Argumentos Favoráveis ao Prouni
Carvalho	2007	Prouni como política de ação afirmativa; Caráter positivo da política de acesso ao ensino superior e instrumento de inclusão social.
Pereira e Silva	2010	Democratização do ensino; Caráter de distribuição de bolsas para os atores sociais em condições de desigualdade.
Costa	2010	Oportunidade e ascensão social; Distribuição de bolsas para os atores sociais em condições de desigualdade.

(continua)

(conclusão)

Morais	2011	Ação Afirmativa; Novas oportunidades para acesso ao ensino superior para a população de baixa renda; Promoção da inclusão social, (pobres, negros e indígenas); Atendimento de interesses, (Governo, empresários da educação e população carente)
--------	------	--

Fonte: O Autor (2013).

Comum nos argumentos dos defensores do Prouni está o processo de democratização do ensino superior. Nessas referências os autores clamam para a necessidade de atendimento às camadas menos favorecidas da sociedade e entendem o Prouni como um instrumento de mudança na política educacional, ou seja, uma política de ação afirmativa considerando o impacto provocado pelo acesso de estudantes que jamais teriam tido oportunidade de fazer um curso superior. De afirmativo em suas declarações está o argumento de que é papel do Estado contribuir para que seja oferecida oportunidade de educação principalmente para as pessoas menos favorecidas da sociedade, as quais, sem essas ações, dificilmente teriam acesso ao ensino superior.

2.2.2 Argumentos contrários ao Prouni

Essa subseção apresenta-se os argumentos de autores contrários ao Prouni. Como critérios, foram adotados os mesmos parâmetros utilizados para a discussão dos argumentos favoráveis, ou seja, consistem de argumentações selecionadas entre as pesquisas acadêmicas de maior relevância, cujo objetivo é realçar pontos de vista mais desfavoráveis ao Prouni.

Catani, Hey e Gilioli (2006), no seu artigo, “*PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?*”, criticam a criação do Programa como sendo meramente oportunista para alcançar a meta de 30% de jovens matriculados na educação superior. Para Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 127),

O princípio do Prouni segue essa orientação: promove o acesso à educação com baixo custo para o governo, isto é, uma engenharia administrativa que equilibra impacto popular, atendendo às demandas do setor privado e regulação das contas do Estado, cumprindo a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001) de aumentar a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior para 30% até 2010.

Ainda no seu artigo, Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 129) escrevem: “Na melhor das hipóteses, constituiu-se em um programa assistencialista que prioriza apenas o acesso do estudante ao ensino superior”. E continuam a sua crítica ao Programa acusando-o de “falsa democratização”:

O Prouni é comumente visto como mais uma política pública, particularmente por abrigar o preceito de cotas, mas destaca o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estagnação social existente. (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 136).

Catani e Oliveira (2007) complementam que a Constituição Federal (CF) de 1988, no artigo 208, inciso V estabelece o dever do Estado para com a Educação como algo que valoriza a capacidade de cada um. Segundo eles, nesse entendimento só teriam acesso ao ensino superior, aqueles dotados de inteligência:

[...] só chegariam aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística os sujeitos dotados de faculdade e inteligência superiores. A própria noção de educação superior como algo acima do que é básico, ou seja, do que pode ou deve ser para todos, corrobora essa concepção elitista de educação e facultam usos ideológicos os mais diversos, tais como a dicotomia educação básica - educação superior, a priorização dos fundos públicos para o ensino que é considerado básico, a privatização da educação superior por diferentes meios, a realização da pesquisa apenas em espaços privilegiados de excelência, dentre outros. (CATANI; OLIVEIRA, 2007, p. 3).

Esses autores salientam ainda que o Prouni promove uma política pública de acesso, mas não garante a permanência do estudante e tampouco o término do curso. Após análise, Catani e Oliveira (2007) concordam com Silva Jr. e Sguissardi (1999, p. 272) quando assinalem que:

[...] as novas faces da educação superior no Brasil não parecem estar fadadas a garantir um avanço significativo da educação pública e da inclusão social, ao contrário, tenderiam a aprofundar a apartação social entre a minoria incluída e a maioria dos cada vez mais excluídos da sociedade da informação ou do conhecimento.

Martins resume que Catani, Hey e Gilioli (2006) e Cunha (2004) discutem duas questões: (a) a transferência de recursos públicos que beneficiam as

IES da rede privada, e (b) a democratização do ensino superior. Para eles, “esta deve ocorrer através da oferta de um ensino superior público, gratuito e de qualidade, e não pela via privada, que é o que aconteceu por meio do PROUNI” (MARTINS, 2011, p. 5). Em 2004 havia 49% de vagas ociosas e o Prouni seria a solução encontrada para as IES privadas (MARTINS, 2011).

Para Catani, Esquivel e Gilioli (2007, p. 58), “O problema central do programa é o não investimento nas universidades públicas, opção que reforça a oferta privada de educação superior e não garante ensino de qualidade aos beneficiários pelo programa”. Os autores compartilham com Carvalho (2005) a crítica à isenção de tributos e à falta de fiscalização e de regulação mais efetiva para garantir a qualidade do ensino. Para Carvalho (2005, p. 13),

[...] as instituições mais beneficiadas são aquelas com fins lucrativos, já que ficam isentas, a partir da adesão, de praticamente todos os tributos que recolhiam. Além disso, a contrapartida em número de bolsas é muito baixa, estas permanecem com o mesmo status institucional e continuam não se submetendo a fiscalização/regulação governamental [...] O impacto sobre a rentabilidade deve ser importante, uma vez que a isenção da COFINS estimula o aumento de matrículas, e, conseqüentemente, o crescimento da receita operacional bruta, já que não há ônus tributário sobre o incremento na prestação de serviços. A isenção do PIS para as confessionais/comunitárias tem impacto muito reduzido sobre a folha salarial.

Carvalho (2005) destacou que a imunidade das entidades era por 10 anos podendo chegar a 20 anos.

Carvalho (2006a), fala da existência de um “jogo político” em torno do Programa. No metaforismo usado pela autora está de um lado o governo e de outro as instituições de ensino ou mantenedoras, e no meio estão aqueles que deveriam ser os maiores interessados, os estudantes representando a classe menos favorecida.

Para Carvalho, embora houvesse restrições às instituições educacionais para aderirem ou se enquadrarem nesse processo, houve crescimento no número de faculdades, cursos e vagas nos últimos anos. “Apesar de existirem requisitos restritivos para as entidades educacionais terem acesso à imunidade fiscal, na prática, grande parte usufruiu deste benefício” (CARVALHO, 2005, p. 4).

O discurso defendido pelo Prouni tem como foco prioritário os atores considerados “beneficiários” localizados na camada da sociedade como carentes de oportunidades. Carvalho (2006a, p. 985) reconhece que:

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) surge com o discurso de justiça social, tendo como público-alvo os estudantes carentes, cujos critérios de elegibilidade são a renda *per capita* familiar e o estudo em escolas públicas ou privadas na condição de bolsistas.

Quando se fala em discurso, na verdade se está referindo ao texto legal, aquele oficial e publicado, constituindo a partir de então a deontologia (dever) do Estado. Essa formalidade na expressão da política pública, nesse caso específico do Prouni, foi descrita por Carvalho como mais uma articulação do “jogo político”.

Quando se observa a formulação da política pública, de forma mais detalhada, por meio da evolução do Projeto de Lei, da Medida Provisória até a Lei do PROUNI e o decreto que a regulamentou, é possível afirmar que as alterações no texto legal conduziram à flexibilização de requisitos e sanções e à redução da contrapartida das instituições particulares. A redação final do documento refletiu o jogo político, no qual o MEC teve de ceder e acomodar os interesses privados, e estes atores não foram plenamente atendidos (CARVALHO, 2006a, p. 987).

A evolução do Projeto de Lei do Prouni é vista por Carvalho como reflexo da pressão exercida sobre o MEC pelo setor privado composto por associações representativas, provocando um “jogo político” de interesses. Carvalho (2006a, p. 995) comenta, ainda, que “cabe questionar a efetividade de tal programa, uma vez que as camadas de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar”. A autora alertava que apenas as instituições públicas poderiam ser capazes de criar as estruturas necessárias para acomodar os estudantes nos moldes propostos.

A crítica mais expressiva ao Programa apontada por Carvalho está na inexistência de sanção mais severa para as instituições que, de maneira “oportunista” e sem tradição educacional, aproveitam-se das renúncias fiscais. Como enfatiza a autora, “o empecilho à massificação do ensino superior brasileiro não está na ausência de vagas para o ingresso no sistema, mas na escassez de vagas públicas e gratuitas” (CARVALHO, 2006a, p. 997), sem considerar o desnivelamento e a desarticulação entre os níveis educacionais.

Outra crítica importante feita por Carvalho refere-se à polêmica do Prouni em relação à Constituição Federal de 1988, pois para a autora,

A concepção do programa fere o artigo 213 da Constituição Federal de 1988, como bem lembra Pinto (2004), uma vez que a carta Magna não permite a destinação de recursos públicos para instituições com fins lucrativos e apenas admite bolsas de estudo para o ensino fundamental e

médio e, neste caso, para as instituições sem fins lucrativos (CARVALHO 2006a, p. 988-989).

Conforme sua análise, os recursos públicos oriundos de tributos fiscais não poderiam favorecer as instituições privadas. O artigo da Constituição Federal de 1998, ao qual a autora se refere, prescreve:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II – Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades (BRASIL, 1988).

Carvalho (2006a) discorre, também, sobre outra polêmica gerada pela Medida Provisória ao propor atribuir ao MEC a competência exclusiva de fiscalização em razão de sua conhecida falta de estrutura para controlar as contas das instituições credenciadas para ofertar as matrículas do Programa.

Outra questão polêmica foi estabelecer na MP a competência exclusiva da fiscalização ao Ministério da Educação. Como este órgão não dispõe de quadro técnico especializado, haveria dificuldades no controle contábil/fiscal, ao passo que tal medida desautorizava e impedia o trabalho desenvolvido, nos últimos anos, de combate à sonegação do Ministério de Estado da Previdência Social e da Receita Federal. Os dois órgãos federais alertaram para o perigo de tal iniciativa. Com a promulgação da Lei, a redação foi alterada, a partir da manifestação destes atores burocráticos, para constar que o MEC será responsável, apenas, por verificar o cumprimento das exigências e informar aos órgãos competentes a situação de cada entidade. (CARVALHO, 2006a, p.989).

A autora destaca outras carências estruturais do MEC no que tange à falta de informações sobre questões acerca do Prouni:

[...] à falta de informações desagregadas e de séries históricas do PROUNI, que inviabilizam pesquisas mais aprofundadas. Não se encontram disponíveis: total de bolsas por IES, a relação total das IES que aderiram ao programa, o detalhamento dos cursos disponíveis e/ou escolhidos, o perfil dos estudantes (dados econômicos e sociais), taxas de evasão e desempenho acadêmico dos beneficiários (CARVALHO, 2006a, p. 989).

O que se constata das críticas de Carvalho ao Prouni é que a concessão da bolsa de estudo por si só não é suficiente para garantir o estudo

efetivo, pois as camadas de baixa renda demandam necessidades que vão além da gratuidade do estudo, segundo a autora:

Diante do quadro social e educacional deletérios, cabe questionar a efetividade de tal programa, uma vez que as camadas de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa. (CARVALHO, 2006a, p. 994).

Em síntese, para Carvalho, a abertura de vaga, não garante a efetividade do Prouni para a solução das questões sociais e econômicas dos estudantes beneficiados com a bolsa. Para Catani e Gilioli (2005, apud CARVALHO, 2006a), o Prouni promove uma política pública de acesso, mas não de permanência e conclusão do curso, orientando-se por uma concepção assistencialista, nos moldes das recomendações do Banco Mundial.

Carvalho critica o Programa tanto pela carência de suporte complementar para fornecer ao bolsista as condições para conseguir concluir o curso diante das dificuldades encontradas no percurso de sua formação, quanto pela qualidade duvidosa das instituições que “ofertam” vagas com objetivos apenas mercantilistas.

Considerando-se sua legitimidade social, o programa pode trazer o benefício simbólico do diploma àqueles que conseguirem permanecer no sistema e, talvez, uma chance real de ascensão social para poucos que estudaram no seletivo grupo de instituições privadas de qualidade. Mas, para a maioria, cuja porta de entrada encontra-se em estabelecimentos lucrativos e com pouca tradição no setor educacional, o programa pode ser apenas uma ilusão e/ou uma promessa não cumprida (CARVALHO, 2006a, p. 995-996).

Essa crítica põe em dúvida a efetividade do Prouni e, mais ainda, das instituições de ensino superior que não oferecem um ensino de qualidade.

Uma pesquisa com importante posicionamento contrário ao Prouni foi realizada por Almeida, (2009), cujo objetivo central foi responder se o Programa (Prouni) de inclusão social democratiza ou privatiza o ensino superior. A autora questiona a comunicação publicitária do Programa cuja definição sugere: “PARA TODOS”, uma vez que para se inscrever no Prouni o candidato tem que conseguir nota mínima de 4,5 na prova do Enem. Assim, para a autora, o Programa “não para todos! mas para aqueles que passarem no Enem e tiverem as maiores notas, já que

as bolsas são distribuídas segundo as notas obtidas” (ALMEIDA, 2009, p. 32). Chamaram a atenção as considerações finais da autora imputando ao Prouni exatamente o contrário do que declaradamente teria como objetivo.

Dessa forma, o Prouni, por ser um programa político para o ensino superior, que, embora declare democratizar o acesso à IES, realiza o contrário, contribui para a manutenção de exclusão da população desse nível de ensino. Esse programa não leva à transformação, não concede esse direito universal a todos os cidadãos, mas mantém as desigualdades sociais que são próprias do modo de produção capitalista. (ALMEIDA, 2009, p. 98).

Para Almeida (2009), a má qualidade do ensino promove uma eterna necessidade de especialização, gerando um ciclo vicioso que por sua vez agrada aos “empresários da educação”. Referindo-se ao Estado, para a autora, “Deixou-se de investir nas IES públicas e abriu-se o mercado para aplicação do capital estrangeiro. Atendeu-se aos empresários nacionais da educação, que necessitavam da isenção de impostos” (ALMEIDA, 2009, p. 98).

Em 2011, Saraiva e Nunes (2011) realizaram uma pesquisa sobre estudantes do Prouni e constataram que o Programa atende às expectativas de inclusão, mas acreditam que essa política educacional mascara a necessidade de investimentos na área da educação. No seu artigo: “A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do Prouni”, os autores contam que o que se viu foi a proliferação das instituições particulares de ensino superior em troca de isenção fiscal. Em síntese, a principal contribuição dessa pesquisa foi avaliar o desempenho do Prouni na ótica dos beneficiários e abrir caminho para novas pesquisas sobre as expectativas dos maiores interessados nesse Programa (SARAIVA; NUNES, 2011).

Almeida (2012), após sete anos de Prouni, sintetiza sua posição em sua tese afirmando que o controle sobre as instituições é frágil e falho. No que tange ao processo de democratização, segundo o autor, o Programa tem favorecido as instituições com fins lucrativos e com baixo interesse pela qualidade.

O quadro torna-se mais grave a partir da divulgação recente de notícias sobre uma das instituições mais beneficiadas com o ProUni envolvendo mecanismos de fraude ao destacar somente os estudantes mais capacitados para realizarem a avaliação [...] a meu ver, turva a análise do processo de democratização do acesso que o Programa Universidade para Todos. (ALMEIDA, 2012, p. 254).

Em síntese, Almeida (2012) sinaliza para o incentivo lucrativo que favorece o setor privado e também para a carência de uma base educacional na escola de nível médio para que esses estudantes acessem o ensino superior em melhores condições de estudo.

Em publicação da *Folha de S. Paulo* de 04/08/2013, Carvalho ressalta que a abrangência do Prouni ainda é pequena se comparada com o rendimento proporcionado pela isenção fiscal de R\$ 4 bilhões para as faculdades privadas. Para Carvalho (2013), a renúncia fiscal do Prouni beneficia, sobretudo, as instituições particulares em sentido estrito, pois a adesão recupera parte da desoneração equiparando-se às não lucrativas (CARVALHO, 2013). O Quadro 2 apresenta uma síntese dos argumentos dos estudos realizados por autores desfavoráveis ao Prouni.

QUADRO 2 - Síntese dos argumentos contrários ao Prouni

Autores	Ano	Argumentos contrários ao Prouni
Carvalho	2005, 2006a, 2013	Questionamento sobre a efetividade do Programa; Aproveitamento da renúncia fiscal; Massificação do ensino superior; Ilegitimidade e ilegalidade do Programa Prouni; Falta de estrutura do MEC.
Catani, Hey e Gilioti; Catani e Oliveira; Catani Esquivel e Gilioli	2006, 2007	Caráter de assistencialismo do Prouni e a distribuição de cotas; Promoção de falsa democratização.
Almeida	2009	Promoção de falsa publicidade; Promoção de má qualidade de ensino. Renúncia fiscal em favor das faculdades particulares.
Saraiva e Nunes	2011	Proliferação de instituições em troca de isenção fiscal; Mascaramento da necessidade de investimento na Educação.
Almeida	2012	Processo turvo de democratização proposto pelo Prouni.

Fonte: O Autor (2013).

O que pesa nos argumentos contrários ao Prouni são o caráter de renúncia fiscal e a qualidade do ensino oferecido. O ponto convergente dos autores sobre o Programa é a sua característica assistencialista que isenta as instituições privadas de impostos em troca de vagas ociosas. Para os autores, sob o ponto de vista jurídico, o Programa é inconstitucional, falho em termos de estrutura e não

garante a permanência do estudante no curso. A adesão das faculdades a esse Programa provocou a massificação do ensino superior, dando oportunidade para a mercantilização do ensino superior privado e comprometendo a qualidade do ensino.

O que se observa é que, ao longo do tempo, desde que o Prouni foi criado, cresceu a produção de pesquisas sobre essa política pública e aqueles que haviam se posicionado contra o Programa mantiveram suas críticas. Como observa Silva (2007, p. 2),

Quando se analisa uma política pública extrafiscal, observa-se que a responsabilidade social deve sempre andar de mãos dadas com a responsabilidade fiscal, pois a violação desta implica na violação da responsabilidade social [...] a responsabilidade social e a responsabilidade fiscal, como vertentes analíticas do Prouni, devem ser sempre convergente ao bem comum.

Santana (2009), reconhecendo os diferentes entendimentos do conceito de democratização do Prouni, concorda que o Programa não ampliou as vagas na educação superior, mas aumentou as chances de alunos de baixa renda ingressar no ensino superior. Martins (2011) ratifica que a principal bandeira do Prouni é a democratização do ensino superior. No entanto, a política desse Programa “não implicaria em gastos orçamentários para ampliar o acesso à educação superior, pois o Programa se estrutura num contrato de concessão de vagas em troca de isenção tributária” (MARTINS, 2011, p. x).

Se por um lado, concorda-se que os autores favoráveis ao Programa é uma forma de oferecer oportunidade para pessoas de baixa renda ter acesso ao ensino superior, por outro, entende-se que se trata de transferência de recursos públicos para o setor privado.

Conclui-se, desse debate, que a convergência entre contrários e favoráveis ao Prouni está distante de uma conciliação. Entretanto, as críticas e conclusões dos autores favoráveis e contrários ao Prouni têm relevância direta para essa pesquisa e justificam a necessidade de controles mais efetivos pelos agentes da Educação e, sobretudo, de mais discussões e pesquisas sobre essa política de educação superior. As críticas também deixam claras as lacunas observadas no Programa e a necessidade de seu aprimoramento.

2.3 Acesso ao Ensino Superior

2.3.1 Acesso antes da criação do Prouni

Nesta subseção são apresentados os principais aspectos que marcaram o acesso ao ensino no setor público e privado superior antes da criação do Prouni. O período delimitado para essa pesquisa coincide com aquele que marcou a abertura econômica e que provocou profundas mudanças no cenário político e educacional brasileiro.

Aprile e Barone (2009) destacam a ampliação do acesso ao ensino superior via setor privado no período do processo de democratização a partir do governo Collor:

[...] dentre os fatores responsáveis pelo avanço do setor privado, no campo da educação superior, destacam-se as imposições de ajuste fiscal da década de 90, momento em que o governo federal não demonstrou capacidade para ampliar os gastos com a educação superior, assumindo o compromisso com a educação básica (APRILE; BARONE, 2009, p. 46).

Para os autores, o foco definido para as políticas públicas foi a educação básica e não a de nível superior, entretanto, desde a década de 1970 as mudanças na definição de políticas públicas, o papel do Estado, a relação entre o público e o privado e a problemática do emprego e desemprego ganharam força nas discussões entre diferentes segmentos da sociedade. Para os autores, as medidas de caráter neoliberal, basearam-se nas medidas de ajuste estrutural e nos processos de redemocratização com a implantação de inúmeras reformas. (APRILE; BARONE, 2009).

Eleito Presidente da República, em 1989, Fernando Collor de Melo iniciou seu mandato encontrando distorções no ensino superior, que, segundo os autores, eram provenientes de “formação de profissionais desvinculada da geração de riquezas e insuficiente formação na área de ciências exatas e de gastos excessivos em detrimento dos demais níveis de ensino” (Aprile e Barone, 2009 p.46). As metas estabelecidas para reverter esse quadro foram a ampliação do acesso ao ensino superior, o respeito à autonomia universitária e estímulo ao desenvolvimento, capacitação e valorização dos profissionais da educação, dentre outras.

O papel do Estado e do ideal neoliberal, para Guiot (2006), começa a se configurar sob três políticas estatais específicas: (a) Política de desregulamentação; (b) política de privatização; e (c) política de abertura da economia ao capital internacional. Segundo o autor, a primeira política descrita configura-se em reduzir o controle do Estado nas questões de economia e relação de trabalho; a segunda pretende desestatizar as empresas de serviços e de bens públicos; e a terceira visa eliminar as reservas de mercado e o protecionismo econômico.

Em 1992, o *impeachment* provocou a queda do então Presidente Collor da presidência e levou Itamar Franco a ocupar seu cargo com a missão de dirigir o país até 1994, quando o sociólogo Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência consolidando as ações sociais e de mercado econômico e, segundo Costa (2010), a implantação do modelo neoliberal das reformas na educação superior.

Os textos oficiais que regem as políticas educacionais de certa forma negligenciaram alguns fundamentos norteadores para o ensino superior no Brasil. Como exemplo, os estudos de Demo (1997) descritos por Welter, Lima e Canan (2006, p. 4), apresentam justamente a distinção entre educação superior e ensino superior, pois, para os autores “a lei não estabelece tal diferenciação, o que é um indicativo de desconhecimento de terminologias, apontando descaso e a desqualificação de quem a elaborou e a aprovou”.

Para Maroneze e Lara (2009, p. 3282), “O Estado deve ser capaz de garantir a manutenção da ordem social que é uma preocupação constante à medida que os problemas sociais se agravam com as consequências das reformas”. Assim, quando o Estado deixa de cumprir essa capacidade, abre espaços para que a iniciativa privada crie os mecanismos para suprir essa carência. Maroneze e Lara (2009) fazem referências à criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE)³. Esse Ministério funcionou como uma governança do Estado para efetuar sua reforma.

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto de redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens

³ A Lei nº 9.649 de 27/05/1998 transformou a Secretaria da Administração Federal em Ministério da Administração e Reforma do Estado. (BRASIL, 2014).

e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995, p. 12 apud MARONESE; LARA, 2009, p. 3283).

Com a Reforma de Gestão Pública no Governo de FHC, o MARE foi extinto, de acordo com a Medida Provisória nº 1.795 de 01/01/1999, na mesma data, o Decreto nº 2.923 transfere a área de competência do MARE para o Ministério de Orçamento e Gestão. Para garantir a eficiência do Estado, as autoras descrevem que “o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor destes” (BRASIL, 1995, p. 13, apud MARONEZE; LARA, 2009 p. 3283). Embora extinto, o MARE teve o papel de conduzir as políticas de educação, propondo a vinculação de agências multilaterais e organismos internacionais com a educação superior (COSTA, 2010). De acordo com Costa (2010, p. 28),

A educação superior no Brasil nos anos 90 é reorganizada no sentido de responder à demanda social de acesso à universidade. A saída encontrada pelo Estado, em vez de um maior investimento no setor público, é o de abrir o mercado educacional da educação superior à iniciativa privada.

A Reforma da Gestão Pública de 1995 a 1998, segundo, o ex- Ministro Bresser Pereira, avançou na direção de uma administração mais autônoma. Por sugestão do próprio ministro, a gestão passou para o Ministério do Orçamento e Gestão, ao mesmo tempo, estados e municípios passavam também a fazer suas próprias reformas. Para o ex-ministro,

A reforma do Estado nos anos 90 é uma reforma que pressupõe cidadãos e para eles está voltada. Cidadãos menos protegidos ou tutelados pelo Estado, porém mais livres, na medida em que o Estado que reduz sua face paternalista, torna-se ele próprio competitivo, e, assim, requer cidadãos mais maduros politicamente [...] por isso ela exige a participação ativa dos cidadãos (PEREIRA, 1997, p.53).

Um documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e dois do governo brasileiro, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, fundamentaram a política neoliberal do governo federal em relação ao sistema de educação superior. O teor básico desses documentos está descrito a seguir.

- a) O *Relatório de Delors* (1993-1996), “defende a adoção de uma visão já consagrada de utilitarista: a educação enquanto motor do

desenvolvimento econômico, *locus* da produção e transmissão dos conhecimentos necessários à sociedade e à economia” (DELORS; AL MUFTI; AMAGI, 2001 apud COSTA, 2010, p. 35).

- b) O *Planejamento Político-Estratégico* elaborado pelo MARE está embasado em três eixos principais:

A - Transformar as relações do poder público com as instituições de ensino; B - expandir o sistema de ensino superior público através da otimização de recursos disponíveis e da diversificação do atendimento; C - reconhecer a diversidade e heterogeneidade do sistema, formando políticas diversificadas que atendem às peculiaridades dos diferentes setores de ensino público e privado (MINTO apud COSTA, 2010, p. 34).

- c) O *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, também elaborado pelo MARE, “tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não exclusivos, nos quais existe a participação do poder de Estado” (MINTO, 2006, p. 164, apud COSTA, 2010, p. 37).

Pinto (2009) ressalta que, em 1998, a reunião de agências internacionais ocorrida na França visava definir estratégias para o acesso ao ensino superior nos países subdesenvolvidos. Na oportunidade, foi promulgada, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI. Conforme Pinto (2009), o encontro serviu para formalizar três estratégias visando melhorar a educação superior. Segundo a autora, a primeira destinou-se a aumentar a qualidade do ensino e da investigação; a segunda, a dar maior adaptabilidade da Educação Superior às demandas de trabalho; e a terceira objetivava a equidade.

Carvalho (2005) relata que houve semelhanças entre o discurso proferido na época do regime militar, em se tratando de Reforma Universitária, e o discurso do governo Lula. A autora lembra que, na década de 60, o país atravessava um momento de crescimento demográfico, de urbanização e de industrialização, o que ela conceituou de “institucionalidade do ensino superior brasileiro” (CARVALHO, 2005, p. 2). No entanto, em decorrência da inflação, o governo reduziu os gastos com seus ministérios, priorizando os recursos para os setores de infraestrutura e incrementou, por meio de medidas e mecanismos de renúncia fiscal, a expansão de vagas no ensino superior via setor privado. Segundo Carvalho, embora existissem

requisitos para as instituições obterem o acesso à imunidade fiscal, aquelas sem fins lucrativos usufruíram e usufruem desse benefício.

Os estabelecimentos de ensino superior considerados sem fins lucrativos passaram a ser imune ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) [...] Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza [...] Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (IPTR) (CARVALHO, 2005, p. 4).

Por renúncia fiscal entende-se a dispensa de pagamento de imposto por meio de lei, pela qual o governo (federal, estadual ou municipal) isenta o recolhimento de algum imposto, como forma de incentivo a quem de interesse. Entre os anos de 1977 e 1988, a garantia de imunidade ficou revogada, mas a Constituição Federal de 1988 e a Lei da Seguridade nº 8.212/91 restabeleceram as isenções das contribuições previdenciárias.

O artigo 20 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), formalizou a distinção entre instituições privadas lucrativas e instituições sem fins lucrativos (confessionais, comunitárias e filantrópicas). Gradativamente, verificou-se a retomada de benefícios fiscais para as instituições de ensino superior privada (CARVALHO, 2005).

Schwartzman (1984) considera que poderia haver mecanismos de adequações entre o ensino público e privado que fossem convenientes a seus objetivos. Para o autor:

A fórmula é simples, ainda que de execução extremamente difícil: o que é necessário é que cada tipo de instituição assuma a responsabilidade de ser o que ela realmente é, e seja reconhecida e tratada como tal, sem tabus nem subterfúgios; e que a diversidade seja admitida como algo útil, necessário e na realidade de uma ordem política realmente democrática (SCHWRTZMAN, 1984, p. 11).

A maior dificuldade para essa adequação consiste, justamente, em promover a coordenação das discussões em razão da centralidade do Estado em face das pressões sociais. Segundo Faceira (2009, p. 222), “nos anos noventa, no Brasil, são caracterizados por uma inflexão nas relações entre o Estado e os setores da sociedade civil comprometidos com o projeto participativo democratizante”.

A Tabela 2 representa uma síntese dos dados sobre o acesso ao ensino superior por matrículas e por tipos de instituições públicas e privadas em três períodos distintos (1980, 1990 e 1998), antes da criação do Prouni:

TABELA 2 - Síntese dos dados sobre o acesso por matrículas e por tipo de instituições

Ano	Matrículas	Ingressos	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	1.377.286	356.667	316.715	109.252	66.265	885.054
1990	1.540.080	407.148	308.867	194.417	75.341	961.455
1998	2.125.958	651.353	408.640	274.934	121.155	1.321.229

Fonte: BRASIL (2000).

Carvalho (2005, p. 9) destaca que “De acordo com dados do MEC/Inep em 2003 apenas 9% da população de 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior”. Favorecer o acesso colocou o Prouni, como um Programa capaz de promover a oportunidade de acesso ao ensino superior para a população menos privilegiada economicamente.

Para Catani e Oliveira (2007), o vestibular deixou de ser a única forma de ingresso no ensino superior, abrindo-se espaço para outras modalidades de processo seletivo. Para os autores, a prova do Enem, que antes era facultativa como uma espécie de mecanismo auxiliar para o processo de seleção, tornou-se obrigatória, e promoveu uma mudança significativa no processo de acesso ao ensino superior. O MEC implantou mudanças que permitiram o acesso ao ensino superior por outros mecanismos de acesso, como as avaliações semestrais ao longo do ensino médio, conforme aponta Cunha (2003, p. 5):

Algumas instituições, como a Universidade de Brasília, já vinham fazendo exames desse tipo há alguns anos, com alunos da rede pública do Distrito Federal, que disputaram metade das vagas oferecidas. Em 1998, essa universidade veio a ter o primeiro contingente de calouros integrantes por essa via, sem, contudo, abolir os exames vestibulares.

Cunha (2003) acompanhou de perto as mudanças introduzidas pelo governo e analisou as influências que elas provocaram no ensino superior brasileiro durante o governo de FHC (1995-2002), período que intensificou o processo de privatização no país, como se constata na Tabela 3 que apresenta os números de instituições de ensino superiores públicas e privadas por categoria administrativa, entre os anos de 2000 e 2004.

TABELA 3 - Número de instituições de ensino superior público e privado (2000 a 2004)

Ano	Total de instituições	Pública	Privada
2000	1180	176	1004
2001	1391	183	1208
2002	1637	195	1442
2003	1859	207	1652
2004	2013	224	1789

Fonte: BRASIL, 2005a. Adaptado pelo autor

Pela Tabela 3, o aumento percentual entre as instituições públicas no período de 2000 a 2004 ficou em 27,20% ao passo que nas instituições privadas esse percentual registrou 56,13%. O crescimento do número de instituições trouxe novas modalidades de acesso. As formas tradicionais de ingresso ou de seleção que promovem o acesso ao ensino superior, também sofreram mudanças. Segundo o MEC/Inep/Censo da Educação Superior 2012 (BRASIL, 2013d), o vestibular como processo seletivo utilizado para ingresso no ensino superior brasileiro, compreende provas que cobrem as disciplinas cursadas no ensino médio, aplicadas em processo único ou seriado. Contudo, outros tipos de seleção englobam processos seletivos distintos do vestibular como o Enem, adotados pela IES.

Por meio da Portaria MEC nº 438/1998, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Realizado pelo Inep, o Enem é composto de provas com questões objetivas e redação contendo as disciplinas cursadas no ensino médio. Não obstante, as instituições podem ainda aplicar provas, analisar currículos e histórico escolar e realizar entrevistas. O MEC define ainda outras formas de ingresso as quais englobam processos distintos, não seletivos, que asseguram o ingresso de alunos no ensino superior, tais como admissão de diplomados, mudanças de cursos na mesma IES, entre outros (BRASIL, 2013j).

A Tabela 4 apresenta o número de matrículas em instituições públicas e privadas no período de 2000 a 2004. É notório observar o crescimento de matrículas no período, contudo, a variação percentual registrou uma perda percentual 5,70% no número de matrículas nas instituições públicas em relação às privadas no período. Os dados da Tabela 4 mostram que entre 2000 e 2004, manteve-se a diferença entre as instituições públicas e privadas.

TABELA 4 - Número e percentual de matrículas em instituições públicas e particulares de ensino superior (2000 a 2004)

Ano	Total de matrículas	Públicas	%	Privadas	%
2000	2.694.245	887.026	33,0	1.807.219	67,0
2001	3.030.754	944.584	31,0	2.091.529	69,0
2002	3.479.913	1.085.977	31,2	2.428.258	69,8
2003	3.887.771	1.176.174	30,2	2.750.652	70,8
2004	4.453.156	1.214.317	27,3	2.260.967	72,7

Fonte: BRASIL, (2005a). Adaptado pelo autor

Em média o percentual oscilou em 30,5 % das matrículas nas públicas e 69,5% nas instituições privadas.

Outra contribuição para ampliar o acesso ao ensino superior, também no governo de FHC, ocorreu por meio do GTI (Grupo de Trabalho Interdisciplinar), em 1995, com a política de “Ação Afirmativa” introduzida com o intuito de corrigir as desigualdades sociais e oferecendo oportunidades para classes menos favorecidas. Autores, como Contins e Sant’ana (1996, p. 2009), reforçam que a ação afirmativa teria como função específica:

[...] a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é, portanto, o de fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho (políticas públicas e responsabilidade social).

O MEC define os programas de reservas de vagas/ações afirmativas como:

Qualquer programa ou ação que tenha por objetivo garantir o acesso de determinados públicos ao ensino superior. Exemplo: cotas de vagas reservadas para alunos egressos de escola pública, afrodescendentes, indígenas, entre outros (BRASIL, 2014b, s/p).

O programa de reserva de vagas/ações afirmativas estabelece quatro tipos de reservas: alunos oriundos de escolas públicas; grupos étnicos; pessoas com deficiência e pessoas em condições sociais menos favorecidas. Essas iniciativas foram também responsáveis pela ampliação do acesso ao ensino superior, possibilitando a abertura de instituições e a criação de novos cursos, sobretudo para a população de baixa renda.

Faceira (2009) menciona que durante a implementação do Prouni, negociações e pressões entre o MEC, instituições privadas e movimentos sociais eram intensos. A autora salienta, ainda, que:

Em processos de implementação caracterizados por contextos democráticos, com mecanismos de participação e controle social, as propostas passam a ser formuladas e atravessadas por mecanismos de deliberação e aprendizagem coletiva, caracterizando muito mais as noções de negociação e barganha do que hierarquia e centralidade (FACEIRA, 2009, p. 222).

A preocupação com a necessidade de possibilitar o acesso ao ensino superior ficou evidenciada no comentário de Pacheco (2007). Segundo o autor, no Brasil, no início dos anos 2000, dos jovens entre 18 e 24 anos, apenas 9% estavam matriculados no ensino superior, ao passo que, no Chile, esse índice era mais que o dobro e, na Argentina, quatro vezes maior.

2.3.2 Acesso após a criação do Prouni

Essa subseção descreve os mecanismos criados para favorecer o acesso ao ensino superior a partir da criação do Prouni. Entretanto, para compreender a ampliação desse acesso, é importante apontar as políticas públicas que trataram do financiamento estudantil destacando as bolsas e os empréstimos.

Costa, Barbosa e Goto (2010) apontam os principais programas de governo responsáveis pela expansão da educação superior no Brasil. Para Costa, Barbosa e Goto (2010), dois Programas criados para a rede privada se configuraram como os principais Programas públicos: o FIES, por intermédio da Medida Provisória nº 1.827 de 27 de maio de 1999, cujo objetivo é financiar a realização de cursos de graduação; e o Prouni. De acordo com os autores,

[...] o financiamento público destinado ao Prouni e o FIES podem ser considerados como democratização para o ensino superior privado, assim como, o financiamento público destinado para a Universidade Aberta do Brasil pode ser considerado a democratização do ensino superior a todas as regiões do Brasil (COSTA; BARBOSA; GOTO, 2010, p. 7).

Ainda para Costa, Barbosa e Goto (2010), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criada em 2006 visando promover o desenvolvimento do Ensino a

Distância (EAD), com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de vagas no ensino superior no Brasil. A EAD foi regulamentada em 2005 pelo Decreto nº 5.622.

Em 24 de abril de 2007, o governo federal publicou o Decreto nº 6.095 com o objetivo de estabelecer diretrizes para integrar as instituições federais de educação tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Essa medida poderia se configurar na maior expansão na história da rede Federal. Segundo Costa, Barbosa e Goto (2010, p. 8), “O Governo pretendia criar mais de 214 escolas atingindo um total de 354 escolas ao final de 2010 [...] e o objetivo de criar 500 mil vagas em todo o país”. Na mesma data, por meio do Decreto nº 6.096, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), cujo objetivo era aumentar as vagas e reduzir as taxas de evasão nos cursos de graduação.

Associada aos programas de expansão do acesso à educação superior, uma forma se tornaria marcante no cenário da educação superior brasileira – o financiamento estudantil – definido pelo MEC como:

Financiamento que o governo (federal, estadual, municipal) ou alguma outra empresa (pública ou privada) oferece a estudantes de graduação do ensino superior que não tem condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas (BRASIL, 2014a, p.6).

Entre as formas de financiamento estudantis definidas pelo MEC encontram-se os financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis. Entre os financiamentos reembolsáveis estão: o FIES (Lei nº 10.260/2001) que concede crédito educativo reembolsável; o Programa de Financiamento Federal destinado a estudantes brasileiros da educação superior que necessitam de apoio para arcar com os custos de sua formação; o Programa de financiamento do governo estadual; o Programa de financiamento do governo municipal; o Programa de financiamento da IES; e o Programa de financiamento de entidades externas (BRASIL, 2014b). Do conjunto de financiamentos não reembolsáveis, o Prouni foi selecionado como objeto do presente estudo. Todos os financiamentos, segundo o MEC, visam ao apoio social aos estudantes para suprir suas necessidades quanto à alimentação, moradia, transporte, material didático, bolsa trabalho e bolsa permanência. A Tabela 5 mostra que são mais de 1.559.088 financiamentos, predominando o grupo dos financiamentos não reembolsáveis, nas modalidades presenciais e a distância, com 1.253.331 financiamentos.

TABELA 5 - Financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis (2011)

Organização acadêmica	Modalidade Presencial		Modalidade EAD	
	Financiamento reembolsável	Financiamento não reembolsável	Financiamento reembolsável	Financiamento não reembolsável
Universidades	108.312	491.262	1.894	73.828
Centros Univers.	47.369	184.885	50	26.297
Faculdades	147.551	465.489	579	11.570
Ifes e Cefets	2	-	-	-
Total	303.234	1.141.636	2.523	111.695

Fonte: BRASIL (2013c). Adaptado pelo autor.

Dentro do contexto do Prouni, a proposta é oferecer oportunidade para que estudantes de classes menos favorecidas tenham acesso ao ensino superior. Aprile e Barone (2009) destacam que o Prouni pode ser considerado um Programa de política pública focalizada (grupos marcados por carências econômicas e vulnerabilidade social) e uma ação afirmativa. O Programa, segundo as autoras:

Ao mesmo tempo em que produz mudanças tanto para as IES como para os alunos bolsistas, é um desdobramento das políticas públicas focalizadas e de caráter compensatório. Considerando as regras que garantem a participação de pessoas de diferentes etnias, a proposta do Prouni pode também ser identificada como uma ação afirmativa. [...] O papel do Estado em um contexto de ajustes estruturais está estreitamente relacionado aos lemas definidos pelas agências multilaterais, em relação às políticas públicas – focalizar, descentralizar e privatizar – temas presentes nos debates sobre as políticas públicas na década de 1990 e também no quadro atual (APRILE; BARONE, 2009, p. 44-45).

Para as autoras, dentre os fatores responsáveis pelo crescimento do setor privado no campo da educação foram as imposições de ajustes fiscais que consolidaram os incentivos de crédito educativo, o financiamento estudantil e o próprio Prouni.

Mattos (2011) classificou o Prouni como uma proposta de política inclusiva e de ação afirmativa. No X Encontro de Pesquisadores do Programa Educação: Currículo 2011, realizado pela PUC-SP, considerou o Programa um tema de natureza polêmica. Em sua pesquisa intitulada “Aceitabilidade e grau de aprovação do ProUni, segundo percepção dos seus beneficiários”, Mattos destacou o baixo percentual de estudantes matriculados em instituições públicas de ensino superior, como mostrou os dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apresentada na Conferência Regional

de Educação Superior, realizada na Colômbia, em 2008. Apenas 18,7% dos jovens brasileiros entre 17 e 24 anos ingressaram no ensino superior, ao passo que, na Argentina, o percentual foi de 45,6%; embora o Brasil tenha apresentado os melhores índices de pós-graduação e de produção acadêmica.

Segundo Mattos (2011), três de cada dez alunos do ensino superior privado, ou seja, 30% recebem bolsa de estudo ou possuem financiamento. Para a autora, “17,0 % são estudantes com bolsas não reembolsáveis, como as bolsas oferecidas pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI” (MATTOS, 2011. p. 20). Ainda para Mattos, as faculdades representam 93% do setor privado.

Na última década, houve avanços em relação a propostas e soluções referentes à ampliação do acesso e maior equidade mediante a diversificação do sistema, a criação de novas modalidades de cursos, bem como a proposta de políticas inclusivas e de ações afirmativas, entre elas o Prouni e a política de cotas (MATTOS, 2011). Nesse trabalho, a autora busca identificar quais foram os impactos para os beneficiários do Prouni.

Lucchesi e Malanga (2012, p. 100) definem políticas públicas como “as executadas pelo Estado em favor do interesse público, dos direitos humanos ou do desenvolvimento econômico, social ou cultural da sociedade”. Diante dessa amplitude conceitual o que se observa é que, embora a Constituição de 1988 não obrigue o Estado a oferecer ensino superior gratuito para todos, lhe foi atribuída a responsabilidade de oferecer condições, seja pelos organismos públicos, seja pelos privados, para a garantia desse direito à educação superior. Partindo desse pressuposto, os autores configuram a estrutura do ensino superior no Brasil, considerando seus responsáveis legais em duas categorias:

- (a) Mantidas públicas - as universidades públicas federal, estadual e municipal as quais possuem maior autonomia universitária; e
- (b) Mantidas privadas - confessionais (de caráter religioso), filantrópicas (de caráter social) e com ou sem fins lucrativos (imunidade fiscal).

Para Carvalho (2005), o MEC teve dificuldade para promover uma estrutura suficientemente capaz para controlar as regras de concessão de bolsas. Essa competência foi alterada por meio de Lei específica, delegando ao MEC a

responsabilidade de verificar e informar aos órgãos competentes a situação de cada entidade credenciada. A esse respeito, Carvalho (2005, p. 15) assinala que “Do projeto à Lei do PROUNI parece ter havido uma acomodação de interesses em torno do afrouxamento do aparato regulatório estatal”. Incluir os jovens na educação superior, especialmente entre 18 e 24 anos, era o grande desafio para o desenvolvimento do país.

Santana (2009) registra que o PNE foi um marco da legislação, no início do século XXI, citando como ações de democratização o Prouni e a ampliação da capacidade de atendimento do FIES para o setor privado e do Reuni, em 2007, para a expansão da rede pública. No entanto, a inclusão de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior ficou também abaixo do projetado para o final da primeira década do novo século, como observam Amaral e Oliveira (2011, p. 4):

A ampliação do acesso ao Ensino Superior de uma população que conclui o ensino médio pretende seguir seus estudos e não encontra condições de ingresso é um dos maiores desafios educacionais para a próxima década. [...] No entanto, a Síntese dos Indicadores Sociais divulgada no final de 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2009) revelou que 13,7% da população na faixa etária de 18 a 24 anos estão matriculadas na Educação Superior.

Por outro lado, segundo o Portal Prouni, somente o Prouni, desde que foi criado, já beneficiou mais de um milhão de estudantes até o segundo semestre de 2012, sendo, 67% desse total de bolsas integrais, contudo, o mesmo portal não informa, por exemplo, o número de vagas não preenchidas ou ociosas.

O FIES tem beneficiado muitos estudantes considerando o perfil socioeconômico dos candidatos. No entanto, algumas regras são exigidas tanto para os alunos como para as instituições. Entre essas regras cabe mencionar a que exige conceito maior ou igual a 3 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) nos cursos da instituição, como observam Seccá e Leal (2009, p. 124). O FIES oferece o parcelamento das mensalidades e está integrado ao Prouni no caso das bolsas parciais (a parte que o aluno paga pode ser financiada com recursos do FIES). Desse modo, é possível ao aluno que não tenha a bolsa integral (100%) do Prouni, financiar a parcela de 50% pelo FIES.

A Tabela 6 apresenta o número de instituições de ensino superior público e privado entre os anos de 2005 e 2011. Como anteriormente registrado (Tabela 3), em 2000 eram 176 instituições públicas subindo para 284 em 2011, o

que representa um aumento de 61,3 %, ao passo que as privadas totalizavam 1004 em 2000, passando para 2081 em 2011, aumento de 107,2%, apresentando, assim um crescimento muito maior no setor privado.

TABELA 6 - Número de instituições de educação superior público e privado (2005 a 2011)

Número de Instituições de Educação Superior por categoria administrativa 2005 a 2011			
Ano	Total de Instituições	Pública	Privada
2005	2165	231	1934
2006	2270	248	2022
2007	2281	249	2032
2008	2252	236	2016
2009	2314	245	2069
2010	2378	278	2100
2011	2365	284	2081

Fonte: BRASIL (2005a, 2010 e 2013d). Adaptado pelo autor.

Entre 2005 e 2011, não houve mudança significativa nos percentuais das matrículas das instituições públicas e privadas de educação superior, como mostra a Tabela 7. Entretanto, de 2004 para 2005 as matrículas nas instituições privadas tiveram um aumento significativo saltando de 2.260.967 para 3.321.094 (46,88%), (conforme registrados nas Tabelas 4 e 7).

TABELA 7 - Número de matrículas em instituições de educação superior pública e privada (2005 a 2011)

Ano	Total de matrículas	Públicas	%	Privadas	%
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,7	4.736.001	74,3
2011	6.739.689	1.773.315	26,3	4.966.374	73,7

Fonte: BRASIL, (2010 e 2013d). Adaptado pelo autor

A Tabela 7 revela que a variação percentual média entre os anos de 2005 e 2011 nas instituições públicas o percentual variou entre 25,4% e 27,3%, ao passo que, nas instituições privadas essa variação foi de 72,7% a 74,6%.

Davies (2012) abordou alguns aspectos do financiamento da educação superior no Brasil, dos quais dois se destacam, a saber: (1) a desigualdade de recursos disponíveis para a educação nas três esferas de governo; e (2) o favorecimento constitucional/governamental às instituições particulares de ensino por meio de mecanismos como isenção fiscal, subvenções, salário-educação, crédito educativo, FIES. Para o autor, essas vantagens concedidas às instituições privadas foram previstas nas Constituições Federais de 1934, 1946, 1967 e de 1988. Essa última permite que as instituições privadas se beneficiem de recursos públicos na concessão de subvenções e empréstimos a juros subsidiados (DAVIES, 2012).

2.4 Expansão do Ensino Superior

2.4.1 Expansão antes da criação do Prouni

Essa subseção trata de como se consolidaram as mudanças do ensino superior público e privado que propiciaram a expansão do ensino superior.

Schwartzman (2000) dizia que a educação superior brasileira manteve-se praticamente estagnada durante a década de 80, contudo, no seu texto havia previsões de expansão para os próximos anos. O autor considerou como fatores determinantes para a expansão a demanda de alunos do ensino médio, a mobilidade social e as exigências do mercado de trabalho. Contudo, o autor alerta para o papel e a posição do Estado diante da expansão:

[...] é também responsabilidade do setor público cuidar da equidade no acesso às oportunidades educacionais, independentemente das origens econômicas, sociais, raciais ou culturais das pessoas [...] fica claro que o setor público, que tem por obrigação representar os interesses coletivos e trabalhar pela justiça social, não deveria se empenhar nem em facilitar a expansão da educação superior a qualquer custo, nem em estabelecer mecanismos de controle que limitem a expansão, a não ser quando seja possível identificar, com clareza, o interesse social ou econômico. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 6-7).

Com a afirmação de “*a revolução silenciosa*”, Schwartzman destacou a predominância do “credencialismo de instituições”, na qual critica o Estado quando outorga autorizações para que essas funcionem para emitirem certificados profissionais.

Tendo como base os estudos feitos pelo Inep de 1980 a 1998 (BRASIL, 2000), serão apresentados dados referentes à expansão do ensino superior. Em 1998, havia 2,1 milhões de estudantes nos cursos de graduação, sendo 1.321.229 em instituições privadas; 408.640 em públicas federais, 274.934 em públicas estaduais e 121.155 em públicas municipais. Na apresentação do documento, Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Inep entre 1995 e 2002, destacou três fatores importantes para justificar a expansão e a diversificação do sistema: (1) A criação da nova modalidade de instituição de 3º Grau; (2) o Centro Universitário; e (3) a regulamentação dos cursos sequenciais (BRASIL, 2000). Na época, a presidente do Inep apontou ainda a flexibilização curricular como responsável por ampliar a absorção de novos públicos para o ensino superior. “A idéia é permitir que as instituições de educação superior desenvolvam projetos acadêmicos diferenciados, levando em conta também as características regionais” (BRASIL, 2000, s/p).

O texto da apresentação de Castro relatou, também, que nos anos de 1990 houve um crescimento mais expressivo de novos estudantes nas cidades do interior do Brasil do que nas capitais. Os números apresentados foram de 1.103.808 matrículas nas cidades do interior contra 1.022.150 nas capitais. A esse processo foi dado o nome de interiorização do ensino de graduação.

O aumento do número de Instituições privadas de educação superior – universidades, faculdades integradas ou centros universitários – é muito expressivo a partir dos anos 80. Em 1980 havia 882 instituições, subindo para 918, em 1990, e para 973, em 1998. Em 1980, o número de universidades privadas era de apenas 20, subindo para 76, em 1998, representando um aumento de 280%. Já as Faculdades Integradas e os Centros Universitários, em 1980, eram apenas 19 instituições, e em 1998, passaram para 93 unidades, registrando um aumento de 389,5%.

De acordo com Amaral (2009, p. 127), “no governo de José Sarney, a expansão da educação superior foi pequena: eram 1.399.539 estudantes em 1984 e 1.518.905 em 1989, o que significou 8,5% de aumento no número de matrículas”. Segundo a presidente do Inep, na época, Maria Helena Guimarães de Castro, quando foi publicado o relatório do Inep, em 2000, “os números revelam uma clara tendência de melhor distribuição espacial da oferta de vagas, embora a interiorização ainda apresente uma grande concentração na Região sudeste, onde se observa, também, maior concentração populacional” (BRASIL, 2000).

Reis (2003) registrou que, no ano de 2001, havia 1.391 Instituições de ensino superior, 12.155 cursos de graduação e 3.030.754 de alunos matriculados sendo 69,9% em instituições particulares. Esses dados mostram que se, de um lado, era flagrante o crescimento da oferta de vagas principalmente em função das aberturas de instituições particulares, de outro, era perceptível a concentração dessas instituições nas regiões onde existe maior concentração de renda.

Na Tabela 8 apresenta-se a evolução do número de alunos que ingressaram no ensino superior pelo sistema de vestibular. Houve significativo aumento de ingressantes nas Universidades estaduais, que tiveram um crescimento de 121,10% entre 1980 e 1998. As instituições privadas registraram um crescimento de 90,17% no mesmo período.

TABELA 8 - Síntese da evolução do número de ingressos pelo vestibular

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	356.667	62.044	30.704	24.666	239.253
1990	407.148	57.748	44.470	23.921	281.009
1998	651.353	89.888	67.888	39.317	454.988
% (1980-1998)	82,62%	44,88%	121,10%	59,40%	90,17%

Fonte: BRASIL, (2000). Adaptado pelo autor.

Embora tenha sido significativo o aumento de 121,10% nas universidades estaduais, começa a se desenhar um novo cenário no ensino superior com o avanço das instituições privadas. Esse crescente distanciamento entre as instituições particulares e as públicas, segundo Vieira (2009), se deve à privatização do ensino. Para a autora, esse cenário,

[...] retrata uma tendência nítida de privatização de ensino nesses últimos 20 anos. Tal situação se aprofundou a partir de meados da década de 1990, quando a abertura ao crescimento do setor passou a ser buscada de forma mais explícita e estimulada pelo governo federal, durante o período do governo FHC (VIEIRA, 2009, p. 105).

A tendência à privatização do ensino superior teve continuidade no governo de FHC e no primeiro ano do governo Lula. Para Vieira (2009, p. 107-108), “as reformas do governo Lula na educação superior teriam razões de ordem econômico-financeira, qualitativa (competitividade) e quantitativa (promover o acesso e viabilizar a equidade)”. Vieira (2009) comenta que, segundo Carnoy (2002), há três importantes questões que entram na pauta das reformas educacionais. A primeira é

o 'acesso', a segunda, a 'qualidade' (do ensino) e a terceira, o 'imperativo financeiro'. Segundo Carnoy (2002, apud VIEIRA, 2009), o imperativo financeiro determina a redução de gastos públicos na educação superior, com a privatização. Sobre a responsabilidade da União acerca do financiamento da educação superior, Vieira (2009, p. 109) escreve:

Hoje um imenso contingente de estudantes de nível superior se abriga sob as asas do Prouni. Como classificar esta nova face do ensino privado que atende a uma clientela financiada com recursos públicos? Instituições públicas elas não são. Estaríamos, então, assistindo a uma reedição da tese do público não-estatal, tão popular em meados da década de 1980.

Diante do cenário de crescimento da oferta de vagas ou instituições de ensino superior privado, o problema que emerge é o da qualidade do ensino. À medida que proliferam essas instituições, torna-se necessário criar mecanismos de controle para se garantir a efetividade dessa expansão e preservar a qualidade da formação profissional para o mercado de trabalho. Helene (2003) comentou sobre o sistema de avaliação da educação superior no Brasil, em que diagnosticou problemas na avaliação. Para o autor, O MEC faz avaliações periódicas dos cursos de graduação tendo em vista assegurar um padrão de qualidade desses cursos⁴.

Além da preocupação com a qualidade da infra-estrutura, Helene acrescenta ainda a necessidade de se aperfeiçoar a prática de avaliação do Enade para se garantir o alcance da qualidade do ensino. Segundo o autor, "O Ministério da Educação, [...] tem proposto o seu aperfeiçoamento. Para isso, vamos ouvir pessoas e associações e estudar os outros mecanismos de avaliação já em uso no Brasil e aqueles utilizados em outros países" (HELENE, 2003, p. 1).

Observa-se que a preocupação com a formação profissional é um tema bastante discutido pelas esferas educacionais e posto em debate pelas autoridades educacionais. O cenário educacional começa a se configurar com novos contextos. O Prouni surge como mecanismo capaz de promover o acesso ao ensino superior e por essa razão a subseção que segue visa contextualizar a expansão após a criação deste Programa.

2.4.2 Expansão após a criação do Prouni

⁴ A Avaliação das Condições de Ensino é realizada quando o curso necessita de credenciamento ou da sua renovação. Trata-se de uma verificação feita por uma comissão de professores que analisa o curso no seu próprio local de funcionamento, considerando o corpo docente, a infraestrutura e o projeto didático-pedagógico (HELENE, 2003, p. 1).

A expansão do ensino superior como descrito em seções anteriores ocorreu por causa dos novos instrumentos de acesso, especialmente do financiamento estudantil, com o Prouni e o FIES dirigidos às instituições privadas. Nessa subseção, a pretensão é apresentar um panorama dessa expansão tendo como base os dados disponibilizados pelo Censo da Educação Superior de 2011.

A Tabela 9 apresenta um panorama da graduação (presencial e a distância) no Brasil, segundo o censo de 2011. Nessa Tabela estão distribuídos os números de instituições, cursos, matrículas, ingressos e concluintes. A Tabela aponta a predominância quantitativa das instituições privadas em todas as categorias. O total de instituições de ensino superior registrado foi de 2.365, sendo 2.081 privadas e 284 públicas. Com relação às matrículas, foram 4.966.374 nas privadas contra 1.773.315 nas públicas.

TABELA 9 - Graduação - presencial e a distância (2011)

Regime administrativo		Cursos	Matrículas	Ingressos	Concluintes
Públicas	284	9.833	1.773.315	490.680	218.365
Federais	103	5.691	1.032.936	308.504	111.157
Estaduais	110	3.359	619.354	146.049	87.886
Municipais	71	783	121.025	36.127	19.322
Privadas	2.081	20.587	4.966.374	1.856.015	798.348
Total geral	2.365	30.420	6.739.689	2.346.695	1.016.713

Fonte: BRASIL, (2013c). Adaptado pelo autor.

A Tabela 10 complementa esse panorama do Censo de 2011 registrando os percentuais das instituições e das matrículas na graduação por categoria administrativa dos tipos de instituições. Foram apuradas 2.365 instituições e 6.739.689 matrículas, indicando separadamente o subtotal de instituições públicas e privadas e de matrículas nessas instituições.

TABELA 10 - Número de Instituições e de matrículas por categoria administrativa dos tipos de instituições (2011)

Categorias Administrativas/ tipos de instituições	Instituições	%	Matrículas de graduação	%
Universidades	190	8,00%	3.632.373	53,89%
Públicas	102	4,31%	1.541.971	22,88%
Privadas	88	3,72%	2.090.402	31,01%
Centros universitários	131	5,50%	921.019	13,70%
Públicos	7	0,29%	14.898	0,22%

(Continua)

(Conclusão)

Privados	124	5,24%	906.121	13,44%
Faculdades	2.004	84,70%	2.084.671	30,90%
Públicas	135	5,70%	114.820	1,70%
Privadas	1869	79,02%	1.969.851	29,22%
Ifes e Cefets (públicas)	40	1,70%	101.626	1,50%
Totais por categorias	2.365	100%	6.739.689	100%
Públicas	284	12,00%	1.773.315	26,31%
Privadas	2081	87,99%	4.966.374	73,68%
Total geral	2.365	100%	6.739.689	100%

Fonte: BRASIL, (2013c). Adaptado pelo autor

Considerando a categoria administrativa, apurou-se o percentual de 79,02% para faculdades privadas (1869) que receberam 29,22% das matrículas (1.969.851). O percentual das matrículas nas universidades e faculdades privadas totalizou 60,23% de todas as matrículas da graduação, ou seja, 4.060.253.

A Tabela 11 mostra a evolução quantitativa de ingressantes no ensino superior nas instituições públicas e privadas no Brasil, no período de 2005 a 2011. É possível observar o percentual de crescimento nas diferentes categorias administrativas. De modo geral a categoria que apresentou maior crescimento compreende as instituições públicas federais, com 108,16% de aumento, seguidas das instituições privadas com 28,63%. Contudo, o que se observa é que o número efetivo de ingressantes nas instituições privadas superou em quantidade o registrado nas instituições públicas.

TABELA 11 - Evolução quantitativa no ensino superior no Brasil (2005 a 2011)

Número total de ingressantes de 2005 a 2011						
Categoria administrativa						
Ano	Total Geral	Públicas				Privadas
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2005	1.805.102	362.217	148.206	166.660	47.351	1.442.885
2006	1.965.314	368.394	177.232	143.636	47.526	1.596.920
2007	2.138.241	416.178	193.919	176.047	46.212	1.722.063
2008	2.336.899	538.474	211.183	282.950	44.341	1.798.425
2009	2.065.082	422.320	253.642	133.425	35.253	1.642.762
2010	2.182.229	475.884	302.359	141.413	32.112	1.706.345
2011	2.346.695	490.680	308.504	146.049	36.127	1.856.015
% (2005-2011)	30,00%	35,47%	108,16%	(12,37%)	(23,70%)	28,63%

Fonte: BRASIL, (2013c). Adaptado pelo autor

Martins (2011) concorda que o Prouni tenha contribuído para esse crescimento. Para a autora, “[...] com apenas seis anos de existência, o PROUNI já representa aproximadamente 9% das vagas oferecidas pelo setor privado” (MARTINS, 2011, p. 22). Na sua pesquisa, a adesão ao Prouni em 2008 atingiu 1.416 das IES, o que representa aproximadamente 70% de todas as IES.

Segundo análise do MEC, os resultados das políticas governamentais de expansão, tanto de oferta como de permanência no ensino superior, confirmam a tendência de ampliação do atendimento ao longo dos anos. Entre 2000 e 2011 o aumento de matrículas nos cursos de graduação foi de 250,15%. Ainda segundo o texto do MEC,

Os grandes e recorrentes desafios são o da expansão das matrículas com democratização do acesso e da diferenciação da oferta de modo a garantir o atendimento das demandas da economia e da sociedade, a excelência da formação oferecida e uma equação adequada de financiamento da expansão (BRASIL, 2013b, p. 3).

Costa, Barbosa e Goto (2010) mostram em sua pesquisa – “O novo fenômeno da expansão da educação superior no Brasil” – que o Plano Nacional de Educação e, posteriormente, o Plano de Desenvolvimento da Educação são os principais pilares de sustentação do ensino superior brasileiro. A política de educação superior, complementada pela política de ação afirmativa e pelo Prouni, foi criada para fornecer a ascensão social das classes desfavorecidas e promover maior igualdade socioeconômica no país. A propósito, Sguissardi (2005, p. 3) escreve:

O que se discute [...] essencialmente não é se a educação em geral e o ensino superior em particular são bens públicos ou privados (com ou sem fins lucrativos), mas, entre outras coisas, que funções deveriam cumprir e qual era a melhor forma de garanti-los, se com subsídio integral ou apenas parcial do Estado. [...] a educação e, em particular, a educação superior estão sendo, cada vez mais, tratadas como bens privados, *commodities*, não há necessidade de demonstração [...] ‘A educação é um negócio e, como tal, deve ser gerenciada como um empreendimento do mundo corporativo, com base na busca de resultados’.

O debate vai além de se estabelecer um ensino superior público ou privado. Contudo, não se pode deixar de desconsiderar o “empreendedorismo” educacional estabelecido a partir da democratização da política neoliberal na educação superior em que se questiona a qualidade do ensino.

Em se tratando de ensino, Cunha (2004) analisa a educação superior sob três vertentes. A primeira aborda a regulação pelo mercado, cabendo às instituições privadas (ditas independentes) assumir o papel do Estado na avaliação e no credenciamento das IES, como é feito nos Estados Unidos da América. Nesse modelo, seriam seguidos os padrões estabelecidos pelo mercado, no que tange à qualidade do ensino, aos valores de mensalidades, e aos salários, segundo o funcionamento da lei de mercado de oferta e procura. A segunda refere-se à supervisão direta do Estado sobre os meios de ensino, remontando-se um aparato inclusivo, “de modo que todas as IES do país fossem não só controladas diretamente pelo aparato estatal, mas, também, financiadas por ele” (CUNHA, 2004, p. 11). E a terceira consiste na combinação das duas anteriores, considerada pelo autor como a mais viável.

Em relação ao papel do Estado no âmbito social e político, Gomes (2011) salienta que, numa sociedade capitalista contemporânea, o Estado é o grande agente regulador de políticas públicas. Essa posição parece clara e definitiva, mas esse papel envolve construções sociais que não podem ser vistas de forma isolada. Para o autor, “toda política pública, especialmente a do campo da educação está revestida do imaginário do ‘bem público’, do ‘interesse público” (GOMES, 2011, p. 25). Entretanto, enfatiza o autor, as políticas de educação não são produtos exclusivos do Estado, pois se fazem também por meio de relações e articulações com as Ciências Sociais e Humanas.

Nesse contexto de interesse público e das articulações com as representações sociais e humanas, um dos desafios da educação está na oferta de um ensino de qualidade que ofereça infraestrutura e capacidade de satisfazer as demandas do mercado (CALZA, 2012). A autora observa que, para o especialista em educação e conselheiro do Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP), Carlos Antônio Monteiro, “É preciso entender por que os alunos procuram uma faculdade e o que querem para vencer esses desafios” (CALZA, 2012, p. 21). As forças externas, como, por exemplo, as exigências do mercado de trabalho, exercem forte influência sobre as instituições, que têm dificuldades em atender às exigências desse mercado. No início dos anos 90, Guadilla (1994) também fez referência às mudanças provocadas pelo ambiente, pois segundo a autora, os novos

fenômenos surgem acompanhados por mudança de regras nas relações entre a universidade e as forças externas à instituição. Para a autora,

Na nova configuração de prioridades nas universidades, o valor econômico do conhecimento está tendo papel estratégico – junto com a emergência de novas estruturas de produção e distribuição do conhecimento que colocam em crise as estruturas anteriores (GUADILLA, 1994, p.60).

Costa, Barbosa e Goto (2010, p. 6) destacaram duas Políticas públicas do Governo Federal para a Educação: O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O texto do PNE (Lei nº 10.172) sustenta três pontos-chave: “(1) A educação como direito de todos; (2) A educação como fator de desenvolvimento social e econômico do país; e (3) A educação como instrumento de combate à pobreza e de inclusão social”. Segundo os autores, o PNE previa:

1) Fornecer até o final da década, a oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos; 2) Ampliar a oferta do ensino público de modo a assegurar uma proporção de pelo menos 40% do total de vagas; 3) Estabelecer um amplo sistema de educação à distância; 4) Estabelecer um sistema de credenciamento das instituições, garantindo assim a qualidade; 5) Diversificar a oferta de ensino em cursos noturnos, modulares e seqüenciais (BRASIL, 2001 apud COSTA; BARBOSA; GOTO, 2010, p. 6).

Dentro das metas estabelecidas pelo PDE (COSTA; BARBOSA; GOTO, 2010), o Governo Federal criou 14 novas Universidades públicas, expandiu as já existentes por meio do Reuni, criou centenas de Institutos Federais de Ensino Superior (Ifes) ampliou o Prouni, que passou a atuar juntamente com o FIES, e incrementou a educação superior a distância.

Como medida para o aceleração do processo de acesso à educação superior, o governo de Luiz Ignácio Lula da Silva apresentou sua proposta de financiamento para a educação superior, amparado pelo anteprojeto de Lei que propôs o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes – Prouni) a fim de garantir o credenciamento de IES: “Deve-se ressaltar que as famílias brasileiras já estão atingindo seus limites financeiros para o pagamento de mensalidades nas instituições privadas, tendo em vista a enorme desigualdade social existente no Brasil” (AMARAL, 2009, p. 137). Essa ação confere às camadas menos favorecidas economicamente a possibilidade de ingressar no ensino superior.

2.4.3 Expansão do ensino superior privado

Retomando as articulações de interesse público propostas por Gomes (2011), no Brasil, há representações de classes profissionais interessadas nos indicadores do ensino superior. O Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP), por exemplo, divulgou as estatísticas do acesso ao ensino superior realizado pelo Censo da Educação Superior, em 2010. No relato, 2.378 Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil contavam com 29.507 cursos presenciais e a distância e com 6.379.299 de matrículas, o que representa um aumento de 110,1% no número de matrículas entre 2001 e 2010. Segundo o texto, quinze IES privadas são detentoras de aproximadamente 25% do mercado (um milhão de matrículas) (CALZA 2012). Essa publicação demonstra o interesse do Conselho em acompanhar e divulgar os resultados apurados pelo MEC/Inep, com o intuito de apontar para o crescimento do número de profissionais potenciais para o mercado de trabalho.

Seccá e Leal (2009) atribuem o aumento da demanda na educação superior a cinco condicionantes ou fatores:

- Aumento da população de jovens adultos;
- Exigências do mercado de trabalho mediante a intensificação econômica provocada pelos mercados globais;
- Aumento do número de concluintes no ensino médio garantido pela extensão da obrigatoriedade e gratuidade da educação básica;
- O próprio PNE por intermédio da Lei nº 10.172/2001; e
- Disponibilidade de financiamento e bolsa de estudo para a educação superior.

Tomando como base os fatores levantados pelos autores, três deles relacionam-se diretamente aos objetivos desta pesquisa: (1) a constatação do crescimento da população jovem somada ao crescimento do número de concluintes no ensino médio, fatores que produzem efeitos multiplicadores e que demandam vagas no ensino superior; (2) a exigência do mercado de trabalho, uma vez que a pesquisa com os estudantes bolsistas Prouni visa apurar suas expectativas com relação ao curso superior de sua opção; (3) a disponibilidade de financiamento e

bolsa de estudo que propiciou o acesso de jovens das classes sociais menos favorecidas ao ensino superior.

Seccá e Leal (2009), com base nos dados do resumo técnico do Censo da Educação Superior de 2007, identificaram as dez maiores IES no Brasil em número de matrículas em 2007. Segundo o *ranking*, a primeira colocação ficou com Universidade Paulista UNIP com aproximadamente 145 mil matrículas. Nota-se que, em 2007, sete entre as dez “maiores” IES pertenciam ao setor privado, conforme mostra a Tabela 12.

TABELA 12 - *Ranking* das instituições por matrículas (2007)

Ranking	Instituições	Siglas	UF	Organização acadêmica	Matrículas
1º	Universidade Paulista	UNIP	SP	Privada	145.498
2º	Universidade Estácio de Sá	UNESA	RJ	Privada	116.959
3º	Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	Privada	84.398
4º	Universidade Bandeirante	UNIBAN	SP	Privada	69.074
5º	Universidade Pres. Antonio Carlos	UNIPAC	MG	Privada	57.291
6º	Universidade de São Paulo	USP	SP	Pública	49.774
7º	Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	Privada	47.853
8º	Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	Privada	43.620
9º	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita	UNESP	SP	Pública	32.204
10º	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	Pública	32.092

Fonte: Seccá e Leal (2009, p. 113-114), com base em dados do resumo técnico do Censo da Educação Superior de 2007.

Os autores destacam, ainda, a interiorização das universidades. A UNESA tem campi em dezesseis estados do Brasil; a UNIP, em Brasília, Goiás e Amazonas; e a UNIVERSO, em Minas Gerais, Pernambuco, Goiás e Salvador (SECCÁ; LEAL, 2009). Esse quadro sintetiza o crescimento das instituições por meio das políticas de desregulamentação. Conforme Seccá e Leal (2009), a LDB de 1996 contribuiu para a flexibilização do “mercado” da educação superior possibilitando a criação de centros universitários e cursos sequenciais, além de novos mecanismos de processo seletivo de acesso ao ensino superior.

As instituições que se destacam nesse cenário apresentam características peculiares. Assim, as “instituições de massa” como a UNIP, a UNINOVE e a UNESA oferecem mensalidades mais baixas, focam na qualificação para o mercado de trabalho, visam à promoção da ascensão profissional e social, e ofertam cursos não oferecidos pelas instituições públicas. Já as “instituições particulares de elite”, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) e a Escola Superior de Propaganda de Marketing (ESPM), oferecem poucos cursos de graduação, mas com grande reputação, recebem boas avaliações do MEC, cobram altas mensalidades e têm alunado das classes A e B (SECCÁ; LEAL, 2009). Foi nesse cenário que se estabeleceu o ensino superior brasileiro.

Almeida (2012) destaca a nova configuração do setor privado de educação superior. O crescimento desse setor favoreceu a entrada de capital internacional no mercado brasileiro da educação superior e nos movimentos dos grandes grupos nacionais (ALMEIDA, 2012). Almeida vê a tendência à oligopolização do mercado educacional e traça o perfil dos principais empresários do ensino⁵. O autor descreve o estreito laço de amizade de Di Genio com o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, bem como com deputados, senadores e assessores do primeiro escalão do governo. Destaca, ainda, a instalação de “Estácios” nos *shoppings* Nova América, *West Shopping* e *Barra Word*, a baixa avaliação dos cursos da UNIBAN pelo MEC e a abertura de ações na Bolsa de Valores pela Anhanguera.

Características incomuns nessas instituições de ensino são o rápido crescimento e a oferta de mensalidades baixas. Almeida (2012, p. 57-58) comenta, também, que o ensino privado despertou os “empreendedores” do ensino, eles são vistos “apenas como indivíduos com raro faro e talento para oportunidades de negócios que outros não vislumbraram”.

Nesse cenário de concorrência acirrada, Berry apud Eberle (2009) retrata sobre os serviços educacionais, em que a gestão é um componente decisivo para sua eficácia educacional. Para a autora, a qualidade desses serviços precisa ser constituída de forma que permita agilidade para a solução de problemas.

⁵ João Carlos Di Genio (da UNIP), João Uchoa Cavalcanti Netto (da Estácio de Sá), Heitor Pinto Filho (da UNIBAN) e Antônio Carbonari Netto (da Anhanguera) (ALMEIDA 2012)

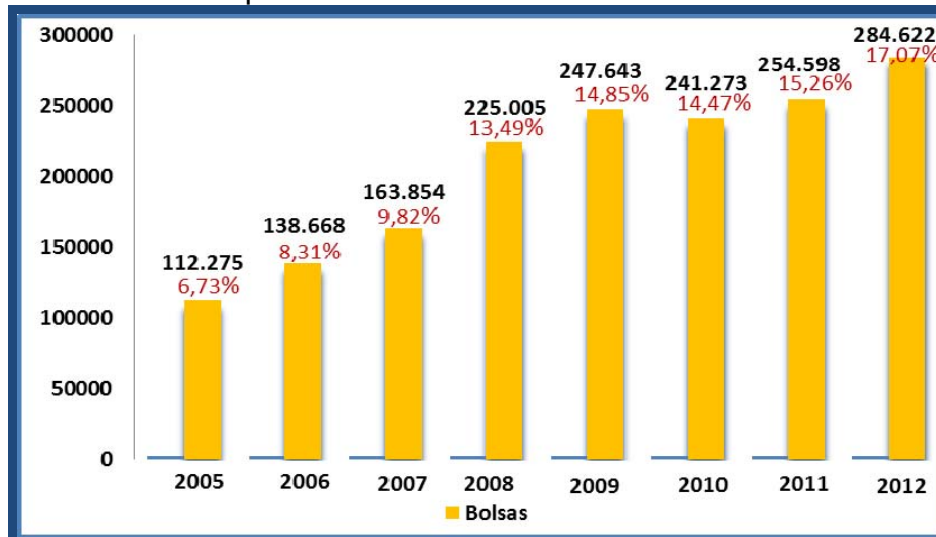
2.4.4 Expansão do ensino através do Prouni

Essa subseção tem por objetivo apresentar a expansão do ensino superior por intermédio do Prouni, segundo os dados fornecidos pelo Sisprouni a partir da criação do Programa em 2005 até 2012.

O Prouni atingiu, em oito anos, um crescimento expressivo. Entre 2005 e 2012 o Programa proporcionou um aumento significativo de oferta de bolsas. Em 2005, foram ofertadas 112.275 bolsas de estudo e, no ano seguinte (2006), houve um aumento de 23,2%.

O aumento médio registrado permaneceu crescente até o ano de 2009, havendo, em 2010, uma pequena redução de bolsas ofertadas. Contudo, em 2011 e 2012 o crescimento foi retomado, como mostra o Gráfico 1. Do total de 1.667.938 bolsas ofertadas, observando-se o percentual de crescimento percebe-se o quanto representa cada período desde 2005.

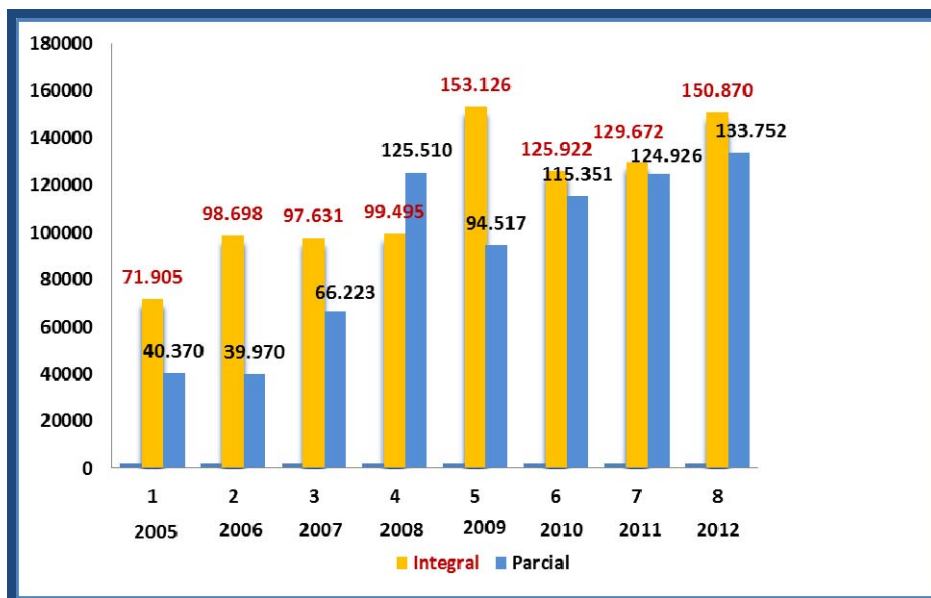
GRÁFICO 1 - Expansão do Prouni de 2005 a 2012



Fonte: BRASIL, (2013). Adaptado pelo autor.

O Gráfico 2 apresenta o crescimento de oferta de bolsas integrais e parciais. Nota-se que 2008, foi o único ano em que se registrou maior oferta de bolsas parciais em relação às bolsas integrais, e no ano de 2009 foi registrada a maior oferta de bolsas integrais, 153.126 bolsas. Cabe lembrar que as bolsas integrais atende o estudante cuja situação econômica é ainda mais precária.

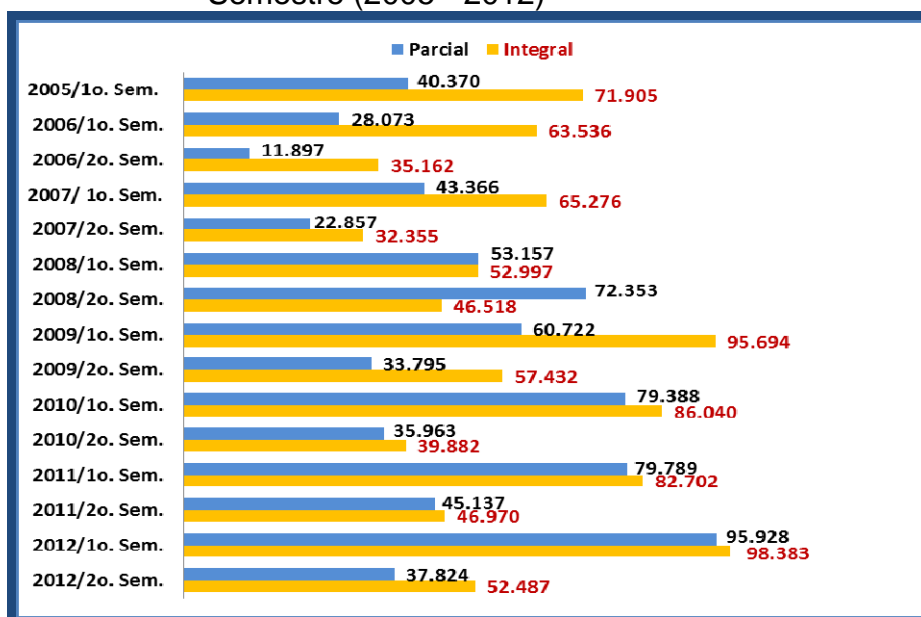
GRÁFICO 2 - Bolsas integrais e parciais ofertadas por ano e por tipo de bolsa (2005-2012)



Fonte: BRASIL, (2013m) e (2013u). Adaptado pelo autor.

O Gráfico 3 compara a quantidade e o tipo de bolsas ofertadas no período de 2005 até 2012, por semestre. Nesse período, prevaleceram as ofertas de bolsas nos primeiros semestres de cada ano, ocorrendo o pico de ofertas no primeiro semestre de 2012. Foram 98.383 bolsas integrais e 95.928 bolsas parciais. Em geral, nos segundos semestres de cada ano houve diminuição significativa de oferta de bolsas.

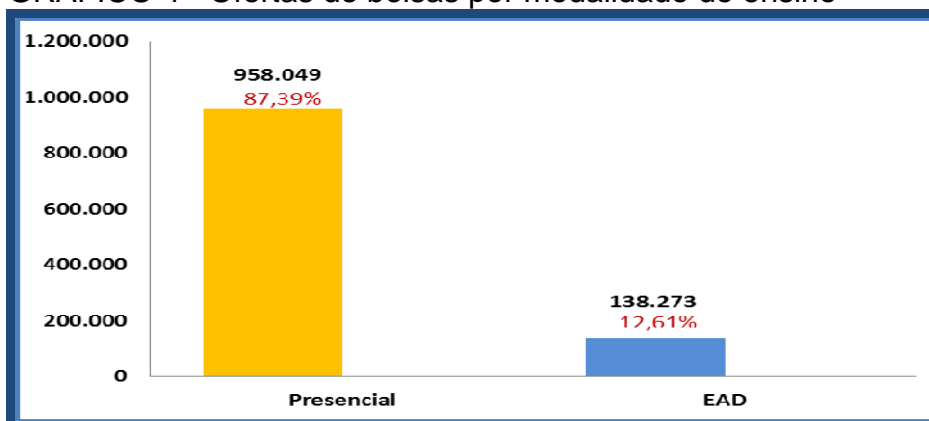
GRÁFICO 3 - Quantidade e tipo de bolsas ofertadas no 1º e 2º Semestre (2005 - 2012)



Fonte: BRASIL, (2013n). Adaptado pelo autor.

O Gráfico 4 compara a oferta de bolsa por modalidade de ensino. Observa-se a predominância de bolsistas nos cursos presenciais 958.049 (87,39%), ao passo que os bolsistas em EAD representam 138.273 estudantes (12,61%). Nota-se que, a partir desse Gráfico, o portal Prouni passa a informar o número de bolsas preenchidas, o que totaliza 1.096.322 entre 2005 e 2012.

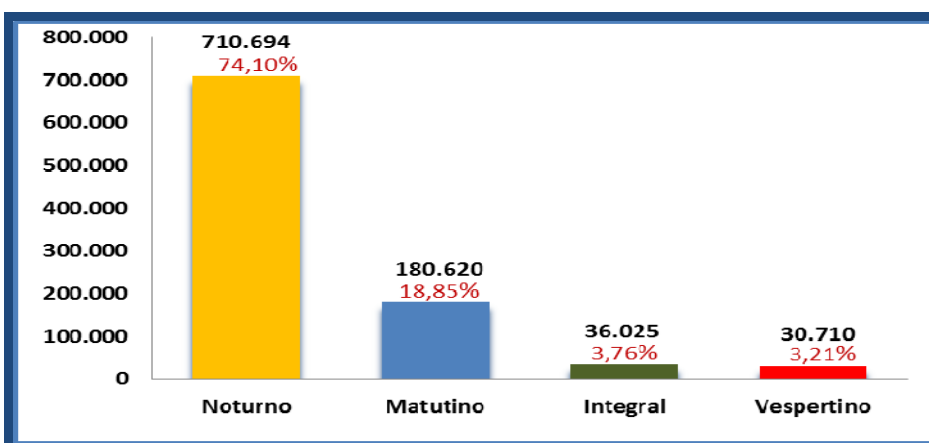
GRÁFICO 4 - Ofertas de bolsas por modalidade de ensino



Fonte: BRASIL, (2013o) adaptado pelo autor.

O Gráfico 5 apresenta o número de bolsistas Prouni por turno, em cursos presenciais. Do total de 958.049 dessa modalidade, 74,10% dos bolsistas frequentaram os cursos noturnos, ao passo que 18,85% deles frequentaram os cursos matutinos, o integral contou com 3,76% e os vespertinos com 3,21%. A maioria dos estudantes bolsistas optou por estudar no período noturno porque trabalha durante o dia. Nos cursos em período integral ou vespertino há uma representatividade menor de bolsistas, provavelmente constituídos de estudantes que não trabalham.

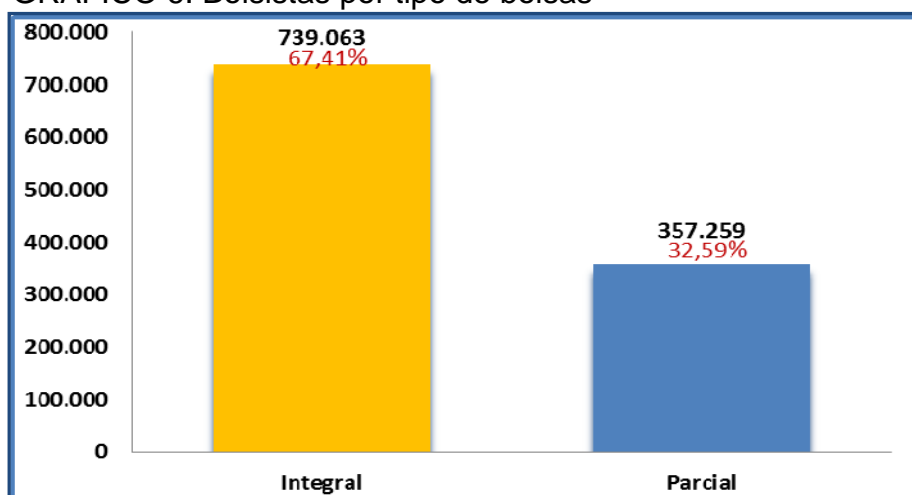
GRÁFICO 5 - Bolsistas por turno em cursos presenciais



Fonte: BRASIL, (2013p). Adaptado pelo autor.

O Gráfico 6 apresenta o número de bolsistas com bolsa integral (100% do valor) e com bolsa parcial (50%), somados os cursos presenciais e EAD, assim, 67,41% correspondem às bolsas integrais e 32,59% bolsas parciais. Vale salientar que os estudantes com bolsa parcial (50%) podem complementá-la com recurso do FIES.

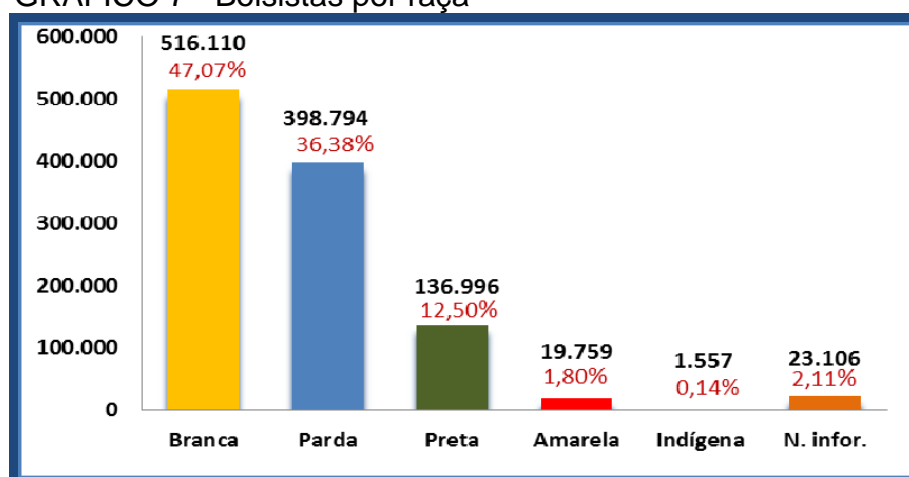
GRÁFICO 6: Bolsistas por tipo de bolsas



Fonte: BRASIL, (2013q) adaptado pelo autor.

O Gráfico 7 distribui os bolsistas segundo a raça dos beneficiários e mostra que 47,07% são compostos de brancos, 36,38% de pardos, 12,50% de pretos, 1,80% de raça amarela, 0,14% de indígenas.

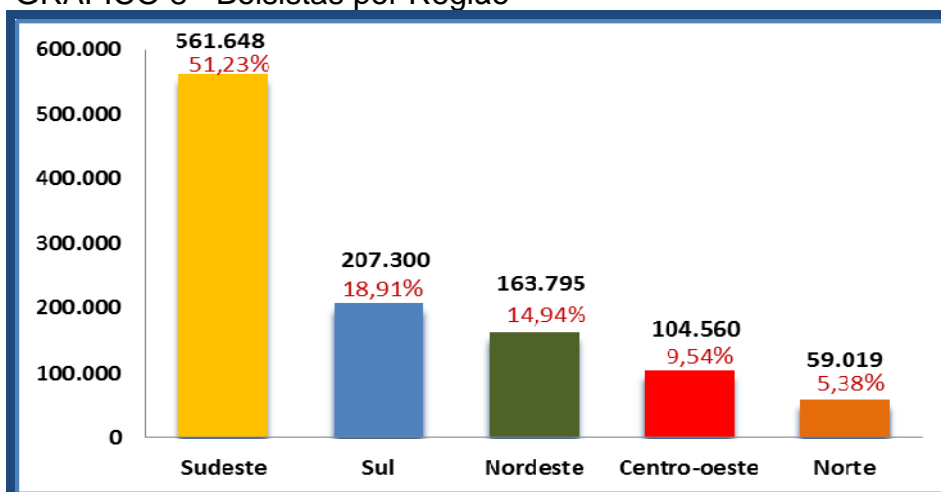
GRÁFICO 7 - Bolsistas por raça



Fonte: BRASIL, (2013r). Adaptado pelo autor.

O Gráfico 8 mostra que pouco mais da metade das bolsas Prouni está concentrada na Região Sudeste (51,23%), seguida da Região Sul (18,91%) e da Região Nordeste (14,94%).

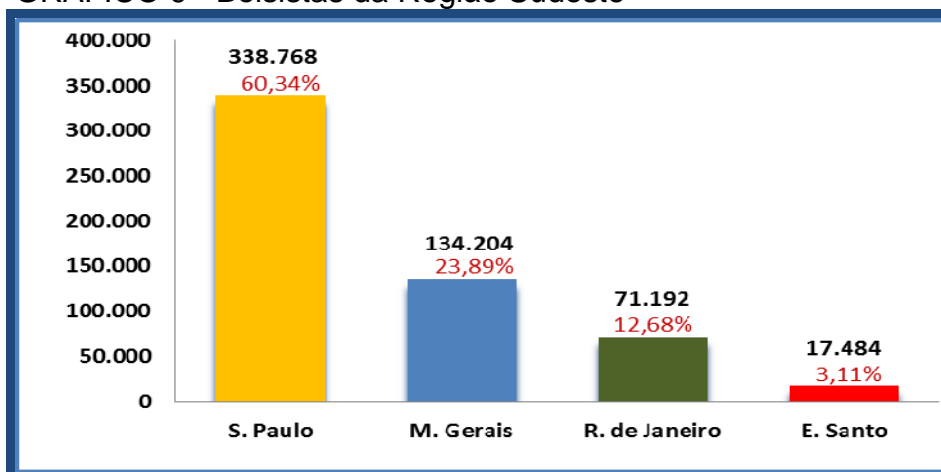
GRÁFICO 8 - Bolsistas por Região



Fonte: BRASIL, (2013s). Adaptado pelo autor.

O Gráfico 9 indica a distribuição de bolsistas na Região Sudeste. Em 2012 no Estado de São Paulo, havia 338.768 bolsistas (60,34%), seguido por Minas Gerais com 134.204 (23,89%), Rio de Janeiro com 71.192 (12,68%) e Espírito Santo com 17.484 (3,11%).

GRÁFICO 9 - Bolsistas da Região Sudeste



Fonte: BRASIL, (2013t) Adaptado pelo autor.

No município de Presidente Prudente-SP, em 2005, quando o Programa foi iniciado, havia 183 estudantes dos quais 81 com bolsa integral e 102 com bolsa parcial. A Tabela 13 mostra a oferta de bolsas Prouni em Presidente Prudente-SP, em comparação com todos os municípios brasileiros no período de 2009 até 2013. Segundo o MEC, portal Prouni, nesse período, das 1.279.678 vagas ofertadas pelo Programa no Brasil, constatou-se que 3.823 (0,30%) foram destinadas para o município de Presidente Prudente-SP. Essa comparação é

importante, uma vez que apresenta o quanto o município de Presidente Prudente têm de participação no Prouni em relação aos demais municípios brasileiros.

TABELA 13 - Bolsas ofertadas em Pres. Prudente e em todos os municípios brasileiros (2009 a 2013)

Período	Presidente Prudente-SP			Todos os municípios (Brasil)
	Integral	Parcial	Total	
1º Sem. 2009	240	58	298	156.416
2º Sem. 2009	268	209	477	91.227
Subtotal 2009	508	267	775	247.643
1º Sem. 2010	419	188	607	164.596
2º Sem. 2010	136	117	253	75.845
Subtotal 2010	555	305	860	240.441
1º Sem. 2011	384	147	531	162.491
2º Sem. 2011	234	70	304	92.107
Subtotal 2011	618	217	835	254.598
1º Sem. 2012	422	76	498	194.311
2º Sem. 2012	187	12	199	90.311
Subtotal 2012	609	88	697	284.622
1º Sem. 2013	317	70	387	162.329
2º Sem. 2013	195	74	269	90.045
Subtotal 2013	512	144	656	252.374
Total	2.802	1.021	3.823	1.279.678

Fonte: BRASIL, (2013a). Adaptado pelo autor

Essa subseção procurou mostrar a expansão do ensino superior em dois períodos distintos, antes e após a criação do Prouni e com isso salientar a contribuição do Programa para a ampliação do acesso ao ensino superior privado dentro do contexto de expansão.

2.5 Satisfação e expectativas do estudante Prouni

Tão importante quanto ao acesso ao ensino superior, é analisar o grau de satisfação e expectativas dos estudantes. Considerando que 'satisfação' e 'expectativa' apresentam expressões de contexto intrínseco a cada indivíduo, algumas publicações as tratam de forma isolada, outras as articulam. Assim, nessa seção, procurou-se identificar as contribuições dos autores que as abordaram, tendo como base as expressões por eles apontadas no âmbito do ensino superior.

A satisfação está diretamente associada ao sentimento de saciar, agradar, contentar. Enquanto sentimento, ela compete tanto a quem a recebe quanto a quem a proporciona. Assim, em relação ao ensino superior, a promoção da satisfação pode ser atribuída ao governo por meio das políticas de educação, ou à instituição de ensino, enquanto estrutura, ou aos próprios professores.

Em pesquisa sobre bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo, Santos (2011) analisou quatro categorias, a saber: (a) acessibilidade e inclusão/exclusão social; (b) ascensão social (pessoal e profissional); (c) preconceito e estigmas; assistência social e apoio à aprendizagem e (d) deficiência do ensino público e reformas do sistema educacional. Para a autora, “O encontro em grupo visou capturar e permitir a expressão de suas satisfações, angústias, expectativas e críticas” (SANTOS, 2011, p. 175). Diante da amplitude da sua pesquisa, cabe destacar a abordagem da autora em relação à participação dos bolsistas em novos ambientes sociais, como as IES e o mercado de trabalho.

[...] os novos públicos com valores e experiências sociais diferentes exigem sensibilidade para a construção de novos contextos e cenários para a interação – cooperação e construção conjunta de saberes e conhecimentos, tendo em vista um processo contínuo de formação educacional (SANTOS, 2011, p. 12).

Ao receber esses novos públicos, as instituições de educação superior precisam reconhecer suas perspectivas, atentando para os fatores que possam torná-los satisfeitos, bem como avaliar suas expectativas com relação à sua inclusão e ascensão (pessoal e de trabalho). A autora complementa que “a universidade é o espaço fundamental para a criação e ampliação de conhecimento para formação e capacitação do indivíduo” (SANTOS, 2011, p. 110). A autora concluiu em sua pesquisa que: “enquanto beneficiários do programa, eles enfrentaram os desafios da exclusão social [...] por serem pobres dentro das IES privadas” (SANTOS, 2011, p. 212). Ainda para a autora, “entre os prounistas há uma variedade de sentidos para fenômenos da exclusão e o sofrimento por ela provocado” (SANTOS, 2011, p.212). Ainda para a autora, “entre os prounistas há uma variedade de sentidos para fenômenos da exclusão e o sofrimento por ela provocado”.

Cavalheiro et al. (2011), em sua pesquisa com 640 alunos, discutem a satisfação sob as perspectivas educacional e mercadológica. Para os autores, o

dilema aluno *versus* cliente dificulta pesquisas empíricas que possam relacionar a satisfação à permanência, embora, segundo eles, exista uma relação positiva entre os dois. Para Schreiner (apud CAVALHEIRO et al., 2011), a satisfação ou (insatisfação) se apresenta de forma gradativa à medida que o estudante vai superando os anos de estudo. Sua pesquisa verificou a satisfação do estudante com o curso escolhido e identificou dois fatores como determinantes da satisfação dos alunos com seus cursos. “Como resposta, esta pesquisa obteve-se que para a amostra selecionada. Os fatores determinantes da satisfação geral com o curso foram: o Fator Organização e o Fator Interesse do aluno” (CAVALHEIRO et al., 2011, p. 12).

Fortes et al. (2007) pesquisaram o conceito de qualidade no ensino superior e a prestação de serviço na Faculdade de Vila Velha - ES (UNIVILA). Nesse contexto, os autores destacaram que “a sobrevivência e o sucesso das IES dependem do nível de satisfação dos discentes em face aos serviços prestados a eles” (FORTES et al., 2007, p. 1). Entre as categorias de atributos que devem ser observados nas IES, segundo Fortes et al. (2007, p. 6), estão: “acessibilidade, atendimento, capacitação do corpo docente, comunicação, conteúdo, credibilidade, infraestrutura, segurança, entre outros”. Fortes et al. (2007) apresentaram sua abordagem de satisfação em relação ao curso e observaram alto grau de satisfação entre os 147 discentes pesquisados: 25% dos discentes caracterizaram os serviços prestados pela UNIVILA como ótimos, 50% como bons, 20% como regulares e 5% como ruins. Esses resultados foram considerados como bom nível de satisfação.

Botelho e Pereira (2010) analisaram a correlação entre o nível de satisfação dos alunos numa IES e a fidelização com o curso e à instituição. O estudo de caso estuda as principais variáveis que influenciam na satisfação. Nessa pesquisa com 850 discentes, destaca-se o modelo analítico adotado que avaliaram as seguintes variáveis dependentes: (a) fidelidade ao curso; (b) fidelidade à instituição. Os autores testaram a hipótese de que a satisfação discente contribui para a fidelização, e como resposta eles concluíram que “o corpo discente manifestou que a identificação com o curso e a localização da IES privada são os quesitos que mais influenciam na sua decisão em permanecer na instituição” (PEREIRA; BOTELHO, 2010, p. 13). A expectativa profissional foi estudada por Simões (2008), Felicetti (2011), Almeida (2009), Santana (2009) e Mattos (2011).

A pesquisa de Simões (2008) foi realizada junto a um grupo de estudantes do ensino superior. Para a autora, a expectativa depende da capacidade de decisão racional de cada indivíduo e infere na quantidade de esforço para obtenção de recompensas. Assim, “as expectativas são influenciadas e influenciam diretamente os objetivos, mas a disponibilidade individual pode efetuar, de modo significativo, a percepção desses mesmos objetivos, tendo de existir uma perspectiva integradora de todas as teorias” (SIMÕES, 2008, p. 32). Para Simões (2008), existem dois fatores que influenciam a intensidade de uma necessidade: a expectativa e a possibilidade ou disponibilidade para satisfazer a necessidade. Essa percepção varia para cada indivíduo e depende das variáveis do ambiente. Pela expectativa, o indivíduo faz uma projeção para o futuro, sem deixar de se reportar às experiências passadas, vividas ou aprendidas. A expectativa para o alcance de um determinado objetivo depende do grau de intensidade que um indivíduo despense para sua realização.

Para o indivíduo que depende de uma política de ação afirmativa, Simões (2008, p. 33) menciona dois fatores de sucesso: primeiro a expectativa como “atitude de espera com certo grau de esperança”; segundo, a integração social e o desempenho que “criam no indivíduo expectativas que espera serem preenchidas pela sociedade”. Em se tratando de acesso ao ensino superior, deve-se considerar qual o grau de intensidade da expectativa inerente ao projeto pessoal e profissional de um determinado estudante, considerando a intensidade de seus esforços pessoais, de suas aptidões, de suas adaptações, e do seu preparo para assumir novos desafios. Já a importância da promoção social é ressaltada por Simões (2008, p. 35), nesses termos: “As aspirações influenciam a elaboração das estratégias e quanto mais elevado for o meio social do estudante, maiores serão as suas aspirações e a possibilidade da sua existência”.

Em sua pesquisa, Almeida (2009) concluiu que, na opinião dos bolsistas, o Prouni não democratiza o acesso ao ensino superior, pois não universaliza o acesso para todos os jovens. A autora relata, ainda, que as expectativas dos estudantes estão relacionadas com a atualização profissional, com a possibilidade de exercer a profissão e com a expectativa de cursar pós-graduação (especialização). Em síntese, a expectativa na pesquisa de Almeida refere-se ao exercício da profissão.

Simões (2011), em seu estudo sobre o Prouni, avaliou as mudanças e possibilidades na vida dos bolsistas. Realizada na PUC-SP na Universidade Católica de Brasília e na Universidade do Planalto Catarinense, a pesquisa abrangeu 2.417 bolsistas Prouni. Para o autor, a palavra sonho apareceu em todas as questões como item principal dos bolsistas. Para Simões (2011, p. 133), “A realização do sonho viabiliza os talentos dos sujeitos pela oportunidade de estudos através do programa. Esse aspecto aparece como um sentimento pautado na esperança de ascensão social e pessoal”. O autor analisou as expectativas dos bolsistas Prouni com relação ao futuro. Desse modo, seu estudo apontou que: “Em relação à expectativa de inserção no mercado de trabalho, 78,9% considerou o acesso ao ensino superior muito importante” (SIMÕES, 2011, p. 139). Segundo Simões (2011), a oportunidade indica a necessidade de democracia educacional e o sonho é a perspectiva que permite sua realização. A pesquisa de Simões (2011) revelou que, para 93,6% dos 2.417 estudantes bolsistas Prouni, o diploma aparece como determinante para melhoria das condições de trabalho.

O sonho precede a oportunidade, uma vez que é o que alimenta as aspirações de mudança, pois é por meio dele que muitos estudantes projetam seus objetivos e suas realizações. O sonho, para muitos desses estudantes, representa algo impossível e muito distante de sua realidade. As estruturas sociais e educacionais que moldam esses estudantes não possibilitaram que tivessem orientação escolar ou apoio familiar em sua educação que os conduzisse aos estudos em níveis mais elevados. Para muito deles, a oportunidade apareceu tardiamente, sem que houvesse sequer um estudo sobre suas aptidões profissionais, ou seja, não houve o preparo necessário para que o sonho se tornasse realidade. Conclui-se, na pesquisa de Simões, que a expectativa está relacionada tanto ao curso quanto à possibilidade de acesso ao mercado de trabalho.

Felicetti (2011) fala sobre expectativa dos estudantes no contexto de empregabilidade e dos impactos da colocação dos graduados no mercado de trabalho e no ambiente social. A autora relaciona empregabilidade não somente com a conquista do emprego, mas também com um conjunto de características de seu desenvolvimento individual, de sua habilidade e de sua experiência, que lhe darão melhores chances nas suas profissões.

Os estudos sobre as expectativas de estudantes permitem concluir que a promoção social por meio da ampliação do acesso ao ensino superior tende a

e elevar as condições nos núcleos familiares, levando outros elementos da família dos estudantes a almejarem a mesma possibilidade. A expressão de expectativa na pesquisa de Felicetti (2011) remete ao comprometimento do estudante com sua aprendizagem e à necessidade da melhoria da qualidade da educação no ensino superior particular para que suas expectativas futuras não sejam frustradas.

2.6 Permanência do estudante Prouni

Muito se discute sobre o acesso ao ensino superior, no entanto, poucas ações têm se observado para se manter ou até mesmo “resgatar” um aluno diante de uma ameaça de abandono ou desistência. Considerando a importância da permanência, a pesquisa de Zago (2006) explica o problema do acesso e da permanência do estudante do ensino superior. A autora observou as desigualdades educacionais relativas à presença de estudantes de origem popular na universidade e acrescentou:

Os resultados da pesquisa indicam efeitos dessas diferenças verificadas na composição social dos cursos e no exercício da vida acadêmica, nas suas mais variadas dimensões. Uma análise que vai além do levantamento dos dados brutos, como renda familiar do estudante, ocupação e escolaridade dos pais, para conhecer mais de perto a condição do estudante, mostra como à “sobrevivência” material associam-se outros custos pessoais, mas nem por isso menos doloroso, tal como evidenciou a pesquisa, entre outras realizadas com estudantes oriundos de meios sociais similares (ZAGO, 2006, p. 236).

Para se manter no Prouni os estudantes deverão, a cada ano letivo, apresentar um aproveitamento acadêmico de, no mínimo, 75% das disciplinas, caso contrário, perdem a bolsa. Está previsto no regulamento do Prouni que o coordenador do Programa de cada instituição, ao identificar uma reprovação do estudante por insuficiência – consultando o responsável pela disciplina na qual houve reprova – deve determinar se o aluno dará continuidade no Programa por uma única vez (BRASIL, 2012a). Assim, o gestor do Programa em cada instituição tem uma atribuição e um papel de muita responsabilidade para decidir sobre a permanência de um estudante no Programa.

Como mecanismo de permanência, os estudantes participantes do Prouni com bolsas parciais de 50% podem, ainda, contratar junto ao FIES o financiamento da metade da parcela de cada mensalidade (parte não coberta pela bolsa Prouni). Isso, porém, será possível se a instituição também aderiu ao FIES.

Conforme o portal Prouni (BRASIL, 2012a), não haverá benefícios maiores, como descontos ou isenções de taxas, por já serem do Programa. Ainda segundo o portal,

O bolsista parcial de 50% poderá utilizar o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil para custear os outros 50% da mensalidade, sem a necessidade de apresentação de fiador [...] para isso é necessário que a instituição para qual o candidato foi selecionado tenha firmado Termo de Adesão ao Fies e ao fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC. (BRASIL, 2013h, s/p).

Essa condição demonstra claramente um mecanismo criado para aumentar a permanência do estudante no curso. A não obrigatoriedade da realização do vestibular também favorece o aluno, como informa o portal:

O candidato à bolsa do Prouni não precisa fazer vestibular nem estar matriculado na instituição em que pretende se inscrever. Entretanto, é facultado às instituições participantes do programa submeterem os candidatos pré-selecionados a um processo seletivo específico e isento de cobrança de taxa (BRASIL, 2013v, s/p).

Outro mecanismo que tem contribuído para a permanência dos estudantes tem sido a opção de escolha pelo curso, turno e instituição feita pelos candidatos de acordo com seu perfil socioeconômico. Entretanto, pode haver algumas exigências específicas dependendo do curso escolhido, como é o caso do curso de Ciência Aeronáutica que exigirá licença para piloto privado e número de horas de vôo comprovados na sua documentação.

2.7 Evasão do estudante Prouni

Nessa seção são tratados alguns problemas relacionados à evasão no ensino superior tendo como base as pesquisas desenvolvidas por Morosini et al. (2011), Martins (2007), Silva Filho et al. (2007), Adachi (2009), Castro e Malacarne (2011) e Moraes (2011). Se por um lado houve a expansão do ensino superior em termos de oferta de instituições e de vagas, por outro, a evasão tem sido um dos grandes problemas enfrentados por essas mesmas instituições de ensino.

Para Morosini et al. (2011, p.9), “o entendimento da evasão não pode estar dissociado dos condicionamentos sociais, políticos e socioeconômicos do contexto a ser analisado”.

A propósito da evasão no ensino superior, merece destaque o estudo apresentado pelo MEC. Entre o mês de maio de 1995 e julho de 1996, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas IES Públicas, criada pelo MEC, produziu um extenso relatório denominado “Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Pública”. Nesse relatório foram enumerados fatores internos e externos da evasão de estudantes das Instituições de Ensino Superior. Para o MEC, evasão consiste na “saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL, 1997, p. 12, apud MARTINS, 2007, p. 28). De acordo com a Comissão, a evasão ocorre sob três formas distintas (MARTINS, 2007):

- (a) Evasão do curso – consiste no desligamento do curso por abandono, quando o aluno deixa de fazer a matrícula; desistência - quando o aluno oficializa o pedido; transferência - quando o aluno muda de curso; trancamento, exclusão por norma da instituição.
- (b) Evasão da instituição – consiste no desligamento da instituição pelo aluno.
- (c) Evasão do sistema – consiste no abandono de forma definitiva ou temporária do ensino superior.

Publicação coordenada por Martins (2007) destaca as contribuições de vários pesquisadores sobre a evasão no ensino superior. Dentre estes, Gaioso (2005) em sua pesquisa com 21 Instituições de Ensino Superior em diversas regiões do Brasil, constatou que muitos diretores procuram evitar falar do assunto, ao passo que outros consideram a evasão pequena ou insignificante.

Ainda segundo Martins (2007), o relatório apontou os fatores internos e externos à instituição e os individuais dos estudantes como prováveis causas de evasão. Com relação aos fatores internos, Martins (2007) destaca que o relatório aponta as questões acadêmicas e didático-pedagógicas:

[...] peculiares a questões acadêmicas; currículos desatualizados, alongados, rígida cadeia de pré-requisitos para as disciplinas, falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso; relacionados a questões didático-pedagógicas; critérios impróprios de avaliação do desempenho docente; relacionados a falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do docente; vinculados à ausência ou pequeno número de programas institucionais para estudantes; decorrentes de cultura

institucional; insuficiência estrutural para a graduação e inexistência de um sistema público nacional que viabilize a racionalização da utilização de vagas (BRASIL, 1997, p. 138).

Com relação aos fatores externos, o relatório aponta que se referem:

[...] relativo ao mercado de trabalho; relacionado ao reconhecimento social da carreira escolhida; afetos à qualidade da escola do ensino fundamental e médio; vinculados a conjunturas econômicas específicas; relacionado à desvalorização da profissão; dificuldades financeiras do estudante; relacionados às dificuldades de atualizar-se a universidade frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade; relacionados a ausência de políticas educacionais consistentes e continuadas voltadas ao ensino de graduação (BRASIL, 1997, p. 139).

Com relação aos fatores referentes a características individuais do estudante, o relatório apresenta que são produzidos por meio da vocação de ordem pessoal e das características individuais,

[...] relativos a habilidade de estudo; relacionados a personalidade; decorrentes da formação escolar anterior; vinculados à escolha precoce da profissão; relacionados as dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária; decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mercado de trabalho; decorrentes do desencanto ou desmotivação; decorrentes de dificuldade na relação ensino aprendizagem e da baixa frequência nas aulas; decorrentes da desinformação quanto à natureza do curso; e decorrente da descoberta de novos interesses (BRASIL, 1997, p. 137).

Com base nas contribuições apresentadas, Martins (2007) conduziu sua pesquisa focando as quatro variáveis que mais influenciam a decisão do aluno quando faz a escolha de um curso superior: (1) a mensalidade elevada; (2) a dificuldade financeira momentânea; (3) a falta de financiamento; (4) a mudança de interesse, opção de vida e/ou indecisão profissional. A autora constatou que o fator que mais contribuiu para o abandono do curso foi justamente a mensalidade elevada (37,2% das respostas).

Outros vinte e oito fatores, não menos importantes, foram relacionados na pesquisa da autora, como causa de evasão, entre eles se destacam: possibilidade de o aluno se transferir para universidade pública; localização da IES; não atendimento das expectativas do aluno; falta de motivação; falta de tempo para estudar; dificuldade de acompanhamento do curso; não adequação do curso com o trabalho; escolha equivocada do curso; horário de trabalho; má qualidade de atendimento aos alunos; orientação insuficiente da coordenação do curso; pouca

motivação dos professores; falta de integração entre a IES e as empresas; falta de associação entre teoria e prática nas disciplinas; biblioteca insuficiente; pressão da família sobre a indicação do curso; problemas de saúde; deficiência didático-pedagógica dos professores; desconhecimento prévio a respeito do curso; falta de respeito dos professores para com os alunos; mudança de residência/domicílio; relacionamento com os colegas; reprovação; impontualidade dos professores; mudança de estado civil; sistema de avaliação das disciplinas inadequado, ultrapassado ou injusto; discriminação racial (MARTINS, 2007).

É pertinente e justificável a conclusão da autora de que as ações para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior precisam ser mais assertivas e prioritárias. Nesse contexto as instituições deveriam procurar a melhoria constante da qualidade da oferta de seus serviços, embora com características peculiares se comparados àqueles de uma organização empresarial. Como alternativa, segundo a autora, para combater o valor elevado das mensalidades, por sinal, o fator que mais contribui para a evasão, acredita-se que a adoção de uma gestão de qualidade nos moldes do sistema empresarial poderia reduzir a evasão.

Para Silva Filho et al. (2007, p. 642), “a perda de estudantes que iniciam e não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos”. Do ponto de vista social, quando se registra uma desistência a sociedade perde, uma vez que não se cumpre o objetivo de proporcionar aos alunos evadidos uma condição social melhor. Do ponto de vista acadêmico a evasão representa a diminuição do quadro de professores, refletida pela diminuição de jornada de trabalho, e provoca a ociosidade de salas de aulas, entre outros problemas estruturais. Do ponto de vista econômico, a evasão representa prejuízo nas receitas do setor privado. Para os autores, considerando esses três indicadores, a evasão é um problema que atinge tanto o setor privado, pela perda de receita como o público, considerando-se o dinheiro público sem o retorno devido.

Silva Filho et al. (2007), com base nos dados do Inep, entre 2001 e 2005, constata que o Brasil registrou entre 17% e 29% de evasão, o que representa uma média de 22%, considerando oito áreas de ensino superior. A área dos serviços foi a que apresentou a maior média de evasão com 29%, ao passo que a agricultura e a veterinária tiveram a menor média de evasão a 17%. Por curso, o de Matemática obteve a maior taxa de evasão (44%), ao passo que a medicina apresentou a menor, com 5% de evasão. Nas instituições públicas, no mesmo período, a evasão

ficou em torno de 12%, e nas privadas foi de 26%. As universidades apresentaram média de 19% de evasão, e as faculdades, taxa de 29%. A região que apresentou o menor índice de evasão foi o Norte, com 16% e o Centro-oeste apresentou o maior índice com 23%.

Lobo (2012, p. 24) esclarece que há diferentes tipos de evasão: “A Evasão do curso, a Evasão da IES e a Evasão do sistema, todas derivadas de diferentes cálculos da Evasão dos Alunos”, contudo, segundo a autora “é difícil saber se o aluno abandonou os estudos de forma temporária ou definitiva” (LOBO, 2012, p. 24).

Em razão da complexidade dos tipos de evasão, muitos países adotam regras universais, contudo “sabem como é difícil fazer isso com precisão e de forma confiável, pois seria necessário acompanhar a identidade de cada aluno e tudo que ocorre com cada um dos milhões de aluno no sistema” (LOBO, 2012, p. 25).

Com a mudança na metodologia para o cálculo da evasão, proposta pelo Inep a partir de 2009, Silva Filho e Lobo (2012) expõem duas fórmulas para se estimar a evasão: uma chamada de taxa de titulação, que é calculada pela diferença entre o número de alunos que ingressam e o número de concluintes de um determinado período (normalmente de quatro anos). Como exemplo: Se houve 100 alunos matriculados em 2008 e 70 deles concluíram em 2012, como resultado haveria 30% de evasão. Esse cálculo também é conhecido como evasão total. A insuficiência desse cálculo se dá porque não mede transferências, ou alunos reprovados (SILVA FILHO; LOBO, 2012).

A outra fórmula, taxa de evasão anual, segundo Silva Filho e Lobo (2012, p. 2) “é a medida do número de estudantes que, tendo terminado um período letivo sem concluir o curso não volta a se matricular”, ou seja, o aluno não renovou sua matrícula no ano, ou semestre seguinte. A fórmula usada, segundo Silva Filho et al. (2007, p. 645) é:

$$E(n) = 1 - [M(n) - I(n)] / [M(n-1) - C(n-1)]$$

Onde: E= Evasão; M= Matrículas C= Concluintes; I = Ingressantes; n = ano presente; n -1 = ano anterior.

Silva Filho e Lobo (2012) destacam que o primeiro estudo detalhado sobre evasão aconteceu em 2007 e a pesquisa abrangeu os anos de 2000 a 2005, aumentando a partir de então as publicações sobre o assunto. Algumas mudanças metodológicas no censo do Inep têm propiciado novos critérios para aferir o número de evadidos. Se a instituição não definir uma metodologia na qual estabeleça

critérios para medir sua real taxa de evasão, os resultados de seus cálculos poderão ser afetados. Por essa razão, os autores advertem: “não há fórmula ideal, porque o cálculo da evasão depende dos critérios e das metodologias adotadas. O importante é adotar um critério e metodologia que não variem significativamente no tempo” (SILVA FILHO; LOBO, 2012, p. 4).

Com base nos novos critérios, a Tabela 14 apresenta os cálculos realizados por Silva Filho e Lobo (2012), referentes à evasão anual do ensino superior brasileiro no período de 2001 a 2010.

TABELA 14 - Taxa de evasão anual no ensino superior (2001 a 2010)

Ano	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Evasão (%)
2001	3.037.706	1.135.423	394.522	-
2002	3.473.238	1.287.602	463.246	17,31%
2003	3.861.429	1.400.131	544.326	18,23%
2004	4.192.221	1.484.720	623.686	18,38%
2005	4.463.861	1.551.093	691.757	18,38%
2006	4.682.898	1.606.996	743.474	18,46%
2007	4.864.182	1.658.193	778.278	18,62%
2008	5.030.869	1.708.465	800.116	18,69%
2009	5.214.423	1.759.612	817.437	18,34%
2010	5.454.574	1.811.454	843.201	17,14%

Fonte: Silva Filho e Lobo (2012).

Os índices de evasão no período compreendido entre 2001 e 2010 oscilaram entre 17,14% e 18,69%.

A evasão não é um problema apenas no Brasil, mas está presente na maioria dos países e os efeitos produzidos por ela a tornam uma questão de âmbito mundial. Para Adachi (2009), segundo dados da OCDE e da UNESCO, entre 2002 e 2006, a taxa de evasão universitária apresentou os seguintes resultados: Japão 7%, Turquia 12%, Reino Unido 17%, Coréia do Sul 22%, Cuba 25%, Alemanha 30%, México 31%, EUA 34%, França 41%, Brasil 49%, Colômbia 51%, Suécia 52%, Venezuela 52%, Itália 58%. Na análise de sua pesquisa, Adachi (2009) constatou que a evasão foi mais elevada nos cursos que exigiam as notas mais baixas para o acesso, que tinham estudantes com perfil socioeconômico e cultural mais baixo, e que apresentavam baixo prestígio social. Pode-se concluir que os estudantes

ingressantes sob essas condições possuíram formação básica insuficiente tanto no seu núcleo familiar como no social, o que interferiu decisivamente na sua evasão.

Adachi (2009) trata a questão da evasão como um problema de exclusão do aluno. Por isso, afirma que “A decisão de abandonar o curso, enquanto responsabilidade do estudante seria coerente se ele tivesse a possibilidade de escolher” (ADACHI, 2009, p. 53). Para a autora, a dificuldade de adaptação ao curso se deve:

[...] à falta de clareza das perspectivas de formação profissional do curso, baixa atratividade profissional de algumas graduações, inadequação curricular, de ausência de intermediação didático-pedagógica e de conteúdo – para a transposição do conhecimento no ensino superior não seja realizada de forma abrupta. (ADACHI, 2009, p. 53-54).

Castro e Malacarne (2011) destacam dois pontos de extrema importância ao se referirem ao problema da evasão no ensino superior. No primeiro, os autores consideram que as causas da evasão são amplamente discutidas, assim como as consequências decorrentes do desperdício tanto no setor público como no privado, mas existem poucas ações para combatê-los, transferindo a responsabilidade para os outros setores da sociedade. No segundo ponto, os autores observam que há uma diferença entre a evasão do ensino superior e a evasão de uma universidade ou de um curso, pois, segundo eles, o aluno pode ter “evadido” de uma instituição e ingressado em outra, ou ainda ter “evadido” de um curso e optado por outro. Nesse segundo caso existe, ainda, a falta de informações sobre a profissão e o curso, o que contribui para a falta de perspectiva do aluno em relação às suas escolhas.

Quanto ao bolsista Prouni, Morais (2011) comenta que mesmo o curso sendo gratuito, há outros gastos, como o transporte, a alimentação, os livros, as fotocópias, que limitam a permanência do bolsista no curso, contribuindo para a sua evasão ou desligamento do curso, uma vez que não conseguiu pagar essas despesas no decorrer do estudo. Morais (2011, p. 6) apresenta o relato da evasão, segundo dados obtidos pelo MEC:

Em todo o país, 752 mil bolsas (parciais e totais) foram concedidas desde que o programa foi criado em 2004. Dessas 420.548 continuam ativas, ou seja, os estudantes matriculados nas faculdades, e 138.368 já se formaram. As demais 193.194 bolsas (25% do total) foram encerradas.

Ainda segundo Morais, até 2011 o MEC havia considerado 28.063 abandonos de estudantes do Programa, 62.964 desligamentos, 19.981 inexistências

de matrículas e 9.909 esgotamentos de prazo de utilização da bolsa. Cabe observar que no cômputo dos desligamentos, o MEC não inclui como evasão as solicitações voluntárias de desligamento feitas por bolsistas.

Essa seção procurou sintetizar o relato de algumas pesquisas sobre o tema da evasão no ensino superior. Mesmo tendo reconhecidas suas causas e consequências para a instituição formadora e para a sociedade, as dificuldades para enfrentá-las e reduzir seus efeitos ainda não foram minimizadas.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

3.1 Abordagem e locus da Pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza como quanti-qualitativa ou mista. Enquanto quantitativa, selecionou uma amostra de sujeitos para aplicar um questionário e deu um tratamento estatístico aos dados. Enquanto qualitativa, realizou uma entrevista semiaberta e efetuou um tratamento qualitativo das “falas”. Por se tratar do estudo de apenas uma instituição, com levantamento de dados quantitativos e qualitativos, esta pesquisa se configura também como um estudo de caso e, como tal, seus achados não expressam necessariamente a realidade de outras instituições particulares de ensino superior. Para Santos Filho (2007), na pesquisa quantitativa existe a tentativa de maior distanciamento do pesquisador em relação ao objeto de pesquisa, enquanto que na qualitativa se reconhece a presença inevitável de seu viés subjetivo na busca dos “dados”.

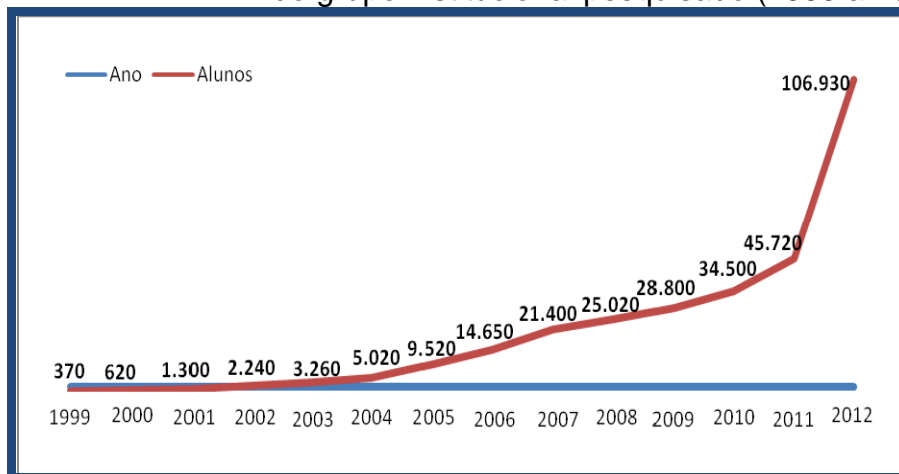
Para caracterizar a faculdade pesquisada, foi realizada análise de documentos, registros e dados disponíveis no próprio site da instituição. A instituição mantenedora da faculdade pesquisada foi fundada em 08 de Maio de 2000; na época, contava com apenas um curso de *Master in Business Administration* (MBA) – Especialização em Administração de Negócios. Posteriormente, abriu outros cursos com a proposta de formar profissionais em várias áreas do conhecimento a fim de atender ao mercado de trabalho e suprir as necessidades da comunidade.

Em 2001 foi autorizada a faculdade mantida pelo grupo. O surgimento desse grupo institucional coincidiu com o período de expansão do ensino superior privado que marcou a transição do governo FHC para o governo Lula, caracterizada pela expansão do acesso à educação superior, por intermédio das políticas de Ação Afirmativa implementadas pelo Governo Federal.

A abrangência da mantenedora está representada pelas diversas unidades distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Distrito Federal e Tocantins. A instituição oferece atualmente mais de 80 cursos de graduação com titulação em bacharelado, licenciatura e tecnologia. O crescimento da mantenedora encontra-se registrado no Gráfico 10, no qual é possível perceber o crescimento no número de alunos alavancado a partir de 2011, decorrente das

políticas de expansão e do processo de interiorização implementados pela mantenedora.

GRÁFICO 10 - Crescimento do número de alunos de graduação do grupo institucional pesquisado (1999 a 2012)



Fonte: Site da mantenedora da faculdade pesquisada

O município de Presidente Prudente-SP, onde está instalada a faculdade pesquisada, conforme dados do IBGE de 2012, tem a renda per capita de R\$ 666,67, registrando concentração de renda nas classes A e B. Enquanto 2.529 pessoas ganham entre 10 e 20 salários mínimos, 44.668 recebem de 1 a 2 salários mínimos por mês. O município apresenta elevado número de pessoas sem instrução ou com apenas o ensino fundamental incompleto (67.565 pessoas) e apresenta baixo número de pessoas com curso superior completo (27.351 pessoas).

3.2 Sujeitos da Pesquisa

A faculdade pesquisada possui doze cursos de bacharelado e cinco de licenciatura. De um total de 3.695 estudantes matriculados, conforme relatório gerado em 25 de Setembro de 2013. Desse total, 281 são bolsistas Prouni, ou seja, 7,60%. Para definir a população dos sujeitos da pesquisa foram selecionados quatro cursos de bacharelado (Administração, Ciências Contábeis, Direito e Serviço Social) e dois cursos de licenciatura (Letras e Pedagogia). Nesses seis cursos concentra-se a maioria dos estudantes Prouni da faculdade. São 209 estudantes, conforme a Tabela 15.

Dois foram os critérios utilizados para a escolha dos estudantes bolsistas que participaram da pesquisa:

- (a) Bolsistas Prouni dos cursos que apresentam o maior número de estudantes matriculados no segundo semestre de 2013; ou seja, os cursos de Direito (51); Pedagogia (28); Administração (70); Serviço Social (23); Ciências Contábeis (20) e Letras (17).
- (b) Cursos com turmas de estudantes Prouni com bolsas mais antigas na faculdade, ou seja, aqueles cursos indicados no item a, com bolsistas Prouni com ingressos nos anos de 2009 a 2013.

A Tabela 15 apresenta o total de estudantes de cada curso selecionado, o número de bolsistas Prouni que representou a população de sujeitos da pesquisa (209), a amostra de respondentes do questionário (86), a quantidade de bolsistas que responderam à questão aberta (57) e a quantidade de bolsistas entrevistados (12).

TABELA 15 – População e amostra de bolsistas participantes da pesquisa

Cursos	Número de alunos de cada curso	Número de bolsitas Prouni	Questionários respondidos		Questões abertas respondidas		Entrevistas concedidas
			f	%	f	%	
ADM	427	70	27	38,57	18	66,66	5
C. C.	191	20	09	45,00	04	44,44	2
DIR	741	51	19	37,25	13	68,42	0
LET	90	17	05	29,41	04	80,00	0
PED	570	28	15	53,57	12	80,00	2
S. S.	390	23	11	47,83	06	54,54	3
Total	2409	209	86	41,14	57	66,28	12

Fonte: O Autor (2013).

Nota-se na Tabela 15 que o percentual de estudantes que responderam à questão aberta, com exceção do curso de Ciências Contábeis, situou-se acima de 50% da amostra. Dos bolsistas de cada curso selecionou-se uma pequena amostra intencional de estudantes para participar da entrevista.

Da população dos 209 estudantes bolsistas dos seis cursos selecionados para a pesquisa, extraiu-se a amostra representativa com 86 estudantes (41,14%). Todos os estudantes da população não tiveram a mesma

chance de serem selecionados e, por consequência, os participantes foram escolhidos por estarem disponíveis (Freitas et al., 2000). Distribuídos por termos ou semestres, foram pesquisados através do questionário: no 1º termo (4); no 2º termo (1); no 3º termo (1); no 4º termo (3); no 5º termo (7); no 6º termo (11); no 7º termo (12); no 8º termo (41); no 9º termo (5) e 10º termo (1). Levando-se em conta que apenas o curso de Direito possui o 9º e o 10º termos na sua matriz curricular, o levantamento revelou que 35 estudantes cursavam o último termo quando da aplicação do questionário, o que representa 40,70%.

3.3 Instrumentos

Foram utilizados nessa pesquisa três instrumentos de coleta de dados: (1) Análise documental na coleta de informações relevantes sobre o problema desta pesquisa; (2) Entrevista; e (3) Questionário.

3.3.1 Pesquisa documental

No primeiro momento da pesquisa, para identificar os estudantes bolsistas do Prouni, foi utilizada uma pesquisa documental de natureza quantitativa junto ao departamento responsável pelo Prouni na faculdade a fim de se levantar as informações contidas nos prontuários de matrículas, nos contratos, nas fichas e nos instrumentos de controle do aluno no Programa. Parte desse material foi encontrada nas pastas suspensas em arquivos de aço, bem como em relatórios disponíveis nos arquivos de computador, aos quais se teve acesso.

3.3.2 Questionário para os estudantes bolsistas

Confeccionou-se um questionário dividido em seis partes. O instrumento abrangeu sete categorias de informações referentes aos estudantes bolsistas ingressantes na Faculdade entre os anos de 2009 e 2013, a saber: características pessoais (perfil demográfico), características escolares, características familiares; satisfação com o curso escolhido, expectativa em relação ao curso, evasão e permanência no curso. O questionário continha 36 questões

fechadas e uma aberta. Para destacar suas partes, foram utilizadas cores diferentes, a saber:

- Parte 1 – Características pessoais (cor branca);
- Parte 2 – Situação socioeconômica (cor laranja);
- Parte 3 – Características escolares e da família (cor azul);
- Parte 4 – Histórico escolar (cor verde) e
- Parte 5 – Avaliação da satisfação e expectativa em relação ao curso e evasão e permanência (cor amarela).
- Parte 6 – Opinião aberta para que o bolsista manifestasse sua opinião sobre o Prouni, de maneira opcional (cor verde-clara)

Antes da aplicação, o questionário foi testado por dois estudantes para avaliar incorreções, dificuldades e aferir o tempo para respondê-lo. Esse teste levou em média seis minutos para ser respondido. Esse procedimento constituiu-se de um teste-piloto, junto a um pequeno grupo de sujeitos com o intuito de testar a formulação das perguntas e modificá-las, caso necessário (BANDEIRA, 2013). Após as correções necessárias, o questionário foi impresso de forma que, para cada parte foi adotada uma cor diferente a fim de facilitar a identificação e a análise. A versão final deste instrumento encontra-se no Apêndice A.

3.3.3 Entrevista semiestruturada

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada para os doze estudantes bolsistas do Programa a serem entrevistados e outro, para a coordenadora de projetos da faculdade. O roteiro de entrevista para os bolsistas compreendeu questões relacionadas à satisfação (agrado e desagradados); expectativas em relação ao curso, fatores de risco de desistência além da avaliação do Programa que promoveu o acesso. A entrevista semiestruturada teve também o objetivo de dirimir as dúvidas e prestar esclarecimentos sobre o curso e sobre a funcionalidade do Prouni, bem como avaliar as ações implementadas pela faculdade para facilitar a permanência de seus bolsistas no curso. O roteiro de entrevista para a coordenadora continha questões que além de sua identificação, procurou apontar como funciona o setor responsável pelo atendimento dos estudantes bolsistas. Os

Termos de Consentimento e os dois roteiros encontram-se no Apêndice B e C respectivamente.

3.4 Coleta de Dados

A coleta de dados da pesquisa documental foi realizada nos arquivos físicos e eletrônicos da instituição na primeira fase da realização da pesquisa

Para a aplicação do questionário, foi escolhida, informada e sinalizada uma sala de aula na faculdade pesquisada, aproveitando-se de um evento organizado para a Semana de cursos na faculdade denominado “2ª. Semana Integrada”. A estratégia para a escolha dessa data foi criteriosamente adotada, pois o evento mobilizou os estudantes para a participação. Nas salas dos cursos envolvidos na pesquisa foram fixados recados com dois dias de antecedência, além do reforço de professores e coordenadores dos cursos envolvidos que apoiaram a participação. Na oportunidade, os estudantes foram convidados a se dirigir a uma sala onde foi aplicado o questionário. O horário da aplicação do questionário também foi notificado e ocorreu dentro de um período de duas horas.

O questionário foi aplicado em duas etapas: a primeira ocorreu entre os dias 14 e 16 de Outubro de 2013, no período noturno. A segunda etapa, com o objetivo de atrair mais estudantes para a pesquisa, ocorreu no dia 21 de outubro de 2013, adotando-se o mesmo procedimento da primeira. A identificação do estudante foi preservada, entretanto, foi solicitada a sua assinatura em uma listagem para efeito de registro e de controle a fim de que o estudante não respondesse mais de um questionário.

A coleta de dados das entrevistas ocorreu no local apropriado e disponibilizado pela faculdade, sem custo para o pesquisador. Entretanto, R\$ 30,00 foram gastos com as fitas Mini DV marca *Sony*, além de outros gastos de impressão não computados. Assim, as entrevistas foram gravadas e transcritas. Os levantamentos desses dados via entrevista possibilitou a análise dos dados dos questionários aplicados aos bolsistas Prouni no sentido de comparar as respostas obtidas naquele instrumento com os dados do município.

A coleta de dados das entrevistas ocorreu em dois momentos. No primeiro, após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a devida assinatura da coordenadora de projetos, realizou-se a entrevista agendada no dia 31

de outubro de 2013, com a duração de 18 minutos, após ser editada. Como já enfatizado, o objetivo foi apurar sua opinião, análise e observações sobre o cenário atual dos estudantes bolsistas do Prouni e sobre as ações implementadas pela faculdade para mantê-los no Programa. Essa entrevista foi gravada para preservar a fidelidade das informações prestadas e o local escolhido foi uma sala onde funciona o estúdio de som e imagem do curso de comunicação social da faculdade. Um funcionário desse estúdio foi o responsável pelo manuseio do equipamento utilizado, bem como pela edição da matéria gravada. A transcrição da entrevista encontra-se no Apêndice C1.

No segundo momento, realizou-se a entrevista com 12 bolsistas Prouni. Da lista de estudantes que haviam respondido o questionário, foram selecionados estudantes de cada curso para a entrevista, aplicando-se os seguintes critérios em ordem sucessiva:

- (a) manifestação e contribuição voluntária do estudante para a entrevista;
- (b) disponibilidade de tempo do bolsista para a entrevista;
- (c) concordância dos coordenadores de cada curso, até que fosse completado o número de 12 estudantes, correspondente a 14% dos estudantes que responderam ao questionário.

A princípio, considerando que todos os 86 estudantes tiveram a mesma chance de ser convidados para a entrevista, consultou-se os coordenadores de cada curso para informá-los sobre os prováveis entrevistados. Considerou-se importante que ficassem cientes da entrevista, porque esta seria realizada em horário de aula.

Aleatoriamente foram realizados novos contatos com os bolsistas para viabilizar a participação na entrevista. Contatados 20 estudantes, 15 deles prontamente confirmaram sua participação. Entretanto, definiu-se que, ao atingir 12 entrevistas, elas seriam cessadas. Assim, no dia 31 de Outubro de 2013 realizou-se três entrevistas, no dia 04 de novembro, quatro entrevistas e no dia 07 de novembro cinco entrevistas. O tempo total de doze entrevistas foi de aproximadamente uma hora.

A entrevista teve a participação de cinco estudantes do curso de Administração, dois de Ciências Contábeis, dois de Pedagogia e três de Serviço Social (foram mantidos contatos com dois estudantes do curso de Direito e um

estudante de Letras, os quais, embora tivessem se colocado à disposição, não compareceram no dia e horário marcado). Embora se tenha tido o cuidado de formalizar pessoalmente o convite para a participação na entrevista, seguindo o primeiro e o segundo critério (a e b), alguns estudantes não confirmaram sua participação e outros não compareceram para a entrevista, mesmo tendo ratificado sua presença. Uma amostra das entrevistas com estudantes encontra-se no Apêndice B1.

3.5 Análise de Dados

A análise dos dados foi dividida em cinco fases distintas, seguindo a orientação de Teixeira (2003), que propõe as seguintes etapas:

- a) a análise de documentos (pesquisa documental);
- b) a classificação dos dados;
- c) a análise dos questionários;
- d) a análise das entrevistas e
- e) a análise e descrição dos dados coletados.

De posse dos dados documentais, iniciou-se um processo muito especial que foi a análise, a classificação e a interpretação de todas as informações colhidas. Ao pesquisador coube organizar, ordenar, agrupar, codificar, descrever, transcrever, para então proceder à análise e interpretação dos dados coletados.

Para Teixeira (2003, p. 190-191), “A análise de dados é o processo de formação de sentido além dos dados e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação de significados”. Para a autora, “a análise de dados é um processo complexo que envolve retrocessos entre dados pouco concretos e conceitos abstratos” (TEIXEIRA, 2003, p. 192). Isto posto, à medida que ia-se imergindo na pesquisa sentia-se a necessidade de fazer retrocessões na busca de dados mais consistentes.

Laville e Dionne (1999) sugerem que, na organização de uma pesquisa, o pesquisador atente para a análise de conteúdo, sugerindo assim: “a reestruturação dos conteúdos, os recortes dos conteúdos; as definições das categorias analíticas; a categorização final das unidades de análise”. Os autores

ressaltam ainda que “as perspectivas quantitativas e qualitativas não se opõem, então, podem até parecer complementares” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 225).

Depois do recolhimento dos questionários, partiu-se para a ordenação, conferência e validade dos 86 questionários preenchidos. Nesse momento fez-se a separação dos cadernos distribuídos nos seis cursos pesquisados. Os cursos envolvidos na pesquisa receberam um código para melhor identificação e para que fosse feito o relato da pesquisa. Assim, adotaram-se os seguintes códigos: Administração (ADM); Ciências Contábeis (CC); Direito (DIR); Letras (LET); Pedagogia (PED) e Serviço Social (SS).

Como os questionários não tinham identificação de quem os preencheu, cada instrumento recebeu uma numeração para facilitar a contagem dos dados e a consulta, quando necessário. Os dados expressos em forma numérica (questões fechadas) possibilitaram um tratamento quantitativo com o auxílio da estatística, permitindo a visualização dos dados por meio de gráficos e tabelas de forma padronizada.

Para a análise e tratamento dos dados, foram seguidos os passos propostos por Carvalho e Vergara (2002, p. 84), a saber:

- (1) Agrupar os depoimentos em *clusters* (grupos de coisas semelhantes) de significados.
- (2) Reunir estas informações grupais em unidades maiores para que se possa ter uma descrição geral da experiência interativa.
- (3) Discutir como a análise assim estruturada pode ajudar a gerar uma melhor compreensão da essência do fenômeno.

Após a análise dos questionários (questões fechadas e uma questão aberta) foram confeccionados os gráficos e digitadas as 57 respostas obtidas na questão aberta, como consta no Apêndice A2. A etapa seguinte constituiu em definir categorias e enquadrar as respostas na respectiva categoria.

De posse da gravação dos doze estudantes entrevistados e da coordenadora de projetos, iniciou-se a tarefa de reproduzir e transcrever cada uma das falas. Foram apuradas as informações nas entrevistas para confirmar, negar ou qualificar algumas respostas do questionário e posteriormente definidas grades de categorias. Com o material digitado (questão aberta do questionário e as falas das entrevistas), passou-se a agrupar as expressões tendo como base a sugestão de Teixeira (2003, p. 194):

Para tanto busca classificar palavras, frases ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdo. Nesta perspectiva de análise o pesquisador forma uma versão teórica da realidade. Esta formulação teórica não apenas pode ser usada para explicar a realidade, como também provê um esquema de referência para a ação.

Para cada seção foram selecionadas dos questionários e das entrevistas as respostas mais significativas que retrataram a ótica do bolsista em relação à satisfação, expectativa e permanência no curso. A transcrição das respostas dos questionários e das entrevistas encontra-se no Apêndice A2 e B1 respectivamente.

O conteúdo da entrevista com a coordenadora de projetos foi analisado em relação à funcionalidade do setor responsável para administrar o Prouni na faculdade pesquisada, ao processo de acesso, à satisfação, expectativa e evasão do bolsista, bem como em relação à atuação da faculdade para retê-lo no Programa. A transcrição da entrevista encontra-se no Apêndice C1.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez que a pesquisa documental de natureza quantitativa leva em conta os registros apurados nos arquivos mantidos pela faculdade, a análise dos documentos permitiu checar sistematicamente os dados dos estudantes bolsistas Prouni que fizeram parte da população e da amostra desta pesquisa. A classificação dos dados possibilitou identificar e registrar todos os fatores referentes à satisfação, expectativa, evasão e permanência dos bolsistas Prouni nos cursos propostos.

A faculdade pesquisada se credenciou ao Programa em 2005. Na fase da pesquisa documental houve a constatação de queda no número de estudantes bolsistas Prouni na faculdade pesquisada. Essa diminuição está representada nos seis cursos pesquisados, como mostra a Tabela 16:

TABELA 16 - Número de bolsas Prouni (2009 a 2013)

Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	Total
ADM	10	40	14	04	02	70
C. C.	03	05	07	05	-	20
DIR	15	28	03	04	01	51
LET	01	03	12	01	-	17
PED	-	22	05	-	01	28
S.S.	-	15	06	02	-	23
Total	29	113	47	16	04	209

Fonte: O Autor (2013).

Como recorte, considerou-se o número das bolsas no período de 2009 a 2013 nos seis cursos pesquisados, havendo uma predominância de bolsistas nos cursos de Administração e de Direito. A queda das vagas preenchidas pelo Prouni acentuou-se no ano de 2012. Em contrapartida, constata-se que, nos anos de 2011 e 2012, houve um aumento significativo do financiamento estudantil (FIES) em conjunto com outros programas criados pela faculdade e que trouxeram forte impacto na configuração de todos os programas de acesso ao ensino superior na instituição. Isso indica certa fraqueza do Prouni em manter a quantidade de ingressantes via bolsa de estudo não reembolsável. Entre 2009 e 2013 foram ofertadas 3.823 bolsas Prouni no município pesquisado (conforme Tabela 13), sendo que nos seis cursos pesquisados, no mesmo período, as vagas preenchidas representam 5,47%.

A Tabela 17 apresenta o número de bolsistas Prouni ingressantes, concluintes, evadidos e os que ainda estavam cursando no período de 2009 ao primeiro semestre de 2013, em cada um dos seis cursos pesquisados.

TABELA 17 - Número de bolsistas ingressantes, concluintes, evadidos e em curso

Cursos	Ingressantes (2005 a 2013)	Concluintes		Evadidos		Cursando em 2013	
		<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
ADM	131	58	44,27%	03	2,29%	70	53,44%
C. C.	32	12	37,50%	00	0,00%	20	62,50%
DIR	67	15	22,38%	01	1,49%	51	76,12%
LET	24	05	20,83%	02	8,34%	17	70,83%
PED	48	16	33,33%	04	8,34%	28	58,33%
S.S.	36	10	27,78%	03	8,34%	23	63,88%
Total	338	116	34,32%	13	3,85%	209	61,83%

Fonte: O Autor (2013).

Essa tabela mostra que 3,85% foi o percentual de estudantes Prouni evadidos dos cursos e da faculdade (abandono) que participavam do Programa. Cabe ressaltar que apurou-se quatro estudantes migrando para outro curso oferecido pela própria faculdade. Esse número de evasão é menor do que o apresentado pelo Tribunal de Contas que entre 2005 e 2008, apurou que houve evasão de 19,5% e que 58% estavam em efetiva utilização (BRASIL, 2009).

O percentual de bolsistas evadidos pode parecer baixo se comparado com os índices de evasão constatados nessa pesquisa, pois representa quase a metade de uma sala de aula, considerando-se a média de 50 estudantes por sala. Dos treze abandonos do Programa, quatro estudantes recebiam bolsa parcial de 50% e oito tinham bolsa integral de 100%. As razões que levaram a essa evasão não foram registradas pela faculdade. Os cursos que sofreram maior índice de evasão de bolsistas foram os de Letras, Pedagogia e Serviço Social com 8,33% cada. Por outro lado, o curso de Ciências Contábeis não registrou evasão. Por falta de controles mais efetivos da faculdade, apurou-se a taxa de evadidos do Prouni em cada um dos cursos pesquisados com base no critério de titulação, conforme explicam Silva Filho e Lobo (2007) e Lobo (2012), anteriormente descritos.

O levantamento dos concluintes considerou o número de formados até o primeiro semestre de 2013, sendo curso de Administração, o que apresentou o

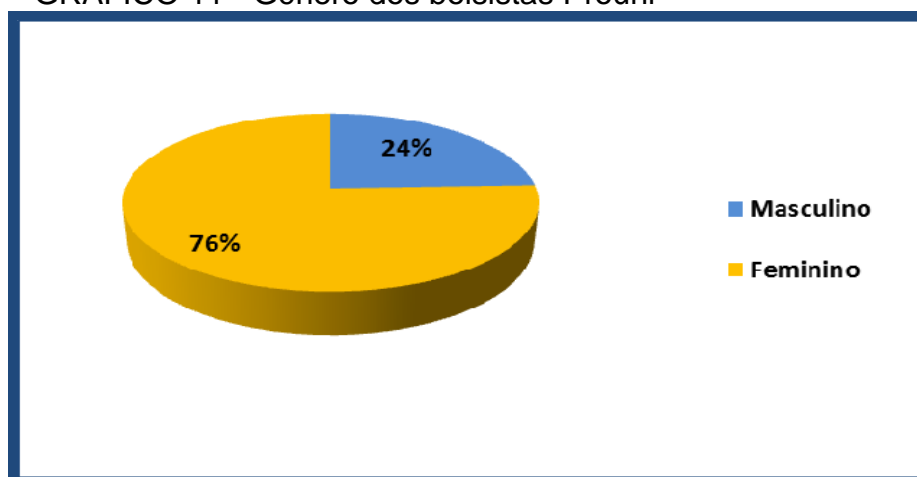
maior percentual de concluintes (44,27%). Já o curso de Direito foi o que apresentou maior percentual de estudantes que ainda permaneceram no mesmo curso (76,12%) uma vez que o curso é dividido em dez semestres.

4.1 Perfil dos estudantes Prouni dos cursos selecionados

Os dados apresentados nessa seção visam mostrar o perfil “demográfico” do bolsista e de seus familiares, bem como sua forma de ingresso na faculdade e o tipo de bolsa recebida, possibilitando subsidiar as análises e discussões pertinentes à pesquisa.

O Gráfico 11 mostra a predominância do sexo feminino dentre os beneficiários do Prouni. As mulheres representam 76% dos bolsistas e os homens apenas 24%.

GRÁFICO 11 - Gênero dos bolsistas Prouni



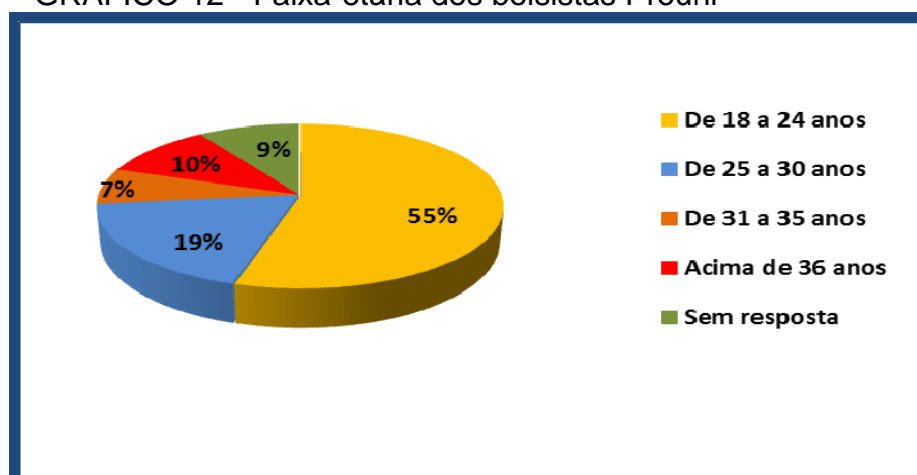
Fonte: O Autor (2013).

Esse dado reforça a predominância de mulheres na educação superior e sua crescente inserção no mercado de trabalho. A nova configuração da força de trabalho tem inserido a mulher nas organizações de modo geral. Essa tendência revela a mudança do papel da mulher na sociedade. A dependência financeira dos pais ou marido, situação marcante em décadas passadas, não é mais evidenciada na estrutura familiar contemporânea.

O Gráfico 12 apresenta 55% dos estudantes entre 18 e 24 anos; 19% entre 25 e 30; 7% entre 31 e 35 anos; e 10% acima de 36 anos. Nas respostas registrou-se estudantes entre 19 e 48 anos, mas a maior frequência foi de 21 anos

(21 vezes). Coerente com a política do governo federal, o sistema de bolsas vem favorecendo predominantemente os jovens entre 18 e 24 anos. Registrou-se também que um pouco mais de um terço dos beneficiados pela bolsa têm mais de 24 anos.

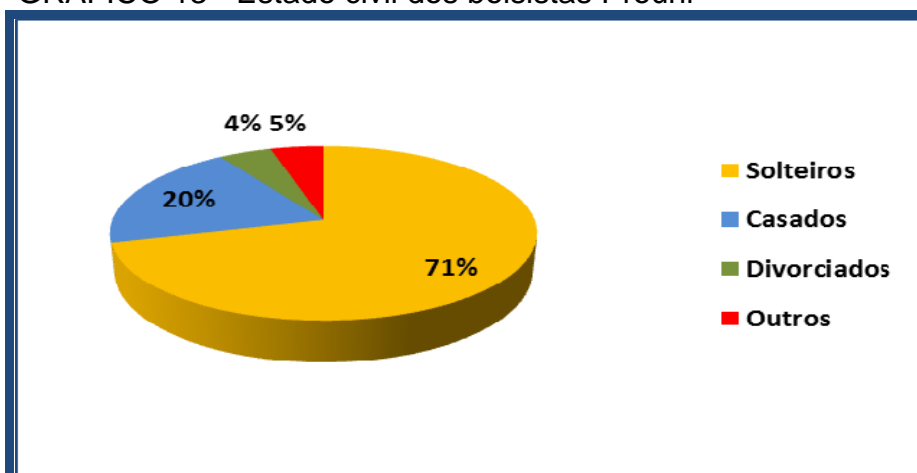
GRÁFICO 12 - Faixa-etária dos bolsistas Prouni



Fonte: O Autor (2013).

O Gráfico 13 apresenta a situação civil dos bolsistas pesquisados e mostra que predominam os solteiros com 71%, (61 estudantes). Esse dado parece revelar que, entre os bolsistas Prouni, predominam jovens solteiros entre 18 e 24 anos.

GRÁFICO 13 - Estado civil dos bolsistas Prouni

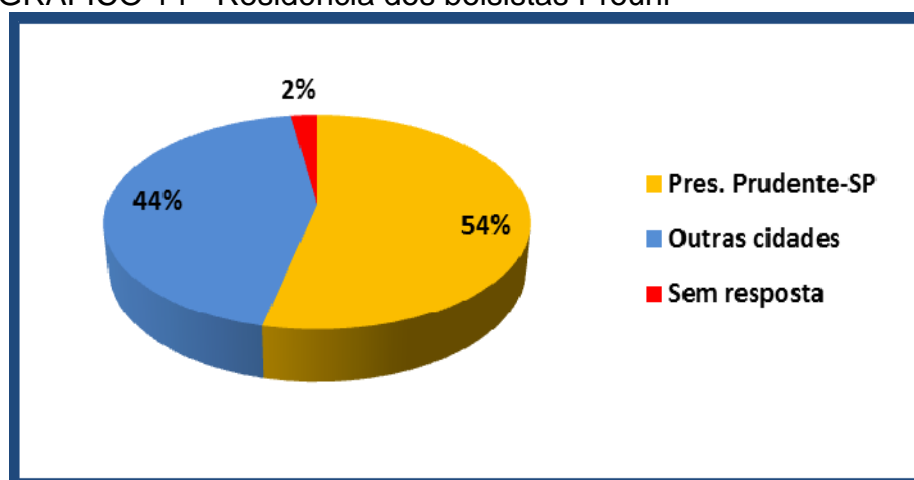


Fonte: O Autor (2013).

O Gráfico 14 mostra o local de residência dos bolsistas Prouni. Na pesquisa foi possível constatar que mais da metade dos bolsistas reside em Presidente Prudente – SP e quase metade deles reside em outros municípios.

Muitos deles dependem diretamente do transporte oferecido pelas respectivas prefeituras. É importante ressaltar que nem todos os municípios oferecem o transporte para seus estudantes, como revela um dos bolsistas entrevistado. A dependência do transporte municipal muitas vezes tem levado o estudante a abandonar o curso ou perder aulas. Esse é um fato que tem ocorrido pois alguns municípios não disponibilizam transportes, em função da decretação de ponto facultativo, especialmente em vésperas de feriados.

GRÁFICO 14 - Residência dos bolsistas Prouni

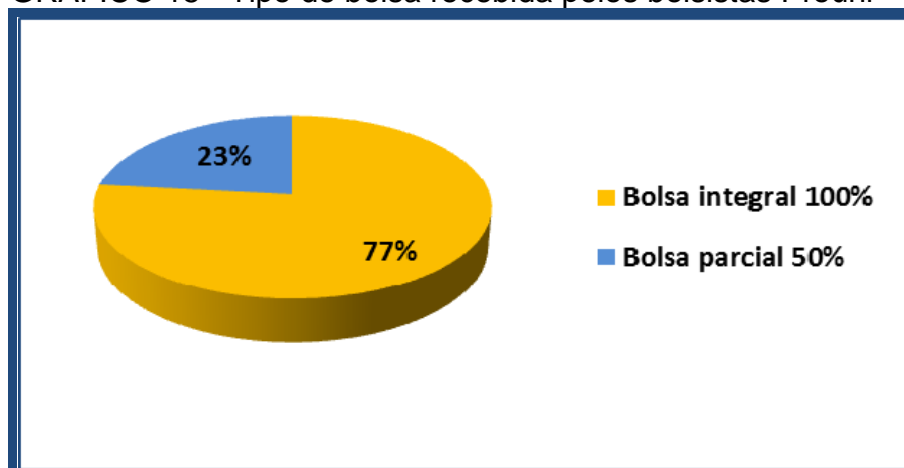


Fonte: O Autor (2013).

O Gráfico 15 registra que 77% dos estudantes Prouni (66 estudantes) recebem bolsa integral. Vale lembrar que recebem esse tipo de bolsa os estudantes de situação econômica menos favorecida, ou seja, mais de três quartos dos bolsistas são pobres.

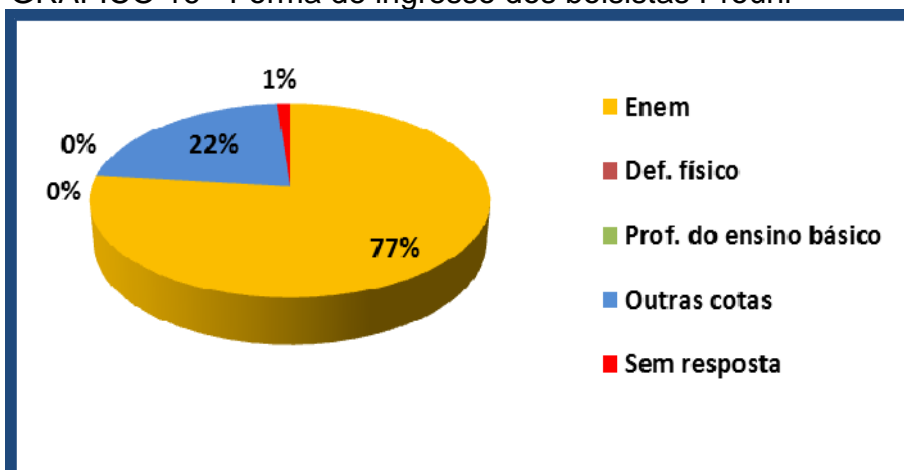
O Gráfico 16 indica a forma de ingresso do bolsista Prouni na faculdade. Para 77% dos bolsistas, a prova do Enem foi o determinante para conseguir a vaga. A segunda e a terceira forma de ingresso foram, respectivamente, ser candidato com deficiência física ou ser professor do ensino básico. Tendo 22% dos estudantes respondido que ingressaram por outras cotas, entende-se que esse número correspondem as bolsas remanescentes que não foram preenchidas durante o processo seletivo regular ou as cotas de pretos, pardos ou índios, e que são preenchidas pela instituição com base nos critérios do Prouni, conforme descrito no portal do MEC (BRASIL, 2014b).

GRÁFICO 15 - Tipo de bolsa recebida pelos bolsistas Prouni



Fonte: O Autor (2013).

GRÁFICO 16 - Forma de ingresso dos bolsistas Prouni



Fonte: O Autor (2013).

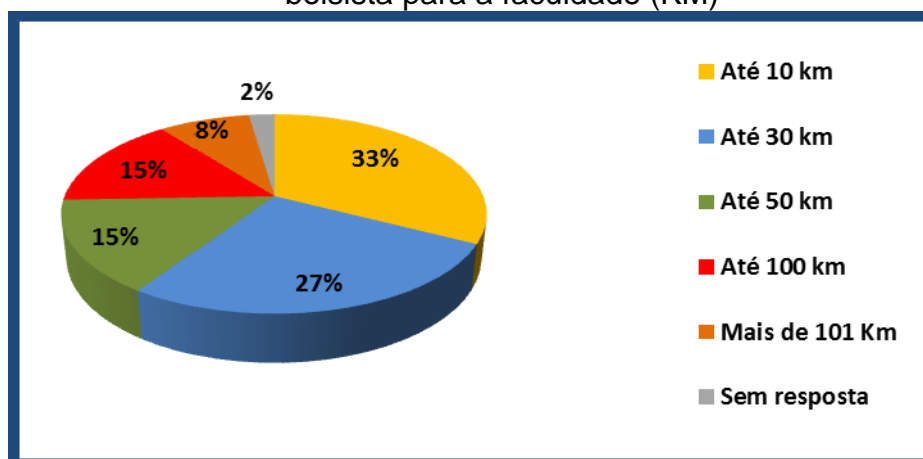
Dentre os estudantes, 50% moram com os pais, 25% pagam aluguel, 15% possuem residência própria e 2% moram em república (Gráfico D1, Apêndice D).

O transporte é um fator que implica não só em eventual dispêndio financeiro mas também em tempo gasto com a locomoção, para que o estudante possa frequentar as aulas. O Gráfico 17 apresenta a distância percorrida pelo bolsista da residência ou do trabalho até a faculdade. Nessa questão registrou-se os limites dessas distâncias a fim de se apurar qual seu percurso em quilômetros e em que condições esse transporte é realizado. Definiu-se que até 10 km representa um trecho que vai da faculdade pesquisada até as imediações e o centro da cidade; até 30 km corresponde à distância entre a faculdade e um bairro mais afastado ou um município periférico, e algumas cidades nas imediações (Alvares Machado-SP,

Presidente Bernardes-SP, Regente Feijó-SP e Pirapozinho-SP); até 50 km compreende um eixo que vai da faculdade até algumas cidades mais afastadas (Presidente Venceslau-SP, Santo Anastácio-SP e Iepê-SP); até 100 km corresponde a um trecho entre a faculdade e cidades como Presidente Epitácio-SP e Rancharia-SP; e mais de 101 km representa a distância da faculdade até Teodoro Sampaio-SP, e alguns outros municípios do norte do Paraná e do sul do Mato Grosso do Sul.

Nesse levantamento mapeou-se os bolsistas Prouni e constatou-se que para 60% deles a distância percorrida é de até 30 km. Entretanto, 40% deles residem ou trabalham a mais de 50 km da faculdade. Além dos gastos com alimentação ou transporte, deve-se levar em conta também o tempo despendido do trajeto de ida e volta para estudar.

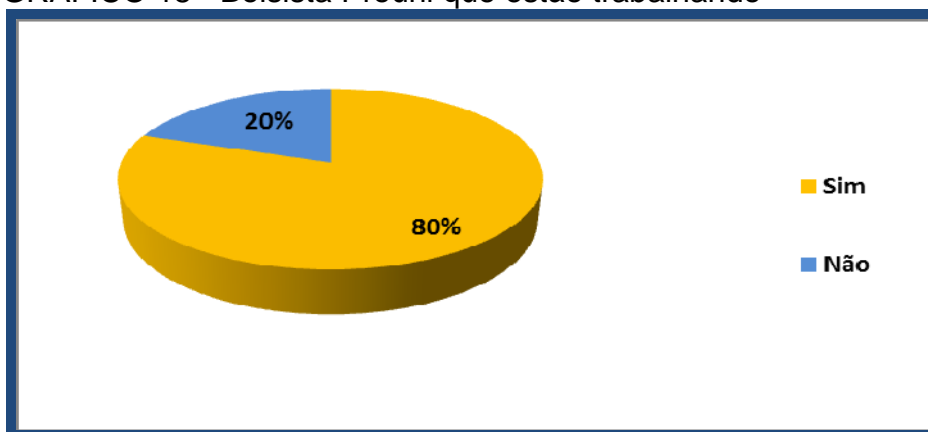
GRÁFICO 17 - Distância da residência ou do trabalho do bolsista para a faculdade (KM)



Fonte: O Autor (2013).

Perguntados se trabalhavam no momento da pesquisa, 80%, ou seja, a maioria absoluta dos estudantes bolsistas responderam afirmativamente (Gráfico 18). Nota-se que, considerando-se que 77% dos estudantes recebem a bolsa integral (100%), seria esperável que eles poderiam abrir mão do trabalho e utilizar a condição de bolsista para se dedicar somente ao estudo, mas sua necessidade financeira e econômica não lhes permite, o que mostra a insuficiência da bolsa para criar as condições desejáveis para se dedicar aos estudos numa faculdade.

GRÁFICO 18 - Bolsista Prouni que estão trabalhando

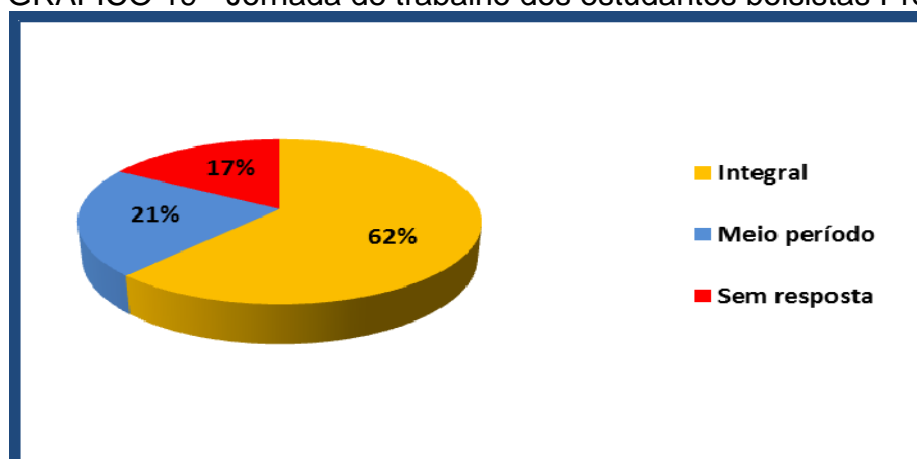


Fonte: O Autor (2013).

Indagados sobre a forma de trabalho, 61% dos estudantes que trabalham possuem registro em carteira, 27% não o possuem e 12% fazem estágio (Gráfico D7 Apêndice D). Embora a maioria dos que trabalham tenha registro em carteira, ainda assim é razoável o percentual dos que trabalham sem registro em carteira.

Dentre os estudantes bolsistas Prouni que trabalham, 62% disseram que sua jornada de trabalho é em período integral. Já 21% trabalham em meio período (Gráfico 19). Ou seja, a grande maioria dos bolsistas trabalha em tempo integral e, relativamente, cansado vai estudar à noite. Portanto, tem jornada dupla de trabalho porque o estudo também é trabalho.

GRÁFICO 19 - Jornada de trabalho dos estudantes bolsistas Prouni

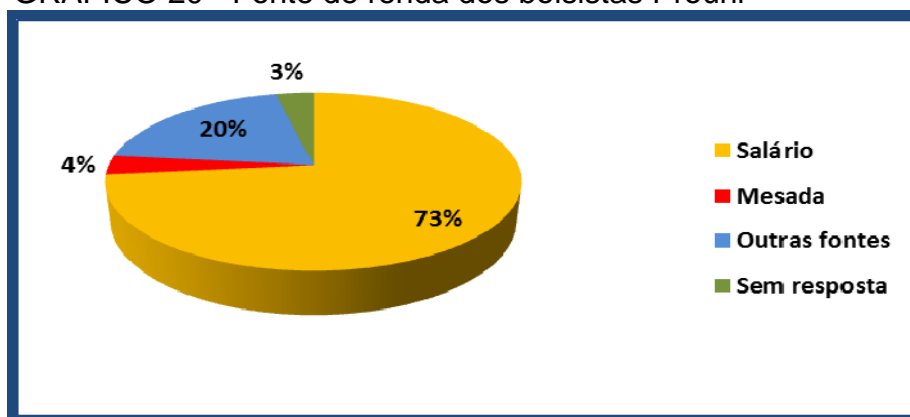


Fonte: O Autor (2013).

Como mostra o Gráfico 20, para 73% dos estudantes, a fonte de renda é o salário, para 20% são outras fontes não especificadas e para 4%, a mesada dos

país. Como mostram os dados, o salário é a principal fonte de renda dos bolsistas, o que é coerente com o dado de que a maioria trabalham em tempo integral.

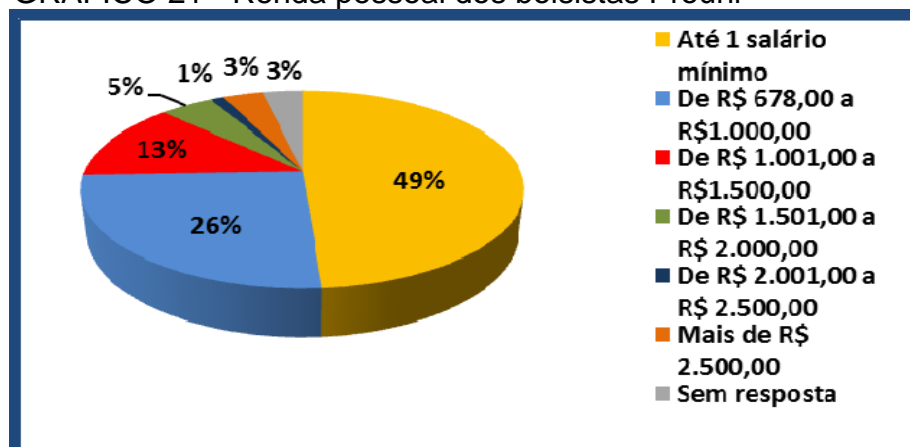
GRÁFICO 20 - Fonte de renda dos bolsistas Prouni



Fonte: O Autor (2013).

Para a análise da renda pessoal e familiar dos bolsistas Prouni, usou-se como referência o Município de Presidente Prudente-SP, onde se localiza a faculdade pesquisada e pelo fato da cidade absorver um grande número de estudantes de ensino superior e de mão-de-obra vinda dos municípios vizinhos. O Gráfico 21 mostra que a renda pessoal de 49% (42 estudantes) de bolsistas Prouni é de até um salário mínimo. Esse dado está diretamente associado à média mensal do município, que, segundo dados do IBGE, para pessoas ocupadas de 18 ou 19 anos é de R\$ 615,79 e de R\$ 886,47 para trabalhadores de 20 a 24 anos. Praticamente metade dos bolsistas recebe até um salário mínimo por mês e cerca de um quarto deles recebe aproximadamente dois salários mínimos. Por esta informação, constata-se que a quase totalidade dos bolsistas Prouni é pobre.

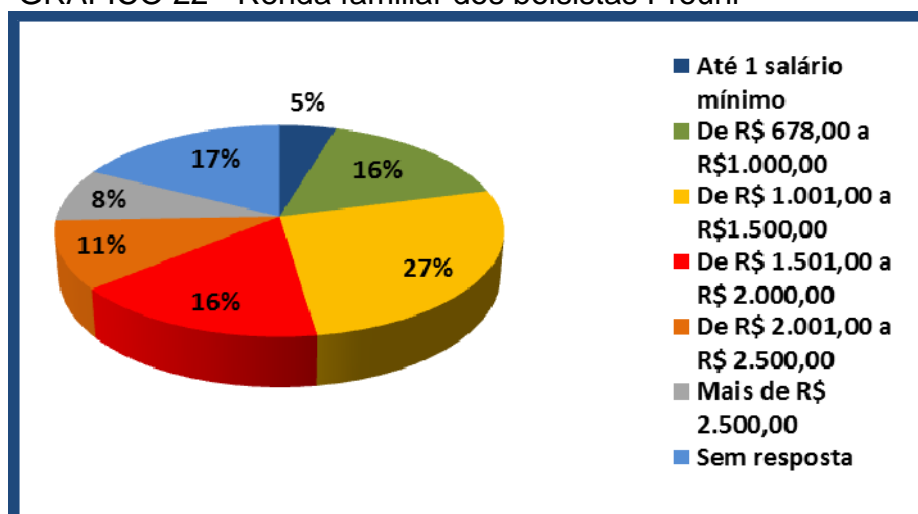
GRÁFICO 21 - Renda pessoal dos bolsistas Prouni



Fonte: O Autor (2013).

A renda familiar do bolsista Prouni está descrita no Gráfico 22. Quase metade (48%) dos familiares dos bolsistas recebe até R\$ 1.500,00. Vinte e sete por cento dessas famílias situam-se na faixa de renda de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00. Esses fatos comprovam a aplicação dos critérios estabelecidos pelo Prouni para a concessão de bolsas a famílias de baixa renda. Eles revelam também que a renda dessas famílias está abaixo daquela registrada pelo IBGE para os domicílios particulares do município de Presidente Prudente-SP, cujo rendimento nominal médio mensal é de R\$ 3.329,80. Por outro lado, apenas cerca de um terço dessas famílias possui renda na faixa de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.500,00.

GRÁFICO 22 - Renda familiar dos bolsistas Prouni

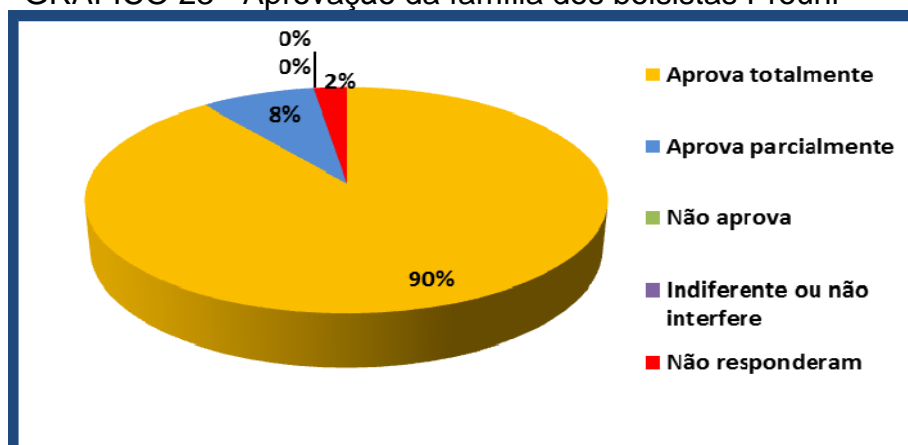


Fonte: O Autor (2013).

Para se identificar o grau de importância e de influência exercido pelo núcleo familiar sobre o estudante bolsista, este foi indagado sobre o grau de aprovação de sua família quanto ao curso escolhido por ele. Como mostra o Gráfico 23, 90% das famílias dos bolsistas aprovam totalmente o curso escolhido pelos filhos, e só apenas 8% aprovam parcialmente (7 estudantes). Essa alta aprovação da família do bolsista pode estar contribuindo para a permanência do estudante no curso.

Considerando a baixa renda pessoal do bolsista e também a familiar entende-se que muitas dessas famílias encontram dificuldades econômicas e financeiras para seu sustento, dessa forma, muitas dessas famílias depositam nos estudantes a esperança de uma vida melhor, encontrando nos estudos essa oportunidade.

GRÁFICO 23 - Aprovação da família dos bolsistas Prouni



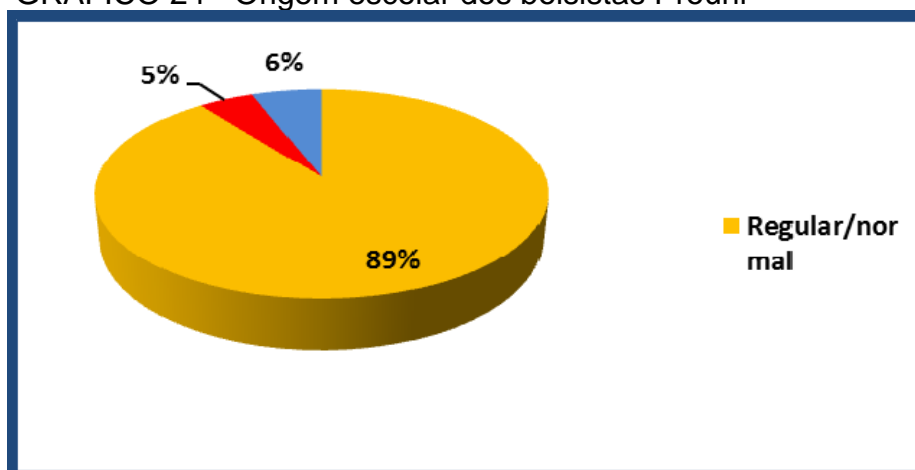
Fonte: O Autor (2013).

Como fator de influência e modelo, o núcleo familiar é muito importante para o estudante do ensino superior. Nesse aspecto, o estudante bolsista está em certa desvantagem, como mostram os Gráficos D8 e D9 Apêndice D escolaridade do pai e da mãe dos bolsistas. A pesquisa revelou que 58% dos pais e 49% das mães dos estudantes cursaram até a 8ª série (atual 9º ano - Séries Finais). A predominância de 35% que possuem até a 4ª. série, (atual 5º ano - Séries Iniciais), e apenas 7% (6 pais de estudantes) possuem ensino superior completo. No entanto, embora em percentual baixo, mais mães do que pais concluíram o ensino médio (26% x 22%) e o ensino superior (13% x 7%).

Quanto à ocupação dos pais, constatou-se que 38% possuem trabalho formal, 28% não trabalham ou são autônomos e 27% aposentados (Gráfico D2, do Apêndice D). Com relação às mães dos bolsistas, 34% possuem trabalho formal, 18%, não trabalham ou são autônomas e 22% são aposentadas (Gráfico D3, do Apêndice D). Comparando-se a ocupação de pais e mães, nota-se que há um número maior de mães desempregadas do que de pais desempregados. Nessa conjuntura, a mãe do estudante que perdeu o emprego não conseguiu recolocação no trabalho, ou permaneceu nessa situação por alguma outra razão, como esperar uma oportunidade melhor de trabalho, ou se encontra numa situação estável em função de o marido ou o filho estarem trabalhando.

Quanto ao histórico escolar do estudante bolsista Prouni, 89% (77 estudantes) fizeram o ensino médio regular/normal; 6% o curso técnico e 5% o supletivo (Gráfico 24).

GRÁFICO 24 - Origem escolar dos bolsistas Prouni

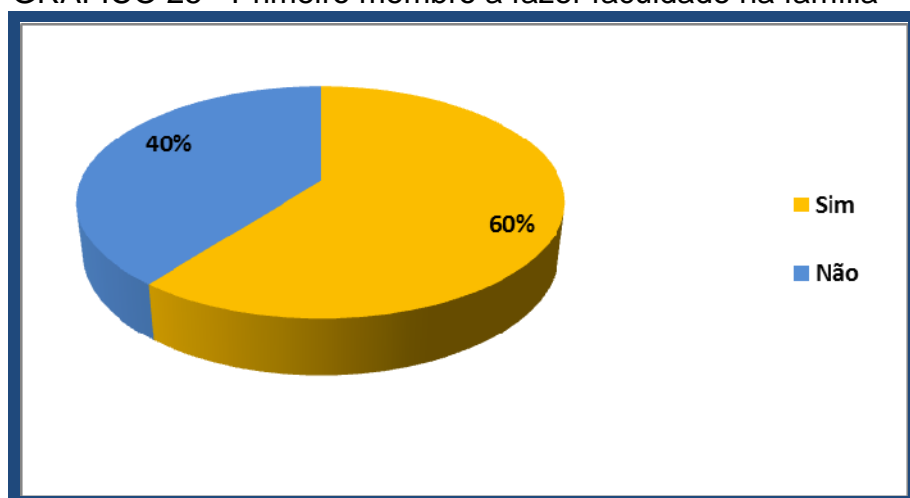


Fonte: O Autor (2013).

Em relação ao tipo de estabelecimento de ensino frequentado pelos bolsistas, 93% deles estudaram integralmente em escolas públicas, 4% a maior parte em escola particular e 2% a maior parte em escola pública. Como se vê, a oportunidade educacional dos bolsistas ocorreu predominantemente na escola pública, no Gráfico D10 - Tipo de estabelecimento de ensino, Apêndice D.

Considerando que o Prouni tem pouco menos de dez anos de criação, a pesquisa procurou identificar se dentro do núcleo familiar do estudante, ele seria o (a) primeiro (a) a fazer um curso superior. Dentre as respostas foi constatado que para 60% das famílias (52), o bolsista era o primeiro daquele núcleo a cursar faculdade, ao passo que para outros 40% (34), esse aluno (a) não o era (Gráfico 25).

GRÁFICO 25 - Primeiro membro a fazer faculdade na família



Fonte: O Autor (2013).

Considera-se como membros desse núcleo familiar os pais, irmão(s), ou parentes que convivem na mesma residência do pesquisado. Embora a maioria absoluta dos pais dos bolsistas não tenha tido oportunidade de ingressar numa faculdade, mesmo assim não deixa de ser significativo o número daqueles que tiveram essa oportunidade, mesmo sem apoio do Estado.

Por meio da pesquisa do perfil dos estudantes Prouni, observou-se que, embora haja a predominância de jovens entre 18 e 24 anos, o Programa tem propiciado acesso aos estudantes com idades acima dessa faixa. Muitos estudantes acima dessa faixa provavelmente viram no Prouni a oportunidade de ingresso num curso superior. Maior precisão na análise desses dados ficou em parte comprometida pela falta de preenchimento da idade em oito questionários. Mesmo assim, parece adequado concluir-se que a idade não tem sido obstáculo para que estudantes com idade mais avançada tenham tido a possibilidade de realizar o sonho de fazer uma faculdade. Nesses casos, porém, a oportunidade da bolsa de estudo parece ser ainda mais importante, como se nota pelo depoimento de um ex-bolsista: "Se não fosse através de uma bolsa, não teria cursado e concluído, em 2004, meu curso de Direito. Com isso, viabilizei, aos 45 anos de idade, meu sonho de fazer uma faculdade" (MARINHO, 2005, p. 1).

A situação socioeconômica do bolsista foi avaliada pelo seu tipo de moradia. Respostas ao questionário indicaram que 50% deles moram com seus pais (43 estudantes). Associando esse dado com a do estado civil e com a idade dos pesquisados, talvez se explique o fato de ainda morarem com os pais, uma vez que teriam dificuldade de se manterem morando sozinhos (Gráfico D1, Apêndice D). O recurso financeiro é fundamental para o seu sustento e para o aluguel de alguma república estudantil. Martins (2007) constatou em sua pesquisa que a dificuldade financeira foi a segunda causa, dentre quatro, da evasão de bolsistas Prouni, o que indica que, para muitos desses estudantes, a bolsa precisa ser complementada com outros recursos para moradia, transporte e alimentação. A dificuldade financeira dessas famílias também foi constatada por Carvalho (2006b, p. 13) que escreveu: "a população de baixa renda não necessita apenas da gratuidade integral ou parcial para estudar". Muitos estudantes das instituições públicas, além da gratuidade do curso, têm acesso a moradia estudantil, alimentação e transporte subsidiados ou gratuitos.

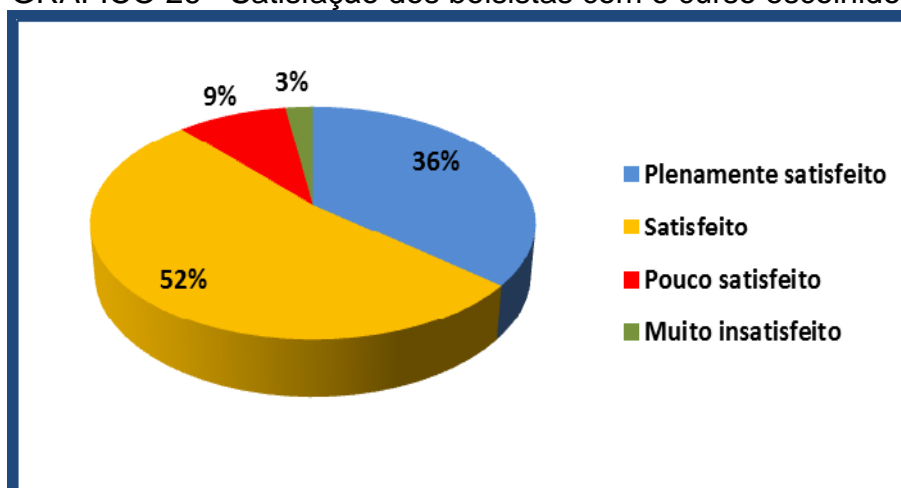
Em sua crítica ao Prouni, Almeida (2009, p. 94) enfatiza que “a renda familiar não favorece o pagamento de uma faculdade” A autora lembra que o Prouni só cobre o valor da mensalidade, deixando de arcar com outros gastos, como alimentação, transporte e livros-textos. Contudo a autora reconhece a importância do Programa para os estudantes de baixa renda. Desse modo, “o ProUni está favorecendo as classes de baixa renda no que diz respeito ao ingresso dos jovens no ensino superior” (ALMEIDA, 2009, p. 94).

A próxima seção apresenta a análise da satisfação/insatisfação do estudante bolsista com o curso.

4.2 Satisfação dos estudantes Prouni dos cursos selecionados

Na parte 5 do questionário indagou-se sobre o grau de satisfação do estudante Prouni com seu curso (Gráficos 26 a 29). Trinta e seis por cento dos estudantes se consideraram plenamente satisfeitos com o curso no qual estão matriculados, 52% se disseram satisfeitos, 9% pouco satisfeitos e apenas 3% muito insatisfeitos. Como se vê, a absoluta maioria dos bolsistas manifestou plena satisfação com o curso de sua escolha (Gráfico 26).

GRÁFICO 26 - Satisfação dos bolsistas com o curso escolhido

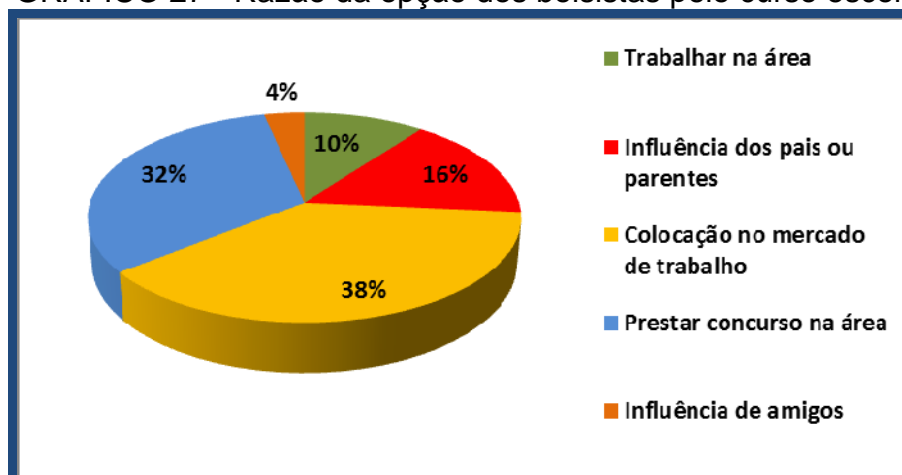


Fonte: O Autor (2013).

Ao optar pelo curso, 38% responderam que o fizeram pela facilidade de colocação no mercado de trabalho, 32% pela possibilidade de prestar um concurso público, 16% por influência dos pais e parentes e apenas 10% por já trabalhar na

área. A influência de amigos na escolha pesou apenas para 4% dos estudantes. A maioria dos bolsistas utilizou razões mais pragmáticas para justificar a escolha do curso (Gráfico 27).

GRÁFICO 27 - Razão da opção dos bolsistas pelo curso escolhido



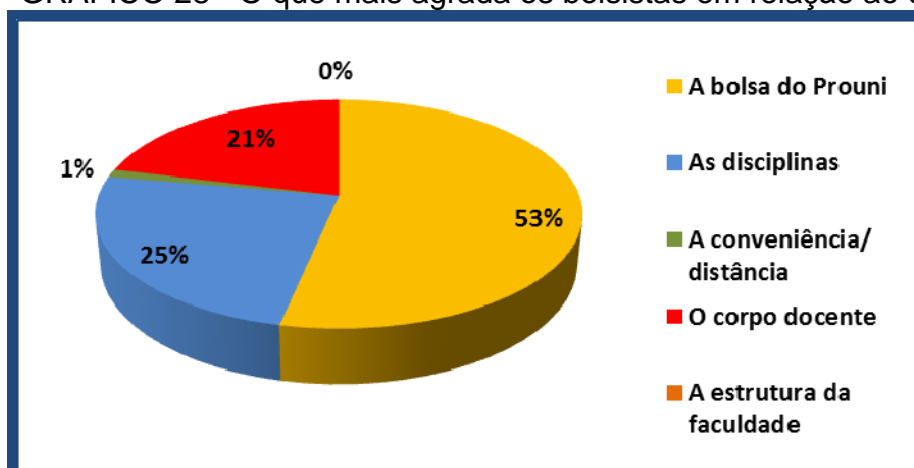
Fonte: O Autor (2013).

A fim de apurar as informações anteriores ou concomitantes à escolha do curso, a pesquisa procurou verificar se os bolsistas Prouni tinham conhecimento da matriz curricular. A resposta de 57% deles foi que a conheciam, de 36% que a conheciam parcialmente e de 7% que não a conheciam (Gráfico D5, Apêndice D). Ressalte-se que na entrada da secretaria da faculdade existe um mural informativo, onde constam as grades de todos os cursos oferecidos pela faculdade, as ementas dos cursos, os nomes dos coordenadores, dos professores, e dos funcionários distribuídos nos diversos setores e núcleos de pesquisa. A grade de cada curso pode também ser consultada no site da faculdade ou solicitada junto a secretaria acadêmica.

Aprofundando o levantamento do grau de satisfação ou insatisfação com o curso, os Gráficos 28 e 29 apontam, respectivamente, o que mais agrada e o que mais desagrada ao bolsista do Prouni. Como mostra o Gráfico 28, no elenco de cinco indicadores o que mais está satisfazendo os bolsistas Prouni é a bolsa (53%), seguido do fator referente às disciplinas estudadas (25%) e ao elenco do corpo docente (21%). Constata-se, pelo Gráfico 29, que uma maioria relativa de bolsistas (47%) está insatisfeita com a estrutura da faculdade. O corpo docente agrada (21%) e desagrada (6%) dos estudantes. Em relação às disciplinas, os dados

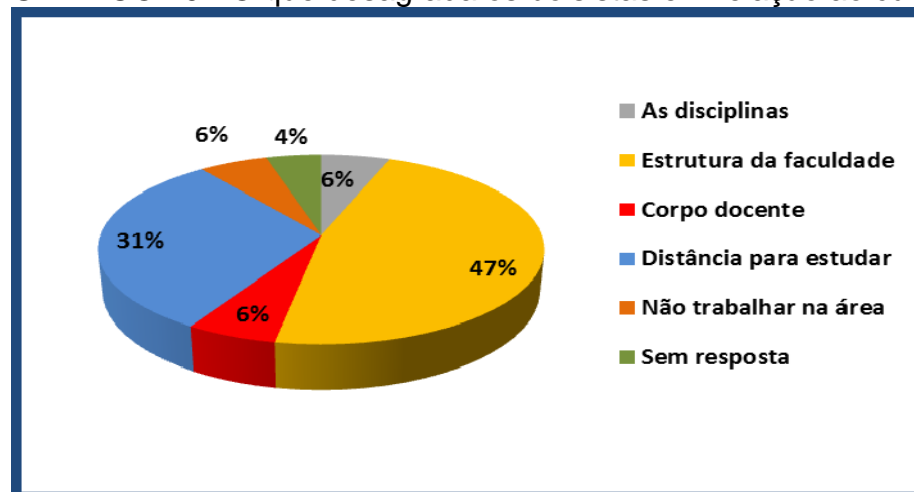
revelam que agradam 25% e desagradam (6%) (Gráficos 28 e 29). Esses dados revelam que quase metade dos bolsistas Prouni demonstram insatisfação com algum aspecto da administração da faculdade ou com alguma dimensão do desenvolvimento acadêmico do curso.

GRÁFICO 28 - O que mais agrada os bolsistas em relação ao curso



Fonte: O Autor (2013).

GRÁFICO 29 - O que desagradou os bolsistas em relação ao curso

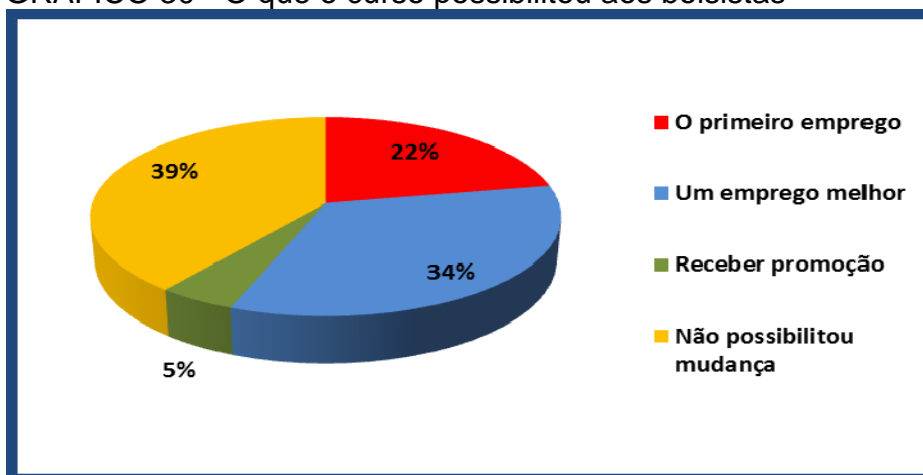


Fonte: O Autor (2013).

Informação relevante apresenta o Gráfico 30 que mostra o que o curso possibilitou ao bolsista Prouni até o presente momento. Essa informação é importante especialmente porque a maioria dos sujeitos que responderam ao questionário cursava os últimos semestres do curso. Dentre as respostas dos bolsistas, a que mais se destacou (39% dos sujeitos) foi a de que até o momento o curso não possibilitou mudança. No entanto, cabe reconhecer que para um terço dos bolsistas, o curso viabilizou um emprego melhor (34%) e para um quinto (22%), o

primeiro emprego. Essa questão está diretamente associada à empregabilidade dos estudantes Prouni. É preocupante que ela seja ainda relativamente baixa para os bolsistas Prouni. A se confirmar essa tendência, poderá ser ilusória a expectativa de ascensão do ex-bolsista Prouni à classe média do país pela via do diploma de ensino superior obtido numa faculdade particular de segunda ou terceira linha.

GRÁFICO 30 - O que o curso possibilitou aos bolsistas



Fonte: O Autor (2013).

Em decorrência do crescente aumento de instituições privadas de ensino superior, muito se discute se o beneficiário é aluno ou cliente. A questão é se o aluno deve ou não ser tratado como cliente e se esse tratamento serve apenas para o ensino pago. De uma forma ou de outra, para a análise da satisfação deve-se levar em consideração a qualidade dos serviços, sendo estes públicos ou privados, pagos ou gratuitos. Eberle (2009), ao abordar a qualidade de serviços aplicada a uma instituição privada de ensino superior, atribui ao aluno o papel de cliente que paga a prestação de um serviço.

Em decorrência do avanço da iniciativa privada e do aumento da competição na área educacional, as instituições privadas estão começando a buscar um diferencial na qualidade de seus serviços para atrair mais clientes nessa concorrência. Schwartzman (1995, apud Cavalheiro et al., 2011) é crítico da abordagem demasiadamente empresarial do aluno e teme que se os estudantes forem encarados como clientes, os professores passarão a ser cobrados pela instituição a atuar como meros prestadores de serviços. Assim, segundo Cavalheiro et al. (2011 p. 3), “o ensino superior começa a adotar estratégias mercadológicas.” E acrescenta: “Faz-se necessário saber até que ponto o aluno poderia ser considerado

cliente”. Cavalheiro et al. (2011) afirmam ainda que, para muitos autores, tratar os alunos como clientes é prejudicial à aprendizagem.

Para Fortes et al. (2007, p. 1), “a qualidade nos serviços é o principal valor intrínseco do discente na IES”. Segundo os autores, isso implica diretamente na satisfação do estudante do ensino superior. Para Joos (apud Pereira e Botelho, 2010, p.89), “a satisfação do cliente é definida, geralmente, como uma função das percepções do cliente e de suas expectativas”, de modo que satisfação seria igual à percepção/expectativa.

Felicetti (2011, p. 143) entende por satisfação “o prazer que resulta da realização do que se desejava alcançar, ou seja, é um contentamento que advém de uma ação. Para tanto, necessita ter sentido, funcionalidade e utilidade”. E acrescenta: “a motivação impulsiona uma ação que resulta em satisfação”. Partindo do pressuposto de que a satisfação envolve resultados atingidos, na definição da autora, motivação é o ponto de partida e a satisfação o ponto de chegada.

Segundo Felicetti (2011), a expressão do “sentido” manifesta-se a partir da razão, da lógica e do senso, ou seja, quando uma ação encontra sentido em relação à qual se deseja ser realizado. A satisfação manifestada pela “funcionalidade” exprime o bom resultado, o desempenho aplicado no seu processo e a “utilidade” expressa algo que tem serventia, que atende a uma necessidade.

Partindo desse conceito, considera-se que o acesso do estudante a um curso superior por intermédio do Prouni foi a motivação necessária para que muitos deles pudessem estudar no ensino superior. Nas manifestações por escrito (questionários) e nas falas (entrevistas), pretendeu-se observar as suas conquistas até o momento como fatores de satisfação, uma vez que, até então, ainda não haviam concluído o curso.

Considerando-se que o Prouni é o responsável pelo acesso de estudantes bolsistas à faculdade pesquisada, formulou-se uma questão aberta para colher suas expressões de satisfação e/ou insatisfação. Assim, na parte 6 do questionário pediu-se para o bolsista manifestar sua opinião sobre o Programa Prouni. Do total de 86 questionários aplicados, 57 estudantes responderam à questão aberta. Com o propósito de que o estudante se manifestasse livremente sobre o Programa e não em relação ao curso em si, a questão possibilitou que ele expressasse seus sentimentos de agrado ou desagradado em relação ao Prouni.

Para a análise da satisfação considera-se as expressões que denotassem oportunidade, como a ocasião favorável, as circunstâncias que contribuíram para que o estudante pudesse cursar a faculdade. Assim, palavras como “sonho”, “felicidade”, “realização” reproduzem de forma geral esse sentimento no estudante. Também se considerou nessa análise as manifestações sobre a qualidade dos serviços, seja com o curso, com a faculdade ou com o Programa, e por fim a expressão de realização profissional, condizente com a empregabilidade, qualificação, capacitação e habilidades adquiridas no curso escolhido.

Se por um lado pode-se identificar as expressões de satisfação, por outro, encontrou-se também manifestações de insatisfação. O Quadro 3 apresenta três expressões de satisfação e três de insatisfações:

QUADRO 3 – Expressões de satisfação e/ou insatisfação dos bolsistas

(1) Expressões de Satisfação	(2) Expressões de insatisfação
1- Relacionadas a oportunidade de acesso ao curso: - Sentido - Contentamento - Sonho - Realização - Prazer - Motivações - Recompensas - Reconhecimento	1- Relacionadas ao descontentamento ou aborrecimento - Falta de oportunidade - Desigualdades - Dificuldades - Frustrações - Arrependimentos - Insatisfação com o curso - Insatisfação com os docentes - Insatisfação com a faculdade - Insatisfação com o Prouni
2- Relacionadas à qualidade dos serviços: - Funcionalidade - Qualidade dos serviços - Qualidade do curso - Qualidade dos docentes - Qualidade da faculdade - Qualidade do Prouni	2- Relacionadas à falta de qualidade dos serviços: - Insuficiência - Indiferença - Falta de qualidade do curso - Falta de qualidade dos docentes - Falta de qualidade da faculdade - Falta de qualidade do Prouni
3- relacionadas à realização profissional: - Utilidade - Empregabilidade - Crescimento/Desenvolvimento pessoal e profissional - Acesso ao mercado de trabalho - Habilidades	3- Relacionadas à falta de perspectiva profissional: - Falta de qualificação - Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho - Falta de expectativas

Fonte: O Autor (2013).

As expressões de satisfação se relacionam à oportunidade de fazer o curso superior, à qualidade dos serviços e à realização profissional. As expressões de insatisfação

se referem ao descontentamento, à falta de qualidade e à falta de perspectiva profissionais.

As respostas à questão aberta dos 57 questionários constam no Apêndice A2. No roteiro de entrevista, as perguntas sobre satisfação foram: Está satisfeito (a) com o curso? O que mais o (a) agrada em relação o curso? O que mais o (a) desagrada em relação ao curso? As respostas dos 12 entrevistados a essas questões se encontram no Apêndice B1. A análise das respostas às questões abertas e das falas dos entrevistados sobre satisfação com o curso baseou-se nos estudos de Eberle (2009), Cavalheiro et al. (2011), Fortes et. al. (2007), Pereira e Botelho (2010) e Felicetti (2011 e 2014), dentre outros.

A seguir, selecionou-se uma breve amostra dos textos dos questionários ou das falas dos bolsistas dos seis cursos pesquisados, remetendo os demais textos ou falas para os Apêndices A2 e B1.

No relato de uma estudante de Pedagogia de 31 anos, o Prouni surgiu quando já cursava o curso superior. Sua satisfação com o Programa decorre da oportunidade oferecida por ele para continuar os estudos. Ela reconhece que sem a bolsa, teria abandonado o curso, apesar do apoio familiar.

Pra mim o Prouni ajudou e continua me ajudando muito. Eu trabalhava e pagava a minha faculdade e quando eu já estava para sair do emprego porque não estava dando para estudar e trabalhar, eu consegui a bolsa 100% fiquei muito feliz, pra mim foi gratificante, pois até pensava em parar o curso, mas minha família sempre me deu o maior apoio. Estou grata demais e agradeço a Deus todos os dias por ter conseguido essa bolsa pelo Prouni (31 anos - Apêndice A2-44).

O Programa que possibilitou o acesso ao ensino superior foi destacado pela estudante de Direito como fator de satisfação. O seu mérito, ou seja, a recompensa pelo seu esforço, foram as características que se definiu como expressão de oportunidade. Considera-se que a qualidade do Programa foi outro fator destacado pela estudante:

O Programa Prouni é um dos melhores programas universitários público do Brasil. O fato 'de eu' estar cursando uma faculdade eu devo a este Programa graças ao meu esforço e desempenho fui bem no Enem e consegui a bolsa, se não fosse isso não estaria aqui". (sic) (20 anos - Apêndice A2-29).

Questionado sobre sua satisfação, um bolsista do 8º termo respondeu:

[...] desde o começo era o que eu queria, não foi uma coisa que eu fui decidindo e fui gostando com o passar do tempo, eu sempre quis fazer esse curso, sempre tive esse desejo, porque as minhas primeiras experiências já foram no ramo de administração, eu sempre tive isso em mente que queria fazer Administração também. O que mais me agrada é o perfil desejado pela profissão. Acho que me adequo a esse perfil, a questão da seriedade da responsabilidade, questão administrativa exige muito isso. Não que os outros cursos não exijam, mas a questão, a administração, ela requer que o profissional seja muito focado nessa área, e eu acredito que me enquadro nesse perfil (aluno – Apêndice B1 -E9).

As expressões de insatisfação foram identificadas, contudo, das entrevistas descritas no Apêndice B1 elegeu-se três falas para ilustrá-la, analisada a seguir.

Uma estudante do 8º termo de Administração quando questionada expressou insatisfação. O desconforto dessa bolsista entrevistada pode ser observado quando indagada sobre o que a desagrada. A estudante fez interrupções na fala e respondeu com tom de desabafo.

Desagrada! (após pausa de 10 segundos), algumas matérias que às vezes deixam alguns conteúdos, que às vezes deixam de ser explanados, por alguns docentes e às vezes aulas vagas, às vezes até por falta de respeito porque o aluno vem à faculdade, mas não tem a disciplina (aluna – Apêndice B1-E2).

Maior precisão dessa entrevista pode ser encontrada no Apêndice B1-E2, uma vez que a manifestação de satisfação e de insatisfação foi observada na resposta. Por um lado, a estudante está satisfeita, porque o curso lhe possibilitou crescimento pessoal e profissional, por outro lado, manifestou desconforto, descontentamento, aborrecimento, com alguns docentes.

Perguntado o que lhe desagrada, um bolsista do 6º termo respondeu que, assim como na maioria das faculdades, é a falta pesquisas.

O que mais me desagrada, eu creio que seja o desagrado geral, acho que a maioria das faculdades hoje, elas trabalham com a matéria, com o conteúdo do curso de uma coisa que já foi aplicada, e de certo modo, falta um pouco de pesquisa pra gente criar, para aplicações que possam ser usadas, criar novas técnicas, novos procedimentos, mas eu acho que isso deva ser uma coisa generalizada (aluno – Apêndice B1-E4).

Para a entrevistada de Serviço Social, o que desagrada são as questões burocráticas, administrativas e organizacionais da secretaria da faculdade.

O descontentamento com a estrutura administrativa da faculdade é o fator destacado pela estudante.

Desagrada, talvez a questão burocrática, administrativa, talvez eu acho que pudesse ter pouco mais de organização, em termos de secretaria de papelada, em relação não ao curso, acho que em geral, no contexto da faculdade em geral (aluna – Apêndice B1-E11).

A satisfação dessa entrevistada, porém, foi perturbada pela incerteza da continuidade ou não do Programa para o curso em questão. Para a estudante, houve um momento que lhe provocou descontentamento.

Olha, no momento que houve, no começo do ano houve uma questão da faculdade não ter mais o convênio com o Prouni, ficou aquela dúvida, vai tirar?, não vai tirar?, ficou aquela incerteza com relação ao Prouni, naquele momento que bateu a insegurança porque se eu tivesse que bancar financeiramente esse curso, aí seria mais complicado pra mim (sic) (aluna – Apêndice B1-E11).

Embora tenha respondido que o Prouni tenha sido a sua melhor escolha para cursar o ensino superior, a estudante interpretou, como certa indiferença por parte da faculdade, a ameaça de que o Programa deixaria de ser oferecido por ela.

No começo, como eu já citei foi meio complicado, porque parecia que a faculdade estava impondo; acabou, nós não temos mais o convênio, você vão ter que aderir ao FIES, pronto acabou. Meio que foi imposto pra gente essa condição, mas como nós não aceitamos, porque uma vez a bolsa dada, não tem o porquê tirar, se foi dado, não foi dado por um ou dois anos. Foi dado do início ao término do curso. Assim me deixou um pouco desagradada, mas depois eu vi que a faculdade cumpriu como havia prometido, então isso foi o que mais me desagradou (aluna – Apêndice B1-E11).

A partir das falas dos doze bolsistas entrevistados nos seis cursos pesquisados, elaborou-se uma síntese das suas expressões de satisfação e/ou insatisfação com o curso. Com a indagação dos benefícios que os estudantes obtiveram com o respectivo curso até o momento, foi possível compreender os fatores que justificaram suas manifestações de satisfação com o curso, como se pode observar na síntese do Quadro 4. As falas dos estudantes estão descritas no apêndice B1.

QUADRO 4 - Síntese das expressões de satisfação e/ou insatisfação dos bolsistas entrevistados

Entrevistas	Satisfação	Insatisfação	Benefícios/justificativas
(B1-E1) (ADM)	Realização profissional Acesso ao mercado de trabalho	Amplitude da área exigindo capacitação constante.	Conquista do primeiro emprego
(B1-E2) (ADM)	Realização Profissional reconhecimento pessoal	Perda de conteúdo no curso provocada pelo absenteísmo de professores	Crescimento pessoal, Mudança de comportamento, Promoção no trabalho
(B1-E4) (ADM)	Qualidade do curso (disciplinas)	Falta de pesquisas no curso (plano pedagógico)	Conhecimento, Mudança de vida
(B1-E7) (ADM)	Qualidade do curso (disciplinas)	Não há insatisfação em relação ao curso	Dedicação só ao curso
(B1-E9) (ADM)	Realização profissional Habilidade pessoal na área, perfil desejado	Descontentamento pela interferência de estudantes desinteressados	Experiência profissional agregada
(B1-E5) (C. C)	Qualidade do ensino, Capacitação dos professores	Descontentamento pela falta de aulas práticas	Estágio na área do curso
(B1-E6) (C. C.)	Realização profissional, Habilidade pessoal	Não há insatisfação em relação ao curso	Conhecimento, Estágio, Emprego melhor
(B1-E3) (PED)	Qualidade do ensino, Capacitação dos professores	Não há insatisfação em relação ao curso	Conquista de emprego melhor na área
(B1-E8) (PED)	Realização profissional, Acesso ao mercado de trabalho Habilidade pessoal	Não há insatisfação em relação ao curso	Ingresso no mercado de trabalho
(B1-E10) (S.S.)	Qualidade do ensino, Capacitação dos professores	Não há insatisfação em relação ao curso Descontentamento com a indiferença da faculdade	Conhecimento, Melhora no relacionamento com as pessoas
(B1-E11) (S.S.)	Qualidade do ensino, Capacitação dos professores	Não há insatisfação em relação ao curso Descontentamento com as práticas burocráticas e administrativas da faculdade	Conhecimento, Satisfação pessoal
(B1-E12) (S.S.)	Qualidade do ensino, Capacitação dos professores	Não há insatisfação em relação ao curso	Conhecimento, Postura profissional, Relacionamento

Fonte: O Autor (2013).

Pelo Quadro 4, é possível observar que dois dentre os doze estudantes entrevistados, apontaram como expressão de sua satisfação a qualidade do curso

(associada à qualidade do curso, disciplinas oferecidas no seus cursos), cinco deles atribuíram à qualidade do ensino (aos professores pela sua capacitação, dedicação e envolvimento). A satisfação relacionada à realização profissional foi encontrada em cinco dentre os entrevistados, em que dois deles apontaram como fator determinante o acesso ao mercado de trabalho, três consideraram as suas habilidades pessoais em relação aos cursos que estão realizando e um se disse satisfeito devido ao reconhecimento pessoal, ou seja, ao mérito próprio quatro causas para a satisfação do aluno: interesse pela disciplina, corpo docente, satisfação com o curso e atmosfera do campus. Contudo, a insatisfação pode ser interpretada como não confirmação da escolha do curso quando a expectativa inicial do aluno não surtiu o resultado esperado. Na síntese do Quadro 4 relativas ao fator de insatisfação apareceram seis manifestações de algum tipo de insatisfação, seja com professores (absenteísmo), seja com a estrutura do curso (método de aula, plano pedagógico), seja com a própria faculdade (organização, secretaria, burocracia). Cabe destacar, porém, que nenhum dentre os doze entrevistados fez referência negativa diretamente ao curso, que o venha considerá-lo como fator de insatisfação. A avaliação de que o curso proporcionou satisfação foi justificada pela menção à oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Para Felicetti (2011, p. 145),

O que uma pessoa procura no seu trabalho é fundamento em suas necessidades e valores acordados com as necessidades e valores do sistema no qual se encontra inserido [...] o emprego é um fator relevante de sustentação da qualidade de vida das pessoas. Assim, a relação entre emprego, satisfação e empregabilidade é evidente.

Os benefícios ou as justificativas alocados na última coluna do Quadro 4 indicam as conquistas que reforçam os fatores de satisfação, uma vez que, para onze dos doze entrevistados, os respectivos cursos proporcionaram algum tipo de melhoria relacionada, seja à profissão, (empregabilidade), seja à satisfação pessoal. Apenas uma entrevistada respondeu que não está trabalhando no momento, mas não pode ser considerada insatisfeita, uma vez que não apontou nenhum fator de insatisfação. No Quadro 4 não se identificou expressões de insatisfação relacionadas à falta de perspectiva profissional, seja pela falta de qualificação, seja pelas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

Uma única aluna entre as doze entrevistadas informou não estar trabalhando no momento. Essa é uma rara situação entre os entrevistados. Essa

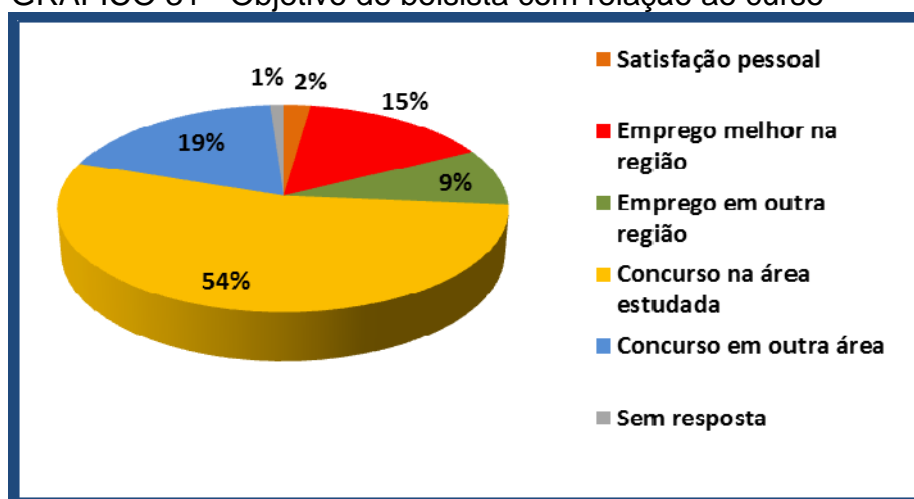
situação, na verdade, é aquela considerada ideal, pois a estudante está fazendo uso adequado da bolsa. Uma vez que, como não há necessidade de ter que arcar com as mensalidades, a mesma tem aproveitado o seu tempo para se dedicar exclusivamente aos estudos. Para Felicetti (2014, p. 3), “estudar e trabalhar representa uma jornada dupla de trabalho. Entendendo que tanto o trabalho quanto o estudo exigem dedicação, assim, realizar os dois simultaneamente não é tarefa fácil”.

A análise da resposta de 39% dos estudantes que afirmaram que, até o momento, o curso não havia possibilitado mudança na sua vida (Gráfico 30), é aprofundada na próxima seção que trata das expectativas do bolsista Prouni.

4.3 Expectativas dos estudantes Prouni dos cursos selecionados

No questionário perguntou-se qual seria o objetivo do bolsista Prouni em relação ao curso, a fim de obter de forma abrangente quais seriam as expectativas desses estudantes. Conforme o Gráfico 31, dentre os 86 pesquisados, 54% (49 estudantes) pretendem prestar concurso na sua área de estudo, 19% (17 estudantes) se submetem a prestar concurso mesmo em outras áreas, 15% (14 estudantes) visam uma colocação melhor na sua própria região e 9% (8 estudantes) optam por mudar de região em busca de melhor colocação.

GRÁFICO 31 - Objetivo do bolsista com relação ao curso



Fonte: O Autor (2013).

A capacitação profissional é resultante de conhecimentos que agregam valores ao profissional. Para Felicetti (2011, p. 143) o estudante “está adicionando

atributos ao seu perfil profissional, o que facilitará a sua inserção no mercado de trabalho”. Com relação ao estudo de língua estrangeira, mesmo se tratando de um curso básico, poucos estudantes responderam possuir. Um total de 61 estudantes informou que não possui curso de língua estrangeira como consta no Gráfico D4, do Apêndice D.

Indagados para avaliar se há coerência entre a teoria e a prática com seu trabalho, 52% dos bolsistas Prouni percebe plenamente essa relação, 41% parcialmente e 5% responderam que há pouca relação (Gráfico D6, Apêndice D).

A partir da expansão da educação superior, as mudanças decorrentes da globalização, intensificadas pelo processo de privatização, culminaram com o fortalecimento da força de trabalho. Para Prestes e Vêras (2009), no final da década de 90 as relações entre educação, qualificação profissional e trabalho tornaram-se importantes temas de estudos para a sociologia, sociologia da educação, economia da educação e do trabalho e para a pedagogia, constituindo objeto de políticas públicas. Segundo os autores, a partir de 1994, para a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e para Carnoy, (apud Prestes e Vêras, 2009) configura-se a nova composição dos setores da educação, desencadeada por três tipos de reação:

- (a) da competitividade focada na produtividade;
- (b) dos imperativos financeiros focados na redução de gastos públicos com a educação; e
- (c) da equidade, focada no aumento da igualdade das possibilidades econômicas e sociais.

Para Prestes e Veras (2009, p.51), o desemprego favoreceu as discussões sobre as questões ligadas à educação e à qualificação profissional. Para eles:

Até meados da década de 1990, as discussões sobre o trabalho como princípio educativo e a politécnica, baseadas preponderantemente na matriz do materialismo [...] permearam o debate acadêmico sobre a profissionalização, a preparação para o trabalho e educação do trabalhador.

Dentro desse contexto tornou-se necessário qualificar as pessoas e esse processo começou a gerar expectativas nelas. Simões (2011, p. 149) escreve que o Prouni representa oportunidade e sonho, “na perspectiva de esperança, numa política dimensional, que permita ao homens a realização dos imperativos: solidarizar, revitalizar, conviver e moralizar”.

Para a maioria dos estudantes pesquisados, os objetivos com relação ao curso representam as expectativas capazes de transformar sonho em realidade. Para Felicetti (2011), a educação superior tem sido o caminho para o crescimento pessoal e profissional dos estudantes. A autora considera o Prouni como agente transformador da educação superior no Brasil, “a Educação é o principal recurso de superação da pobreza e das causas estruturais que a reproduzem” (FELICETTI, 2011, p. 248). Ainda para a autora, “os estudantes de grupos minoritários podem desenvolver aptidões e produzir-se profissionais” (FELICETTI, 2011 p. 251).

A fim de projetar as perspectivas do estudante a partir do seu ingresso no curso superior, foi formulada uma questão com o propósito de solicitar do bolsista palavras, parágrafos ou sentimentos que expressassem: (1) expectativas ou perspectivas futuras; e (2) falta de expectativas ou falta de perspectiva futura.

Como observa Ferreira (2009), “expectativa” está associada à esperança fundada em supostos direitos, probabilidades ou promessas vinculadas à submissão de espera. As expectativas dos bolsistas Prouni pesquisados foram dimensionadas dentro de um contexto que busca a realização pessoal, profissional e social. Cada um desses fatores, seja por necessidade de qualificação, seja por questão pessoal ou social, possui suas expressões. Assim, as respostas dos 57 questionários estão condensadas no Quadro 5:

QUADRO 5 – Expressões de expectativas ou de falta de expectativa dos bolsistas

(1) Expressões de expectativas	(2) Expressões de falta de expectativas
1- Relacionadas ao crescimento pessoal - Motivação - Esforço Pessoal - Vocação - Qualidade de vida (pessoal)	1- Relacionadas à estagnação quanto ao crescimento pessoal -Desmotivação -Sem projeção futura de melhoria de vida - Apatia
2- Relacionadas ao crescimento profissional - Empregabilidade - Crescimento profissional - Carreira profissional - Realização profissional	2- Relacionadas à falta de perspectiva profissional - Desemprego -Acomodação profissional
3- Relacionadas ao desenvolvimento social - Solidariedade - Moralidade - Qualidade de vida (coletiva) - Promoção social	3- Relacionadas à falta de desenvolvimento social

Fonte: O Autor (2013).

Na análise dos textos dos bolsistas foram consideradas as duas expressões citadas acima, ou seja: (1) expressões de expectativas ou perspectivas futuras; (2) expressões de falta de expectativas. Na primeira coluna elencou-se as expressões que retratam o crescimento pessoal, o crescimento profissional e o desenvolvimento social, ou seja, as percepções de perspectiva futura, conforme descreve Simões (2008). Na segunda coluna estão as expressões de falta de expectativas de crescimento pessoal, profissional e social.

A partir das respostas ao questionário, procurou-se sintetizar as manifestações descritas, considerando palavras isoladas, frases ou parágrafos que apresentassem essas expressões de expectativas. Nas entrevistas direcionou-se a questão para os benefícios futuros que o curso poderia proporcionar futuramente, ou seja, quais as expectativas, perspectivas na percepção dos estudantes bolsistas.

Os textos dos questionários selecionados para essa análise foram aqueles que fazem parte dos Apêndice A2.

O papel do governo foi novamente apreciado pela estudante de 20 anos do curso de Administração que aproveitou para pedir que se dê atenção ao Programa para que ele seja aprimorado, pois segundo a estudante, é a única oportunidade para o sucesso do jovem. As perspectivas foram descritas por ela da seguinte maneira:

O Programa Prouni é uma excelente iniciativa que deve se multiplicar para todos os jovens carentes que não tinham até então expectativas de um futuro melhor. O governo deve olhar com mais atenção este Programa e se aprimorar cada vez mais, pois o Prouni é sim, a única porta que os jovens veem para o sucesso (20 anos – Apêndice A2-5)

Um estudante do curso de Administração com 39 anos teve a oportunidade de voltar a estudar depois de certo tempo fora das salas de aula. Nessa resposta destaca-se a expectativa quando o estudante exprime sua chance de qualificação com objetivos de um emprego melhor. O estudante considera a oportunidade de cursar o ensino superior como a mudança de seu destino, ainda mais possibilitando ajudar as filhas adolescentes.

Sou chefe de família, com duas filhas adolescentes. Elas sempre foram direcionadas por mim a se dedicar aos estudos, para se tornarem profissionais qualificados no futuro. A oportunidade que me foi concedida de cursar uma faculdade, e assim, ter a chance de me qualificar e encontrar um

emprego melhor foi providencial, pois para mim pagar meu curso e de minhas filhas que poderiam ser em paralelo, seria impossível, me condenando a não cursar uma faculdade. O Prouni me deu a chance de mudar meu destino, abrindo um leque de crescimento profissional com o nível superior e poder ajudar minhas filhas, se necessário, mas dando a oportunidade a todos de mudar nosso destino (39 anos – Apêndice A2-6).

Um estudante de Direito de 28 anos também reforça a oportunidade para alcance de melhor colocação no mercado de trabalho e possibilitada pela expectativa da elevação da cultura e da aplicação dos seus conhecimentos num ambiente altamente dinâmico.

Programa de enorme importância que possibilita as pessoas sem condições financeiras de melhorarem suas vidas, permitindo-as uma melhor colocação no mercado de trabalho atual. Também fornece a possibilidade das pessoas em lutarem por seus sonhos, e conquistarem um grau cultural mais elevado em um ambiente extremamente globalizado e necessitador de conhecimento para o cotidiano de cada um (28 anos – Apêndice A2-26).

A luta pelos sonhos descrita pelo estudante é condição fundamental para quem almeja um futuro melhor. Para Simões (2011, p. 133) “o sonho vem acompanhado do mérito, da força de vontade para vencer obstáculos e conseguir atingir objetivos”.

Três respostas dos bolsistas apontam alguns fatores desfavoráveis quanto as suas expectativas. Uma estudante do curso de Direito relatou um contraponto no Programa.

Acredito que esta tenha sido a melhor decisão do Governo Federal por ter proporcionado a diversas pessoas de classe social baixa ou até mesmo sem interesses em cursar ensino superior a oportunidade de realização pessoal e melhoria de qualidade de vida. Por outro lado o que pode-se verificar é de alguns casos o descaso das instituições envolvidas nesse projeto com a devida formação e preparo dos alunos bolsistas (29 anos – Apêndice A2-33).

O Programa do governo é fundamental para que pessoas de baixa renda tenham acesso ao ensino superior. Entretanto, ela entende que algumas instituições não dão atenção devida ao Programa e aos estudantes beneficiados.

Uma estudante do curso de Pedagogia de 24 anos revela que teve uma experiência muito oportuna em relação às expectativas. Segundo ela, houve uma compensação, uma vez que seu objetivo era cursar Medicina. Suas expectativas não foram plenamente satisfeitas, mas nem tão pouco frustradas em

relação ao curso de Pedagogia. Ela se diz muito satisfeita, embora essa tenha sido a sua última opção quando da escolha. Essa situação relatada pela estudante revela que o Programa restringe as suas escolhas e também limita o seu acesso, uma vez que cursar Medicina é muito caro e o valor vai além daquilo que seria simplesmente a cobertura da bolsa. Ainda, nesse caso do curso de medicina, nem o valor da bolsa permanência estipulado em R\$ 300,00, seria suficiente, tendo em vista que o curso exige uma carga horária média superior ou igual a 6 horas de aulas diárias. Para a estudante,

O Programa Prouni é ótimo, pois nos oferece a oportunidade de cursar uma faculdade, porém, ainda vejo algumas restrições para conseguir a bolsa em certos cursos como medicina. No começo não queria Pedagogia e sim medicina, mas como ganhei em Pedagogia (última opção escolhida) eu não quis perder a oportunidade, hoje eu amo o que faço e agradeço a Deus por ter conseguido esta bolsa sem a qual não teria ingressado em uma faculdade. Pra mim funcionou, mas para algumas pessoas pode não funcionar por isso acho que deveria ser mais fácil alcançar esses cursos difíceis (24 anos – Apêndice A2-42).

Chamou a atenção uma resposta na qual a estudante reconheceu a importância do Prouni mas a considera uma ação paliativa do governo. Para a estudante:

Percebo que é uma oportunidade, porém por vezes pessoas utilizam-se indevidamente do Programa. Vejo a utilidade do Programa, mas penso que se o governo investisse na educação esses paleativos não precisariam existir (32 anos- Apêndice A2-53).

Essa estudante também deu destaque às fraudes em Programas de bolsas, deixando a impressão de certa desconfiança com relação ao Programa.

Na entrevista uma questão foi elaborada com o objetivo de analisar as reais expectativas dos estudantes, conforme mostra o Apêndice B1. O Quadro 6 procurou sintetizar as expectativas desses estudantes entrevistados no que tange aos benefícios futuros, às aspirações e às realizações de planos profissionais e pessoais, bem como em relação à contribuição do Prouni para a realização dessas expectativas.

QUADRO 6 - Síntese das manifestações de expectativas dos bolsistas entrevistados

Entrevistas	Expectativas em relação ao curso superior	A contribuição do Programa Prouni
(B1-E1) (ADM)	Conclusão do curso, Carreira profissional	Possibilidade de acesso ao ensino superior

(Continua)

(Conclusão)

(B1-E2) (ADM)	Crescimento profissional Esforço pessoal	Possibilidade de fazer curso superior
(B1-E4) (ADM)	Crescimento profissional e pessoal Conhecimento adquirido	Mudança de vida
(B1-E7) (ADM)	Crescimento profissional Emprego	Seriedade Valorização do Programa
(B1-E9) (ADM)	Crescimento profissional Capacitação Qualificação	Oportunidade para as classes menos favorecidas
(B1-E5) (C. C.)	Conquistas (sem dimensioná-las)	Oportunidade de cursar o ensino superior
(B1-E6) (C. C.)	Crescimento profissional Motivação	Abertura de portas
(B1-E3) (PED)	Crescimento Profissional Conquistas Mais tempo para os estudos	Grande oportunidade Esperança
(B1-E8) (PED)	Crescimento profissional Empregabilidade	Possibilidade para quem não tem condições
(B1-E10) (S. S.)	Crescimento profissional Aspirações profissionais Desenvolvimento de projetos dentro da comunidade religiosa na qual atua Motivação Vocação pessoal	Oportunidade
(B1-E11) (S. S.)	Crescimento profissional Realização profissional	Porta de entrada para o ensino superior, Direitos adquiridos
(B1-E12) (S. S.)	Crescimento profissional Possibilidade de atuar na área	Possibilidade de fazer o curso superior

Fonte: O Autor (2013).

Nessa síntese, observa-se que a tendência foi expressar expectativas direcionadas à atuação profissional. Para onze dos doze entrevistados, os benefícios futuros, como crescimento profissional e empregabilidade, foram apontados como expectativas. Eles se referem à qualificação, profissão, atuação na área, ao conhecimento. Apenas uma resposta indicou conquistas, sem, no entanto, especificá-las. Simões (2008, p. 33) escreve que “o termo expectativa é utilizado sempre com um sentido de projeção no futuro, no entanto reporta-se a experiências passadas”. A contribuição do Prouni para os estudantes significou possibilidade e oportunidade, como pretende a política de ação afirmativa. A maioria dos estudantes vê a contribuição do Prouni na oportunidade para fazer um curso superior. Outros consideram a possibilidade de acesso ao ensino superior, enquanto outros divisam a possibilidade de mudança de vida, como a grande contribuição do Prouni. Nenhum

estudante manifestou falta de expectativa seja pela estagnação profissional, seja pela apatia ou a falta de perspectiva profissional.

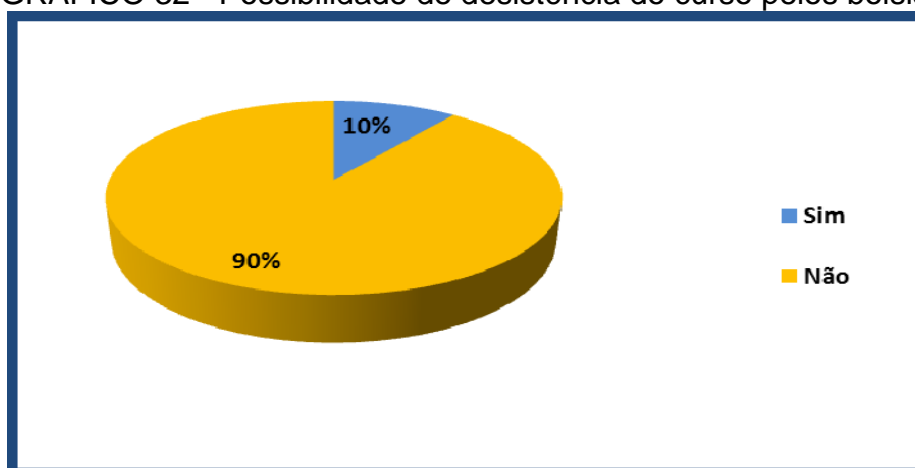
Na seção que segue analisa-se a permanência e a evasão do estudante Prouni nos seis cursos selecionados.

4.4 Permanência e evasão dos estudantes Prouni dos cursos selecionados

A permanência e a evasão do estudante no curso foram assuntos pertinentes nessa pesquisa, haja vista que são temas amplamente discutidos e por essa razão levantou-se questões para averiguar junto aos estudantes bolsistas ações que tem assegurado sua permanência, bem como os riscos que porventura tenham sofrido durante seus estudos.

O Gráfico 32 mostra se os estudantes passaram por algum risco que os levassem a desistir do curso. A desistência e o abandono do curso foram indagados para poder avaliar se houve o risco de evasão do bolsista em alguma fase do curso. Dentre os questionados, 90% disseram que não pensaram em desistir, enquanto 10% (9 estudantes) já tiveram esse pensamento. É altamente significativo que a quase totalidade dos bolsistas, mesmo reconhecendo suas dificuldades financeiras familiares, permanecem determinados em terminar o curso.

GRÁFICO 32 - Possibilidade de desistência do curso pelos bolsistas

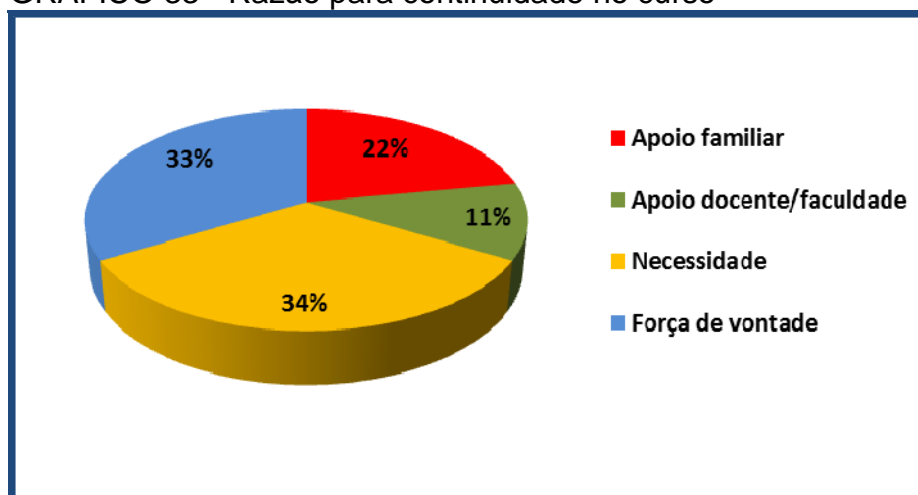


Fonte: O Autor (2013).

Aos nove estudantes que responderam que já pensaram em desistir do curso, perguntou-se o que os fez mudar de ideia e continuar os estudos. O Gráfico 33 apresenta as razões que os fizeram continuar. Dentre estes estudantes, 34%

alegaram que foi a necessidade de fazer o curso, 33% sua força de vontade, 22% o apoio familiar e 11% o apoio de docentes e da faculdade. Motivos mais pessoais foram mais determinantes da permanência dos bolsistas no curso. Entende-se que a inibição ou o receio dos estudantes em expor suas dificuldades, seja para os professores ou para a própria faculdade, podem levá-los a desistir do curso.

GRÁFICO 33 - Razão para continuidade no curso

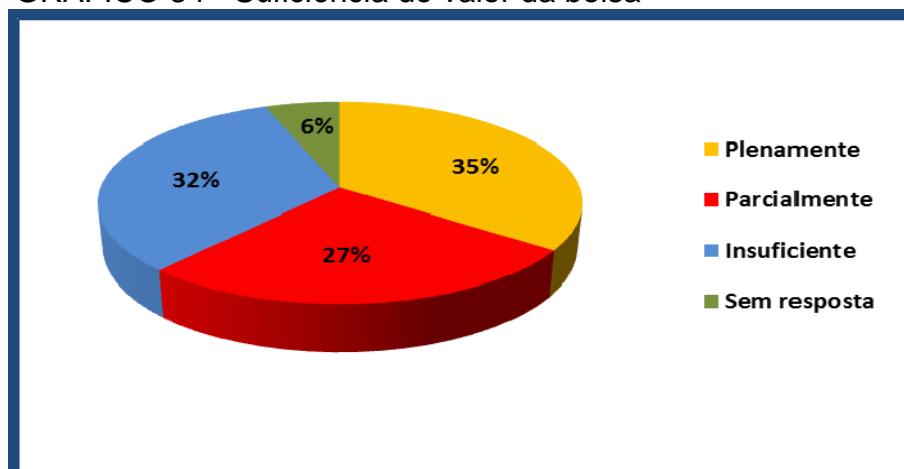


Fonte: O Autor (2013).

Considerando que no segundo semestre de 2013, o valor da mensalidade nos cursos pesquisados eram de: (a) R\$ 1.195,40 para os cursos de Letras e Pedagogia; (b) R\$ 1.253,65 para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social; e (c) R\$ 1.529,20 para o curso de Direito, em valores integrais sem o desconto, o estudante Prouni com bolsa parcial (50%) deixou de pagar o equivalente a R\$ 597,70 nos cursos do grupo (a), R\$ 626,83 nos curso do grupo (b) e R\$ 764,60 no curso de Direito. O valor da mensalidade está diretamente associado ao valor do desconto da bolsa de estudo, dessa maneira, retomando o que apresentou o Gráfico 15, os estudantes com bolsa integral representam 77%, foi perguntado se o valor que eles deixam de pagar seria suficiente, 35% dos bolsistas o consideram plenamente suficiente, 32% parcialmente suficiente e 32% insuficiente.

No Gráfico 34 é significativo observar que praticamente dois terços dos bolsistas consideram o valor da bolsa parcialmente suficiente ou insuficiente, o que compromete em razoável medida o seu curso.

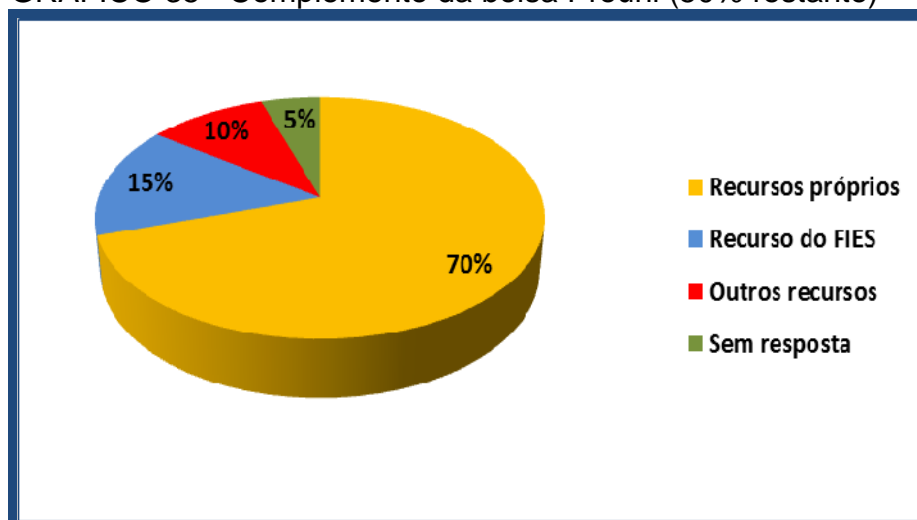
GRÁFICO 34 - Suficiência do valor da bolsa



Fonte: O Autor (2013).

Dentre os vinte estudantes que recebem 50% do valor da bolsa, foi indagado como fazem para custear a diferença que têm que arcar para o pagamento da mensalidade. Dentre as respostas obtidas, 70% disseram complementar com recursos próprios, 15% com recursos do financiamento do FIES, e 10% com outros recursos (Gráfico 35). A maioria considerável dos bolsistas complementa seus custos no curso com recursos próprios ou da família.

GRÁFICO 35 - Complemento da bolsa Prouni (50% restante)

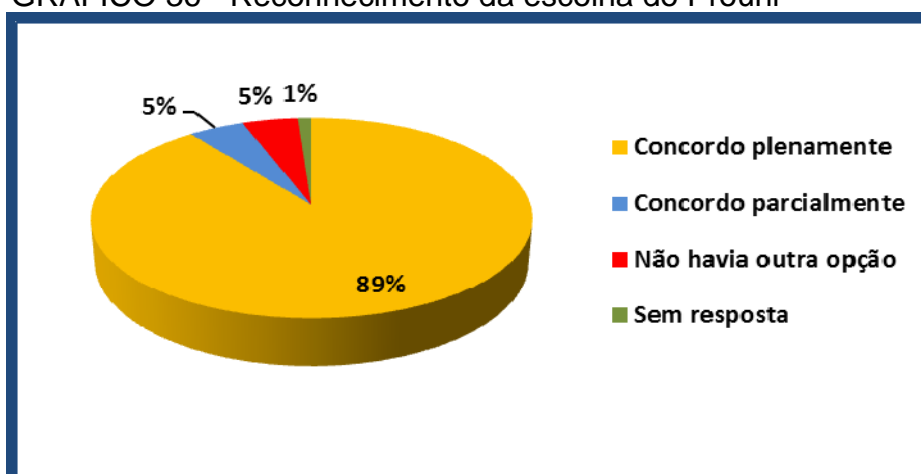


Fonte: O Autor (2013).

Indagados se a opção pelo Prouni para cursar faculdade teria sido a melhor escolha, 89% dos bolsistas concordaram plenamente, 5% concordaram parcialmente, e 5% disseram que não havia outra opção (Gráfico 36). Em suma, a quase totalidade dos bolsistas que optou pelo Prouni reconhece ter feito a melhor

escolha. No entanto, mais recentemente a instituição vem orientando aqueles estudantes que não conseguiram acesso via Prouni a optarem pelo FIES tendo em vista que para contratar o financiamento estudantil não são necessárias avaliações como no caso do Prouni. Ou seja, alguns estudantes parecem estar evitando a avaliação do ENEM e buscando acesso à faculdade via financiamento reembolsável, o que pode significar menor preparo para o ingresso na faculdade. Para aqueles que não conseguiram vaga através do Prouni, além dos incentivos em que o principal deles é desfrutar de bolsa de estudo que pode chegar a 100%, muitos estudantes parece ter encontrado no FIES outra via de acesso mas que, no entanto, esta pesquisa não detectou.

GRÁFICO 36 - Reconhecimento da escolha do Prouni



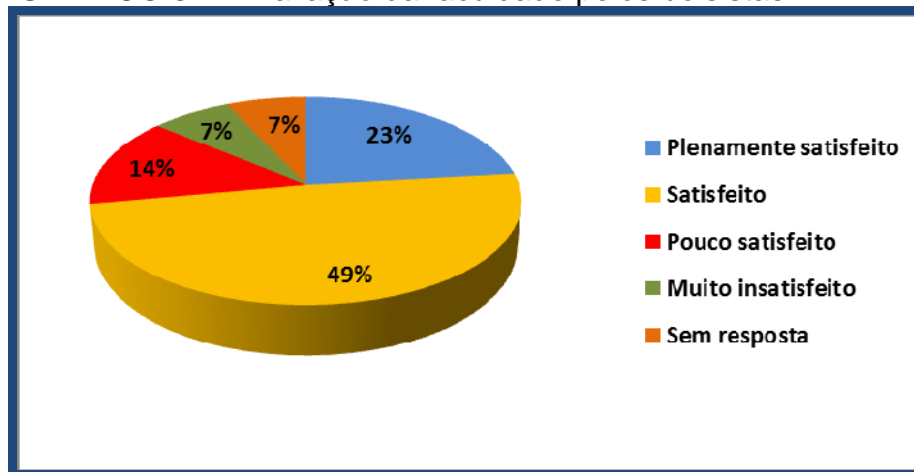
Fonte: O Autor (2013).

Procurando identificar e avaliar o papel da faculdade sob o ponto de vista do estudante Prouni, em relação aos cuidados ou preocupações com os bolsistas, 49% dos bolsistas se disseram satisfeitos, 23% plenamente satisfeitos, 14% pouco satisfeitos e 7% muito insatisfeitos, (Gráfico 37). Praticamente, metade dos bolsistas se declararam apenas satisfeitos, o que indica que esperam mais da faculdade.

Considerando que a maioria das respostas às questões sobre o Prouni foi positiva, foi possível perceber a importância que o Programa representa para os bolsistas e como eles avaliam a preocupação da faculdade para que concluam seu curso. Esses estudantes depositam no Programa a oportunidade de ascensão profissional e social. Entretanto, passa a ser preocupante que 32% deles (conforme

Gráfico 38), avaliem como insuficiente o valor da bolsa e 21% se digam estar pouco satisfeitos ou muito insatisfeitos com a faculdade.

GRÁFICO 37 - Avaliação da faculdade pelos bolsistas



Fonte: O Autor (2013).

Morosini et al. (2011 p. 9) relatam a escassez de estudos sobre o tema da evasão. Entretanto, a partir de suas análises, concluíram que “os estudos apontam o próprio aluno como o principal responsável pela decisão de evadir ou permanecer no ensino superior”.

Martins (2007) compara um aluno evadido a um cliente perdido e a sua evasão trará perda irrecuperável. Para a autora, “A permanência do aluno matriculado (cliente adquirido) está diretamente relacionada com a concretização da venda inicial”. A autora considera a natureza diferenciada de seu produto e serviço, contudo, defende que as instituições privadas precisam ser assertivas e administradas como sistema empresarial.

Santos (2011) escreveu que vê no Prouni uma inserção capaz de apenas garantir o acesso ao ensino superior, mas é frágil para garantir sua permanência. Para a autora, a inclusão não ocorre de forma completa.

Felicetti (2011) defende que a oportunidade para grupos minoritários é pré-condição para a transformação social. Segundo a autora,

O acesso e a permanência no Ensino Superior devem ser entendidos como uma interação entre características estruturais da sociedade, políticas conjunturais e ações realizáveis ao alcance das universidades, marcadas por uma dinâmica que atenda os segmentos que não chegam ao vestibular e são desprovidos de recursos econômicos e culturais (FELICETTI, 2011, p. 251).

Felicetti, Rossoni e Gomes (2011) destacam que o maior problema enfrentado pelo bolsista Prouni é a permanência, em decorrência das necessidades financeiras demandadas pela educação superior. A renda pessoal e familiar dos estudantes apurada nessa pesquisa, quando comparada com o custo da mensalidade, explica as dificuldades dos bolsistas para se manter no curso. Para as autoras, “o PROUNI não vem colocar um ponto final na problemática do acesso, permanência e conclusão desse nível de ensino e tampouco responder à ociosidade de vagas ofertadas na Educação Superior” (FELICETTI; ROSSONI; GOMES, 2011, p. 5). As autoras sugerem que estudos mais abrangentes sejam realizados levando em conta a nova classe de graduandos de origem economicamente menor.

Diante da dificuldade para um estudante se manter no curso superior, o TCU verificou que no ano de 2006, havia 23.100 bolsistas com rendimentos anuais superiores à renda anual familiar declarada (BRASIL, 2009). Se não bastasse a falta de estrutura do MEC para o controle, para o Tribunal de Contas, “os mecanismos existentes para auxiliar na permanência dos bolsistas do Prouni no curso superior atingem um pequeno percentual de estudantes” (BRASIL, 2009, p. 105).

Os fatores condicionantes da permanência e da evasão de bolsistas, levantados mediante o roteiro de entrevista, estão sintetizados no Quadro 7. A permanência dos bolsistas no curso foi avaliada considerando-se três perguntas: se já havia pensado em desistir do curso, se o valor da bolsa seria suficiente e se percebia a preocupação da faculdade para que concluísse o curso. Apresenta-se a seguir a análise das respostas a estas três questões com o objetivo de aprofundar o levantamento dos dados mediante o questionário.

QUADRO 7 – Fatores de evasão e de permanência dos bolsistas Prouni

Fatores de evasão		Fatores de permanência
Dificuldades do bolsista	Insuficiência da bolsa	Ações da faculdade
Questões pessoais Questões familiares Enfermidades Questões financeiras	Para a compra de materiais escolares Para o transporte Para a alimentação	Preocupação da faculdade Preocupação dos professores

Fonte: O Autor (2013)

Para essa análise, descreve-se as falas das entrevistas contidas no Apêndice B1.

Um estudante do 8º termo disse que em nenhum momento pensou em desistir do curso. O fato de estar ganhando a bolsa Prouni foi vantajoso para fazer a faculdade.

Com certeza, isso faz uma grande diferença, ainda mais eu que foi quatro anos tendo a bolsa de estudo, querendo ou não é uma quantia considerável, você deixa de estar gastando, deixa de ter comprometido mensalmente, isso faz uma grande diferença (aluno – Apêndice B1-E9).

Na avaliação sobre a faculdade, esse estudante destacou o papel dos professores como fator condicionante de sua permanência no curso.

Eu avalio de forma positiva, porque todos os professores, a gente, pelo menos eu, as vezes que eu desejei alguma informação, alguma dica sobre algo, é alguma experiência que eles pudessem me passar eles sempre me passaram, isso é que me motivou a estar continuando no curso, por isso inclusive em momento nenhum eu pensei em abandonar o curso, ou mudar de carreira profissional (aluno – Apêndice B1-E9).

A permanência desse estudante no curso foi justificada pela satisfação pessoal em ter cursado Administração:

Como eu falei, se eu tivesse pagado a faculdade, eu acredito que eu teria feito a faculdade da mesma forma, só que com esse recurso que eu tive durante todo esse tempo, que eu não paguei a mensalidade da faculdade, eu pude investir em cursos, pude investir em mim mesmo, e, coisa que se eu tivesse pagando a faculdade eu teria aquela quantia comprometida. Eu poderia pensar em fazer algum outro curso, alguma outra especialização na área, eu acredito que se não fosse esse programa, é como eu falei, eu faria o curso da mesma forma, só que os benefícios que eu estaria colhendo do curso seriam menores (Aluno – Apêndice B1-E9).

Como fator de permanência no curso, uma estudante do 7º termo do curso de Pedagogia, afirmou que a bolsa criou condições para poder fazer o curso e que tem sido suficiente para cobrir suas despesas.

Com certeza, não só suficiente para suprir despesas, quanto que eu não teria condições de fazer uma faculdade (aluna – Apêndice B1-E3).

Quanto aos fatores condicionantes de permanência no curso, a estudante de Pedagogia faz alusão à preocupação dos professores e da faculdade:

Como eu já disse, os professores eles são interessados, eles são preocupados, eles se interessam realmente pela nossa historia, assim não dentro da universidade, somente quanto fora, assim a gente cria mais do que uma amizade com os professores, porque eles percebem quando a gente tem algum problema quanto nossa dificuldade, não precisa ficar se expressando para eles perceberem qual foi a dificuldade, eles, acho que os professores são essenciais (aluna – Apêndice B1-E3).

O estudante do 6º termo do curso de Administração, embora tenha falado da sua dificuldade para a realização do curso, devido a problemas familiares, ressaltou que a realização do curso representa, “*A mudança da minha vida [...] eu não poderia ter tido mudança [...] e o Prouni veio pra mim numa hora que eu precisava mudar*”. (aluno – Apêndice B1-E4). Suas expectativas são que a realização do curso contribua para o seu crescimento como pessoa e como profissional.

Na minha família eu sou o primeiro que está cursando uma faculdade, eu sou o primeiro que está fazendo o nível superior, e vendo as outras pessoas que têm curso superior a gente vê em primeiro lugar que o conhecimento vale mais que ouro e você com o nível superior, uma especialização em seguida, você tem um campo grande que você pode atuar e eu estou procurando isso no curso, estou procurando que esse curso seja uma porta para um nível profissional, mas elevado do que eu tenho hoje (aluno – Apêndice B1-E4).

Uma estudante do 8º termo do curso de Administração, perguntada se já havia pensado em desistir do curso, respondeu:

Já, no começo é bem difícil, porque nem toda mudança é fácil, a transição do ensino fundamental, médio pra uma graduação. É professores cobrando muito mais, é passado muito mais conteúdo do que estávamos acostumados no ensino médio. Não há aquela exigência de você ter que vir. É um interesse seu, o professor está ali para dar o conteúdo, se você vier e prestar atenção, ou vier e não entrar na aula, ele está fazendo a parte dele. É uma questão de opinião, de renúncia. Às vezes, ah eu não tô fim, eu não vou assistir aula. É uma questão de escolha mesmo (aluna – Apêndice B1-E2).

Para Schreiner (apud Cavalheiro, et al. 2011) há diferenças quanto à permanência dos estudantes que cursam o primeiro ano e os demais anos. Segundo a autora, no primeiro ano é influente o clima do campus e, no segundo ano, é relevante para a permanência o fato de ser um estudante de nível superior, de fazer parte de um grupo e de perceber um futuro promissor. Nos demais anos, a permanência está associada à imagem que o estudante tem da instituição, à relação com professores dentro e fora da sala de aula e às perspectivas futuras no mercado

de trabalho. Considerando que treze estudantes desistiram do Programa, não foi possível pesquisá-los para avaliar os fatores que os fizeram desistir, contudo, dos oitenta e seis estudantes pesquisados, setenta deles cursam acima do 6º termo ou semestre. Assim, entende-se o fato de terem indicado a relação com os professores e as perspectivas de trabalho.

Essa entrevistada recebe bolsa parcial de 50% e considera que esse valor não é suficiente para suprir as necessidades. Perguntada se havia preocupação da faculdade, a estudante respondeu:

Deixa um pouco a desejar porque não há tanta presença, tanta motivação, até por ter outros meios de ingressar no ensino superior nessa instituição deixa um pouco a desejar, não há informativos quanto à renovação da bolsa, o MEC nos avisa por e-mail e nós temos que ir atrás da secretaria (aluna – Apêndice B1-E2).

Perguntado se o valor da bolsa era suficiente, uma estudante do curso de Serviço Social disse que de forma geral os estudantes não precisariam se sujeitar a esse benefício. Notou-se certa frustração da estudante com relação às políticas de educação, mas diante da situação ela demonstrou conformismo.

Não deveria ser (né), foi uma situação diante assim da nossa realidade social. Acho que o aluno não precisaria depender de tudo isso pra chegar ao ensino superior, mas na nossa realidade sociedade, onde não é valorizada a questão do ensino em escolas públicas (né), foi um dos meios para que isso acontecesse (aluna – Apêndice B1-E10).

Outra estudante do 8º termo do mesmo curso disse recebe bolsa de 50% e que esse valor de certa forma ajuda seus estudos, mas não é suficiente.

Se fosse de 100% seria melhor, daria mais condições de eu ficar tranqüila, mas digamos que não é suficiente, mas ajuda (aluna – Apêndice B1-E11).

O Quadro 8 apresenta uma síntese das respostas dos doze bolsistas entrevistados em relação ao risco de evasão e à suficiência ou não da bolsa. Relacionando-se as respostas dadas pelos estudantes ao valor da bolsa recebida, constatou-se que nove estudantes receberam bolsa de 100% e três, bolsa de 50%. A síntese apresenta também os resultados sob o olhar dos estudantes em relação à

suas avaliações sobre a preocupação da faculdade com a sua permanência no curso. As falas dos estudantes estão descritas no apêndice B1.

QUADRO 8 – Risco de evasão, suficiência da bolsa e permanência dos bolsistas no curso

Entrevistas	Valor da bolsa	Risco ou iminência de evasão	Suficiência do valor da bolsa	Avaliação da preocupação da faculdade com a permanência dos bolsistas no curso
(B1-E1) (ADM)	100%	Não	Suficiente, excelente	Preocupação de forma geral para com todos os estudantes
(B1-E2) (ADM)	50%	Sim, devido a dificuldades no início do curso	Não suficiente	Desgastante pela falta de informações - Deixa a desejar
(B1-E4) (ADM)	100%	Não, apesar das dificuldades	Sim, tem ajudado bastante	Satisfatória, pois recebe todo suporte
(B1-E7) (ADM)	100%	Não	Suficiente	Satisfatória
(B1-E9) (ADM)	100%	Não	Sim, faz grande diferença	Positiva
(B1-E5) (C.C)	100%	Não	Ajuda bastante, apesar de ter que custear o transporte	Preocupação dos professores em ajudar os bolsistas
(B1-E6) (C. C.)	100%	Não	Razoável	Adesão ao Programa abre portas e ajuda muita gente
(B1-E3) (PED)	100%	Não	Suficiente	Preocupação dos professores
(B1-E8) (PED)	100%	Não	Sim, bem suficiente	Apoio através das exigências do curso (estágios)
(B1-E10) (S. S.)	100%	Não	Sim, muito importante	Desgaste da faculdade pela ameaça do término do Programa. Pouca acolhida do bolsista Prouni
(B1-E11) (S. S.)	50%	Sim	Não suficiente, mas ajuda	Desgaste da faculdade pela ameaça do término da bolsa, mas ela respeita o direito do estudante.
(B1-E12) (S. S.)	50%	Não	Ajuda bastante	Suficiente, desde que se mantenha o Programa

Fonte: O Autor (2013)

Considerando que as dificuldades são individualizadas, pois não se leva em conta apenas o fato de ganhar o direito ao estudo, seja com bolsa de estudo de

50% ou de 100%, deve-se levar em conta também a vocação do estudante no curso, a disponibilidade para o estudo, o apoio familiar, o complemento de outros gastos, como transporte, alimentação e materiais escolares, e mesmo questões de saúde ou de ordem familiar. Dos doze entrevistados, apenas duas estudantes pensaram em desistir do curso, uma por problema de adaptação, outra por razões administrativas. Como a concessão da bolsa (50% ou 100%) depende diretamente do perfil socioeconômico do candidato, o valor foi considerado suficiente para oito entrevistados, razoável para três e insuficiente para um. Vê-se, pelo Quadro 8, que foram os estudantes de bolsa parcial que apresentaram maior risco de evasão, provavelmente devido à insuficiência da bolsa para sua manutenção no curso. Morosini et al. (2011, p. 9) concluem que “há um consenso de que os fatores econômicos não são os únicos responsáveis pelo abandono nos cursos de graduação” Para os autores,

[...] fatores pessoais relacionados com a escolha do curso com as expectativas pregressas ao ingresso como o grau de satisfação além de questões associadas ao desempenho, como os principais fatores relacionados com a evasão.

De modo semelhante, Martins (2007) constatou, em sua pesquisa, que os quatro fatores que mais contribuíram para o abandono do curso foram: a mensalidade elevada, a dificuldade financeira momentânea, a falta de financiamento e a mudança de interesse, opção de vida e/ou indecisão profissional.

Considerando que a bolsa de estudo, mesmo parcial, poderia diminuir o risco de desistência em pelo menos três desses fatores apontados pela autora, numa análise mais ampla, os fatores não relacionados aos aspectos financeiros, ou seja, aqueles associados a dificuldades pessoais e familiares, enfermidades e à falta de perspectiva profissional, poderiam levá-los a desistir. Adachi (2009) relata que a falta de perspectiva de formação profissional é um determinante para a evasão. De modo geral, dificuldades motivadas por questões pessoais e familiares foram observadas nas manifestações dos bolsistas pesquisados. Insuficiência do valor da bolsa e risco de desistência também foram apurados em menor proporção, contudo, esses fatores não trouxeram consequências para que esses bolsistas desistissem do curso.

Na próxima seção, apurou-se as ações realizadas pela faculdade para a permanência dos estudantes no curso, segundo o ponto de vista da coordenadora de projetos.

4.5 Ações da faculdade para a permanência dos estudantes Prouni no curso

A coordenadora de projetos sociais da Faculdade é formada em Administração na própria faculdade e trabalha há oito anos na área administrativa. Iniciou como telefonista, depois foi promovida para auxiliar de cobrança, assistente de coordenação e há, cerca de um ano, está como coordenadora de projetos sociais, entre os quais se enquadra o Prouni. Como coordenadora deste Programa na faculdade, foi selecionada para ser entrevistada e apresentar sua visão sobre o bolsista Prouni, a concessão de bolsas, evasão, satisfação e expectativas dos bolsistas, bem como sobre as ações da faculdade para assegurar a permanência deles no curso.

Segundo a coordenadora de projetos, semestralmente são organizadas reuniões com sua equipe para transmitir informações básicas sobre os projetos sociais, inclusive sobre o Prouni. Para a coordenadora, com relação ao curso, os bolsistas têm procurado informação junto à coordenação de cada curso. Para ela, a preocupação maior dos bolsistas é com relação à documentação,

[...] de início, o principal mesmo eles estão preocupados com a documentação, porque com a documentação incorreta não é aceito a matrícula do aluno, então, de início mesmo esse é básico, o que eles perguntam é se a documentação está tudo certo, se está ok, o que eles precisam, se eles têm que, por exemplo, assim que eles iniciam o curso, eles não podem desistir no primeiro semestre, senão eles já perdem. Eles têm que estudar pelo menos seis meses, porque depois disso, pra poder arrumar transferência, se caso eles não gostem da faculdade, ou do curso ou alguma coisa assim (coord.de projetos – Apêndice C1).

Perguntada se tem verificado mudança de curso por bolsistas durante o período em que está à frente dos projetos, a Coordenadora respondeu:

É bem raro viu! Normalmente, os que já vêm, se matriculam naquele curso que ele quer (já) desde o início. É mínima a mudança de curso (coord.de projetos – Apêndice C1).

Indagada sobre o processo para que o estudante consiga a bolsa no Prouni, a coordenadora respondeu que ele deve ser burocrático mesmo para se evitar “fraude”.

Sim é burocrático, mas eu acredito que seja necessário porque senão qualquer um pode entrar com o Prouni e conseguir uma bolsa, por exemplo, de 100%, sendo que o aluno tem uma renda que ele pode pagar e os outros que são menos favorecidos, que precisam mesmo, não conseguem entrar no Programa. Então precisa ser bem burocrático, mesmo essa questão do Prouni para conseguir (coord. de projetos – Apêndice C1).

Segundo relato da coordenadora, já houve uma situação na qual o estudante perdeu a bolsa porque se comprovou junto à Receita Federal que tinha carro e propriedade. Por isso, sua bolsa teve que ser cancelada (Apêndice C1). Devido o número reduzido de servidores na operacionalização do Prouni, o MEC realiza quase toda supervisão via sistema informatizado através do Sisprouni. A liberdade no desempenho no processo, segundo o TCU (2009), dá margem ao surgimento de diversos tipos de irregularidades. Segundo relatório do TCU, “Verificou-se, ainda que diversas informações inseridas pelos candidatos no Sisprouni não têm como serem comprovadas, já que o MEC não disponibiliza ferramentas para isso” (BRASIL, 2009 p. 108).

Sobre o valor da bolsa, a coordenadora o considera suficiente para suprir as necessidades dos bolsistas.

Acredito sim que é suficiente. Alimentação assim, nem tanto. A porcentagem da bolsa é importante porque tem aluno que não tem condições de estar pagando 100% de uma faculdade, então acredito que é um valor considerável (coord. de projetos – Apêndice C1).

Registros apontam que quase a metade dos estudantes bolsistas Prouni, é oriunda de outras cidades. Entretanto, a coordenadora afirmou que não recebe queixas por parte dos bolsistas no seu setor.

Perguntada se acompanhava a desistência ou abandono de estudantes do Programa, a coordenadora respondeu:

Sim, tem, infelizmente tem (né). A gente pensa, nossa, o aluno tem bolsa 100%, 50% como vai desistir de uma bolsa dessa? Mas tem casos sim (coord. de projetos – Apêndice C1).

Esta pesquisa mostrou que treze estudantes não seguiram no Prouni, ou seja, evadiram da faculdade, conforme apresentou a Tabela 17. Indagada sobre quais foram os três principais fatores que contribuíram para essa desistência ou abandono do Prouni, a entrevistada afirmou:

Acredito que o primeiro mesmo é a parte financeira do aluno. O aluno, às vezes começa a faculdade e chega no terceiro termo, na metade do curso, e já não tem condições mais de arcar, de pagar a faculdade, ou então, acontece situação na família, alguma coisa e que ele tem que desistir, ou então até mesmo ele percebe que não é aquele curso que ele quer. E de repente ele chega ao segundo termo e ele percebe que não é isso que ele quer e já procura outras coisas (coord. de projetos – Apêndice C1).

Ao insistir para que apontasse a existência de outras causas para o abandono ou desistência do curso pelos bolsistas, sua resposta ou comentário de outra causa, além das citadas sobre a questão financeira e o problema de adaptação ao curso, foi:

Pode ser de força maior. Igual, mesmo, vou dar até um exemplo: teve uma aluna que ela estava até recentemente estudando com a gente num termo avançado (no sexto termo), quase para se formar, acredito que no curso de Administração, e faleceu uma parenta próxima e ela teve que parar porque só tinha ela para acompanhar na casa, então entrou em depressão, (com) tudo isso, então ela teve que parar o curso. Então eu acredito que no mais assim é isso mesmo (coord. de projetos – Apêndice C1).

O diálogo, segundo a coordenadora de projetos, seria a melhor forma de se evitar ou pelo menos identificar as razões para se evitar a desistência ou abandono do Programa.

Para evitar, eu acredito que a faculdade possa estar tentando na verdade chamando esse aluno para conversar, realmente para saber o porquê. Você sabendo o porquê da desistência, você tenta orientar o aluno de certa forma, acredito que de início seria isso, tentar saber o motivo realmente, porque às vezes tem alunos que chega lá na secretaria ou alguma coisa assim, ou até mesmo deixa o curso e a faculdade não toma conhecimento. Acho que a faculdade sabendo o motivo acredito que dê para ajudar a evitar um pouco essa evasão de alunos (coord. de projetos – Apêndice C1).

Ao indagar à coordenadora se os bolsistas se dizem satisfeitos com os cursos escolhidos e se era avaliada a satisfação deles, sua resposta revelou que

não há um trabalho mais efetivo para avaliar essa satisfação, como, por exemplo, a coleta de sugestões ou queixas. Ela acredita que o fato de os estudantes não procurar seu setor para mudança de curso ou para algum questionamento, por si só, já seria um fator de satisfação.

Olha, eu acredito que eles se sentem satisfeitos sim porque a gente verificando no fechamento do semestre, não tem tanta transferência de curso, principalmente dos alunos bolsistas Prouni. A gente não presencia isso, então eu acredito que eles (estejam) satisfeitos sim (coord. de projetos – Apêndice C1).

Quanto às expectativas dos estudantes bolsistas, de modo geral foram avaliadas pela coordenadora, com mais consistência:

Como a gente acompanha desde o início, eles já vêm com grande expectativa, principalmente em crescer profissionalmente. Quem faz Administração procura focar na carreira, (vou abrir um negócio). Engenharia mesmo, têm alunos que já pensam em ser um engenheiro famoso, então eu acredito que as expectativas sejam bem importantes (coord. de projetos – Apêndice C1).

Indagada se a faculdade tem efetivamente realizado alguma ação específica para manter os estudantes no Programa, o que a coordenadora relatou a oferta do financiamento estudantil FIES para os estudantes com bolsa parcial.

Sim, principalmente os alunos que tem bolsa 50%. Às vezes têm alunos que (interrupção) igual à parte financeira mesmo, que a gente até citou, que às vezes chega num termo que quer desistir por conta que não consegue pagar, então o que a gente faz? Tem o FIES então agora, tem o financiamento e a gente então orienta o aluno porque é assim, o FIES ele vai estar financiando os 50% e não vai estar pagando no momento. Assim que ele concluir, um ano e meio ele começa pagar, ai já é hora que ele já está formado, já conseguiu um rendimento maior, mais pra frente ir pagando essa mensalidade no decorrer no ano de acordo com o financiamento, de acordo com as parcelas já financiadas (coord. de projetos – Apêndice C1).

Pelo levantamento de dados para essa pesquisa constatou-se a diminuição do número de bolsistas Prouni principalmente no ano de 2012. Por isso perguntou-se o ponto de vista da entrevistada sobre essa redução e sua resposta foi:

Sim, houve uma diminuição. Mas assim, houve na verdade essa diminuição por conta do que alunos concluintes. A maioria mesmo é alunos que

concluíram, porque assim de alunos desistentes são até poucos (coord. de projetos – Apêndice C1).

A Tabela 17, desta pesquisa, mostrou que entre os anos de 2009 e 2013, houve 116 concluintes dentre os cursos pesquisados, o que percentualmente representou 34,32% de bolsistas.

Esta pesquisa possibilitou o conhecimento dos mecanismos que envolvem o Programa. Também permitiu reorganizar e atualizar os dados sobre os estudantes bolsistas. Perguntada se esta pesquisa iria contribuir para a faculdade e qual a importância para a gestão de projetos da faculdade, a coordenadora respondeu:

Sim, contribui sim, assim que for feito o fechamento nós vamos pegar certinho, nós vamos ver qual a opinião dos alunos principalmente a opinião, para saber como que eles estão dentro da faculdade, em relação ao curso, a tudo. Então é importante a gente estar ciente sim, acredito que vai ser bem vantajoso para nós (coord. de projetos – Apêndice C1).

A entrevista com a coordenadora de projetos possibilitou aprofundar o entendimento do processo de funcionamento do Prouni, bem como, comparar alguns pontos relevantes desta pesquisa com pesquisas anteriores citadas no capítulo da revisão da literatura. Cabe ressaltar que esta pesquisa confirmou argumentos favoráveis e também contrários ao Programa, tendo em vista que tanto a coordenadora quanto os estudantes concordam que o Prouni é um Programa que possibilitou o acesso, ao ensino superior, de estudantes das camadas sociais mais necessitadas corroborando os argumentos dos autores favoráveis ao Programa, como descrito por Costa (2010, p. 116) que escreveu: “A implantação do ProUni evidencia a necessidade de atender a uma parcela da população que, por diversas razões – como as condições socioeconômicas -, estão excluídas da universidade”. Carvalho (2007) e Morais (2011) também concordam que o Programa surgiu como política de inclusão e ação afirmativa.

Cabe ressaltar que o Programa também possui falhas, como mostraram os estudos de Carvalho (2005, 2006a, 2013), e de Catani, Hey e Gilioli (2006, 2007), os quais acusam as instituições privadas de favorecimento e denunciam a falsa democratização da educação superior por meio do Programa. Além disso, Almeida (2012) considerou o Programa “frágil e falho”. A fragilidade foi

comprovada a partir do relatório elaborado pelo TCU em 2009. A limitação de informações disponíveis pelo MEC foi confirmada nessa pesquisa uma vez que o Programa enaltece a oferta de vagas, mas não presta informações sobre as vagas ociosas. Outra falha identificada por esta pesquisa no Programa se refere à insuficiência do valor da bolsa, pois aqueles que recebem bolsa parcial foram os que mais sofreram risco de evasão. Esta pesquisa mostrou também que, na visão dos estudantes bolsistas, o Programa não é efetivamente “para todos”, pois, na verdade estabelece critérios e requisitos para a concessão e manutenção das bolsas. No entanto, entende-se que esses critérios são necessários para se assegurar maior efetividade da política de ação afirmativa e de inclusão social.

A partir dessa discussão, conclui-se que na opinião dos estudantes que conseguiram o acesso ao ensino superior na faculdade pesquisada, o Programa foi altamente oportuno, pois possibilitou o acesso ao ensino de nível superior uma vez que, na maioria dos casos, jamais teriam tido condições de acessá-lo se não fosse pela política do Prouni. No entanto, esse Programa precisa de aprimoramentos para se tornar mais eficiente e efetivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro, a democratização desse acesso e a qualidade precária que vem acompanhando sua acelerada expansão, ocorreram no período marcado pelas mudanças no cenário mundial em que uma política neoliberal, a partir dos anos 90 e na década seguinte, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, estimulou o crescimento desse nível de ensino pela via privada. Esse período, no qual os rumos da educação foram determinados pela nova LDB e pelas políticas de educação superior do governo federal, foi eleito para esta pesquisa.

Esta pesquisa apresentou inicialmente uma breve retrospectiva sobre o acesso e a expansão do ensino superior brasileiro antes e após a criação do Prouni em 2004, com o objetivo de inserir o estudo desse Programa dentro desse cenário de expansão recente. Na análise dessa política de expansão do ensino superior estimulada pela política de inclusão social, encontrou-se autores contrários e favoráveis ao Prouni. Os contrários alegam que o Programa foi criado para favorecer as instituições privadas de ensino superior, isentando-as de pagamento de tributos federais. Os favoráveis ao Programa ancoram-se no discurso da democratização e da política de ação afirmativa e de inclusão social e consideram que ele é a garantia de acesso ao ensino superior para pessoas de classes sociais menos favorecidas. Com o olhar crítico, todas as posições favoráveis ou contrárias possuem fundamentos, entretanto, o que não se pode deixar à margem de qualquer análise é justamente a opinião e as perspectivas dos próprios envolvidos, que são os estudantes bolsistas do Programa.

O aumento do número de estudantes no ensino superior, somado às polêmicas geradas em torno do Prouni, levou-nos a pesquisar o bolsista deste Programa. Na pesquisa: (1) foi levantado o perfil dos bolsistas, considerando suas características demográficas, condições financeiras e situação socioeconômica de seus familiares; (2) foi identificada a visão do bolsista sobre o Programa, sua satisfação com o curso e sua expectativa em relação ao curso escolhido; e (3) foi analisada a atuação da instituição para apoiar a permanência do bolsista no curso até sua conclusão com sucesso.

Quanto ao perfil dos bolsistas Prouni, a pesquisa revelou que estes, em sua maioria absoluta, são do sexo feminino (76%), classificados na faixa etária

de 18 a 24 anos (55%), solteiros (71%), residentes em Presidente Prudente-SP, 54%), trabalhadores (80%) e detentores de bolsista integral (77%). Dos bolsistas, 49% recebem até um salário mínimo, e 48% possuem renda familiar de até R\$ 1.500,00, números que confirmam aqueles registrados pelo IBGE no município. Diante desse perfil, percebe-se que as bolsas estão sendo efetivamente concedidas a estudantes de baixa renda. A pesquisa mostrou que para a amostra pesquisada o Prouni foi o instrumento que possibilitou seu acesso ao ensino superior, pois sem ele seria impossível fazer um curso superior. No entanto, ainda há dados insuficientes para afirmar com segurança que essa política de ação afirmativa e de inclusão social do governo federal está alcançando plenamente seus objetivos, uma vez que, embora estejam estudando, muitos ainda apresentaram dificuldades financeiras para se manter na graduação.

O estudo identificou também o grau de satisfação e as frustrações do bolsista com o curso, no que tange à qualidade dos serviços de educação proporcionados. Quanto ao grau de satisfação com o Prouni, 36% se disseram estar plenamente satisfeitos com o curso e 52% estão satisfeitos. Para 53%, o que mais agrada no curso é a bolsa recebida, enquanto que para 47% o fator de desagrado é ainda a estrutura da faculdade. A qualidade da formação recebida pelo bolsista Prouni parece ficar comprometida pela limitação estrutural-institucional da faculdade receptora desses estudantes. Entende-se que cabe à gestão administrativa perceber as novas demandas das tarefas administrativas e por vezes burocráticas, mas que são necessárias para se administrar os Programas os quais tenham aderido, oferecendo para o estudante um atendimento de qualidade.

Ao lado da manifestação de satisfação com o curso por parte de alguns bolsistas, houve também expressões de frustrações de outros com o curso, especialmente quanto à qualidade dos serviços de educação oferecidos isentando, entretanto, o papel do corpo docente. Esta situação tende a comprometer a eficácia da política de ação afirmativa e de inclusão social.

Quanto às expectativas dos bolsistas, 54% pretendem realizar concurso na área e sonham ter crescimento profissional. A pesquisa revelou que o bolsista espera uma realização pessoal e profissional mais elevada mediante um diploma universitário. Cabe observar, porém, que, mais do que o diploma, será o desenvolvimento individual que irá abrir as portas da oportunidade profissional. Para que o sonho da inclusão social não fique na miragem e na frustração, é importante a

atuação da faculdade no seu papel formador dos futuros profissionais e cidadãos conscientes e críticos.

Na análise dos fatores determinantes de evasão de bolsistas, pode-se constatar que o índice de evadidos do Prouni na faculdade é baixo, mas mesmo assim deve-se dar atenção às razões que levaram 3,84% (13 estudantes) a desistirem de sua bolsa de estudo. Para 90% dos bolsistas, não houve risco de desistência do curso, para 35% o valor da bolsa é plenamente suficiente e para 27%, parcialmente suficiente. O risco maior de evasão ou desistência se dá entre os estudantes com bolsa parcial. Ações complementares de suporte financeiro parecem necessárias para apoiar o bolsista em seus custos de manutenção e moradia, especialmente para os estudantes com bolsa parcial.

A pesquisa procurou avaliar, sob o ponto de vista da coordenadora de projetos, a eficácia das ações implementadas pela faculdade para apoiar a permanência de seus estudantes bolsistas do Prouni até a conclusão do curso com sucesso. O que mais ficou patente foi a queda do número de estudantes bolsistas pelo Prouni. Em contrapartida houve maior adesão ao FIES, por orientação da própria instituição. A razão dessa política institucional não ficou esclarecida na entrevista com a coordenadora por não ter sido objeto do estudo. Entretanto, entende-se que para conseguir a bolsa pelo Prouni é necessário realizar a prova do Enade, enquanto que esse critério não é necessário para adesão ao FIES. Nesse ponto encontrou-se uma fragilidade do Prouni que deixou os bolsistas vulneráveis à pressão e aos interesses extrínsecos ao Prouni.

Como síntese dessa pesquisa, destacou-se as polêmicas discussões decorrentes da criação do Prouni. Entende-se tratar de transferência de recursos públicos para o setor privado, entretanto, entre os estudantes beneficiados pela bolsa manifestou-se a gratidão pela rara oportunidade de ascensão pessoal e profissional pois são originariamente de classes sociais menos favorecidas. Essa pesquisa não teve a finalidade de encontrar soluções para os problemas do Prouni, contudo, alerta para a redução de estudantes no Programa na faculdade pesquisada, comprometendo sua continuidade se não houver ações tanto do governo como da faculdade para incentivar o acesso através do Programa. A continuidade do Programa na faculdade pesquisada, bem como a ampliação do número de bolsistas, poderão ser obtidos se houver pela gestão educacional o entendimento dos resultados produzidos na pesquisa.

Considera-se que a questão chave dessa pesquisa, a que apontou 60% dos estudantes como sendo o primeiro membro de seu núcleo familiar a cursar o ensino superior. Com esse dado é possível perceber que muitos desses estudantes alimentam em suas famílias a oportunidade de mudança através do crescimento pessoal e profissional que o estudo pode proporcionar. A expressão oportunidade reflete de maneira considerável o que representa para esses estudantes cursar o ensino superior através do Prouni.

Pesquisas semelhantes em outras faculdades e universidades particulares que recebem estudantes bolsistas do Prouni serão necessárias a fim de se realizar um balanço mais completo da eficácia do Programa Universidade Para Todos (Prouni), como política de inclusão social. Seriam necessárias também, pesquisas sobre o financiamento estudantil nos mesmos moldes.

Reformas na política do Prouni são necessárias para que a instituição que aderir ao Programa desfrute de incentivos fiscais proporcionais ao número de estudantes que nela venham se matricular e que tenha implementado ações efetivas de aprimoramento da qualidade de seus cursos e da administração de seu Programa de bolsas de estudo.

REFERÊNCIAS

- ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/HJPB-7UPMBA/disserta__o_ana_am_lia_adachi.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 mar. 2014.
- ALMEIDA, M. A. de. **Universidade para todos: Prouni na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=523>. Acesso em: 13 mar. 2013.
- ALMEIDA, W. M. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo**. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11122012-103750/pt-br.php>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- AMARAL, D. P. do; OLIVEIRA, F. B. de. O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 861-890, out./dez. 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40362011000400008&script=sci_abstract>. Acesso em: 9 mar. 2014.
- AMARAL, N. C. Expansão-avaliação-financiamento: tensões e desafios da vinculação na educação superior brasileira. In: MANCEBO, D. et al. **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 113-146.
- APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M. Educação Superior: Políticas públicas para inclusão social. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 39-55, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://www.unicid.br/old/revista_educacao/pdf/volume_2_1/6-Rev_v2n1_Maria%20Rita%20Rosa.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013
- BANDEIRA, M B. **Tipos de pesquisa**. Laboratório de Psicologia Experimental. Departamento de Psicologia. 2013 – FUNREI. [Disciplina: Modelos de Investigação e Produção em Psicologia]. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapsam/texto%201b%20-%20TIPOS%20DE%20PESQUISA.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

PEREIRA, L. C. B. **A reforma do Estado nos anos 90: Lógicas e Mecanismos de Controle**. Caderno MARE da reforma do Estado. Brasília DF, Ministério da Administração Federal, e Reforma do Estado Cadernos Mare da reforma do estado v.1. 1997. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF>. Acesso em: 05 jul.2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em instituições de Ensino Superior Público**. 1997. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002240.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Programa**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni/index.php?option=com_content&task=view&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 13 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Quadros informativos**. Quadro de bolsas ofertadas por município. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?Itemid=147&catid=26:dados-e-estaticas&id=137:quadros-informativos&option=com_content&view=article>. Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Projeto CNE UNESCO 914BRZ 1136.3. “Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade Brasília, 2013b. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/prduto_2_oferta_demanda_educ_superior.pdf%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/prduto_2_oferta_demanda_educ_superior.pdf%20(1).pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Inep. **Censo da educação superior 1998 evolução 1980-1998**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Inep. **Censo da educação superior 2004. Resumo Técnico**. Brasília, 2005a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da educação. Inep. **Censo da educação superior 2009. Resumo Técnico**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 12. mar. 2014.

BRASIL. Ministério da educação. Inep. **Censo da educação superior de 2011. Resumo Técnico**. Brasília, 2013c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Inep. **Censo da educação superior 2012. Manual do usuário**. Brasília, 2013d. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2012/manual_preenchimento_alunos.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Inep. **Censo da educação superior 2013. Glossário módulo aluno**. Brasília, 2014a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2013/glossario_modulo_aluno_censup_2013.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Coordenação Geral do Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2012/manual_preenchimento_alunos.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2014b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **Bolsa permanência**. Brasília, 2013e. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?Itemid=141&id=125&option=com_content&view=article>. Acesso em: 08 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **Como Calcular a Renda Familiar por pessoa?** Brasília, 2013f. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=227:como-calcular-a-renda-familiar-por-pessoa&catid=23:informas-aos-candidatos>. Acesso em: 08 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **Definidas regras de seleção, agora com nota mínima de 450**. Brasília, 2013g. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18345:definidas-regras-de-selecao-agora-com-nota-minima-de-450&catid=212&Itemid=86>. Acesso em: 08 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **Informações aos Candidatos**. Brasília, 2013h. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=231:e-se-o-estudante-contemplado-com-uma-bolsa-de-50-mpuder-pagar-a-outra-metade-da-mensalidade&catid=23:informas-aos-candidatos>. Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **O Programa**. Brasília, 2013i. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 08 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **Prouni como funciona**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=202&Itemid=86>. Acesso em: 18 set. 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **Prouni como funciona**. Brasília, 2013j. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=202&Itemid=411>. Acesso em: 08 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **Qual é a relação entre o Prouni e o Enem?** Brasília, 2013k. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=140:qual-rela-entre-o-prouni-e-o-enem&catid=23:informas-aos-candidatos>. Acesso em: 08 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni. **Dados e Estatística. Representações Gráficas**. Bolsas ofertadas por ano. Brasília, DF, 2013l. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni. **Dados e Estatística. Representações Gráficas**. Bolsistas por tipo de bolsas. Brasília, DF, 2013m. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_tipo_de_bolsa.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni. **Dados e Estatística. Representações Gráficas**. Bolsistas ofertadas por processo seletivo. Brasília, DF, 2013n. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_por_processo_seletivo_total.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni. **Dados e Estatística. Representações Gráficas**. Bolsistas ofertadas por modalidade de ensino. Brasília, DF, 2013o. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_modalidade_de_ensino1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni. **Dados e Estatística. Representações Gráficas**. Bolsistas por turno – cursos presenciais. Brasília, DF, 2013p. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_turno_cursos_presenciais.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni. **Dados e Estatística. Representações Gráficas**. Bolsas ofertadas por processo seletivo – tipo de bolsas. Brasília, DF, 2013q. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_por_processo_seletivo_tipo_de_bolsa.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni. Dados e Estatística. **Representações Gráficas**. Bolsistas por raça/cor. Brasília, DF, 2013r. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_raca.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni. Dados e Estatística. **Representações Gráficas**. Bolsistas por região. Brasília, DF, 2013s. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_regiao.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni. Dados e Estatística. **Representações Gráficas**. Bolsistas por UF – Região Sudeste. Brasília, DF, 2013t. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_uf_regiao_sudeste.pdf>. Acesso em 12 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Prouni - Programa universidade para todos. **Bolsas ofertadas por ano**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013u.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **É preciso fazer vestibular para concorrer a uma bolsa no Prouni?** Brasília, 2013v. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=226:preciso-fazer-o-vestibular-para-concorrer-a-uma-bolsa-do-prouni&catid=23:informas-aos-candidatos>. Acesso em 28 abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005b. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 30 abr. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº. 7872, de 26 de dezembro de 2012b. Regulamenta a Lei nº. 12.382 de 25 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização a longo prazo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7872.htm>. Acesso em: 24 mai. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Biblioteca da Presidência de República. Históricos dos Ministérios e Órgão da Presidência. Ministério da Administração e Reforma do Estado. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ministerios/orgaos-extintos/ministerio-da-administracao-e-reforma-do-estado>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria operacional: Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) / Relator Ministro José Jorge**. Brasília: TCU, 2009.

BROWN, E. W. Políticas públicas no ensino superior. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2010. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3373:politicass-publicas-no-ensino-superior-artigo-de-ellis-wayne-brown&catid=50&Itemid=100017>. Acesso em: 16 jul. 2012.

CALZA, L. Administração em alta. **Revista administrador profissional**, São Paulo, v. 35, n. 312, p. 20-25, jun. 2012.

CARVALHO, C. H. A. de. **A política Pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?** 2011. 465 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARVALHO, C. H. A. de. O PROUNI no Governo Lula e o jogo político e torno do acesso ao ensino superior. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300016>. Acesso em: 20 set. 2012.

CARVALHO, C. H. A. de. **Políticas de ensino Superior e Renúncia Fiscal: da reforma Universitária de 1968 ao Prouni**. Campinas, 2005. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt11532int.rtf>. Acesso em: 20 set. 2012.

CARVALHO, C. H. A. de. **Políticas para o ensino superior no Brasil (1995-2006): Ruptura e continuidade nas relações entre público e privado**. Campinas: IE/UNICAMP, 2006b. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2337--Int.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

CARVALHO, C. H. A. de. Prouni isenta faculdade privada em R\$4 bi. Dentro do sistema privado, abrangência ainda é pequena. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 ago. 2013. Cotidiano, p. C1.

CARVALHO, J. L. F.; VERGARA, S. C. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 78-91, jul./set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n3/v42n3a07.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

CARVALHO, J. C. O Prouni como política de inclusão: estudo de campo sobre as dimensões institucionais e intersubjetivas da inclusão universitária, junto a 400 bolsistas no biênio 2005-2006. **Anped**, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT11-3336--Int.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2013.

CASTRO, L. P. V.; MALACARNE, V. Evasão Escolar: um estudo nas licenciaturas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – campus Cascavel. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2011, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2011. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/1/018.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.

CATANI, A. M.; ESQUIVEL, J. C. C.; GILIOLI, R. S. P. Reformas da educação superior no Chile, no Brasil e em Portugal: Uma abordagem comparativa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 21, p. 49-63, maio/ ago. 2007.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. A Educação Superior. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 73-84. Disponível em: <http://www.redecaes.com.br/bibliografia_joao/a%20educa%C2%A6%C3%8Aa%20superior.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2012.

CAVALHEIRO, E. A; et al. O que determina a satisfação dos alunos do ensino superior? Um estudo de caso aplicado ao Centro de ciências sociais aplicadas da Universidade de Cruz Alta. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 4., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011. p. 1-15. Disponível em: <<http://dvl.ccnufsc.br/congresso/anais/4ccf/anais.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO-SP - CRA-SP. Disponível em: <<http://www.crasp.gov.br/crasp/WebForms/Interna.aspx?campo=63&secaoid=151>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

CONTINS, M.; SANT'ANA, L. C. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 209-220, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16670/15239>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

COSTA, D. D. da. O prouni no contexto de expansão da educação superior: dados preliminares sobre as condições de acesso decorrentes do programa, no Brasil (2005-2010). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, XXVI., 2013, Recife. **Anais...** Recife: UFPE; ANPAE, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/DanielleDiasdaCosta-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

COSTA, D. de M.; BARBOSA, F. V.; GOTO, M. M. M. O Novo fenômeno da expansão da educação superior no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTION UNIVERSITÁRIA EM AMÉRICA DEL SUR, X., 2010, Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata: Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração

Universitária (INPEAU), 2010. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/216.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2012.

COSTA, F. **ProUni: o olhar dos estudantes beneficiários**. São Paulo: Michelotto, 2010.

CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e Mercado – 2004. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88 especial, p. 795-817, out. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/873/87314214008.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octenio FHC. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/873/87313720003.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

DAVIES, N. O financiamento da Educação Estatal no Brasil: novos ou velhos desafios? **Revista Educação On-Line**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 31-63, 2012. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/ver.edu.online.phpw?strSecao=input0>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

EBERLE, L. **Identificação das dimensões da qualidade em serviços: um estudo aplicado em uma instituição de ensino superior localizada em Caxias do Sul-RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/tpIPOSAdministracao/posgraduacao/strictosensu/administracao/dissertacoes/dissertacao?identificador=263>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

FACEIRA, L. da S. **O Prouni como política pública em suas instâncias macro-estruturais, meso-institucionais e microssociais: pesquisa sobre a sua implementação pelo MEC e por duas universidades na Região Metropolitana do Rio**. 2009. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FELICETTI, V. L. **Comprometimento do estudante: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da educação superior**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/10/TDE-2012-03-28T162017Z-3701/Publico/437552.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.

FELICETTI, V. L. Licenciados PROUNI: dificuldades no percurso acadêmico e resultados da formação. **Revista Iberoamericana de Educacion**, Canoas, n. 64/1, p. 01-10, 15 jan. 2014. Disponível em: <http://www.rieoei.org/rie_contenedor.php?numero=boletin64_1&titulo=RIE%20digitale%2064/1>. Acesso em: 09 mar. 2014.

FELICETTI, V. L.; ROSSOLI, J. C.; GOMES, K. A. **PROUNI: análise de Teses do banco de dados da CAPES (2007-2011)**. II CLABES Conferência Latinoamericana

sobre El Abandono em la Educacion Superior. 8 e 9 de novembro de 2012. disponível em: <<http://www.clabes2012-alfaguia.org.pa/index2.php>>. Acesso em 28 abr. 2014.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FORTES, A. V. et al. A satisfação do discente em instituições de ensino superior: um estudo de caso. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS SEROPÉDICA, V., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Conselho Regional de Administração de Vitória-ES, 2007, p. 01-13. Disponível em: <http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Site%20do%20CRA_Trabalho%20da%20Adriana_Texto_10.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2014.

FREITAS, H. et. al. O método de pesquisa Survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35. n. 3, p. 105-112, jul. 2000. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/3503105.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

GAIOSO, N. P. de L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000127&pid=S1414-4077201100020000700011&lng=en>. Acesso em: 13 mar. 2014.

GOMES, A. M. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

GUADILLA, C. G. Identificação das mudanças no discurso sobre a universidade latino americana. In: PAIVA, V.; WARDE, M. J. (Orgs.). **Dilemas do ensino superior na América Latina**. Campinas: Papirus, 1994. p. 59-100.

GUIOT, A. P. **Um moderno príncipe para a burguesia brasileira: O PDSB (1988-2002)**. 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2006_GUIOT_Andre_Pereira-S.pdf. Acesso em: 19 jan. 2014.

HELENE O. A. M. O sistema de avaliação da educação superior no Brasil. **Universidades**, Campinas, n. 39, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/universidades/uni16.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010 - Presidente Prudente**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=354140&idtema=105&search=sao-paulo|presidente-prudente|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-educacao->>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010 – indicadores sociais municipais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/resultado.php?consulta=presidente prudente>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **HISTÓRIA DO INEP**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/institucional/historia.htm>> Acesso em: 12 jun. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Resumo Técnico: Senso da Educação Superior de 2009**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf> Acesso em: 15 jun. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>>. Acesso em: 12 jun. 2013a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Resumo Técnico: Senso da Educação Superior de 2010**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Evolução do ensino superior: 1980-1998**. Brasília: O instituto, 1999. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-1998.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Resumo Técnico: Senso da Educação Superior de 2011**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013c.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. CADERNOS **ABMES Evasão no ensino superior**. In: *Evasão do ensino superior brasileiro*. n. 25. 82 p. Brasília. 2012, Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Cadernos25.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

LUCCHESI, M. A. S.; MALANGA, E. B. **Universidade no século XXI: Pesquisa e ensino**. **Revista G.U.A.L.**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 98-110, 2012. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n2p98>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

MARINHO, L. Prouni é passo para democratizar o ensino. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2802200509.htm>>. Acesso em: 21 set. 2013.

MARONEZE, L. F. Z.; E LARA, A. M. B. A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de estado. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IX., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, III., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3126_1394.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2012.

MARTINS, C. B. N. M. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior**. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional de Administração) – Fundação Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG. Disponível em: <http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2007/dissertacao_clei_dis_beatriz_nogueira_martins_2007.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MARTINS, R. M. de A. **PROUNI: uma política de democratização do ensino superior?** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/peduca/pdfs/disserta/67martinsc.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

MATTOS, M. J. V. M. Aceitabilidade e grau de aprovação do programa universidade para todos (PROUNI), segundo percepções dos seus beneficiários. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DO PROGRAMA EDUCAÇÃO: CURRÍCULO, 10., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC-SP, 2011.

MORAIS, F. A. de A. O Prouni e a promoção da inclusão social. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XIV, n. 92, set. 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10252>. Acesso em: 12 out. 2013.

MOROSINI, M. C. et al. A evasão na educação superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos qualis entre 2000-2011. Porto Alegre disponível em: <http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesl/ST_1_Abandono/12_MorosiniM_Abandono_ESBrasil.pdf>. Acesso em: 12. Fev. 2014.

PACHECO E. **Educação Superior: reforma, acesso e avaliação**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/ed_superior.htm>. Acesso em: 10 abr. 2007.

PEREIRA, D. R.; BOTELHO, M. A. Satisfação e Fidelização no ensino superior: Um estudo de correlação em uma IES Privada de Belém-PA. **Revista INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção**. Dez. 2010 vol 2 no. 12. Disponível em: <ingepro.com.br/Publ_2010/Dez/393-950-1-pb.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2013.

PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos Anos 90: Lógicas e Mecanismos de Controle. Caderno MARE da reforma do Estado. Brasília DF, Ministério da Administração Federal, e Reforma do Estado. **Cadernos Mare da reforma do estado** v.1. 1997. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF. Acesso em 05 jul.2014.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. da. As Políticas Públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, jul.-dez. 2010. Disponível em: <seer.ufrgs.br/debates/article/download/16316/10573>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PINTO, M. L. M. Políticas públicas na educação superior: O Prouni como possibilidades de democratização do acesso. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, IX., 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2009. p. 1-15. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/39417>>. Acesso em 12 fev. 2014.

PRESTES, E.; VÉRAS, R. Educação, qualificação, trabalho e políticas públicas: campos em disputas. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 14, p. 45-59, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/349/34912396004.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

RANKING Universitário Folha. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2013/rankinguniversitariofolha/>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

REIS, D. B.; TENÓRIO, R. M. **Cotas e estratégia de permanência no ensino superior**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3q/pdf/tenorio-9788523209346-04.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

REIS, F. J. G. dos. **Perspectivas da Gestão Universitária**. Taubaté: Cabral, 2003.

RISTOFF, D. Dilvo Ristoff (MEC) “estudantes estavam fora da educação porque eram pobres” **Conversa afiada com Paulo Henrique Amorim**. 01/07/2007. Disponível em: <http://baleiaoosso.blogspot.com.br/2007/06/dilvo-ristoff-mec-estudantes-estavam.html>. Acesso em 24 mai. 2014.

SANTANA, G. C. da S. **O programa Universidade para todos: percepções de estudantes de pedagogia do Distrito Federal**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5072>. Acesso em: 12 jun. 2013.

SANTOS FILHO, J. C. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, N. M. C. dos. **Educação e PROUNI**: Políticas de inclusão social na perspectiva transdisciplinar. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=16192>. Acesso em: 12 jan. 2014.

SÃO PAULO (Estado). SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil Regional**: região metropolitana de São Paulo. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil_regional/index.php>. Acesso em: 14 ago. 2012a.

SÃO PAULO (Estado). SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil Municipal**: Adamantina-SP. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso em: 14 ago. 2012b.

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. de S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso Prouni. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 941-964, ago. 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7022/5581>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

SCHWARTZMAN, S. A revolução silenciosa do Ensino superior. In: DURHAN, E. R.; SAMPAIO, H. **O sistema de ensino superior brasileiro em transformação**. São Paulo: NUPES/USP, 2000. p. 1-16. Disponível em: <https://ia600806.us.archive.org/31/items/ARevolucaoSilenciosaDoEnsinoSuperior/2001silenciosa_word.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2014.

SCHWARTZMAN, S. Ensino público e ensino privado: convergências e divergências. In: MENDES, C.; CASTRO, C. M. **Qualidade, Expansão e Financiamento do ensino superior privado**. Rio de Janeiro: ABM/Educam, 1984. p. 293-301. Disponível em: <<https://archive.org/details/EnsinoPublicoEEnsinoPrivado-DivergenciasEConvergencias>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

SÉCCA, R. X.; LEAL, R. M. Análise do Setor de Ensino Superior privado no Brasil. **Revista Educação BNDES**, Brasília, v. 30, p. 103-156, 2009. Disponível em: <http://www.bnades.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/BNDES_Setorial/200909_03.html>. Acesso em: 23 jun. 2013.

SGUISSARDI, V. Universidade pública estatal: entre o público e privado/mercantil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a09v2690.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2013.

SILVA FILHO, R. L. L.; LOBO, M. B. C. M. Como a mudança na metodologia do inep altera o cálculo da evasão. **Instituto Lobo para o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia**, 2012. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_079.pdf>. Acesso em: 16 out. 2013.

SILVA JR., J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil – Reformas do estado e mudança na produção**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SILVA, D. C. **Responsabilidade social versus responsabilidade fiscal: duas vertentes do PROUNI**. jun.2007. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/10054/responsabilidade-social-versus-responsabilidade-fiscal>< >. Acesso em: 11 mar. 2014.

SIMÕES, A. J. C. **Motivações e expectativas profissionais dos estudantes de enfermagem – estudo numa escola da área de Lisboa**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Aberta, Lisboa. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1229/1/Motiva%C3%A7%C3%B5es%20e%20Expectativas%20Profissionais%20dos%20Estudantes%20de%20En.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SIMÕES, P. R. R. **Programa Universidade para Todos (ProUni): Mudanças e possibilidades na vida dos sujeitos bolsistas**. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13849>. Acesso em: 13 mar. 2014.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados de pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, Ano 1, n. 2, p. 177-201, jul./dez. 2003.

UNIESP. Grupo Educacional Uniesp. Apresenta o crescimento do número de alunos do grupo institucional pesquisado (1999 a 2012). Disponível em: WWW.uniesp.edu.br acesso em 23 jun. 2013

VALENTE, I.; HELENE, O. O Prouni é um retrocesso na política educacional? O Prouni e os muitos enganos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2004. Opinião – Tendências/Debates. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz1112200410.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

VIEIRA, S. L. Reforma universitária: ecos de 1968. In: MANCEBO, D. et al. **Reformas da Educação Superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 93-112.

WELTER, C. B.; LIMA, J. B. F.; CANAN, S. R. Políticas educacionais: algumas reflexões sobre a educação superior. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 01-08, abr. 2006.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://pos.brazcubas.br/moodle/file.php/1/Políticas/Políticas_Educacionais_Artigo_1.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

ANEXOS

ANEXO A - LEI nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.
Alterada pela Lei nº 11.509, de 20 de julho de 2007 .

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1 º - A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2 º - As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3 º - Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4 º - Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2 º - A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1 º e 2 º do art. 1 º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3 º - O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do Prouni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4 º - Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do Prouni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Art. 5 º - A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe

oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º - O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2º - O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3º - A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo Prouni, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 4º - A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no caput deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 5º - Para o ano de 2005, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá:

I - aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II - alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 6º - Aplica-se o disposto no § 5º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, e o disposto no caput e no § 4º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do exercício de 2006, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

Art. 6º - Assim que atingida a proporção estabelecida no § 6º do art. 5º desta Lei, para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo na proporção necessária para estabelecer aquela proporção.

Art. 7º - As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º - O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º - No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1º e 2º desta Lei.

§ 3º - As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

~~§ 4º - O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por 3 (três) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei.~~

§ 4º - O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por duas avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.509, de 20 de julho de 2007)

§ 5º - Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do Prouni, a estudantes dos cursos referidos no § 4º deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

Art. 8º - A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º - A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

§ 2º - A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 9º - O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II - desvinculação do Prouni, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º—As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º—Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do Prouni, aplicando-se o disposto nos arts. 32 e 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no que couber.

§ 3º—As penas previstas no caput deste artigo não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se der em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º—A instituição de que trata o caput deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

§ 2º—Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

§ 3º—Aplica-se o disposto no caput deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

§ 4º—Assim que atingida a proporção estabelecida no caput deste artigo para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integrais na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º—É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II do caput e §§ 1º e 2º do art. 7º desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

II - para cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral a estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de curso de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10 desta Lei;

b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2º do art. 1º desta

Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa;

III - gozar do benefício previsto no § 3º do art. 7º desta Lei.

§ 1º - Compete ao Ministério da Educação verificar e informar aos demais órgãos interessados a situação da entidade em relação ao cumprimento das exigências do Prouni, sem prejuízo das competências da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Previdência Social.

§ 2º - As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do Prouni, nos termos desta Lei, poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a concessão de novo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3º - O Ministério da Previdência Social decidirá sobre o pedido de isenção da entidade que obtiver o Certificado na forma do caput deste artigo com efeitos a partir da edição da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, cabendo à entidade comprovar ao Ministério da Previdência Social o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, até o último dia do mês de abril subsequente a cada um dos 3 (três) próximos exercícios fiscais.

§ 4º - Na hipótese de o CNAS não decidir sobre o pedido até o dia 31 de março de 2005, a entidade poderá formular ao Ministério da Previdência Social o pedido de isenção, independentemente do pronunciamento do CNAS, mediante apresentação de cópia do requerimento encaminhando a este e do respectivo protocolo de recebimento.

§ 5º - Aplica-se, no que couber, ao pedido de isenção de que trata este artigo o disposto no art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 12. Atendidas as condições socioeconômicas estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, as instituições que aderirem ao Prouni ou adotarem suas regras de seleção poderão considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% (dez por cento) das bolsas Prouni concedidas.

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei e que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, que optarem, a partir da data de publicação desta Lei, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo art. 7º - A da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Parágrafo único. A pessoa jurídica de direito privado transformada em sociedade de fins econômicos passará a pagar a contribuição previdenciária de que trata o caput deste artigo a partir do 1º dia do mês de realização da assembleia geral que autorizar a transformação da sua natureza jurídica, respeitada a gradação correspondente ao respectivo ano.

Art. 14. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES as instituições de direito privado que aderirem ao Prouni na forma do art. 5º desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei.

Art. 15. Para os fins desta Lei, o disposto no art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, será exigido a partir do ano de 2006 de todas as instituições de ensino superior aderentes ao Prouni, inclusive na vigência da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004.

Art. 16. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º desta Lei, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos 2 (dois) subsequentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º desta Lei, bem como o demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. O Poder Executivo dará, anualmente, ampla publicidade dos resultados do Programa.

Art. 19. Os termos de adesão firmados durante a vigência da Medida Provisória n.º 213, de 10 de setembro de 2004, ficam validados pelo prazo neles especificado, observado o disposto no § 4.º e no caput do art. 5.º desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 21. Os incisos I, II e VII do caput do art. 3.º da Lei n.º 10.891, de 9 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º.....

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

.....

VII - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil." (NR)

Art. 22. O Anexo I da Lei n.º 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo I desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184.ª da Independência e 117.ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho
Tarso Genro

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Para aplicação do questionário com os bolsistas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Programa de Mestrado em Educação - Universidade do Oeste Paulista de Presidente Prudente/UNOESTE
Prezado Bolsista PROUNI:

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): EXPECTATIVA, SATISFAÇÃO, EVASÃO E PERMANÊNCIA DE BOLSISTAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Mestrando: Márcio Donizetti Corrêa
Orientador: Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho

Potenciais riscos e incômodos:

Fui informado de que o estudo não trará nenhum risco para a minha saúde e que minha identidade será preservada.

Liberdade de participação:

A minha participação neste estudo é voluntária. É meu direito interromper a participação a qualquer momento sem que isto incorra em qualquer penalidade ou prejuízo. Também entendo que o pesquisador tem o direito de me excluir do estudo a qualquer momento.

Sigilo de identidade:

As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e não poderão ser consultadas por pessoas leigas sem a minha autorização oficial. Estas informações só poderão ser utilizadas para fins estatísticos, científicos ou didáticos, desde que fique resguardada a minha privacidade.

Os responsáveis por este estudo me explicaram das necessidades da pesquisa e se prontificaram a responder todas as questões sobre o experimento. Estou de acordo com minha participação no estudo de livre e espontânea vontade.

Assinatura do participante constante na lista

APÊNDICE A1 – CADERNO DE QUESTIONÁRIO

Programa de Mestrado em Educação - Universidade do Oeste Paulista de Presidente Prudente/UNOESTE



PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): EXPECTATIVA, SATISFAÇÃO, EVASÃO E RETENÇÃO DE BOLSITAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP.

Pesquisador mestrando: Márcio Donizetti Corrêa
Orientador: Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: **“PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): SATISFAÇÃO, EXPECTATIVA, EVASÃO E PERMANÊNCIA DE BOLSITAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP”**

Nome do Pesquisador: Márcio Donizetti Corrêa

Nome do Orientador: Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho

Prezado bolsista PROUNI:

Este questionário tem por objetivo caracterizar o perfil dos alunos bolsistas PROUNI ingressos no Ensino superior e avaliar a efetividade dos programas oferecidos pelas políticas educacionais no intuito de oferecer subsídios para os gestores educacionais.

Portanto, é de suma importância que, ao responder o questionário, você seja fiel às informações para que possamos desenvolver um trabalho que possa contribuir para a melhoria do processo educacional.

Lembramos que para a participação na presente **pesquisa não será necessária sua identificação, garantindo, assim, o anonimato das informações aqui prestadas.**

() Li e concordo com os termo de consentimento e livre esclarecimento.

Data da aplicação do questionário ____/____/2013

Agradecemos a sua disponibilidade e atenção.

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS BOLSISTAS PROUNI	
CURSO: _____ () DIURNO () NOTURNO	
PARTE 1 - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E DO BENEFÍCIO	
1- Sexo:	A- () masculino B- () feminino
2- Idade:	
3- Estado Civil:	A- () solteiro/a B- () casado/a C- () divorciado/a D- () outros
4 - Residência:	A- () Presidente Prudente B- () outra cidade
5 - Benefício adquirido:	A- () Bolsa integral 100% B- () Bolsa parcial 50%
6 - Critério(s) atendidos para a concessão da bolsa PROUNII :	
	A-() Avaliação da prova do ENEM
	B-() Cota por deficiência física
	C-() Professor(a) da rede de ensino básico
	D-() Outras cotas

PARTE 2 - SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA**7 - Tipo de moradia:**

- A- () casa ou apartamento com os pais ou familiares
 B- () casa ou apartamento/própria
 C- () casa ou apartamento/alugado
 D- () moradia estudantil/república
 E- () outro

8 - Distância de sua casa (ou trabalho) até a Faculdade:

- A- () Até 10 Km
 B- () até 30 Km
 C- () até 50 Km.
 D- () até 100 Km.
 E- () mais de 101 Km

9 - Você trabalha no momento?

- A- () sim B- () não
 C- () nunca trabalhou

10- Caso trabalhe, possui registro em carteira?

- A- () sim B- () não
 C- () nunca trabalhou

11- Caso trabalhe, é em período integral?

- A- () sim B- () não

12- Fonte de sua renda pessoal:

- A- () salário B- () mesada C- () outras

13 - Renda pessoal atual:

- A- () até um salário mínimo
 B- () de 678,00 a 1.000,00
 C- () de 1.001,00 a 1.500,00
 D- () de 1.501,00 a 2.000,00
 E- () de 2.001,00 a 2.500,00
 F- () acima de 2.501,00

14 - Renda familiar atual:

- A- () até um salário mínimo
 B- () de 678,00 a 1.000,00
 C- () de 1.001,00 a 1.500,00
 D- () de 1.501,00 a 2.000,00
 E- () de 2.001,00 a 2.500,00
 F- () acima de 2.501,00

PARTE 3 - CARACTERÍSTICAS ESCOLARES DA FAMÍLIA**15 - Como sua família, de modo geral, vê sua escolha pelo curso que realiza?**

- A- () aprova totalmente
 B- () aprova parcialmente
 C- () não aprova
 D- () indiferente/não interfere

16 - Grau de escolaridade do pai:

- A- () sem escolaridade
 B- () de 1ª. à 4ª. série
 C- () de 5ª. à 8ª. série
 D- () ensino médio (colegial) incompleto
 E- () ensino médio (colegial) completo
 F- () ensino superior incompleto
 G- () ensino superior completo
 H- () outros

17 - Grau de escolaridade da mãe:

- A- () sem escolaridade
 B- () de 1ª. à 4ª. Série
 C- () de 5ª. à 8ª. Série
 D- () ensino médio (colegial) incompleto
 E- () ensino médio (colegial) completo
 F- () ensino superior incompleto
 G- () ensino superior completo
 H- () outros

18 - Seus pais possuem trabalho formal (registro em carteira)?

- Pai:** A- () sim B- () não, ou autônomo
 C- () aposentado D- () desempregado

- Mãe:** A- () sim B- () não, ou autônoma
 C- () aposentada D- () desempregada

PARTE 4 - HISTÓRICO ESCOLAR

19- Você cursou o ensino médio (colegial) em?

- A- () ensino regular/normal
 B- () curso supletivo
 C- () curso técnico

20 - Tipo de estabelecimento:

- A- () somente escola pública (100%)
 B- () parte em escola particular
 C- () SESI/escola técnica/outras
 D- () maior parte em escola pública.
 E- () maior parte em escola particular

21- Possui curso de língua estrangeira (mesmo que de nível básico)?

- A- () inglês
 B- () espanhol
 C- () italiano
 D- () nenhum
 E- () outros

PARTE 5 – AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO E EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AO CURSO

22- Você é o primeiro membro de seu núcleo familiar a cursar faculdade?

- A- () sim
 B- () não

23- Qual seu grau de satisfação com o curso?

- A- () plenamente satisfeito
 B- () satisfeito
 C- () pouco satisfeito
 D- () muito insatisfeito

24- O que fez você optar pelo curso?

- A- () por já trabalhar na área
 B- () por influência de pais, parentes/ amigos
 C- () por encontrar mais facilidade no mercado de trabalho
 D- () para poder prestar concurso na área

25- Você conhece a grade curricular de seu curso?

- A- () sim B- () conheço parcialmente
 C- () não

26- O que mais lhe agrada em relação ao curso que está fazendo?

- A- () a bolsa de estudo ofertada pelo programa PROUNI
 B- () as disciplinas oferecidas no seu curso
 C- () a conveniência de estudar em Presidente Prudente.
 D- () o corpo docente (professores) do seu curso
 E- () a infra-estrutura da faculdade

27- O que mais lhe desagrada em relação ao curso que está fazendo?

- A- () as disciplinas estudadas
 B- () a estrutura da instituição
 C- () o corpo docente (professores) do seu curso
 D- () a distância percorrida para estudar
 E- () poder trabalhar na área escolhida

28- O curso até o momento possibilitou:

- A- () arrumar o primeiro emprego
 B- () arrumar outro emprego com melhores condições
 C- () receber uma promoção

- D- () não possibilitou nada até o momento

29- O que você mais almeja com relação ao seu curso?

- A- () conseguir um diploma de ensino superior (vaidade pessoal)
 B- () emprego melhor na sua região
 C- () emprego melhor em outra região
 D- () prestar um concurso na área específica.
 E- () prestar um concurso público, mesmo em outra área.

30 - Você percebe que há relação entre a teoria das disciplinas estudadas e a prática?

- A- () plena
 B- () parcial
 C- () pouca
 D- () insuficiente

31 - Você já pensou em desistir de seu curso e perder sua bolsa de estudo?

- A- () sim B- () não

32- Caso tenha pensado em desistir, o que pesou na sua decisão de continuar os estudos?

- A- () o apoio de familiar (es)
- B- () o apoio de professor(es) e da faculdade
- C- () a sua necessidade de melhorar sua condição de vida atual
- D- () a sua própria força de vontade

33- Você considera o valor da bolsa PROUNI, suficiente para suprir suas necessidades de estudos? (alimentação, transporte, materiais escolares)

- A- () plenamente suficiente
- B- () parcialmente suficiente
- C- () pouco suficiente
- D- () insuficiente

34 - Caso receba bolsa parcial (50%) como faz para complementar o pagamento da bolsa?

- A- () com recursos próprios
- B- () com recurso do FIES
- C- () outros recursos

35- Considera que sua opção pelo Programa PROUNI tenha sido a melhor escolha para fazer a faculdade?

- A- () concordo plenamente
- B- () concordo parcialmente
- C- () não havia(m) outra(s) opção(ões)

36- Como bolsista PROUNI, como avalia a preocupação da Instituição para que consiga concluir seu curso?

- A- () plenamente satisfeito
- B- () satisfeito
- C- () pouco satisfeito
- D- () muito insatisfeito

APÊNDICE A2 – RESPOSTAS DA QUESTÃO ABERTA DO QUESTIONÁRIO POR CURSO

Questionário – Estudantes do curso de Administração

A2-1 ADM – Caderno 02 - (feminino, 28 anos): *“Através deste programa estou tendo a oportunidade de ampliar meus conhecimentos, ter melhor oportunidade no mercado e ser uma da família a ter bacharelado”*

A2-2 ADM – Caderno 03 – (feminino, 21 anos): *“muito bom e necessário”.*

A2-3 ADM – Caderno 04 –(feminino, 47 anos): *“ Os programas oferecidos pelo governo são com certeza a porta de entrada para muitas pessoas não só os que estão terminando o ensino médio, mas também aqueles que buscam ter um futuro melhor, ter uma oportunidade de crescer no pessoal como profissionalmente, ou grande importância, incentivo indispensável dado pelos governantes e que haja como este, muito mais 100% aprovado.”*

A2-4 ADM – Caderno 05 – (feminino, 21 anos): *“Prouni significa oportunidade, expectativa de um futuro melhor, realização. Muitos jovens como eu, vindo de família humilde, nunca iria conseguir concluir um curso superior, se não tivesse a bolsa.*

A2-5 ADM – Caderno 06 – (feminino, 20 anos): *“O Programa Prouni é uma excelente iniciativa que deve se multiplicar para todos os jovens carentes que não tinham até então expectativas de um futuro melhor. O governo deve olhar com mais atenção este programa e se aprimorar cada vez mais, pois o prouni é sim. A única porta que os jovens veem para o sucesso”.*

A2-6 ADM – Caderno 07 – (masculino, 39 anos): *“Sou chefe de família, com duas filhas adolescentes. Elas sempre foram direcionadas por mim a se dedicar aos estudos, para se tornarem profissionais qualificados no futuro. A oportunidade que me foi concedida de cursar uma faculdade, e assim, ter a chance de me qualificar e encontrar um emprego melhor foi providencial, pois para mim pagar meu curso e de minhas filhas que poderiam ser em paralelo, seria impossível, me condenando a não cursar uma faculdade. O Prouni me deu a chance de mudar meu destino, abrindo um leque de crescimento profissional com o nível superior e poder ajudar minhas filhas, se necessário, mas dando a oportunidade a todos de mudar nosso destino.*

A2-7 ADM – Caderno 09 –(feminino, 25 anos): *“O Programa Prouni é um Programa bastante importante, pois traz para as pessoas oportunidade de poder fazer boa faculdade, cursar o curso que realmente deseja”*

A2-8 ADM – Caderno 10 – (feminino, 21 anos): *“ É de grande ajuda para alunos que não tem condições de pagar uma faculdade”*

A2-9 ADM – Caderno 12 – (feminino, 20 anos): *“ muito bom gera muitas oportunidades”.*

A2-10 ADM – Caderno 13 – (feminino, idade não informada): *“ O programa é ótimo, nada a declarar contra”*

A2-11 ADM – Caderno 14 – (masculino, 25 anos): *“O programa tem contribuído positivamente para o ingresso em cursos de ensino superior de muitas pessoas que não possuem capacidade financeira para pagar. E algo realmente positivo para a sociedade”.*

A2-12 ADM – Caderno 15 – (masculino, 19 anos): “O Prouni como dizem é uma “mão na roda” para as pessoas que não tem condições de cursar uma faculdade. Com ele e com muita força de vontade temos a possibilidade de cursar um curso de ensino superior”.

A2-13 ADM – Caderno 16 – (feminino, 29 anos): “O Prouni nos proporciona uma oportunidade de fazer um curso superior sem usar só os meus recursos, pois para mim é um reconhecimento pelos anos que estudei em escola pública e sempre fui ótima aluna, o Prouni funciona como uma troca, pois nós somos o futuro do país e isso é muito importante para podermos melhorar o futuro”.

A2-14 ADM – Caderno 19 – (masculino, 25 anos): “Excelente a ideia de pagar a faculdade para quem não pode, porém é injusta pois quem trabalha e ganha uma renda um pouco acima não pode ser beneficiado, porém muitos que não trabalham e nem ligam e não precisam conseguem a bolsa”.

A2-15 ADM – Caderno 22 – (feminino, 22 anos): “Para quem não tem a condição financeira para pagar a faculdade, o Prouni é uma ótima oportunidade para conquistar o diploma de ensino superior”.

A2-16 ADM – Caderno 24 – (masculino, 28 anos): “É um ótimo programa que me possibilitou fazer meu curso de Administração e concluir futuramente, pois não tive como pagar”.

A2-17 ADM – Caderno 26 – (masculino, 31 anos): “Sou muito grato a pessoa que teve essa ótima ideia, ou seja, de fazer um programa que atenda a parte mais carente da população pois só quem tem essa oportunidade sabe o quanto é gratificante ter um curso superior”.

A2-18 ADM – Caderno 27 – (masculino, 23 anos): “Programa, muito bom!”

Questionário - Estudantes do curso de Ciências Contábeis

A2-19 C. C. – Caderno 01 – (feminino, idade não informada): “De certa forma o programa vem a todos que tem vontade de estudar e se formar, amparar, e no meu caso, complementar por meio do desconto parcial na mensalidade. Foi de grande valia a isenção no programa, uma vez que as mensalidades se tornaram mais leves para pagar e isso fez com que evitasse um acúmulo de dívida a pagar. Com a bolsa Pouni, nunca houve atrasos nem débitos referentes às mensalidades. O Programa serve muito para aqueles que precisam e tem o interesse em estudar e reconhece e valoriza o benefício que possui”.

A2-20 C. C. - Caderno 02 – (masculino, 22 anos): “A possibilidade de ser um aluno Prouni nos livra de passar por problemas que alunos pagantes ou contemplados por outros programas passam, permitindo que foquemos somente no estudo”.

A2-21 C. C. – Caderno 05 – (masculino, 21 anos): “Sem o Prouni não teria condições para cursar o ensino superior”.

A2-22 C. C. – Caderno 09 – (feminino, 21 anos): “O Prouni é uma grande oportunidade para quem quer crescer profissionalmente. Fazer uma faculdade hoje em dia está cada vez mais acessível, e a bolsa do Prouni é a melhor opção entre elas. Para qualquer curso, em qualquer área, é sim possível conseguir uma bolsa, seja integral ou parcial, só é necessário dedicação nos estudos e força de vontade”.

Questionário - Estudantes do curso de Direito

A2-23 DIR – Caderno 02 – (feminino, 21 anos): “é um ótimo programa e facilita a vida de muitos que sonham em cursar uma faculdade. São pessoas dedicadas, porém não tem subsídios para arcar com tais despesas. Influência o estudo no ensino médio, para obter uma boa nota do Enem e ter a chance de ganhar uma bolsa integral”.

A2-24 DIR – Caderno 03 – (feminino, 21 anos): “O Programa Prouni é excelente e um dos recursos mais eficazes para diminuir a desigualdade em nosso país”.

A2-25 DIR – Caderno 04 – (feminino, 21 anos): “O Programa Prouni é uma grande oportunidade para o aluno de baixa renda ter estudo superior. Esse programa facilitou o acesso a faculdade e aumentou a chance de qualquer pessoa conseguir crescer profissionalmente. O Prouni na minha opinião está de parabéns pelo fato de dar oportunidade a muitas pessoas”.

A2-26 DIR – caderno 05 – (masculino, 28 anos): “Programa de enorme importância que possibilita as pessoas sem condições financeiras de melhorarem suas vidas, permitindo-as uma melhor colocação no mercado de trabalho atual. Também fornece a possibilidade das pessoas em lutarem por seus sonhos, e conquistarem um grau cultural mais elevado em um ambiente extremamente globalizado e necessitador de conhecimento para o cotidiano de cada um”.

A2-27 DIR – Caderno 07 – (feminino, idade não informada): “A bolsa ganha pelo Programa Prouni caiu do céu para mim, pois iria cursar matemática à distância (nada contra o curso e tal) mas o curso de Direito me dispoe um leque maior de oportunidade. Obrigado ! Agradeço grandamente a Deus pela oportunidade por estar presente e segundo lugar para quem criou esse programa!”.

A2-28 DIR – Caderno 08 – (masculino, 22 anos): “O Programa Prouni é um marco no que se refere à possibilidade de pessoas de baixa renda poderem cursar o ensino superior. Tal programa deu a muitos a oportunidade de um futuro melhor, com base na conclusão do ensino superior. Por fim, acredito que tal programa, por ser revolucionário e, conseqüentemente, trazer consigo mudanças significativas na vida daqueles que são alcançados deveria ser mais abrangente e aceito por mais instituições de ensino superior”.

A2-29 DIR – Caderno 10 – (feminino, 20 anos): “O Programa Prouni é um dos melhores programas universitários público do Brasil. O fato ‘deu’ estar cursando uma faculdade eu devo a este programa graças ao meu esforço e desempenho fui bem no Enem e consegui a bolsa, se não fosse isso não estaria aqui”. (s.i.c.)

A2-30 DIR – Caderno 11 – (masculino, 21 anos): “O Programa do Governo Federal o Prouni, dá a possibilidade de pessoas com situações financeiras precárias cursarem uma faculdade, diminuindo as desigualdades”.

A2-31 DIR – Caderno 13 – (masculino, 22 anos): “O Programa é excelente, fazer o curso de Direito é um sonho que estou prestes a realizar, as vezes mal acredito e só cheguei até aqui por ter o Prouni. Sem o Prouni com certeza eu não teria a possibilidade de estar cursando um curso superior, fico muito feliz por ter esta oportunidade”.

A2-32 DIR – Caderno 14 – (masculino, 22 anos): “Vejo que o Prouni é uma excelente ferramenta para proporcionar um maior acesso ao ensino superior, possibilitando que camadas sociais menos favorecidas ingressem na graduação, apesar dos inúmeros casos de fraude já constatados”.

A2-33 DIR – Caderno 16 – (feminino, 29 anos): “Acredito que esta tenha sido a melhor decisão do governo federal por ter proporcionado à diversas pessoas de classe social baixa ou até mesmo sem interesses em cursar ensino superior a oportunidade de realização pessoal e melhoria de qualidade de vida. Por outro lado o que pode-se verificar é em alguns casos o descaso das instituições envolvidas nesse projeto com a devida formação e preparo dos alunos bolsistas”.

A2-34 DIR – Caderno 17 – (feminino, 22 anos): “O Programa Prouni possibilita as pessoas sem condição de pagar um curso superior, para que esse desejo seja realizado, o que é muito bom para o futuro do nosso país”.

A2-35 DIR – Caderno 18 – (feminino, 21 anos): “Considero o Prouni um programa de suma importância, visto que possibilita a classe menos favorecida cursar o ensino superior e através disso buscar melhores condições de vida”.

Questionário - Estudantes do curso de Letras

A2-36 LET – Caderno 02 – (feminino, 21 anos): “Tenho certeza de que é uma grande oportunidade aqueles que como eu não tem condições de pagar um curso de graduação. Que o programa continue a ser eficiente e oportunizante aos nossos jovens”.

A2-37 LET – Caderno 03 – (feminino, 24 anos): “Considero o Programa Prouni uma ótima forma de inclusão ao ensino superior por aqueles que não tem condições de cursar uma faculdade particular, tão pouco não concorre de forma igualitária com aqueles que prestam vestibular em universidade pública”.

A2-38 LET – Caderno 04 – (feminino, idade não informada): “É ótimo, difícil conseguir, mas vale a pena”.

A2-39 LET – Caderno 05 – (feminino, idade não informada): “Um programa incentivador para os jovens interessados em mudar o seu futuro e o daqueles a sua volta que se beneficiaram das melhorias de uma condição melhor não só financeiramente mas em valores culturais que fazem toda a diferença despertando o interesse aos demais entes da sociedade que possa perceber e absorver esses benefícios.”

Questionário - Estudantes do curso de Pedagogia

A2-40 PED – Caderno 01 – (feminino, 21 anos): “O Prouni me possibilitou a fazer um curso da faculdade”.

A2-41 PED – Caderno 02 – (feminino, 21 anos): “O Prouni é muito bom, pois sem ele não iria conseguir estudar”.

A2-42 PED – Caderno 03 – (feminino, 24 anos): “O Programa Prouni é ótimo, pois nos oferece a oportunidade de cursar uma faculdade, porém, ainda vejo algumas restrições para conseguir a bolsa em certos cursos como medicina. No começo não queria Pedagogia e sim medicina, mas como em ganhei Pedagogia (última opção escolhida) eu não quis perder a oportunidade, hoje eu amo o que faço e agradeço a Deus por ter conseguido esta bolsa sem a qual não teria ingressado em uma faculdade. Pra mim funcionou, mas para algumas pessoas pode não funcionar por isso acho que deveria ser mais fácil alcançar esses cursos ‘difíceis’”.

A2-43 PED – Caderno 04 – (feminino, 39 anos): “acredito se não fosse pelo programa não teria a oportunidade de fazer um curso superior, mas infelizmente ele não deixa escolha na hora de optar pelo curso, tendo que ser o que tem disponível”.

A2-44 PED – Caderno 07 – (feminino, 31 anos): “Pra mim o Prouni ajudou e continua me ajudando muito. Eu trabalhava e pagava a minha faculdade e quando eu já estava para sair do emprego porque não estava dando para estudar e trabalhar, eu consegui a bolsa 100% fiquei muito feliz, pra mim foi gratificante, pois até pensava em parar o curso, mas minha família sempre me deu o maior apoio. Estou grata demais e agradeço a Deus todos os dias por ter conseguido essa bolsa pelo Prouni”.

A2-45 PED – Caderno 08 – (feminino, 44 anos): “Como bolsista do programa Prouni estou muito satisfeita, mas com o projetos sociais estou muito triste, pois o projeto quer que eu assine a lista para desistir do programa Prouni para receber o dinheiro, que até agora não recebeu, nem sei como é isso. Ma só tenho que agradecer a Deus pela ajuda que o Prouni veio para me satisfazer para a minha formação”.

A2-46 PED – Caderno 09 – (feminino, 21 anos) “No meu ponto de vista acredito que é uma ótima oportunidade para se estudar e principalmente por ajudar quem não tem condições financeiras de estudar, foi uma grande oportunidade pra mim”.

A2-47 PED – Caderno 10 – (feminino, 37 anos): “Pra mim foi uma ótima oportunidade pois não tenho condições que pudesse fazer o curso.O Prouni é uma forma de pessoas com menos valor aquisitivo entrar na faculdade seja ela parcial ou total. Que a faculdade continue nestes projetos para mim ajudar e dar a oportunidade de pessoas poderem estudar, ter uma qualificação e conseguir uma ótima qualidade e melhoria de vida com seus estudo conseguindo um melhor emprego”.

A2-48 PED – Caderno 11 – (feminino, 22 anos): “Foi bom pra mim, porque não tinha oportunidade de fazer uma faculdade meus pais não tem condição de pagar, mas com este programa fiquei muito feliz e vou tentar fazer outra faculdade”.

A2-49 PED – Caderno 13 – (feminino, 44 anos): “Para mim o Prouni é uma porta aberta para quem tem o sonho de cursar uma faculdade e não pode. Estou fazendo faculdade aos 44 anos porque jamais poderia estudar se não conseguisse essa bolsa. Além da tranquilidade que é você estudar sem os contratempos do pagamento. Estou muito feliz e agradeço a Deus a oportunidade que me é dada para estudar. Obrigado o o o o!”

A2-50 PED – Caderno 14 – (feminino, 29 anos): “É um programa que ajuda totalmente as pessoas que querem estudar mas não podem pagar”.

A2-51 PED – Caderno 15 – (feminino, 22 anos): “O Programa –Prouni, tem dado abertura a estudantes de baixa renda, para realizarem o sonho de fazer uma faculdade, e se formar no ensino superior. Dando a oportunidade de se ingressar no mercado de trabalho com uma qualificação. A formação hoje em dia é uma exigência da sociedade, portanto, é dever do governo qualificar e preparar seus estudantes”.

Questionário - Estudantes do curso de de Serviço Social

A2-52 S. S. – Caderno 03 – (feminino, 48 anos): “O programa Prouni veio para ajudar aqueles que não tem como pagar uma faculdade. Acho perfeito! Deveria haver mais...”

A2-53 S. S. – Caderno 04 – (feminino, 32 anos): “percebo que é uma oportunidade, porém por vezes pessoas utilizam-se indevidamente do programa. Vejo a utilidade do Programa, mas penso que se o governo investisse na educação esses peleativos não precisariam existir”.

A2-54 S. S. – Caderno 05 – (feminino, 38 anos): “Na minha opinião excelente porque se não existisse acho que não conseguiria ter um nível superior e graças ao Prouni estou no último termo de Serviço Social”.

A2-55 S. S. – Caderno 06 – (feminino, 27 anos): “Adorei o Programa Prouni, se não fosse o programa talvez eu nem teria conseguido concluir o meu curso. O programa facilitou a minha entrada na faculdade. Só tenho a agradecer. Obrigado!”.

A2-56 S. S. – Caderno 07 – (feminino, 38 anos): “O Programa Prouni abriu as portas para realizar o sonho de ingressar em uma faculdade, pois sem os 50% não seria possível, pois os recursos financeiros são escassos.

A2-57 S. S. – Caderno 10 – (feminino, 21 anos): “O Programa Prouni é excelente, pois oportuniza que pessoas de baixa renda consiga a inserção em faculdades. No entanto, há muitas falhas pois como já passou em um canal de televisão, muitos jovens de classe alta conseguem a bolsa”.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - Entrevistas com os bolsistas e roteiro de perguntas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: “PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): SATISFAÇÃO, EXPECTATIVA, EVASÃO E PERMANÊNCIA DE BOLSISTAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP” desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE

Nome do Pesquisador: Márcio Donizetti Corrêa

Nome do Orientador: Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho
Prezado Bolsista PROUNI:

O Sr.(Sra.) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade caracterizar o perfil dos alunos bolsistas PROUNI ingressos no Ensino Superior. Também propõem avaliar a o grau de expectativa e satisfação do seu curso por meio do Programa PROUNI através das políticas educacionais no intuito de oferecer subsídios para os gestores educacionais.

Portanto, é de suma importância que ao responder essa entrevista a pesquisada seja fiel às informações para que possamos desenvolver um trabalho cuja contribuição será promover melhorias no processo educacional.

1. **Participante da pesquisa:** Estudante Bolsista PROUNI da Fapepe – Faculdade de Presidente Prudente-SP.
2. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo O Sr. (a) (Sra.) permitirá que o pesquisador tenha liberdade de se recusar a participar e mesmo o Sr. (a) (Sra.) se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto (18) 3908-1935 e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa (18) 3229-3219.
3. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
4. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e seu orientador terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
5. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o Sr. (a) (Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo tragam informações importantes sobre o Programa PROUNI, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa, na qual o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
6. **Pagamento:** o Sr. (a) (Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

A participação na presente pesquisa **lhe garantirá o anonimato das informações aqui prestadas, para isso, o registro das informações receberá a expressão “ENTREVISTADO” acrescido de um “CÓDIGO NUMÉRICO”.**

Eu, _____ RG _____

Fui esclarecido (a) sobre as informações acima descritas, tendo em vista os itens apresentados, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

() Li e concordo com os termos de consentimento e livre esclarecimento.

Presidente Prudente-SP, _____ de Outubro de 2013.

Roteiro de perguntas para entrevista para os estudantes bolsistas Prouni

- 1- Você está satisfeito com o curso escolhido?
- 2- O que mais lhe agrada em relação ao curso?
- 3- O que mais lhe desagrada em relação ao curso?
- 4- O que o curso lhe possibilitou até o momento?
- 5 - Você já pensou em desistir de seu curso?
- 6- O valor concedido pela bolsa Prouni, é suficiente para suprir suas necessidades de estudos?
- 7- O Programa Prouni foi a melhor a escolha para ingressar no ensino superior?
- 8- Como estudante Prouni, como avalia a preocupação da Instituição para que consiga concluir seu curso?
- 9- Acredita que o Programa Prouni, que lhe possibilitou o acesso ao ensino superior irá lhe trazer benefícios? Quais benefícios?
- 10- O que representa o Prouni para você?

APÊNDICE B1 – PERGUNTAS E RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS POR CURSO

Entrevistada 1 – (B1-E1) 8º termo de Administração - Bolsista 100%

P1 - Você está satisfeita com o seu curso?

R - Sim, estou plenamente satisfeita, gosto do curso e acho que fiz a melhor escolha.

P2 - O que mais lhe agrada com relação ao curso?

R - O que mais agrada é que o curso de Administração ele é muito amplo, então abre um leque muito satisfatório pra você ingressar em qualquer empresa, em qualquer cargo que for.

P3 - O que mais lhe desagrada em relação ao curso, nesse período que você está estudando?

R - Com relação à instituição, não tenho nada a reclamar, em relação o curso o que às vezes deixa a desejar é que por ser muito aberto mesmo, às vezes dificulta porque abre um leque muito grande, então às vezes não fica muito específico, e você tem que fazer muita especializações para ter um nível superior legal.

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - Possibilitou o emprego que eu acho que foi o essencial, o mais importante, o primeiro emprego através do estágio.

P5 - Você em algum momento pensou em desistir do curso?

R - Não em nenhum momento.

P6 - Você acha que valor, no caso se você fosse pagar a faculdade integral, ele é suficiente para cobrir suas necessidades de estudo?

R - Sim, no meu caso eu tenho bolsa 100% supri todas, é excelente, nossa!

P7 - O Programa Prouni foi melhor escolha para que você ingressasse no ensino superior?

R - Foi, foi a oportunidade, porque as vezes talvez eu tivesse que fazer o pagamento total da mensalidade, ou parcial eu não teria condições, então o Prouni no meu caso foi extremamente essencial.

P8 - Como aluna Prouni, como você avalia a preocupação da faculdade para que consiga concluir o seu curso?

R - A avaliação é a preocupação geral que eles têm com todo o aluno, não tem nada de específico ao bolsista.

P9 - Você acredita que o Programa Prouni que lhe possibilitou o acesso ao ensino superior trará benefícios a mais? Quais benefícios você espera?

R - Da bolsa em si, eu acho que somente, o estudo mesmo, a conclusão do curso, eu ainda não fiquei ciente de nenhum outro benefício a não ser o curso.

P10 - Alguma expectativa com relação ao curso?

R - Sim, as melhores, porque proporciona e vêm proporcionando pra mim, nossa! Uma carreira profissional excelente resultado

P11 - O que representa o Prouni para você?

R - Essa possibilidade mesmo do aluno que não tem condições, entrar na faculdade, concluir, que no meu caso é 100%, não ter essa preocupação, saber que um dia ou outro, mesmo que ficar desempregado, com 100% ou 50%, o aluno que é, vai ajudar, vai contribuir.

Entrevistada 2 – (B1-E2) 8º termo de Administração - Bolsista 50%

P1 - Você está satisfeita com o seu curso?

R - Sim, bem satisfeita.

P2 - O que mais lhe agrada em relação ao curso?

R - O dinamismo, a questão de poder estar aplicando a parte teórica no meu dia-a-dia no meu trabalho, éh, nos lugares que eu frequento, meus ambientes, isso tem proporcionado certa mudança tanto de comportamento quanto de pensamentos (sic).

P3 - O que mais lhe desagrada em relação ao curso?

R - Desagrada! (após pausa de 10 segundos), algumas matérias que às vezes deixam alguns conteúdos, que às vezes deixam de ser explanados, por alguns docentes e às vezes aulas vagas, às vezes até por falta de respeito porque o aluno vem à faculdade mas não tem a disciplina.

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - Possibilitou tanto crescimento pessoal, questão de relacionamentos, mudanças de mentes, comportamentos e até uma melhora. (pausa) é, como dizer?...éh (pausa) esqueci a palavra, uma promoção, eu mudei, melhorei meu cargo, mudei de empresa, subi (sic)

P5 - Você em algum momento pensou em desistir do curso?

R - Já, no começo foi bem difícil.

P6 - O que fez você mudar de opinião?

R - Porque nem toda mudança é fácil, uma transição do ensino fundamental, médio pra uma graduação. Os professores cobrando muito mais, é passado muito mais conteúdo do que estávamos acostumados no ensino médio. Não há aquela exigência de você ter que vir. É um interesse seu, o professor está ali para dar o conteúdo, se você vier e prestar atenção, ou vier e não entrar na aula, ele está fazendo a parte dele. É uma questão de opinião, de renúncia. Às vezes, ah eu não tô fim, eu não vou assistir aula. É uma questão de escolha mesmo.

P6 - Você considera que o valor da bolsa é suficiente para cobrir suas necessidades de estudo?

R - Somente não, esses outros 50% que não é pago por mim, não, seria só questão de me manter, não é suficiente.

P7 - O Programa foi a sua melhor escolha para cursar o ensino superior?

R - Sim.

P8 - Como aluna Prouni, como você avalia a preocupação da faculdade para que consiga concluir o seu curso?

R - Deixa um pouco a desejar porque não há tanta, tanta presença, tanta motivação, até por ter outros meios de ingressar no ensino superior nessa instituição deixa um pouco a desejar, não há informativos quanto à renovação da bolsa, o MEC nos avisa por e-mail e nós temos que ir atrás da secretaria pra saber se chegou lista se não veio, quando vai vim (sic). Há um certo desgaste quanto a isso.

P9 - Você acredita que o Programa Prouni o qual lhe possibilitou o acesso ao ensino superior ele irá benefícios futuros? Quais benefícios você espera?

R - Sim, benefícios trarão sim, Até quanto uma questão, vamos dizer, numa entrevista, colocar no currículo, se for o caso, que foi um mérito meu conseguir o Prouni, porque foi minha nota no Enem, que eu estudei, que eu fiz a prova. Gera certo compromisso, uma certa dedicação, porque não é qualquer um que passa e consegue a bolsa. Tem que fazer por merecer.

P10 - O que representa o Prouni para você?

R - O Prouni possibilitou fazer o ensino superior, ter uma graduação, porque se fosse meus meios financeiros e de minha família. Acredito que meus pais tentariam dar um jeito, mas acredito que não conseguiriam estar financiando até o final da faculdade, suprimindo financeiramente.

Entrevistado 4 – (B1-E4) 6º termo Administração – Bolsista 100%

P1 - Você está satisfeito com o seu curso?

R - Eu estou satisfeito e de certo modo surpreendido, porque até então não conhecia a ementa do curso, mas hoje eu estou fazendo um curso que trás uma satisfação muito grande.

P2 - O que mais lhe agrada com relação ao curso?

R - A amplitude das matérias aplicadas por conta de não ser baseada só em uma área, tanto quanto, sei lá, como se fosse contabilidade, trabalhar só com números, elas também abrangem uma parte de gestão de pessoas e isso é a parte que eu mais gostei da matéria.

P3 - O que mais lhe desagrada com relação ao curso?

R - O que mais me desagrada, eu creio que seja o que desagrado geral, porque acho que, as maiorias das faculdades hoje trabalham com o conteúdo do curso de uma coisa que já foi aplicada, e de certo modo falta um pouco de pesquisa pra gente criar aplicações que possam ser usadas, desenvolver novas técnicas, novos procedimentos, mas eu acho que isso deva ser uma coisa generalizada.

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento em termos acadêmicos e profissionais?

R - Olha, abriu meu leque de conhecimento, várias coisas que até então eu não imaginava que poderia ser útil no dia a dia profissional, apesar de ser um pouco fora da minha área profissional, mas me abre um pouco o leque de opções, além do curso, pós-curso, eu posso aplicar em outras áreas que eu possa entrar depois.

P5 - Você já pensou ou já teve alguma situação que viabilizou a possibilidade de você desistir do curso?

R - Problemas pessoais sempre trazem esse tipo de dúvida, por várias vezes passei por problemas sérios inclusive problemas de saúde grave em casa, mas eu tenho comigo uma coisa que é minha mesmo não desistir, to passando ainda por uma fase pouco complicada, aqui academicamente falando não (ta) muito fácil pra mim. Minhas notas de modo geral, mas ainda tenho tempo de recuperar, então, desistir, não.

P6 – Você acha que esse valor que você deixa de pagar de mensalidade é suficiente para cobrir suas despesas de estudo?

R - Se eu tivesse que arcar com essa despesa, eu não estaria na faculdade, não teria possibilidade de fazer por vários motivos.

P7 - O Programa Prouni foi a melhor escolha para você ingressar na faculdade?

R - Foi, foi sim, com certeza, foi a melhor escolha.

P8 – Como aluno Prouni, você avalia a preocupação da faculdade para concluir o curso?

R - Ah, com certeza, eu tenho todo o suporte, tanto pra mim, quanto pra um aluno que não é bolsista, aqui eu nunca vi nenhum impecilio na área acadêmica que me impedisse de concluir o curso, então estou sim.

P9 - Você acredita que o Programa Prouni o qual lhe possibilitou o acesso ao ensino superior irá lhe trazer benefícios futuros? Quais benefícios você espera?

R - Na minha família eu sou o primeiro que esta cursando uma faculdade, eu sou o primeiro que está fazendo um curso de nível superior, e vendo as outras pessoas que tem curso superior, a gente vê quem primeiro lugar o conhecimento vale mais do que ouro. E você com o nível superior, uma especialização em seguida, você tem um campo grande que você pode atuar e eu estou procurando isso no curso, estou procurando que esse curso seja uma porta para um nível profissional mais elevado do que eu tenho hoje.

P11 - O que representa o Prouni para você?

A mudança da minha vida. Eu não poderia ter tido uma mudança, assim é, academicamente falando, profissionalmente falando, se não fosse com a base de um curso de nível superior, e o Prouni veio pra mim numa hora que eu precisava mudar, eu como pessoa, e eu como profissional, então pra mim está sendo muito bom.

Entrevistada 7 – (B1-E7) - 2º termo de Administração - Bolsista 100%

P1 - Você está satisfeita com o seu curso?

R – Sim, eu estou gostando do curso, já estou no segundo termo, e estou gostando sim.

P2 - O que mais lhe agrada em relação ao curso?

R - Na verdade eu entrei no curso mais por dar oportunidade no mercado de trabalho, então as matérias estão boas, eu estou gostando.

P3 – Alguma coisa lhe desagrada em relação ao curso?

R - Por enquanto não.

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - Até agora, bom, eu não fui atrás de emprego nenhum, então até agora, estou só estudando mesmo.

P5 - Em algum momento pensou em desistir do curso?

R - Não, por enquanto não, já passei pelo (professor V.) então..

P6 - Você acha que o valor que você está deixando de pagar a faculdade, ele é suficiente para cobrir suas despesas (transporte, alimentação e materiais escolares)?

R - Se eu tivesse que pagar com certeza não ia ter condições de pagar e ainda por cima vim estudar, então, com certeza, tá bom, né.

P7 – Você acha que o Programa Prouni, foi a melhor escolha para ingressar no ensino superior?

R - Sim, foi o melhor, pelo menos dá mais estímulo da pessoa estudar de fazer o Enem e entrar.

P8 - Como você avalia a preocupação da faculdade para que você consiga concluir o seu curso?

R – Como que eu avalio?

P8 – reforço - Como você avalia a preocupação da faculdade, no sentido dos projetos, as dúvidas que você teve com relação aos projetos, ou que você teve em relação ao Prouni?

Ah, ela está num estado bom, sempre ali em cima, sempre fazendo projeto, cada vez mais que a gente tiver indo atrás de uma informação ela está ali para atender a gente.

P9 - Há um atendimento?

R - Há com certeza.

P10 - Você acredita que o Programa que possibilitou o acesso no ensino superior irá lhe trazer benefícios? Quais os benefícios você espera com relação ao curso?

R – Claro, do curso praticamente vai mais emprego pra gente, claro que a gente tem que estar estudando cada vez mais, mas de estar fazendo o curso ele vai trazer benefícios principalmente de emprego.

P11 - O que representa o Prouni pra você?

Representa um Programa muito sério no sentido de incentivar mais o aluno para estar estudando, fazendo Enem. E não só fazendo o Enem para poder entrar, mas assim estar na faculdade para estudar cada dia mais para poder dar valor naquele Programa que você conseguiu passar.

Entrevistado 9 – (B1-E9) - 8º termo de Administração - Bolsista 100%

P1 - Você está satisfeito com o seu curso que escolheu?

R – Sim, porque desde o começo era o que eu queria, não foi uma coisa que eu fui decidindo e fui gostando com o passar do tempo, eu sempre quis fazer esse curso, sempre tive esse desejo, porque as minhas primeiras experiências já foram no ramo de administração, eu sempre tive isso em mente que queria fazer Administração também.

P2 – O que mais lhe agrada com relação ao curso?

R - O que mais me agrada é o perfil desejado pela profissão, eu acho que me adequo a esse perfil, a questão da seriedade da responsabilidade, questão administrativa exige muito isso, não que os outros cursos não exijam, mas a questão, a Administração ela requer que o profissional seja muito focado nessa área, e eu acredito que me enquadro nesse perfil.

P3 - O que mais lhe desagrada com relação ao curso?

R - O que mais me desagrada muitas vezes é a questão que outros alunos que não demonstram tanto interesse nas aulas acabam atrapalhando aqueles que, no meu caso como eu, tem o interesse de aprender, de adquirir cada vez mais aprendizado, eles acabam atrapalhando essa aprendizagem que eu quero adquirir.

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - Bom, ele me possibilitou agregar muita experiência, tanto que hoje sou funcionário público atuando na área de administração, que era a área que eu sempre quis, é, consegui ter uma noção profissional muito mais porque até então tinha experiência apenas com estágio, agora, na faculdade eu consegui ter uma visão teórica de tudo aquilo que eu já vivia na prática.

P5 – Você já pensou em desistir do curso?

R - Não, em momento nenhum, em momento nenhum isso me passou pela minha cabeça.

P6 - Você acha que o valor que você deixa de pagar a faculdade é suficiente para suprir suas necessidades de transporte, alimentação e materiais?

R - Com certeza, isso faz uma grande diferença, ainda mais eu que foi 4 anos tendo a bolsa de estudo, querendo ou não é uma quantia considerável, você deixa de estar gastando, deixa de ter ela comprometida mensalmente, isso faz uma grande diferença sim.

P7 – Você acha que o Programa Prouni, foi a melhor escolha para que ingressasse no ensino superior?

R - Sim foi a melhor escolha, não que se eu não tivesse o Prouni eu deixaria de fazer o curso, mas ele foi um, digamos assim, deu um grande empurrão pra que isso acontecesse.

P8 - Como você avalia a preocupação da instituição para que consiga concluir o seu curso?

R - Eu avalio de forma positiva porque todos os professores, a gente, pelo menos eu, as vezes que eu desejei alguma informação, alguma dica sobre algo, é alguma experiência que eles pudessem me passar eles sempre me passaram. Isso é que me motivou a estar continuando no curso, por isso que inclusive em momento nenhum eu pensei em abandonar o curso, ou mudar de carreira profissional.

P9 – Você acredita que o Programa que possibilitou o acesso no ensino superior irá lhe trazer benefícios futuros? Quais os benefícios você espera alcançar?

R - Como eu falei, se eu tivesse pagado a faculdade, eu acredito que eu teria feito a faculdade da mesma forma, só que com esse recurso que eu tive durante todo esse tempo, que eu não paguei a mensalidade da faculdade, eu pude investir em cursos, pude investir em mim mesmo, e, coisa que se eu tivesse pagando a faculdade eu teria aquela quantia comprometida. Eu poderia pensar em fazer algum outro curso, alguma outra especialização na área, eu acredito que se não fosse esse Programa, é como eu falei, eu faria o curso da mesma forma, só que os benefícios que eu estaria colhendo do curso seriam menores.

P10 – Quais são suas expectativas?

R - Prosseguir na minha carreira profissional, prosseguir na empresa que eu entrei atualmente, pretendo crescer profissionalmente, procuro sempre estar me qualificando para estar conseguindo um futuro melhor pra mim, um futuro profissional melhor.

P11 - O que representa o Prouni pra você?

O Prouni é um facilitador, porque eu posso falar, no meu caso, que realmente foi um empurrão a mais pra fazer faculdade, mas eu vejo também do lado de pessoas menos favorecidas, que se não fosse o Prouni elas não teriam feito a faculdade, desde que ele surgiu acredito que a quantidade de pessoas que se interessou em fazer um curso superior aumentou muito e se não fosse o Prouni, se hoje em dia a gente já tem pontos a questionar em questão da educação no nosso país, se não houvesse programas assim, estaria pior, ainda então eu acredito que realmente é uma grande diferença pra qualificação profissional e educacional de todas as pessoas de modo geral.

Entrevistado 5 – (B1-E5) - 7º termo Ciências Contábeis - Bolsista 100%

P1 -Você está satisfeito com o seu curso escolhido?

R- Sim, estou satisfeito e bastante.

P2 - O que mais lhe agrada com relação ao curso?

R - Capacitação dos professores.

P3 – Há algo que o desagrada em relação ao curso?

R - A falta de aulas práticas. Mais teóricas e falta um pouco as práticas.

P5 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - Um estágio na área, um estágio na área que tem me ajudado muito.

P6 – Você já pensou em desistir do curso?

R - Não, não porque sem o Prouni eu não conseguiria fazer faculdade.

P7 – Esse valor que você está deixando de pagar a faculdade de forma geral, é suficiente para cobrir suas despesas (transporte, alimentação materiais)?

R - Sim, só o transporte é um pouco caro, mas sim, tem me ajudado bastante

P8 - Você mora em Pres. Prudente mesmo?

R - Moro em Santo Anastácio, ônibus fretado, a prefeitura não dá o ônibus, não dá o transporte.

P9 - Você acha que o Programa Prouni, foi a melhor escolha para ingressar no ensino superior?

R - Sim, com certeza, sem ele, como eu disse, sem ele eu não teria como fazer, financeiramente não teria condição.

P10 - Como aluno Prouni você avalia a preocupação da faculdade para que consiga concluir o seu curso?

R - Os professores têm ajudado bastante, tem me incentivado muito, pra não desistir em nenhum momento, mesmo que seja difícil tem se preocupado sim.

P11 - Você acredita que o Programa que possibilitou seu acesso no ensino superior irá lhe trazer benefícios? Quais os benefícios você espera com relação ao curso?

R - Uma carreira profissional, coisa que na minha família, é fora do alcance, fora do alcance.

P12 - Você é o primeiro do seu núcleo familiar a fazer faculdade?

R - Sim têm outros, só que todos eles foram pagando, difícil, só que eu já consegui essa bolsa no meu núcleo familiar, na minha casa sim, entre os parentes mais próximos sim.

P13 - O que representa o Prouni para você?

R - É o instrumento que me possibilitou estar aqui, sem ele, de maneira nenhuma eu teria oportunidade de fazer faculdade, não teria como.

Entrevistada 6 - (B1-E6) - 8º termo Ciências Contábeis - Bolsista 100%

P1- Você está satisfeita com o curso escolhido?

R - Estou, é um curso bem visado, é bem estruturado no sentido das matérias mesmo, eu achei durante todo o percurso do curso que ele foi bem dado mesmo, foi bem aplicado.

P2 - O que mais lhe agrada com relação ao curso?

R - O que mais me agrada, não sei se é pela facilidade e de entendimento da área, no geral ele é bom em tudo, tudo assim, nas explicações, nos tipos de matérias, por eu gostar da área, facilita bastante, mas é, me agrada em tudo, no geral a área em si de contabilidade me agrada, então o curso no geral.

P3 - O que mais lhe desagrada em relação ao curso?

R - Desagrada, acredito que não tenha nenhum desagrado do curso não, não tenho que reclamar, ele é bom.

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - Olha, além de conhecimento, eu já consegui fazer um estágio na área, para me aperfeiçoar, a teoria para mim por em prática a teoria, eu já fiz estágio em escritório, e atualmente eu estou na prefeitura da minha cidade.

P5 - Você usa o transporte da prefeitura?

A cidade fornece o ônibus de estudantes, isso facilita também a gente poder tá fazendo a faculdade, e ajuda bastante por causa do horário.

P6 - Você já pensou em desistir do curso?

R - Não, não nunca pensei não, por mais que é difícil que seja, assim é a principal é o foco porque é uma bolsa, eu consegui eu batalhei para conseguir a bolsa, então eu não iria desistir (né).

P7 - Esse valor concedido pela bolsa é suficiente para cobrir suas despesas (transporte, alimentação materiais)?

R - Olha, ele é assim, ele é razoável, sabe, porque essa bolsa é um auxílio, mesmo, você não consegue se manter com ela você não consegue bancar todos os gastos, mas acredito que ajuda bastante sim.

P8 - Você acha que o Programa Prouni, foi a melhor escolha para ingressar no ensino superior?

R - Foi sim, com certeza, senão eu teria que ter esperado para fazer o Enem de novo, ele possibilitou minha entrada imediata.

P9 - Como aluna Prouni, como avalia a preocupação da faculdade para conseguir concluir o seu curso?

R - Olha, eu vejo que a (faculdade em questão) ela abre portas. Em qualquer outra faculdade, tendo a bolsa do Prouni, abre bastante portas, para os alunos que tem mais dificuldades, então, a faculdade aderindo às bolsas do Prouni ajuda muita gente, faz com que muitas pessoas consigam ter nível superior hoje em dia.

P10 - Você acredita que o Programa Prouni que possibilitou o acesso no ensino superior irá lhe trazer benefícios? Quais os benefícios você almeja?

R - Olha, ele trás assim a vantagem maior de todas, e que você não está pagando diretamente, lógico, você paga, seus pais pagam impostos, todo mundo paga imposto, mas você não está pagando ali na hora, é diferente do FIES que você vai pagar no futuro. No Prouni não nem no futuro você vai pagar, entendeu? Então é uma coisa que você conquistou entre várias pessoas, você fez uma prova, você teve uma nota, você estudou, então você conseguiu ter essa bolsa, entendeu? Então a vantagem dele é porque você não tem um gasto de imediato, lógico que ele não te dá um lucro de 100%, porque você tem despesa, você tem gastos durante o curso, mas ele tem uma vantagem, a vantagem é essa, que você não vai desembolsar nada durante o curso, diretamente.

P11 - O que representa o Prouni pra você?

O Prouni, ele abre portas, ele é um degrau a mais que você sabe, que você está à frente dos outros querendo ou não, porque você passou, batalhou primeiro para conseguir sua nota pra você conseguir entrar pelo Prouni, então você já está um passo a frente [...] É um ótimo Programa, abre muitas portas, é muito bom. Quem puder fazer as provas e se empenhar, em conseguir uma bolsa, é ótimo.

Entrevistada 3 – (B1-E3) - 7º termo de Pedagogia - Bolsista 100%

P1 - Você está satisfeita com o seu curso?

R - Totalmente, até bem mais do que eu acharia que estaria, porque, quando eu iniciei não tinha uma noção assim e agora eu estou apaixonada pelo curso, eu gosto do que estou fazendo.

P2 - O que mais lhe agrada em relação ao curso?

R - O que mais me agrada é que os professores eles se preocupam com a gente, tanto como matérias (né) disciplinas, quanto assim a nossa vida pessoal às vezes a gente tem um problema eles escutam, eles entendem são capazes de conhecer, verificar isso na gente, e é isso.

P3 - O que mais lhe desagrada (em relação ao curso)?

R - Não, não tenho.

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - Olha, me possibilitou emprego melhor porque trabalhava em supermercado, eu entrava cedo, não tinha hora para sair, não tinha tempo para estudar, então foi quando eu resolvi que o Prouni me possibilitou isso e eu abandonei e me possibilitou um novo emprego na área.

P5 - Você já pensou em desistir do curso em algum momento, alguma dificuldade?

R- Não, eu quero estudar mais.

P6 - Você acha que esse valor que você deixa de pagar a faculdade é suficiente para cobrir suas despesas?

R - Com certeza, não só suficiente para suprir despesas, quanto que eu não teria condições de fazer uma faculdade.

P7 - Você acha que o Programa Prouni, foi a melhor escolha para ingressar no ensino superior ou não?

R - Foi a minha melhor escolha.

P8 - Como você avalia a preocupação da faculdade para que consiga concluir o seu curso?

R - Como eu já disse, os professores eles são interessados, eles são preocupados, eles se interessam realmente pela nossa história, assim não dentro da universidade somente, quanto fora, assim a gente cria mais do que uma amizade com os professores, porque eles percebem quando a gente tem algum problema quanto nossa dificuldade, não precisa nem ficar se expressando para eles perceberem qual foi a dificuldade, eles, acho que os professores são essenciais.

P9 - Com relação aos projetos, à faculdade em si secretaria e aos projetos, você consegue detectar essa preocupação?

R - Sim, porque sempre, quando precisa ser renovado , eles avisam com antecedência, eles têm essa preocupação da gente está renovando, está fazendo matrícula.

P10 - Você acredita que o Programa que possibilitou esse o acesso ele irá lhe trazer benefícios? Quais os benefícios?

R - Sim ele já está trazendo pra mim, porque moro eu e me filho, hoje já tenho emprego na área, eu tenho mas tempo para passar com meu filho, e pra estudar também , então pra mim já está sendo muito benéfico.

P11 – Se você fosse resumir o que representa o Prouni pra você?

R - Foi uma grande oportunidade que surgiu na minha vida, porque se não fosse o Prouni eu não conseguiria fazer faculdade, eu não ia ter um curso superior, porque como eu já disse, moro eu e meu filho, eu não teria condições de pagar, nenhuma condição, então é assim foi uma esperança pra mim, eu acredito que novas oportunidades.

Entrevistado 8 – (B1-E8) - 5º termo de Pedagogia - Bolsista 100%

P1 - Você está satisfeito com o seu curso que escolheu?

R - Sim, eu estou satisfeito porque foi com o curso que possibilitou eu poder ingressar no mercado de trabalho. Porque até então eu tinha cursado apenas o ensino médio e não tinha uma preparação para poder ingressar no mercado de trabalho.

P2 - O que mais lhe agrada com relação ao curso?

R - A possibilidade de poder lidar com crianças, que é uma coisa que eu gosto, e também a possibilidade de trabalhar ter uma profissão, poder trabalhar e poder estar ajudando minha família também.

P3 - O que mais lhe agrada em relação ao curso?

R - *As disciplinas que estão relacionadas à filosofia, sociologia história da educação, acho que é bem isso assim.*

P4 - Alguma coisa lhe desagradou?

R - *Não, porque os professores são bem preparados, a faculdade tem uma boa estrutura, de acordo com o curso que eu estou fazendo.*

P5 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - *Até o momento, me possibilitou, é pra mim, está podendo ingressar no mercado de trabalho, como eu disse anteriormente, foi quando não conseguia arrumar emprego, o primeiro emprego que arrumei, foi após de um curso que apresentei através do meu curriculum que eu consegui o primeiro trabalho registrado, foi através do curso.*

P6 - Você já pensou em desistir do curso? Já passou por alguma dificuldade?

R - *Não, não até o momento não.*

P7 - Você acha que esse valor é suficiente para cobrir suas necessidades?

R - *Sim, é um valor, bem suficiente sim, porque até então se eu não tivesse a possibilidade de ter o Prouni eu nem estaria cursando o ensino superior.*

P8 - No seu ponto de vista o Programa foi a melhor escolha para que ingressasse no ensino superior?

R - *Sim, pra mim foi porque eu não tive uma preparação, no ensino público, eu não tive uma preparação, não fiz cursos particulares, e foi a melhor opção que eu tive de cursar o ensino superior, foi através do Prouni, consegui atingir uma nota boa e consegui uma bolsa.*

P10 - Como você avalia a preocupação da faculdade para que consiga concluir o seu curso?

R - *Olha, a faculdade ela possibilita pra gente, todos os meios pra gente poder (ta) fazendo os projetos os estágios obrigatórios, estão sempre cobrando da gente, para o qual não deixa de fazer os estágios, a faculdade está sempre nos apoiando na verdade, tudo que a gente precisa, pelo menos pra mim, está sempre apoiando.*

P11 - Você acredita que o Programa que possibilitou o acesso no ensino superior irá lhe trazer benefícios futuros? Quais benefícios você ainda espera alcançar?

R - *Espero alcançar primeiro uma profissão e depois poder estar entrando no mercado de trabalho, fazendo o que eu aprendi na faculdade.*

P12 - O que representa o Prouni pra você?

R - *O Prouni representa a possibilidade de que não tem condições financeiras de poder ta pagando uma faculdade e a gente pode ingressar no ensino superior através da bolsa do Prouni 100%.*

Entrevistada 10 – (B1-E10) - 8º termo de Serviço Social - Bolsista 100%

P1 - Você está satisfeita com o seu curso?

R - *Muito, por nós estar chegando na fase final (né) parece que é aquela realização de ter escolhido a coisa certa, isso é o que mais me agrada.*

P2 - O que mais lhe agrada com relação ao curso?

R - *Em relação ao curso é a questão dos professores, nós temos professores muito capacitados que nos passam assim uma segurança muito grande, de pessoas que fazem a experiência e não só a teoria e isso nos dá essa certeza de que primeiro eles experienciaram e hoje eles trazem isso pra nós.*

P3 - O que mais lhe desagradou com relação ao curso?

R - *Ao curso, acho até difícil porque eu amo tanto que é meio confuso, acho que eu na consigo identificar o que eu não goste. Mesmo na questão teórica dos relatórios então tudo isso pra mim, o TCC (trabalho de conclusão de curso) então foi como gerar um filho, então foi tão satisfatório que assim de imediato eu não consigo imaginar algo que desagrade não.*

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - *Muito conhecimento, e além de tudo também a questão da relação, a relação com os professores, com os alunos, com o ambiente de estágio que é o que no nosso caso proporciona que é o enriquecimento muito grande.*

P5 - Já pensou em desistir do curso, já passou por alguma dificuldade?

R - *Não, nesses quatro anos não.*

P6 – Você acha que o valor que você deixa de pagar é suficiente para que você cubra suas despesas com transporte, alimentação e de matérias?

R - Eu acredito que sim, porque até eu moro um pouco distante, mas nós somos em duas pessoas que moram na mesma casa, quem vem pra cá, então a gente faz uma divisão de custos, então eu vejo que pra mim foi muito importante, não ter que pagar a faculdade me ajudou muito e me possibilitou eu estar estudando, pois eu não teria possibilidade se não fosse através do Prouni.

P7 – Como aluna Prouni, como você avalia a preocupação da faculdade para que conclua o seu curso?

R - Nesse sentido da faculdade foi o que me desagradou bastante principalmente esse ano, teve muitas mudanças, na relação Prouni e faculdade, no início do ano foi dito pra nós que a bolsa seria canceladas, algo que na minha opinião não poderia acontecer porque o contrato não foi feito entre eu a faculdade, foi feita entre eu e o Programa (né), e o Programa eram para os quatro anos, então me deu a entender que para a faculdade isso seria indiferente, apoiar ou não o aluno Prouni. A gente sentiu até uma certa pressão para adesão ao FIES, isso me deixou bastante insatisfeita e fez perceber que a faculdade não tem muito apoio e não tem muita acolhida para o aluno Prouni.

P8 - Você acha que o Programa Prouni, foi a melhor escolha para ingressar no ensino superior?

R - Não deveria ser (né), foi uma situação diante assim da nossa realidade social. Acho que o aluno não precisaria depender de tudo isso pra chegar ao ensino superior, mais na nossa realidade de sociedade, (onde) não é valorizado a questão do ensino em escolas públicas (né), foi um dos meios para que isso acontecesse.

P9 - Você acredita que o Programa Prouni que possibilitou o acesso no ensino superior irá lhe trazer benefícios futuros? Quais os benefícios você espera ainda alcançar?

R - Como eu fiz o curso visando a minha instituição religiosa, então eu tive a oportunidade de escolher aquele que poderia me beneficiar, ainda mais o meu trabalho enquanto consagrada. Acredito que o curso de Serviço Social vai me ajudar para até que os conhecimentos da instituição cresçam possa ir atrás de novos Programas, novos projetos e a nossa missão se torne mais favorecida e mais valorizada.

P10 - O que representa o Prouni para você?

R – O Prouni pra mim é uma oportunidade que é dada, para que as pessoas tenham esse direito do ensino, tendo em vista que isso não é garantido já desde a educação básica, como algo de valorização de que a educação seja para todos e de qualidade. Então o Prouni seria essa portinha, essa brecha para que a gente alcance essa oportunidade no ensino superior.

11 - Mais alguma consideração?

R – Acho que realmente é isso, eu fiz o Enem umas três vezes, visando sempre o Prouni 100%, porque era algo que iria facilitar o meu acesso, iria facilitar pra minha instituição, eu acho que me ajudou muito fazer o Enem, acho que algo deveria ser mais valorizado, essa busca, porque o Enem me trouxe muitos conhecimentos, que eu pude usar hoje na faculdade.

Entrevistada 11 – (B1-E11) - 8º termo Serviço social - Bolsista 50%

P1 - Você está satisfeita com o seu curso?

R - Sim, sim, estou muito satisfeita.

P2 - O que mais lhe agrada com relação ao curso?

R - É a questão dos professores mesmo, eu acho que os professores se doam bastante, eles têm o empenho, eles têm compromisso você vê que quando chega na hora deles passarem o conteúdo você vê que teve todo um preparo, eles tem a preocupação de trazer o conhecimento para o aluno, então isso é o que mais agrada.

P3 - O que mais lhe desagrada em relação ao curso?

R - Desagrada, talvez as questões burocráticas, administrativa, talvez, eu acho, que pudesse ter pouco mais de organização, em termos de secretaria de papelada, em relação não ao curso, acho que em geral, no contexto da faculdade em geral.

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R – A possibilidade de fazer uma faculdade, de ter um ensino superior, que é algo que eu almejava desde que eu concluí o ensino médio, porém, naquele momento não foi possível, então só depois de 12 anos que era o sonho pra minha vida poder dizer, não, eu estudei, eu tenho faculdade, me formei, eu tenho uma profissão.

P5 – Até o momento lhe possibilitou o que?

R - Conhecimento, crescimento como pessoa, como ser humano, uma outra visão, a faculdade abriu, me ampliou o conhecimento.

P6 – Você já passou por alguma dificuldade, já pensou em desistir do curso?

R - Olha, no momento em que houve, no começo do ano houve uma questão da faculdade não ter mais o convênio com o Prouni, ficou aquela,...., vai tirar, não vai tirar, ficou aquela incerteza de permanecer ou não o Prouni, naquele momento me bateu uma insegurança porque se eu tivesse que bancar financeiramente esse curso, ai seria mais complicado pra mim.

P7 - Você acha que o valor de você deixa de pagar a faculdade é suficiente para cobrir suas despesas com transporte, alimentação e materiais escolares?

R - Se fosse de 100% seria melhor, daria mais condições para eu ficar mais tranqüila, mas digamos que não é suficiente, mas ajuda.

P8 - Você acha que o Programa Prouni, foi a melhor escolha para ingressar no ensino superior?

R - Pra mim, nas minhas condições foi, porque se não fosse o Prouni eu não teria condições de estar cursando uma faculdade de estar fazendo um nível superior.

P9 - Como você avalia a preocupação da faculdade para que consiga concluir o seu curso?

R - No começo, como eu já citei foi meio complicado, porque parecia que a faculdade estava impondo acabou, nós não temos mais o convênio, você vão ter que aderir ao FIES, pronto acabou. Meio querendo impor pra gente essa condição, mas como nós não aceitamos, porque uma vez a bolsa dada, não tem o porquê tirar, se foi dado, não foi dado por um ou dois anos, foi dado do início ao término do curso. Assim me deixou um pouco desagradada, mas depois eu vi que a faculdade cumpriu como havia prometido então isso foi o que mais me desagradou.

P10 - Do Programa que lhe possibilitou o curso, o que você espera? Quais são as suas expectativas com relação ao curso futuramente?

R - Futuramente podem ingressar no mercado de trabalho ter minha realização profissional.

P11 - O que representa o Prouni pra você?

R - Pra mim, é uma porta de entrada para aqueles que já tiveram a sua educação lá no início, pré-escola prejudicada, a gente tem que procurar mecanismos, tem que procurar meios pra poder tentar se (auto defender), procurar formas de poder inserir no mercado de trabalho, não só no mercado de trabalho acho que em todos os setores, sejam na educação, na saúde, no lazer, na cultura, a gente que não tem condições que é uma classe menos favorecida tem que estar procurando essas brechas, esses meios pra poder ter acesso.

Entrevistada 12 – (B1-E12) 8º termo Serviço Social - Bolsista 50%

P1 – Qual a sua satisfação em relação ao curso?

R - Eu sou muito satisfeita em relação ao curso, eu me identifiquei bastante com as disciplinas e sempre me dei bem no curso, então eu estou satisfeita.

P2 - O que mais lhe agrada em relação ao curso?

R - Então, assim o que agrada bastante assim acredito que todos os alunos também é a questão da dos professores, serem emprenhados, trazem conhecimento para os alunos, preparar as aulas, e dar essa oportunidade de conhecimento pra gente.

P3 - O que mais lhe desagrada em relação ao curso?

R - Ao curso em específico assim, não posso falar que eu me desagrado, de repente alguns outros aspectos, em relação à faculdade no geral pode até haver alguma coisa. Não tem nada que me desagrada.

P4 - O que o curso lhe possibilitou até o momento?

R - Possibilitou muito conhecimento a gente assim quando faz uma faculdade um curso de nível superior abre muito a visão, o seu posicionamento, então não só enquanto na parte profissional, mas também pessoal e o relacionamento com as pessoas também muda bastante.

P5 - Já pensou em desistir do curso, já passou por alguma dificuldade?

R - Assim, já tive dificuldade em relação ao financeiro, né também, assim, mas pensar em desistir do curso eu nunca pensei, as dificuldades que eu tive em alguns momentos foi o fato de ter que pagar parte do curso, mas tem um custo.

P7 - Você acha que o valor de você deixa de pagar a faculdade é suficiente para cobrir suas despesas com transporte, alimentação e materiais escolares?

R - Então, eu acho extremamente importante, (né) esse desconto que eu tenho, ajuda bastante, às vezes pode até ser que não seja suficiente em relação a você estar adquirindo materiais, livros, coisas que envolvem um pouco mais de custo, mas é muito importante ajuda bastante.

P8 - O Programa Prouni, foi a melhor escolha para você ingressar na faculdade?

R - Foi a melhor escolha

P9 - Como você avalia a preocupação da faculdade para que consiga concluir o seu curso?

R - Eu avalio assim, se a faculdade mantém esse desconto com o Prouni significa que há uma preocupação em que os alunos concluam o curso, então acho assim muito importante.

P10 - Você acredita que o Programa que possibilitou o seu acesso no ensino superior irá lhe trazer benefícios futuros? Quais os benefícios você espera?

R - Com certeza trará, eu espero assim poder ingressar no mercado de trabalho, atuar na área do curso que eu escolhi, eu tenho assim esperança de que vai dar certo.

P11 - O que representa o Prouni pra você?

R. Acho que representa assim, se não fosse essa bolsa de descontos eu não teria possibilidade de fazer o curso que eu estou fazendo, devido mesmo à situação financeira, representa tudo pra realização do curso.

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
Entrevista com a coordenadora de projetos**

Pesquisa de Mestrado em Educação

Curso de Mestrado em Educação - Universidade do Oeste Paulista de Presidente Prudente-SP/UNOESTE

Tema: PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): SATISFAÇÃO, EXPECTATIVA, EVASÃO E PERMANÊNCIA DE BOLSITAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP.

Pesquisador mestrando: Márcio Donizetti Corrêa

Orientador: Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho

Prezada coordenadora de Projeto Prouni:

Data da aplicação do questionário: ____/____/2013.

Identificação:

Nome: _____

Formação da Coordenadora _____

Experiência como gestor de projetos: _____

Data e hora da entrevista: _____

Local da Coleta de informações: _____

Instrumento de coleta de informações: _____

Outras informações relevantes: _____

APÊNDICE C1 – PERGUNTAS E RESPOSTAS DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA DE PROJETOS

P1. Quantos funcionários trabalham no atendimento aos alunos do Programa Prouni na faculdade?

R. Atualmente são sete funcionários.

P2. Você organiza reuniões com a sua equipe para planejamento e avaliações referente aos programas desenvolvidos pela instituição?

R. Sim, semestralmente a gente reúne os funcionários para passar as informações referentes ao Prouni e também outros tipos de projetos sociais. A gente sempre está passando para eles as orientações necessárias.

P3. Qual o resultado dessas reuniões?

R. Olha, normalmente nas reuniões, a gente utiliza as reuniões na verdade para tirar as dúvidas dos funcionários, quanto a tudo, o Prouni, aos alunos, a quantidade de bolsas, tanto quanto as remanescentes, quanto as destinadas mesmo anualmente para a faculdade.

P4. Os alunos recebem orientações sobre o Programa Prouni antes de realizarem suas matrículas?

R. Sim, nós procuramos passar (certinho) as informações. Logo que eles já entram, de acordo com a documentação, tem que trazer tudo (certinho), já pra poder iniciar corretamente na faculdade.

P5. De modo geral os alunos bolsistas do Prouni pedem informações sobre os cursos, sobre as disciplinas pelas quais fizeram a opção?

R. Olha, na maioria das vezes não, porque eles já vêm na verdade com o curso escolhido, então eles já procuram antes de se matricular, já pesquisam antes sobre isso sobre o curso, as disciplinas, tudo (certinho), só no decorrer do curso eles procuram diretamente, na verdade, a coordenação para saber essas informações.

P6. Qual a perguntas mais freqüentes na hora do processo de cadastramento?

R. No processo, na verdade, assim de início, o principal mesmo eles estão preocupados com a documentação, porque com a documentação incorreta não é aceito a matrícula do aluno, então, de início mesmo esse é básico, o que eles perguntam, se a documentação está tudo certo, se está ok, o que eles precisam, se eles têm que, por exemplo, assim que eles iniciam o curso, eles não podem desistir no primeiro semestre, senão eles já perdem. Eles têm que estudar pelo menos seis meses, porque depois disso, pra poder arrumar transferência, se caso eles não gostem da faculdade, ou do curso ou alguma coisa assim.

P7. Você tem verificado mudança de curso durante a sua gestão à frente dos projetos?

R. Olha, é bem raro viu! Normalmente, os que já vêm, se matriculam naquele curso que ele quer (já) desde o início. É mínima a mudança de curso.

P8. Você considera burocrático o processo para que o aluno consiga a bolsa no Prouni? Caso positivo, quais seriam as dificuldades?

R. Sim é burocrático, mas eu acredito que seja necessário porque senão qualquer um pode entrar com o Prouni e conseguir uma bolsa, por exemplo, de 100%, sendo que o aluno tem uma renda que ele pode pagar e os outros que são menos favorecidos, que precisam mesmo, não conseguem entrar no Programa. Então precisa ser bem burocrático, mesmo essa questão do Prouni para conseguir.

P9. Você já constatou situação semelhante em que o aluno perdeu a bolsa?

R. Já porque é verificando no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do aluno junto à Receita Federal, e já foi verificado e o aluno tinha carro no nome, propriedade e com isso daí foi cortado à bolsa.

P10. Você acha que o valor suprido pela bolsa, principalmente considerando o valor da mensalidade, suficiente para que o aluno consiga suprir suas necessidades, alimentação, transporte e material escolar?

R. Sim acredito sim que é suficiente. Alimentação assim, nem tanto, mas a porcentagem da bolsa é importante porque tem aluno que não tem condições de estar pagando 100% de uma faculdade, então acredito que é um valor considerável.

P11. Temos registros de que a metade dos alunos, praticamente são oriundos de outras cidades. Eles reclamam essa condição, essa dificuldade quanto ao transporte e locomoção?

R. Até que não chega muito para nós não essa parte de reclamação, assim, até que não é muito não. Para nós pelo menos eles não reclamam tanto não.

P12. Na sua gestão você tem acompanhado a desistência ou abandono de alunos do Programa Prouni?

R. Sim, tem, infelizmente tem (né). A gente pensa, nossa!, o aluno tem bolsa 100%, 50% como vão desistir de uma bolsa dessa? Mas tem casos sim.

P13. Na sua opinião, quais são os três principais fatores que contribui para essa desistência ou abandono do Programa Prouni?

R. Acredito que o primeiro mesmo é a parte financeira do aluno. O aluno, às vezes começa a faculdade e chega no terceiro termo, na metade do curso, e já não tem condições de arcar mais, de pagar a faculdade, ou então, acontece alguma situação na família, alguma coisa e que ele tem que desistir, ou então até mesmo ele percebe que não é aquele curso que ele quer, começa e de repente ele chega no segundo termo e ele percebe que não é isso que ele quer e já procura outras coisas.

P14. Na sua opinião, o que a faculdade poderia fazer para evitar essa desistência e o abandono do Programa Prouni?

R. Para evitar, eu acredito que a faculdade possa estar tentando na verdade chamando esse aluno para conversar, realmente para saber o porque. Você sabendo o porquê da desistência, você tenta orientar o aluno de certa forma, acredito que de início seria isso, tentar saber o motivo realmente, porque às vezes tem alunos que chega lá e fala assim, chega à secretaria ou alguma coisa assim, ou até mesmo deixa o curso e a faculdade não toma conhecimento. Acho que a faculdade sabendo o motivo acredito que dê para ajudar a evitar um pouco essa evasão dos alunos.

P15. Como foi dito, você considera a situação financeira do acadêmico uma das principais causas da evasão, existem outras causas?

R. Pode ser de força maior. Igual, mesmo, vou dar até um exemplo: teve uma aluna que ela estava até recentemente estudando com a gente num termo avançado (no sexto termo), quase para se formar, acredito que no curso de Administração, e faleceu uma parente próxima e ela teve que parar porque só tinha ela para acompanhar na casa, então entrou em depressão, (com) tudo isso, então ela teve que parar o curso. Então eu acredito que no mais assim é isso mesmo.

P16. Os alunos se dizem satisfeitos com o curso nos quais fizeram sua opção? Em caso positivo, como é avaliada essa satisfação?

R. Olha, eu acredito que eles se sentem satisfeitos sim porque a gente verificando no fechamento do semestre, não tem tanta transferência de curso, principalmente dos alunos bolsistas Prouni. A gente não presencia isso, então eu acredito que eles (estão) satisfeitos sim.

P17. Na sua função como gestora do projeto, como avalia as expectativas dos alunos em relação ao curso que ele escolheu?

R. Como a gente acompanha desde o início, eles já vem com grande expectativa, principalmente em crescer profissionalmente. Quem faz Administração procura focar na carreira, vou abrir um negócio. Engenharia mesmo têm alunos que já pensa em ser um engenheiro famoso, então eu acredito que as expectativas sejam bem importantes.

P18. Que medidas a faculdade tem efetivamente tomado para reter os alunos bolsistas Prouni? Você tem acompanhado alguma ação específica?

R. Sim, principalmente os alunos que tem bolsa 50%. Às vezes tem alunos que, igual à parte financeira mesmo, que a gente até citou, que às vezes chega num termo quer desistir por conta que não consegue pagar, então o que a gente faz? Tem o FIES então agora, que é o financiamento e a gente então orienta o aluno porque é assim, o FIES ele vai estar financiando os 50% e não vai estar pagando no momento. Assim que ele concluir, um ano e meio ele começa pagar, aí já é hora que ele já está formado, já conseguiu um rendimento maior, mais pra frente ir pagando essa mensalidade no decorrer no ano de acordo com o financiamento, de acordo com as parcelas financiadas.

P19. Você tem acompanhado que houve uma diminuição dos alunos Prouni, gostaria que fizesse uma trajetória (sobre essa diminuição).

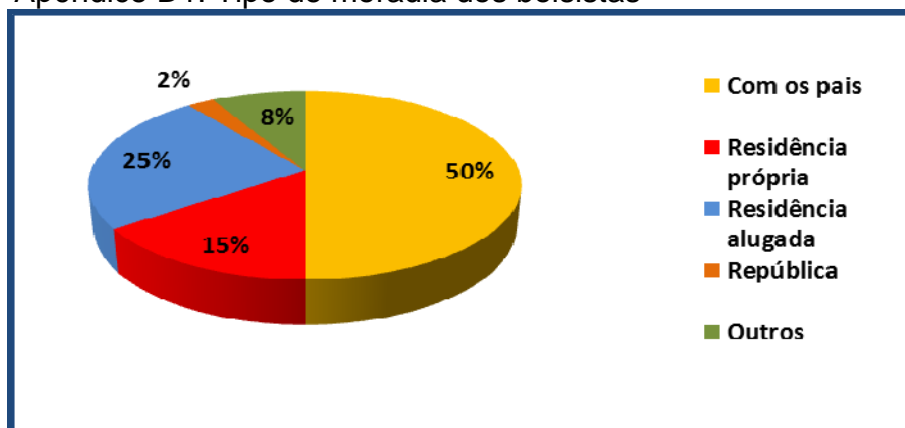
R. Sim, houve uma diminuição. Mas assim, houve na verdade essa diminuição por conta do que alunos concluintes. A maioria mesmo é alunos que concluiu, porque é assim de alunos desistentes são até poucos.

P20. Você acha que esse trabalho, esse levantamento que está sendo feito, de alguma forma contribui para que os projetos tenham mais informações desses alunos?

R. Sim, contribui sim, assim que for feito o fechamento nós vamos pegar (certinho), nós vamos ver qual a opinião dos alunos principalmente a opinião, para saber como que eles estão dentro da faculdade, em relação ao curso, a tudo. Então é importante a gente estar ciente sim, acredito que vai ser bem vantajoso para nós.

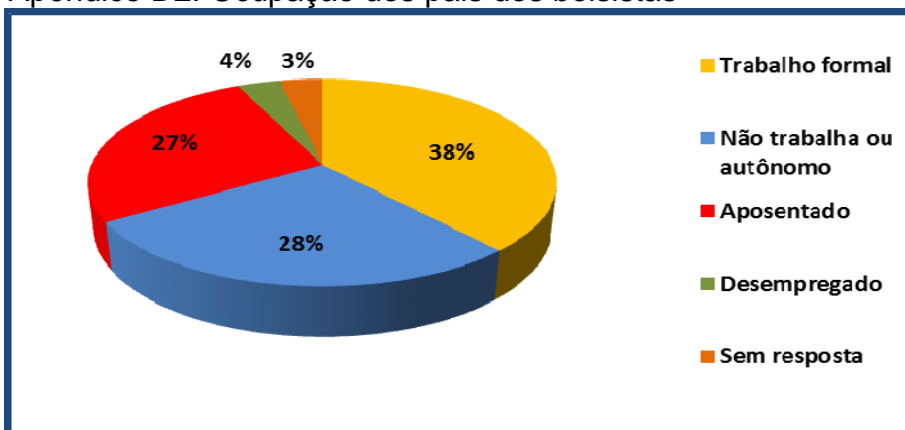
APÊNDICE D – OUTROS GRÁFICOS DO QUESTIONÁRIO

Apêndice D1: Tipo de moradia dos bolsistas



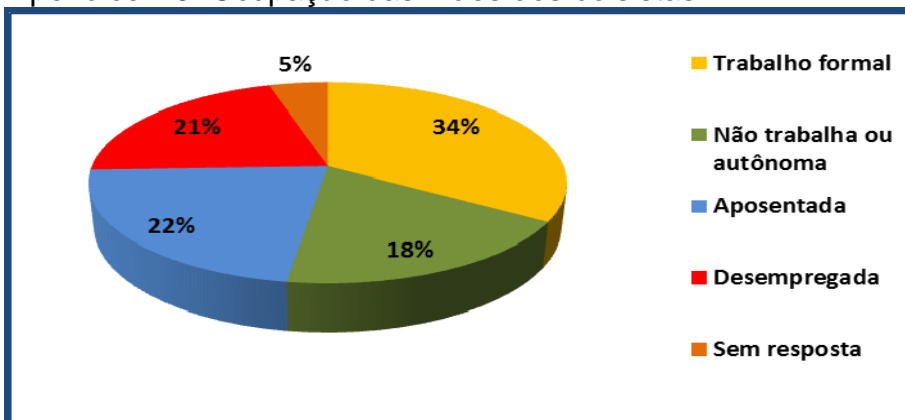
Fonte: O Autor, 2013

Apêndice D2: Ocupação dos pais dos bolsistas



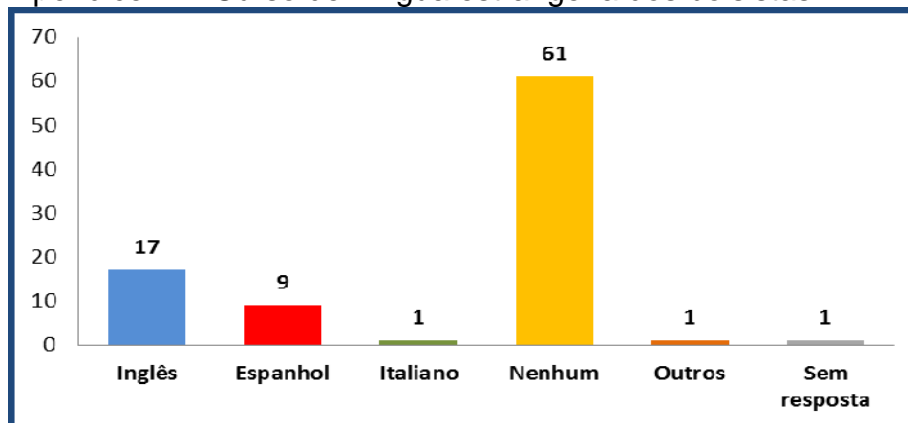
Fonte: O Autor, 2013

Apêndice D3: Ocupação das mães dos bolsistas



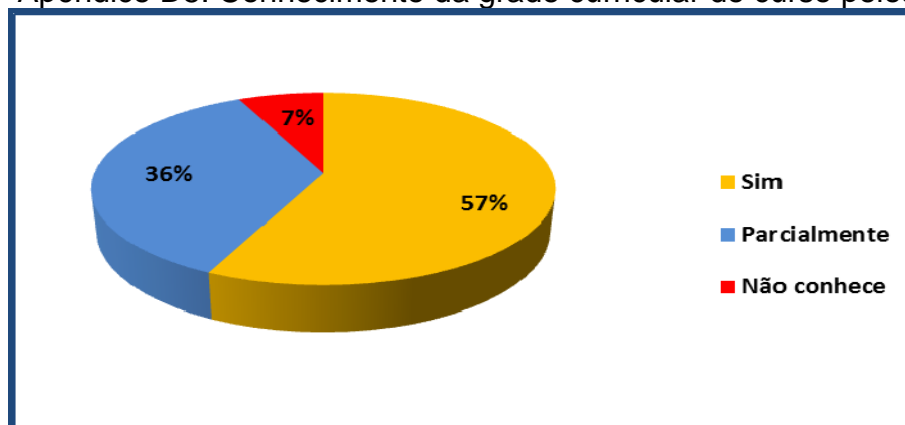
Fonte: O Autor, 2013

Apêndice D4: Curso de Língua estrangeira dos bolsistas



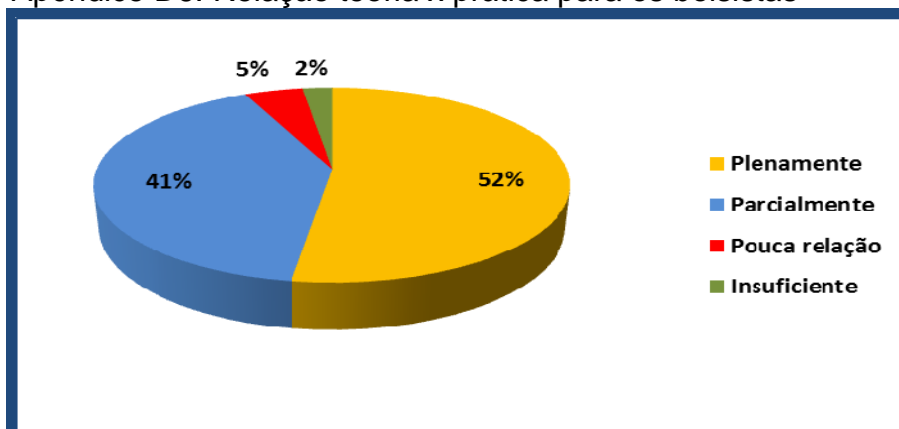
Fonte: O Autor, 2013

Apêndice D5: Conhecimento da grade curricular do curso pelos bolsistas



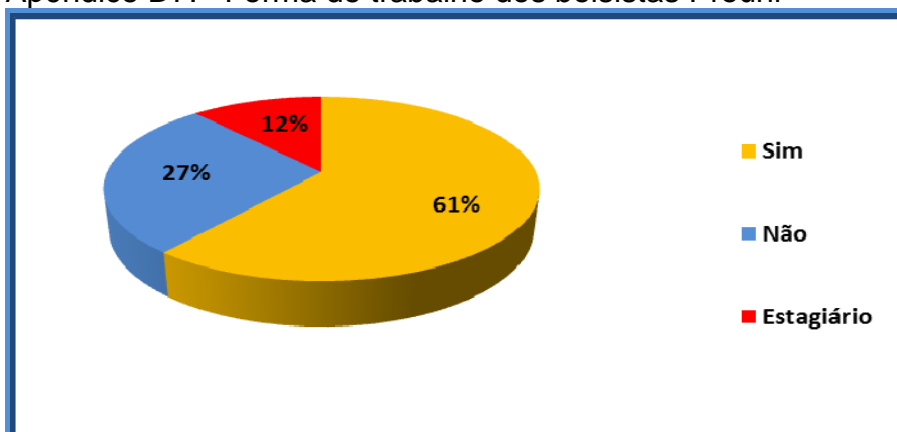
Fonte: O Autor, 2013

Apêndice D6: Relação teoria x prática para os bolsistas



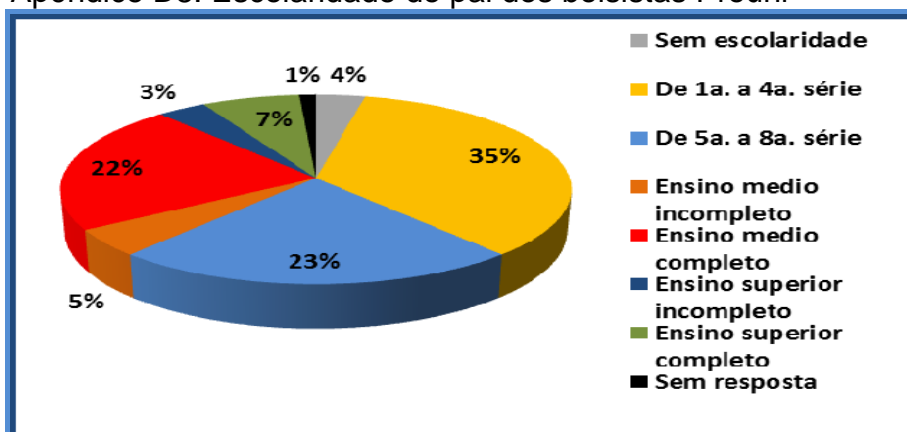
Fonte: O Autor, 2013

Apêndice D7: Forma de trabalho dos bolsistas Prouni



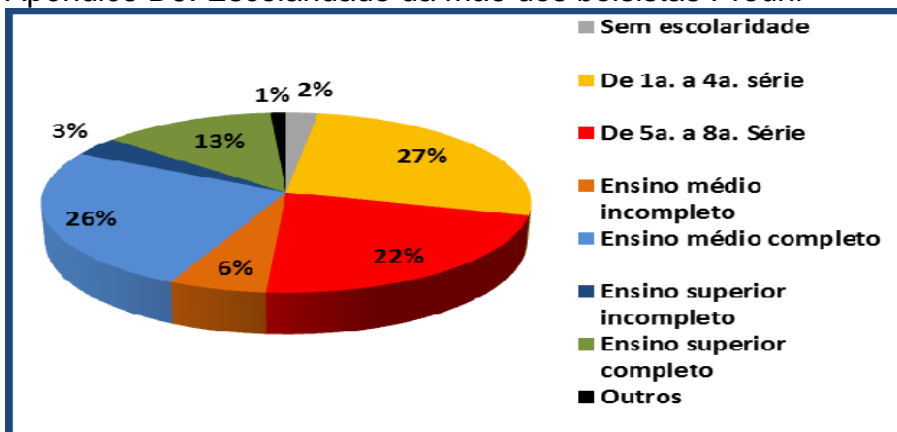
Fonte: O Autor, 2013

Apêndice D8: Escolaridade do pai dos bolsistas Prouni



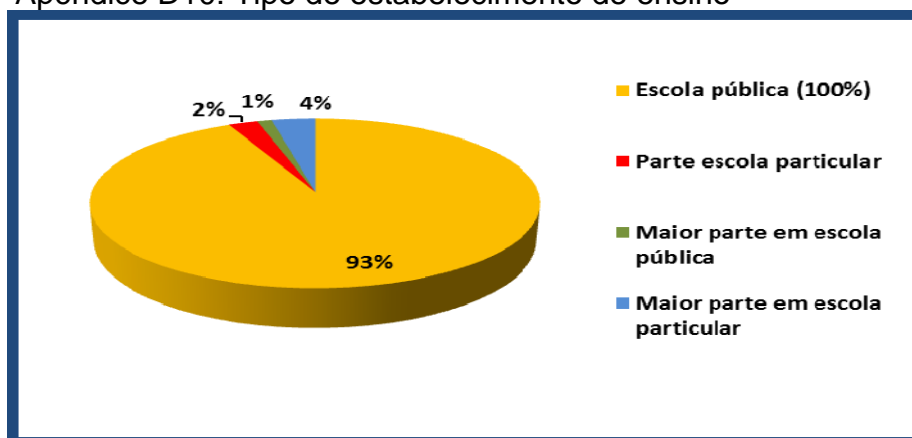
Fonte: O Autor, 2013

Apêndice D9: Escolaridade da mãe dos bolsistas Prouni



Fonte: O Autor, 2013

Apêndice D10: Tipo de estabelecimento de ensino



Fonte: O Autor, 2013